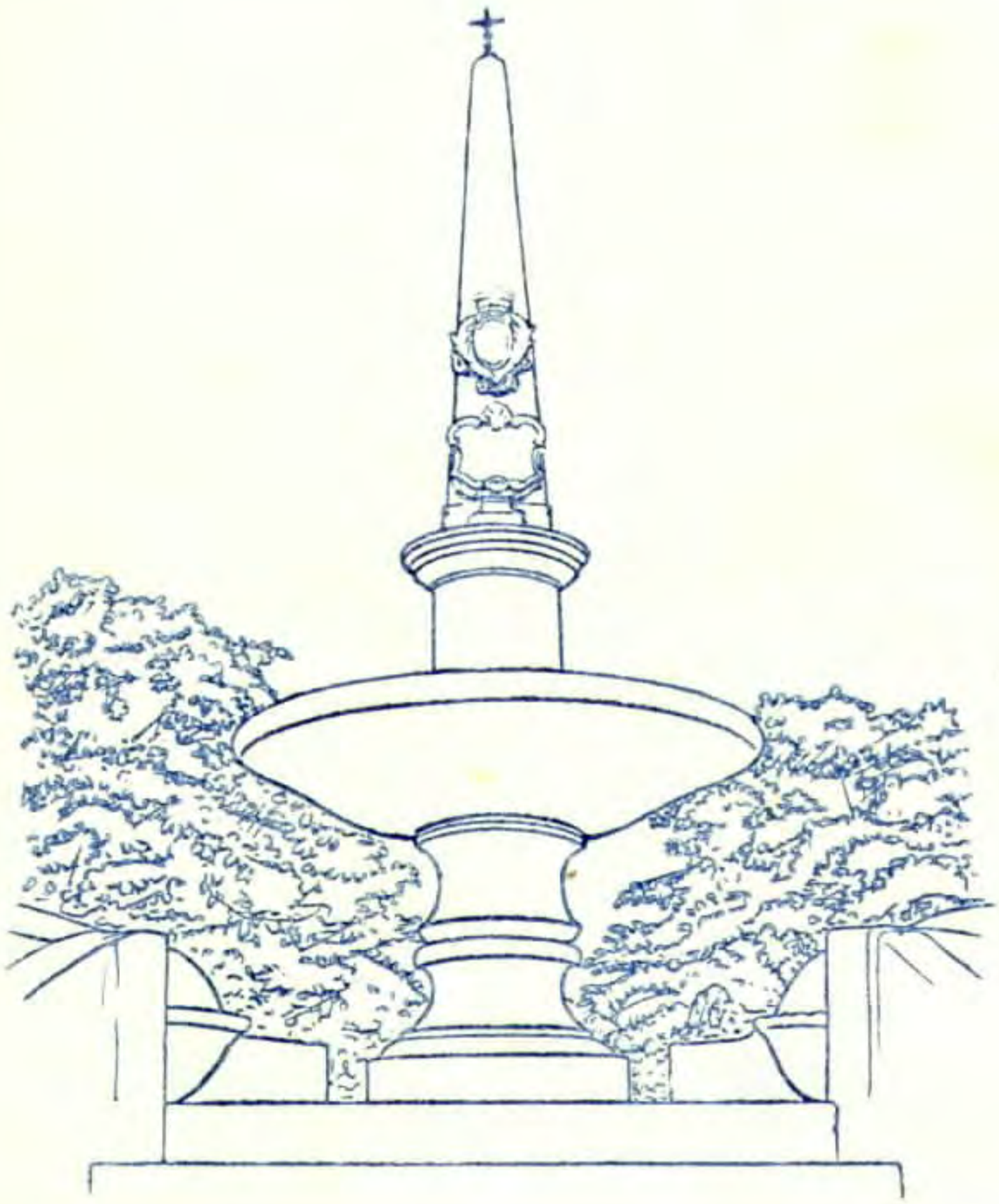
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



10

RIO DE JANEIRO — 1946

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Órgão da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DIRETOR, RODRIGO M. F. DE ANDRADE

Rua da Imprensa, 16. 8.º andar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Rio de Janeiro — Brasil

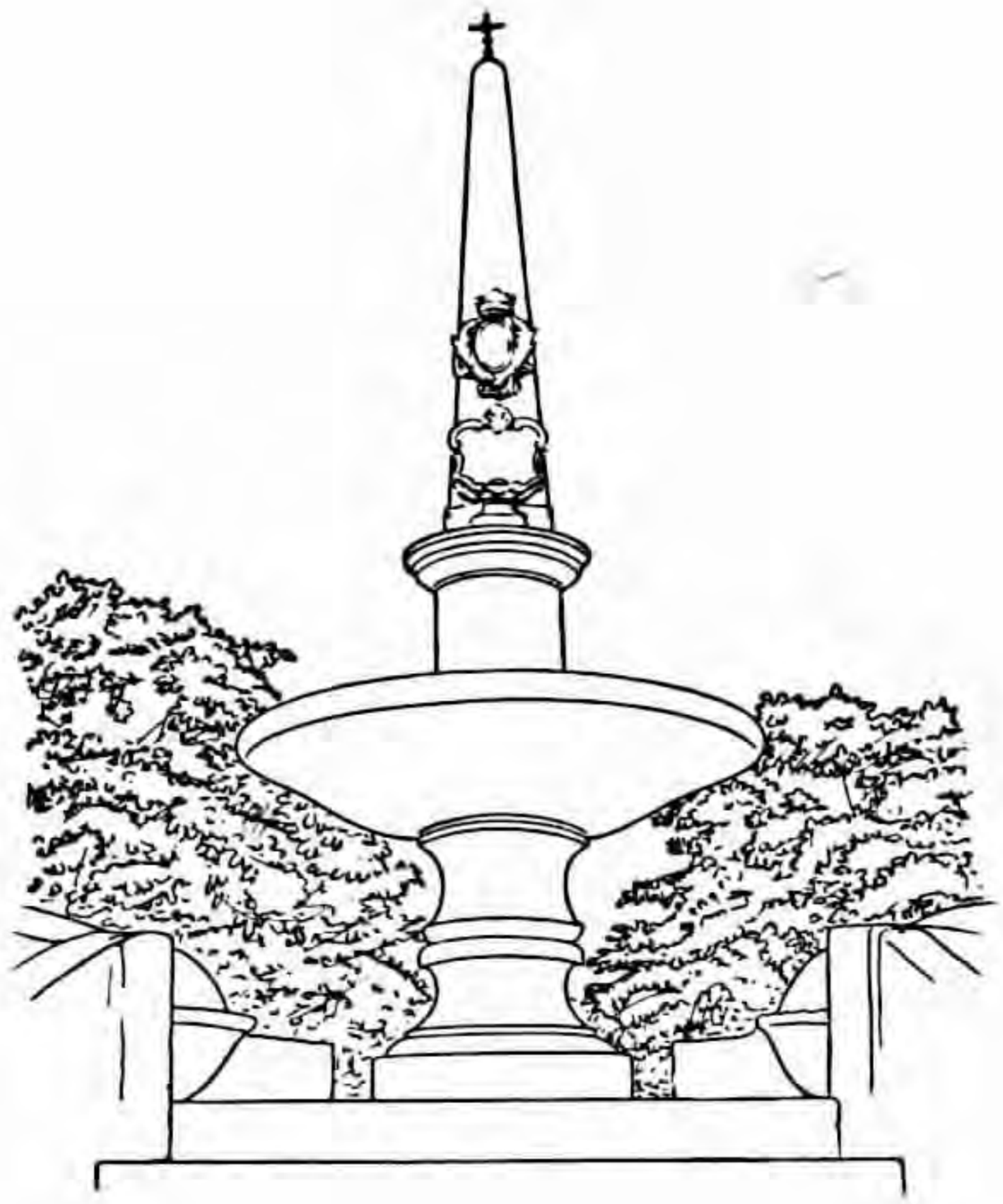
REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

10

A-19
P
709.81
R454
ex. 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



10

RIO DE JANEIRO — 1946

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUMÁRIO

Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro	Noronha Santos	*7*
Palácio das Torres	J. de Sousa-Leão, filho	135
A Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores; Marc Ferrez (1843-1923)	Gilberto Ferrez	169
O Palácio Velho de Belém	Artur César Ferreira Reis	305

FONTES E CHAFARIZES DO RIO DE JANEIRO

I — CHAFARIZ DA PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO

A PRIMITIVA FONTE

Mal se divisavam as primeiras edificações erguidas irregularmente à margem de terrenos alagadiços, já os reverendos frades do Carmo cuidavam de levantar a tôsca ermida, origem da ordem carmelitana, no Terreiro da Polé. (1)

---

(1) Terreiro da Polé foi a primeira denominação dada pelos povoadores do Rio de Janeiro, segundo Baltazar da Silva Lisboa *(Anais do Rio de Janeiro)*.

Várzea de Nossa Senhora do O', Várzea da Cidade, Rossio da Cidade, praça do Carmo ou de Nossa Senhora do Carmo, foram outras tantas denominações. Terreiro do Paço é outra denominação que se encontra em velhos documentos da história da cidade — à semelhança da crisma dada em Lisboa a um dos mais antigos logradouros da capital portuguêsa.

Praça do Palácio, depois de levantado o edificio dos Vice-Reis, na metade do século XVIII, e Paço Real, a partir de 1808, foram denominações adotadas pela Municipalidade e mantidas pelo povo.

A 18 de março de 1870 mudou-se o nome de Largo do Paço para Praça Dom Pedro Segundo.

A 21 de fevereiro de 1890, o primeiro Conselho da Intendencia Municipal denominou-a Praça Quinze de Novembro.

Nos tempos coloniais, era o único logradouro da cidade destinado à parada de tropas, e fôra consideravelmente melhorado no vice-reinado de D. Luís de Vascon-

Em 1686 obtiveram êsses religiosos provisão de Dom Pedro Segundo, da quarta dinastia — a de Bragança — proibindo quaisquer edificações no Rossio da Cidade, antiga várzea de Nossa Senhora do Ó, por constar que os oficiais da Câmara o haviam repartido três anos antes, a parentes e apaniguados do *concelho,* sendo a representação dos irmãos do Carmo. (2)

---

celos. Em 1817, media entre a rua Direita (Primeiro de Março) e o mar, setenta e quatro braças de comprimento sôbre quarenta de largura, "com um belo cais do lado oriental e junto dêle um chafariz", segundo AIRES DE CASAL: *Corografia Brasílica* — 2.º vol. — pág. 23.

Apesar da fiscalização rigorosa exercida pelas autoridades municipais, o largo do Paço se tornara em vazadouro de lixo e de imundície de tôda espécie. Comprovando êsse desleixo, o juiz almotacé João da Costa Guimarães pedia ao Senado da Câmara, em 9 de novembro de 1822, duas sentinelas para se evitar a continuação dos despejos que ali se faziam, mesmo durante o dia. Pouco depois, Abel du Petit Thouars, comandante do navio "Vênus", registrou o péssimo efeito que lhe causara o estado de imundície do largo do Paço.

Sua história, o pitoresco de sua tradição, mereceu desenvolvido estudo de Hermeto Lima no "Correio da Manhã" (26 agôsto, e 9,16 e 23 setembro 1923), descrevendo seus principais edifícios e monumentos, ao lado das festas populares, inclusive os bailes realizados na praça, de 18 a 19 de maio de 1888, ao abolir-se a escravidão.

O que foi o largo do Paço para a crônica da cidade está retraçado por Machado de Assis, em *Quincas Borba.*

(2) Da ermida levantada antes de 1590 se originou, em 1648, a Ordem Terceira de N. S.ª do Carmo, por iniciativa do ouvidor Baltazar Castilho de Andrada, conseguindo os frades em pouco tempo esmolas e legados para edificação do convento com o respectivo templo, que foi reconstruido de 1797 a 1826. Vieira Fazenda descreve o seu passado no tomo 93 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", acrescentando pormenores históricos que se lêem no arquivo do Carmo, trabalho elaborado por Barbosa Serzedelo.

A igreja do Carmo tem um passado cheio de adoráveis reminiscências. Dela saía noutros tempos a esplendorosa procissão do Entêrro, e além dessa solenidade religiosa, mantinha festas, como as celebradas ao tempo dos vice-reis e de Dom João VI. Por alvará de 15 de junho de 1808, foi elevada a Catedral do Bispado, sendo construída ao lado pequena capela destinada aos ofícios religiosos da realeza. Ligou-se, nessa ocasião, a nova capela ao Paço Real da Cidade, por um passadiço de ferro, demolido depois da Proclamação da República.

Intentaram os vereadores estabelecer no local casas e cabanas destinadas a quitandas dos pretos e desistiram de semelhante propósito em vista da oposição dos frades. (3)

Embora contasse com a má vontade daqueles religiosos, que se julgavam donos do Rossio da Cidade, o Senado da Câmara acordou antes de 1730 em assinalar com marcos de pedra todos os rossios e praças públicas e fez chantar na então praça do Carmo os respectivos padrões. Despòticamente, por ordem do Prior do Convento, frei Domingos de Santa Úrsula, foram retiradas as balizas postas pelo arruador do *concelho,* não obstante o protesto dos oficiais da Câmara — como se verifica de documentos lavrados em 1730 e 1731. (4)

A intromissão dos irmãos das Ordens Terceiras e dos jesuitas em atos de caráter administrativo apresenta-se nesse período histórico com o mesmo aspecto das lutas travadas nos tempos coloniais entre o poder civil e o da igreja católica.

Na ausência de Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, que governou a Capitania do Rio de Janeiro perto de trinta anos (1733-1763), esteve interinamente à testa da governança o então

---

(3) Próximo à rua S. Francisco (mais tarde denominada da Cadeia), funcionou um matadouro que foi removido para a rua Direita, do lado das marinhas da cidade.

Não sendo possível a instalação das cabanas na várzea da cidade, escolheu a Câmara a rua Mateus de Freitas para armar as tendas, nas quais funcionava a *quitanda velha dos pretos* com a dos *mariscos.* A localização da quitanda na rua Mateus de Freitas determinou a mudança do nome do logradouro, conservado até hoje (Quitanda).

O projeto dos vereadores do século XVIII ressurgiu em 1841. Nesse ano resolveu a Câmara Municipal, em 17 de março, consentir na permanência das *quitandeiras de comer cozido* — assim o registro de licenças comerciais de 1831 a 1844 — entre o chafariz do largo do Paço e a Praça do Mercado.

(4) *Carta escrita ao reverendo padre Prior do Carmo desta Cidade acêrca do impedimento que, por sua parte, se pôs à demarcação do Rossio e praça fronteira ao seu convento, cuja carta foi escrita pelos oficiais da Câmara do ano de* 1730 (30 de dezembro). "Arquivo do Distrito Federal" — págs. 131-132 e— *Resposta do Prior* a 1 de janeiro de 1713 — mesma revista, vol. I — págs. 133-134.

Brigadeiro José da Silva Pais, de conformidade com a ordem régia de 4 de janeiro de 1735, por se achar em excursão às Minas o governador efetivo.

Proseguindo neste ano no plano assentado por Bobadela e pelo Senado da Câmara, para maior comodidade do povo, endereçou Silva Pais aos oficiais da Câmara uma ordem régia a respeito do chafariz que deveria ser construído na praça do Carmo, como propuseram os vereadores Mateus Franco Pereira, Francisco Viégas Leitão e Souza, Euzébio Alves Ribeiro, Sebastião Gurgel do Amaral e Amaro dos Reis Tibau.

Neste sentido, a 1 de abril de 1735, chegava ao Paço do *concelho* a seguinte carta do governador interino:

Carta do Governador desta Cidade sôbre o Chafariz:

"Porquanto Sua Magestade manda informar este Governo com a propoota que Vossas Mercês fizerão ao mesmo Senhor sobre lhe conceder licença para sefazer um Xafariz no largodo Carmo para mayor comodidade deste povo e que da quelle podessem hir bicar para a praia donde sepodessem fazer as agoadas para os Navios mehé precizo para responder aodito Senhor Vossas Mercês medigão deque applicação querem fazer esta obra para conforme assua obra, digo asua Resposta poder eu fazer aminha. Deos guardea Vossas Mercês.

Rio, oprimeiro de Abril, demil setecentos etrinta esinco — *José da Silva Paes.* — Senhor Doutor Juiz deFóra eOfficiaes da Camara." (5)

Decorridos alguns dias, a 16 do mesmo mês e ano, apressava-se a Câmara em responder à ordem do Governador Silva Pais, referindo-se aos tanques necessários para a lavagem de roupas e à despesa imprescindível ao custeio das obras do chafariz do largo do Carmo, de grande utilidade ao povo e aos embarcadiços, de-

(5) *Arquivo do Distrito Federal* — vol I — pág. 557.

vendo, no entanto, correrem os respectivos gastos por conta da Fazenda Real, atendendo-se, sobretudo, à escassez de recursos da Câmara:

"Sua Magestade que Deos guarde pelaSua Real Grandeza depois de feita aobra da Carioca, eposta, a agoa no lugar em que está ao pé da Ladeira de Santo Antonio, foi servido declarar aeste Senado pela Provizam de vintehum de Abril demil sete centos evintesinco, ordenava sefizesse sahida as agoas que cahião d amesma carioca por se evitar oprijuizo dasaude dos moradores, como tambem os tanques necessarios para lavagem das roupas, pondo-se finalmente esta obra emsua ultima perfeição, pagando-se a despeza pelaFazendaReal, pela condignação apontada, para estetão precizo bem do com mum, estando tão gavado na Real attenção ozello destebeneficio, que por outra Provizam, devintedous deSetembro, de mil setecentos e trinta tornou omesmo Senhor adeclarar ao Senado que tornava adeclarar digo tornava aRecommendar aexecução daquella ordem estranhando ter-lhe o Governador que então hera Reprezentando inconvinientes aRespeito desta materia, como tudo sedeixava ver da copia das mesmas Provizoens que Remetemos a VossaSenhoria.

A vista doque hé inquestionavel que toda adespeza feita comaobra principal daCarioca, ecom aque sevai fazendo para asahida das agoas, epara ostanques tem sido do Realaggrado de Sua Magestade, lembrando-se sem duvida, que alemde ter consignação expecial para este fim, tomada sobre si pelos moradores aqual hé insessante pedurará, enquanto durar estaTerra, tambem tem asua Real Fazenda tido um copioso augmento somente com os Contratos einposicoens que aCamara que criou, eoffereceu para as Fortificacoens. Prezidio, eReal Servisso, E como o Requerimento que denovo faz amesmaCamara, pela carta desetedejulho, demil setecentos etrinta equatro, só se encaminhou aReprezentar quaõconveniente seria, que amesma

agoa se formasse outro Xafariz em olargodoCarmo, assim para omesmo tumulto dehirem os escravos detodos os moradores buscal-a ahum só lugar, como pelas agoadas dos Navios nosparesse que informado Sua Magestade que Deos guarde da çerteza de ser util esta obra, e verdadeiro oRequerimento sehaverá, com a mesma Real grandeza demandalla fazer por conta da sua Real Fazenda, ou da applicação incessante que hapara a Carióca, pois debaixodesta fé sefez oRequerimento, e assim seexpressou nelle quanto asatisfaçaõ, porque deoutra sorte nem o Conselho tem comque po concorrer digo com que possa concorrer, nem cabem já na impossibilidade dos moradores osgrandes tributos; e imposiçoens quepagaõ, como he bem notorio, e a experiencia ohirá mostrando aVossa Senhoria dequem esperamos que com aponderação, e reflexaõ fizer sobre esteparticullar informe aodito Senhor oquelheparecer mais justo. Deos guarde aVossaSenhoria muitos annos.

Rio de Janeiro, emCamara, adezesseis de Abril de Mil setecentos etrinta esinco. José deVargas Pissarra Escrivam do Senado daCamara ofez escrever. Senhor Governador José daSilva Paes — Matehus Franco Pereira — Francisco Viegas Leitão eSouza. Euzebio Alves Ribeiro "Sebastião Gurgel do Amaral" Amaro dos Reis Tibao." (6)

(Traslado do livro Copiador de 1730 a 1739 — folha 138-V.).

Desde 1725 que se cogitara de construir um cano de pedra para dar saída à água da Carioca em direção ao mar e fazer tanques destinados à lavagem de roupas, a qual era feita por lavadeiras devidamente registradas no *concelho* da cidade — conforme solicitara a Câmara em 18 de outubro de 1724, correndo a respectiva despesa por conta da consignação que se aplicava à obra da Carioca.

Na carta régia de 1725, representaram os oficiais da Câmara sôbre a necessidade de acautelar a saúde pública, apoiando-se no

(6) *Arq. Dist. Federal* — vol. II — pág. 557.

depoimento dos médicos e cirurgiões da terra, por vêzes manifestado aos vereadores.

E porque conviesse dar imediatas providências, determinou o Rei Dom João V se executasse a aludida obra pela importância de oito ou nove mil cruzados. Insistia, ainda, a carta régia, ratificada em 22 de setembro de 1730, que se a fizesse com a maior perfeição.

Ouvido o Conselho Ultramarino, opinaram os seus serventuários drs. José Gomes de Azevedo e Manuel Fernandes Vargas, que se procedesse com urgência a semelhante construção. O abastecimento de água constituira desde o século anterior a principal preocupação da Câmara, dêle tratando o Ouvidor Miguel Cisne de Faria, em sua correição de 21 de maio de 1633.

Cerca de cento e treze anos transcorreram para ressurgir o problema com o mesmo interêsse administrativo, encaminhado embora com outras minúcias — como se verifica do documento de 1746, que transcrevemos:

O GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO RESPONDE A ORDEM QUE LHE A RESPEITO DA OBRA DAS FONTES NAQUELLA CIDADE. E VÃO OS DOCUMENTOS QUE SE ACCUSÃO

Pela Real resolução de Vossa Magestade tomada na Consulta inclusa sobre a conta que darão os Officiaes da Camada do Rio de Janeiro, em que pedirão se aplicassem os trinta e tantos mil cruzados que sobraram do donativo que aquella Cidade Offereceu para os casamentos de Suas Altezas a um chafariz foi Vossa Magestade servido conformar-se com este Conselho quanto a applicação do dinheiro que se aponta para esta obra, e se encarregar a Superintendencia della ao Governador precedendo primeiro as diligencias que adverta o Procurador da Fazenda, e a de ser servido sobre tudo o Brigadeiro José Silva Paes.

E expedindo-se ordem ao Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, na conformidade da referida

resolução, respondeu o que consta da sua carta e documentos a ella juntos, que tudo sobe a Real presença de Vossa Magestade.

Mandando-se vêr estes papeis pelo Conselheiro Alexandre de Gusmão, referido que o risco da fonte desenhado pelo Sargento-Mór Engenheiro. José Fernandes Pinto Alpoim, alem de não ser de tão bom gosto, como se poderá fazer nesta Côrte, é da obra muito mais miuda do que convem para o uso dos negros que brevemente a destruiram.

E como o empreiteiro que deu o seu lanço para a factura das fontes se obrigou a levalos lavrados desta Cidade de pedra bastarda e liós tem elle Conselheiro por mais conveniente que o desenho se faça tambem n'esta Côrte, e a execução delle se ponha aqui em lanços, sendo provavel que os empreiteiros de Lisboa emprehenderão a obra com mais comodo do que o pode fazer o do Rio de Janeiro, e a execução com mais primor, tambem o ajuste a respeito dos canos por onde a agua ha de correr para as fontes necessita no parecer delle Conselheiro de reforma, primeiramente porque o diametro do cano se estipulou da mesma largura de quatro polegadas escassas que no dito risco se dá a troca por onde ha-de despedir a agôa para a fonte, sendo certo que para ser a fonte de repucho deve o diametro do cano por todo ser maior que o da broca.

Em segundo logar porque o empreiteiro se desobregou de fazer este cano se não se lhe arrematasse tambem a obra das fontes. Em 3.º logar porque o seu lanço foi simplesmente para conduzir a agoa ás duas fontes, e no parecer delle Conselheiro é mui attendivel o que representou o Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro na sua informação de 19 de Agosto de 1743, de que sobe copia, sobre a necessidade de se communicar a agoa da Carioca a toda a Cidade para evitar ajuntamentos, e brigas, repartindo-se pelos bairros, e pondo na frente de cada um pela parte do campo de S. Domingos uma fonte, e para a execução disto, e meio que ocorre a elle Conselheiro mais facil e com menos desperdicio de agôa, e o que o Conselho á apontou na Consulta inclusa isto é que correndo o cano que ha de levar a agua para a fonte da Junta ao longe da vala com que a Cidade se acha cercada pela parte do dito Campo e para a Prainha uma bica com registro de mola a qual dá passagem á agôa em quanto está carregando sobre ella a aza do balde que a recebe, atirado elle se torna a fechar, que é a forma com que

em Paris se reparte a agoa por grande numero de fontes sem desperdicio, pelo que parece a elle Conselheiro que mandando-se aqui fazer de empreitada o numero destas bicas que fôr necessaria se remettão para o Rio de Janeiro para lá se assentarem, e não lhe parece necessário que o Chafariz da Junta seja de repuxo nem da mesma fabrica, que o da Praça do Carmo, bastando para ornato da Cidade que haja este mais sumptuoso, e que no da Junta se attenda á commodidade das agoadas, e das lavadeiras.

Ao Conselho parece o mesmo que ao Conselheiro Alexandre Gusmão Lisboa 14 de Março de 1746.

A margem resolução — Como parece; e o Conselho encarregue o risco da fonte do Sargento-Mór Engenheiro Carlos Martel, ouvindo o seu parecer sobre o mais.

Lisboa, 2 de Maio de 1746 — Com a rubrica de Sua Magestade (7)

A Carta régia de 1746 aludia ao saldo de *trinta e tantos mil cruzados,* do donativo que fizera a Câmara e o povo no valor de oitocentos mil cruzados, para o casamento de príncipes — conforme a missiva dos vereadores endereçada ao Rei, em 19 de maio de 1737. Sem dúvida alguma, poderia êste saldo ser aplicado às obras projetadas na praça do Carmo, se a Câmara o tivesse em seus cofres. Todo o dinheiro arrecadado daquele donativo fôra, porém recolhido ao erário da fazenda real, por determinação do govêrno da Capitania, e sôbre o restante dessa contribuição do povo e da Câmara do Rio de Janeiro, interpusera circunstanciado parecer a Provedoria da Fazenda Real, a 18 de agosto de 1743.

O *concelho* dos vereadores em carta de 24 de junho de 1745, dirigida à metrópole, procurara restabelecer a verdade dos fatos: não dispunha a Câmara de um cruzado, siquer, por conta daquela consignação, para o dispêndio reclamado.

Nestas condições, apesar da constante e solícita interferência da Municipalidade em favor da construção de fontes públicas, que se tornavam de premente necessidade, estavam virtualmente tolhidos

---

(7) Consultas do Conselho Ultramarino de Lisboa sôbre o Brasil — 1699 — 1751 — Reproduzido in *Arq. Dist. Fed.,* vol. IV — págs. 464 e 465.

os oficiais da Câmara por falta de recursos. A pobreza dos cofres municipais não lhes permitia o cumprimento das reiteradas ordens procedentes do Reino.

As vereanças e as correições dos Ouvidores do Rio de Janeiro refletiam o zêlo e a solicitude da governança local. Os provimentos de vereanças do século XVII, de 1635 a 1650, haviam cogitado por vêzes das obras da Carioca e das fontes particulares, inclusive a dos reverendos frades de São Bento. (8)

Os autos de correição do Ouvidor Manuel da Costa Mimoso, lavrados precisamente a 15 de novembro de 1727 e 1728, os de 30 de setembro de 1729 e 7 de setembro de 1730, do mesmo magistrado, e o do Ouvidor Fernando Leite Lobo, de 20 de outubro de 1731 — comprovam o interêsse com que o assunto fôra debatido antes de expedida a carta do Senado da Câmara de 7 de julho de 1734, no govêrno de Gomes Freire de Andrada — indicando o local para a construção de tanques, *num rossio largo e espaçoso entre o convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo e as Casas da Moeda e dos Contos, confinando com a praia.*

O parecer do Conselho Ultramarino de 14 de março de 1747 foi aceito pelo Rei, incumbindo-se do risco do novo chafariz o sargento-mor engenheiro Carlos Martel, residente no Reino.

O governador Gomes Freire de Andrada escolhera o competente engenheiro sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, mas o Conselho Ultramarino julgou que o desenho apresentado pelo futuro Conde de Bobadela, *além de não ser de tão bom gôsto como se poderia fazer nesta Côrte, é de obra muito mais miúda do que convém para uso de negros que brevemente destruirão o chafariz.*

A resolução da côrte portuguêsa surpreendera a governança da Capitania, que dispensava o maior aprêço à capacidade profissional do engenheiro Alpoim.

---

(8) O chafariz, do árabe *Schrige,* depósito de água, tanque, fonte artificial, obra de pedra lavrada, com encanamentos e repuxos, foi no velho Portugal e nos países de origem romana, o primeiro marco do regime do municipalismo.

A provisão de Dom João V, de 1747, mandou executar a obra, segundo o desenho preferido, lançando-se os seus fundamentos e remetendo-se para isso materiais de procedência portuguêsa.

Não havia no Rio de Janeiro, por essa época, marmoristas capazes de assumir a responsabilidade artística da obra, isto é, ornamentistas e lavrantes de mármore como os havia em Lisboa.

Eis o teor da carta régia de 1747:

PROVISÃO ORDENANDO QUE SE FIZESSEM AS FONTES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO O DESENHO QUE SE ENVIOU

Dom João por graça do D.ˢ Rey de Portugal, e dos Alg.ᵉˢ daq.ᵐ édalem mar em Africa, Snr. de Guiné Cc.ª Faço saber avos Gomes Freire de Andrade, Gov.ᵒʳ, e Capp.ᵐ general do Ryo de Janr., que Sevio, o que respondestes em carta de vinte, e quatro de Setembro demil Sete centos, e quarenta, e cinco, á ordem, que vos foy a respeito das fontes, que tenho mandado Se fação nessa Cidade, e o risco, que enviastez para a fonte principal da praça do Carmo, o qual Sendo visto. Fuy servido por resolução de dous de Mayo do anno proximo passado, em Consulta do meo Conselho Vltramr.º mandar fazer nesta Corte outro risco, que hé o que com esta Sevosenvia para se executar por elle a a obra da mesma fonte, cuja pedraria, e canos de ferro mandei rematar neste Reino, como vereis nos termos juntos; e Sevos ordeno, que em conformid.ᵉ do risco do espacato façaes logo formar o massame, ou fundamento da fonte, para que quando chegar a pedraria desta, seache, não só prompto, nas assentado, e Solido; e para esse effeito sevos remette a pedraria da escada, arcos, revestimento interior do Subterraneo, que ha deir no meyo do d.º massame como tão bem os canos de ferro, que côrrespondem a extensão daquella parte do Subterraneo, o qual se pode ir continuando neste anno, para estar prompto a Selhe colocarem os canos de ferro, qne hão deir na frota Seguinte; e deveis mandar Logo adimençào certa detodo o comprimento dos canos de ferro, de que Se há de nececitar até o receptaculo, em q.ᵉ a agoa se há deseparar do conduto da Carioca, o qual receptaculo deve ficar pello menos em dobrada altura, do que mostra o risco da fonte por

cauza do repuxo; enosobredito orsamento do comprimento dos canos, deve vir explicado com toda a individuaçàо os canos de cotovello, que forem necessarios; epor seconçiderar a necesid.ª que ha desecomonicar a agoa da Carioca a toda a Cid.ª determiney, que pello cano que ha de Levar a agoa para a fonte da Junta ao longo da Vala, com que a Cid.ª Seacha Sercada, pella parte do Campo de S. Domingos Seabra junto a boca de cada rua, das que Sahem para o campo, e para a Prainha, hua bica com registo de mola, aqual da passagem a agoa emquanto está carregando Sobre ella, a aza do balde, que a recebe, etirado Setorna a fechar para o que mandey aqui fazer o numero necessario dastaes bicas, que Sevos hão de remetter para as mandares asentar; e Sevos declara, que não hé preciso, que o Chafariz da Junta seja de repuxo, nem da mesma fabrica, que o da praça do Carmo, pois basta, que este seja mais Suntuoso p.ª ornato da Cid.ª e que no da Junta, Seatenda a comodidade das agoadas, e das Lavandeiraz; e outro sim Sevos ordena, remetaes outra medida, com sua planta, do giro exterior da Cid.ª, ou sua vala para o campo de S. Domingos, comesando do conduto da Carioca, eacabando na Junta, mostrandosse namesma planta todas as embocaduras das ruas, queficarem contiguaz ao mesmo giro: eávista dos termos de a rematação, que Sevos envião, fareis remeter pella frota, o q.ª for necessario p.ª Seir satisfazendo as despezas desta obra, conforme setem estipulado. El Rey nosso Sñr omandou por Thomé Joaquim da Costa Corte Real, e o Dez.ºr Antonio Fr.º de Andrade Henriquez, Consi.º do Seu Cons.º Vltram.º ese passou por duas vias Theodoro de Cobello Pereira afes em Lisboa adous de Mayo de mil sete centos, e quarenta, e sette. O Concelher.º Ant.º Fr. de Andrade Henriq.es afes escrever.

Thomé Joachim da Costa R.ª

Ant.º Fr.º de Andr.e. H.es (9)

Do documento acima transcrito se reconhece que, com o desenho do engenheiro Carlos Martel, vieram de Portugal em 1747, não só a pedraria, os arcos e o revestimento interior para o subterrâneo — destinados à fonte da praça do Carmo, cuja obra se deveria iniciar naquele ano, como ainda as peças de mármore lavradas em Lisboa.

---

(9) Do Arquivo Nacional. Reproduzido in *Arq. Dist. Federal.* — vol I — págs. 305 e 306.

Os canos para o encanamento seriam transportados pela frota que deixaria a capital portuguêsa em fins do citado ano de 1747. Suas dimensões teriam o comprimento exato do espaço entre a Carioca até a praça do Carmo, para o conduto de água, passando ao longo da vala da cidade. Estender-se-iam assim os encanamentos pelas atuais ruas Uruguaiana e Sete de Setembro (antiga do Cano), em direção ao mar, comunicando-se com a lagôa que ficava próxima ao largo da Carioca, sôbre a qual se via uma ponte — "a ponte de Luís Gomes — feita de pedra e cal", segunda Felisbelo Freire (10).

Referindo-se à governança da capitania naquela época, escreve Monsenhor Pizarro (11):

> "Cumprindo a carta régia de 2 de maio de 1747, que mandou erigir o chafariz da praça do Carmo, pelo risco desenhado em Lisboa, começou a levantá-lo e concluiu essa obra no ano de mil setecentos e cinqüenta e tantos, em cujo tempo fez construir, também, os grandes arcos, sôbre que correm os aquedutos da fonte Carioca, através do morro do Destêrro para Santo Antônio."

Este chafariz era integralmente português, tendo sido apenas montado no Rio de Janeiro. O material empregado foi a pedra de lioz, vindo da metrópole as pedras lavradas e numeradas, como era de praxe em tais casos, para aqui ser composto o chafariz no sítio que se lhe destinara — informa-nos José Mariano Filho depois de se referir às cartas régias de 1746 e 1747 (12).

Não se pode fixar a data certa da demolição do chafariz, inaugurado, como quer Monsenhor Pizarro, no centro da praça do Carmo, em mil setecentos e cinqüenta e tantos.

A carta régia de 1747 mandava formar um massame ou fundamento da fonte e ativar a construção naquele ano, ao que se

---

(10) *História da Cidade do Rio de Janeiro* — vol. I — pág. 319.
(11) *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 1946 — vol. V — pág. 149.
(12) *Os dois chafarizes da Praça do Carmo* — "Correio da Manhã," 18 maio 1941.

procedeu, de certo, com alguma demora na montagem das peças e especialmente no assentamento do mármore de lioz, pouco resistente. A chegada da frota vinda de Lisboa deveria ter ocorrido no Rio de Janeiro em meados de 1747, na longa viagem à vela, realizada à feição dos ventos do oceano Atlântico.

Em janeiro de 1751, visitou o Rio de Janeiro o célebre matemático francês abade La Caille, ou Lacaille.

> "Fêz menção dos nichos colocados nas esquinas das ruas onde o povo ia rezar o terço; do chafariz em via de construção na Praça Quinze de Novembro, fonte pública que foi removida para o lugar em que presentemente está, por ordem de Luís de Vasconcelos." (13)

A êsse excerto da crônica de Vieira Fazenda, publicada na imprensa em março de 1902, e reproduzida em *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro,* opõe José Mariano Filho contestação, não julgando razoável que, em 1751, pudesse o abade La Caille contemplar o chafariz "em via de construção" (14).

Tendo começado a construção do chafariz em 1747, possìvelmente, com o *fundamento da fonte,* como expressamente determinou a carta régia, depois da chegada da frota em meados do citado ano, é bem explicável que o sábio francês La Caille o visse em 1751, em "via de construção" e talvez dois anos antes de ser inaugurado.

Aludindo ao govêrno de Luís de Vasconcelos e às obras por êle executadas, Pizarro registra o seguinte:

> "Melhorou a antiga praça do Carmo removendo o chafariz magnífico, que, colocado no centro dela, impedia as manobras dos corpos militares e umedecia o terreno circunvizinho; e substituindo-o por outro, erigido à face do mar, fêz levar as águas aos navegantes por um condu-

(13) *Um sábio no Rio de Janeiro* — 1751 — "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo 86 — pág. 195.

(14) *Os dois chafarizes da Praça do Carmo* — "Correio da Manhã," 18 maio de 1941.

tor, para evitar-lhes o trabalho de desembarcar as pipas e o embaraço que causava ao povo, no receber ali as suas provisões." (15)

Em seu estudo, escrito à guisa de polêmica com Magalhães Corrêa, diz José Mariano Filho que até Vieira Fazenda se atrapalhara com o verbo "remover", empregado por Monsenhor Pizarro, tomando-o no sentido de "trasladar" ou "transferir" (16).

Considerando o primeiro chafariz da praça do Carmo, em construção no ano de 1751, o infatigável e probo autor de *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro* narrou com inteira segurança um fato histórico sôbre o qual não lhe poderia restar a menor dúvida, em vista dos têrmos claros da carta régia de 1747.

Acresce que, em 1912, noutra crônica, dando-nos Vieira Fazenda o painel da cidade no oitavo decênio do século XVIII, alude ao cáis que estava sendo muito melhorado por ordem de Luís de Vasconcelos, em frente ao *segundo chafariz que ainda hoje existe* (17).

O *mapa do Rio de Janeiro*, levantado em 1769 pelo sargento-mór engenheiro Francisco João Roscio, assinala no meio da praça, um pouco distante do mar, o primeiro chafariz mencionado nas cartas régias de 1746 e 1747 — e que fôra contemplado em 1751 pelo abade La Caille.

Viram-no, também, em 1783, o espanhol Don Juan Francisco de Aguirre (18) e em 1787, o inglês John White (19) — quando aportaram ao Rio de Janeiro.

---

(15) *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — vol. V — pág. 219-220.

(16) *Os dois Chafarizes da praça do Carmo.*

(17) *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro* — "Rev. Inst. Hist. Geog. Bras." — tomo 95 — pág. 527.

(18) AFONSO DE TAUNAY: *Um oficial castelhano no Rio de Janeiro* — "Jornal do Comércio" — 7 abril 1940 — Reproduzido in "Anais do Museu Paulista" — tomo XI — parte 2.ª — pág. 25.

(19) Ibidem: *Rio de Janeiro de Antanho* — "Rev. Inst. Hist. Geog. Bras." — tomo 90 — pág. 487.

Para o cirurgião White, o chafariz "era o *rendez-vous* das rixas e, por este motivo, a cada passo, acudia a guarda do palácio do Vice-Rei, a distribuir *tabefes* e pranchadas, com visível prazer."

José Mariano Filho, no mais completo trabalho de pesquisa até agora conhecido sôbre os dois chafarizes da praça do Carmo, registra que a primeira fonte — a do tempo do Conde de Bobadela — durou 36 anos.

Inaugurado o outro chafariz por Luís de Vasconcelos em 1789, conclui-se que o de Bobadela foi instalado em 1753 e demolido no govêrno do quarto Vice-Rei — "desmanchando-se o antigo que estava edificado no meio da praça — esclarece-nos Baltazar da Silva Lisboa — afim de que, com mais comodidade, se fizesse a aguada das embarcações, ficando a praça desimpedida para nela se fazerem os exercícios e evoluções militares." (20)

O depoimento do historiador Baltazar Lisboa, antigo Juiz de Fora, presidente do Senado da Câmara e testemunha de acontecimentos administrativos e sociais da época, se nos afigura de insofismável valor, dissipando tôdas as dúvidas existentes.

O ATUAL CHAFARIZ

Na centúria oitocentista, apresentava o litoral do Rio de Janeiro quase que o mesmo aspecto do tempo do terceiro govêrno de Salvador Benevides (1659-60). Para o exíguo calado das embarcações empregadas no tráfico marítimo na baía de Guanabara e nos rios do recôncavo, era assaz suficiente essa ou aquela ponte que dava acesso a trapiches levantados na faixa litorânea.

Com a montagem de estaleiros, tornaram-se freqüentes as viagens e os carregamentos de produtos agrícolas para diversos pontos da costa brasileira — mas tudo em condições bem precárias.

Em sua correição de 17 de agôsto de 1646, criara o ouvidor Damião de Aguiar posturas sôbre fretes, de fórma que não ficassem

---

(20) *Anais do Rio de Janeiro* — 1941 — vol. I — pág. 45.

êstes ao arbítrio dos mestres de navios — atendendo, sobretudo, à navegação de cabotagem que se acelerara no litoral fluminense (21).

As salinas de Cabo Frio e a indústria açucareira haviam, então, atingido a recomendável surto de trabalho.

Da mesma sorte que se exploraram reservas florestais da Índia, as madeiras do Brasil concorriam para engrandecer o poder marítimo de Portugal, refulgente com a glória de seus marinheiros e estadistas. Mais sólida se ergueu a arte de construção naval — de grandes como de pequenas embarcações, em muitas das quais havia requintes artísticos, com toldos e cortinas de luxo, ornadas de almofadas e alcatifas, à imitação dos bergantins da realeza.

Era natural que, incrementada essa construção, prosperasse a navegação nos mares do Brasil e fôssem procurados seus portos por numerosas frotas do Reino. A par disto, depois do alvará de 10 de setembro de 1765, inspirado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, despontaram iniciativas em prol da segurança do tráfico marítimo nos portos da Colônia.

Desdobrava-se no Novo Mundo a tela de um grande passado, cujas aspirações foram tão vastas como as terras e os mares descobertos por portuguêses.

Criaram-se no Rio de Janeiro *carreiras* de barcaças e faluas, guarnecidas por negros escravos. O número de tais embarcações, à vela ou a remo, foi pouco e pouco avultando pela necessidade comercial de transporte dos produtos da lavoura, especialmente do café procedente dos caminhos das Minas e do vale do Paraíba — a partir de fins do século dezoito.

De Iguaçu, Pôrto das Caixas, Inhomerim, Estrêla e outros lugares da Baixada Fluminense, vinham numerosas cargas e embarcações veleiras, que atravessavam as águas da Guanabara.

Para acudir às necessidades dos homens do mar que acorriam com suas embarcações ao litoral do largo do Palácio, tornou-se de

---

(21) NORONHA SANTOS: *Meios de transporte no Rio de Janeiro* — vol. II — pág. 210.

urgente utilidade a construção de um cais acostado a um chafariz, onde se abastecessem de água aquêles mereantes.

O primitivo cais da cidade do Rio de Janeiro fôra construído na praia Dom Manuel, em obediência à correição do Ouvidor João de Souza de Cardena, de 16 de abril de 1624. Ainda na centúria seiscentista, o procurador do *concelho* da Câmara, sargento-mor Manuel de Azedias Valadão, requerera ao ouvidor Francisco Barreto de Faria a construção de um desembarcadouro de madeira, junto ao do *trapiche,* com dois molinetes, à semelhança do novo cais da Alfândega de Lisboa. Deferiu-lhe o pedido a correição de 2 de abril de 1678. Êste provimento da Ouvidoria em breve tempo se executou. Tornou-se de muita vantagem aos mercadores, para melhorarem os serviços de carga das frotas que ancoravam ao largo do pôrto e das pequenas embarcações que transportavam para a terra as caixas de açúcar, acostando àquele desembarcadouro.

Com o correr dos anos o tráfico de mercadorias dependente da navegação interlitorânea e feito exclusivamente por escravos, se expandiu para a Prainha e praia dos Mineiros (22).

> "Este porto hé o melhor de todo o Estado do Brasil — explicara a legenda de uma das cartas, das vinte e duas coloridas da *Resão do Estado do Brasil* — assim por ser mais defensavel, como por ser abundantíssimo de mantimentos e madeiras, e ter mais o que hé necessario para o apresto de muytas náos, sem aver myster nada da

---

(22) A antiga praia de Braz de Pina, assim crismada em memória de Antônio Braz de Pina, rico negociante e contratador do azeite da baleia, passou a chamar-se dos *Mineiros.* Nesse lugar, ficava o embarque não só dos viandantes, como das cargas que se destinavam às povoações situadas na região limítrofe com Minas Gerais. Não obstante essa preferência, continuou a Prainha a ser um dos principais embarcadouros para o comércio interlitorâneo, e só em 1827, quando dali foram despejados traficantes e embarcadiços, estabeleceram-se no local os grandes armazens de café para a exportação, conservando-se algumas das pontes de atracação, construídas no século anterior.

Europa; hé elle assim capaz de ter muytas e grandes embarcações" (23).

No Vice-Reinado do Marquês do Lavradio (1769-79), foram sugeridos os primeiros planos para a construção de um cais no largo do Palácio, em frente à casa residencial dos Vice-Reis (24), sem nenhum resultado prático, devido à situação econômica do erário régio.

Com grandes dificuldades financeiras, Duarte Corrêa Vasqueanes, que por vêzes governou interinamente a Capitania, levantara no século anterior muralhas ao longo da praia de Nossa Senhora do Ó, que se estenderam às fortificações de Santiago — muralhas que caíram, numa parte, em ruínas.

Bem escassas foram no Vice-Reinado de Lavradio as arrecadações de tributos, não só da Capitania, como do Senado da Câ-

---

(23) A legenda desta carta sob o título — *Rio de Janeiro* — consta da *Bibliografia Geográfica Brasileira,* elaborada pelo historiador RODOLFO GARCIA e publicada no tomo 85, vol. 139, da "Rev. do Inst. Geogr. Bras." VARNHAGEN (*apud* Capistrano de Abreu: *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador), atribui a Diogo de Campos Moreno, que acompanhou a expedição de Diogo Botelho, a autoria dêsse trabalho cartográfico, São de idêntico valor histórico o Mapa Topográfico do pôrto do Rio de Janeiro, do padre jesuita DOMINGOS CAPACCI (1730) e a *Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro,* do sargento-mór MANUEL VIEIRA LEÃO.

(24) A ordem régia de 27 de novembro de 1730 autorizou Gomes Freire de Andrada a construir casa destinada a residência dos governadores. Traçou o risco da edificação o engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, um dos melhores auxiliares de Bobadela. Inaugurou-se em 1743 a nova sede do govêrno da Capitania, como faz certo a inscrição lapidar que ainda se vê na parte principal do edifício que deita para o lado do mar. No Vice-Reinado do Conde de Resende (1790-1801), ergueu-se mais um andar na face dos fundos. Para alojar os fidalgos que acompanharam a família real na transmgiração de 1808, ligou-se o edifício por meio de um passadiço, ao convento do Carmo. Na metade do século passado, estendeu-se a edificação do terceiro andar que se limitava aos fundos, às duas faces laterais. E' o mais antigo edifício nobre da cidade. Sóbrio em seu interior, sem apresentar grandes obras de arte, foi decorado no século da sua construção por José de Oliveira. No tempo de D. João VI, o artista português Manuel da Costa incumbiu-se de trabalhos de pintura mural e, mais tarde, no Primeiro Reinado, o pintor brasileiro Francisco Pedro do Amaral executou, com maior amplitude, obras de decoração.

mara, achando-se a Edilidade privada de custear despesas que corriam por dotações e contratos há muito tempo sonegados aos cofres municipais.

Por ocasião da entrega do govêrno a Luís de Vasconcelos, escrevia o Marquês Vice-Rei, em 1779:

"O rendimento da Câmara era de 1750 a 1759 de dez mil cruzados, e de 1760 a 1779, de vinte mil cruzados".

O cofre da Câmara, que se achava em poder do tesoureiro, fôra removido no govêrno de Lavradio para a Casa da Moeda, dando o Vice-Rei regulamentação à tesouraria e designando serventuário para êsse ofício a um dos homens mais abastados.

Com as receitas anuais, de 4:000$ no decênio de 1750 a 1759, de 8:000$ no vintênio de 1760 a 1779, o Senado da Câmara não poderia fazer face a compromissos, nem iniciar vários serviços da cidade, cuja população aumentara consideràvelmente, desde o estabelecimento do Vice-reinado do Brasil no Rio de Janeiro em 1763 (25).

A correição do ouvidor Antônio Pinheiro Amado, de 23 de abril de 1777, retratara esta angustiosa situação, recomendando aos oficiais da Câmara que "das rendas não se fizesse ordenado de qualquer qualidade, porque os bens e as rendas só eram destinados a fontes, calçadas e pontes, como Sua Majestade determinou" (26).

O Vice-Rei Luís de Vasconcelos procurou corrigir, no princípio de seu govêrno, os efeitos da antiga resolução de 20 de fevereiro de 1731, que passara para o domínio da fazenda real a arrecadação do imposto do subsídio pequeno dos vinhos, criado pela Câmara para o custeio das obras públicas e aumento das rendas do *concelho* (27). Para de algum modo atenuar as péssimas condições do erário

---

(25) NORONHA SANTOS. *Receita e Despesa da Municipalidade.* "Anuário de Estatística Municipal" — vol. III — pág. 30.

(26) *Autos de Correições dos Ouvidores* — 1748-1820 — pág. 58.

(27) Dos grandes impostos cobrados pela instituição municipal, podem ser discriminados os seguintes: Renda do *Ver* — ou imposto de *Ver o pêso,* criado pouco depois de estabelecido o *trapiche da cidade* (sôbre carregamento de açúcar); imposto de *aferição,* criado pelas Ordenações do Reino; renda *das Cabeças,* sôbre o gado; subsídios grande e pequeno dos vinhos; contrato da aguardente da terra, contrato do azeite doce, contrato das baleias e dízimo da Alfândega.

público, projetou o chefe da administração colonial criar loterias ou *sortes públicas*, revertendo o produto das vendas de bilhetes aos cofres da fazenda real e habilitando-a assim a proceder varios melhoramentos na cidade (28).

Nestas condições estava o plano de construção do novo chafariz sôbre a praia, com o seu cais, entre o palácio e Casa da Câmara (29), obra que deveria "ser forte e bem construída, para se conservar sempre em bom estado e ser útil ao público."

O chafariz antigo, imprestável e arruinado, não fornecia há muito tempo água suficiente aos embarcadiços — "Tudo isso medido por ser ao seu princípio mal fabricado, sendo que há trinta anos que êle foi construído" — no dizer do marechal Jaques Funck, autor dos projetos do cais e chafariz, apresentados em 25 de julho de 1780 ao Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (30):

(28) NORONHA SANTOS, *ob. cit.*

(29) Funcionava o Senado da Câmara, desde 1757, num dos sobrados pertencentes ao dr. Francisco Telles Barreto de Menezes (juiz de órfãos), próximo ao local onde hoje se vê a rua do Mercado, junto às *marinhas* da cidade e a pequena distância do Arco do Teles. Daquele prédio incendiado na madrugada de 20 de julho de 1790, mudou-se o Senado da Câmara, temporàriamente, para a casa do ouvidor Marcelino Pereira Cleto. O Arco do Teles não chegou a ser atingido pelo incêndio. As casas e o Arco foram construídos pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim. Num dêsses prédios reconstruídos, o da esquina da rua Direita, alugado pelos herdeiros de Luís Teles Barreto de Menezes, instalou em dias da Regência, o Francês G. Neuville um botequim e bilhares, levantando no pavimento superior um terraço. Em princípios do segundo Reinado, passou a funcionar nesse imóvel o célebre Hotel de France, com 42 quartos. Demoliram-no em dezembro de 1928 para dar lugar à construção do edifício "Taquara," inaugurado a 15 de agôsto de 1931.

(30) JAQUES FUNCK veio para o Brasil ao tempo do Vice-Rei Conde da Cunha, em 1767. Em carta da metrópole, datada de 20 de junho dêsse ano, e relativa à defesa militar do Brasil, encontra-se referência ao brigadeiro Funck, que, dizia Pombal, "parecerá à V. Ex., à primeira vista (como aqui nos pareceu a nós), um homem inepto, pela grande dificuldade em se explicar em qualquer língua, que não seja a da Suécia, a

EXPLICAÇÃO SOBRE AS PLANTAS AQUI JUNTAS DO NOVO CHAFARIZ, DESENHADO PARA A PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, POR ORDEM DO ILMO. E EXMO. SR. LUIS DE VASCONCELLOS E SOUSA, VICE-REY DO ESTADO DO BRASIL

As tres plantas ns. 1, 3, e 5, aqui juntas, cada huma das elevaçoens representa a differença na sua Architectura, para o novo Chafariz desta cidade, e pelas *plantas 2,* 4 e 6 se vê o fundamento do mesmo Chafariz construhido sobre a Praya com seus Cays mostrando tambem na Planta n. 2 a situação do terreno da Praça com a sua distancia, entre o Pallacio e a Casa da Camara desta Capital. Os ornamentos nas referidas elevaçoens, não tem toda a formosura e grandesa que merece esta cidade, mas, para evitar os grandes inconvenientes de se acharem materiaes etc que se precisam para este fim. Por isso tenho construhido nas referidas Plantas, segundo os materiaes somente que a qui se podem encontrar para a sua execução, como pedra etc. E para poder haver escolha tenho desenhado esses defferentes Projectos ns. 1, 3 e 5 a qui juntos com os Planos e seus Cays; sendo certo que essas tres differentes Elevaçoens deferem muito entre sy na sua despeza; mas todos os seus fundamentos com o Cays que guarnece a Praya ao pé do Chafariz proposto emportará quasi o mesmo tanto hum como o outro de qualquer modo que se faça a Elevação. Porque a tal obra deve ser forte, e bem construhida para se conservar sempre em bom estado, a ser utilmente ao público. Por essas razoens se vê claramente que o Chafariz velho que está tão arruinado que não pode presentemente fornecer a agua que basta para o Povo desta Cidade, tudo isto medido por causa de ser ao seu principio mal fabricado a inda que trinta annos, que elle foi construhido; e os repuchos para expedir a agua deste Chafariz forão metidos incorporados dentro nas paredes, de modo que

---

sua pátria. E', porém, profundíssimo na ciência do ataque e defesa das praças e em tudo o que pertence ao gênio, ou a engenharia e artilharia".
Arq. Distr. Fed. — vol. IV — pág. 374).

Serviu sob as ordens do tenente general João Henrique de Bohm, como chefe de engenharia e artilharia, conquistando o pôsto de marechal de campo.

nunca se podem alimpar quando é preciso, e os canos da codução da mesma agua para esse Chafariz, construhidos por baixo da terra parece tambem terem sido feitos do mesmo modo, sem ser facil visitar e alimpar de tempo em tempo como se deve praticar, promptamente, quando é necessario; de outro modo nunca a tal agua vem pura, e limpa ao lugar onde deve sahir, por que sucede nascer algumas vezes nos canos varias raizes, e meter-se areyas dentro que se petrificarão, e outras muitas cousas, que impedem o curso da agua, que ficando tempos, se reduzem em pudridoens, e inficionão tudo e faz muito mau efeito para todos os que se servem desta mesma agua. Nada he mais evidente do que a bôa agua que contribue muito para a nossa bôa saúde, e por isso, em nenhuma outra cousa deve haver maior cuidado que em haver agua bôa em huma Povoação populosa como uma cidade.

E como o Chafariz velho pela sua incapacidade se faz preciso fazer outro novo para dar bastante agoa, e bôa; o lugar mais proprio pra se construhir, he certo ser na borda da Praya, em frente da praça do Pallacio, como se mostra na planta junta numero 4, e para isto é muito preciso primeiramente guarnecer a borda da Praya desta parte com um Cays tanto para segurar e conservar o fundamento deste Chafariz, como tambem para grande comodidade das Embarcações que necessitarem proverem-se de agua com prontidão; e além disto, este Cays é muito mercenario para todos os que desembarcão nesta parte do Pallacio, e vêm em escaler, etc., podendo chegar sem nenhum impedimento e incomomodidade das immundicias que ao presente se espalham por todas as partes desta Praya, que agora a fazem quasi incapaz de chegar à sua borda. O Plano que aqui junto numero 4 mostra a construção deste Cays com as suas escadas que em todo se estende somente em o comprimento da frente da Praça que entre o Pallacio e a casa da Camara desta Cidade. Tanto que houver aprovação de qualquer destes tres ditos projectos, logo se farão os perfiles necessarios para a continuação da despeza de toda esta obra com o seu Cays, etc.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1780. — JACQUES FUNCK, marechal de campo." (31)

---

(31) Ms. da Biblioteca Nacional.

Pela redação do primeiro documento acima transcrito se infere que a construção do cais antecedeu à obra do novo chafariz — isto é, ao seu assentamento à beira-mar.

A êsse respeito ponderava o marechal Funck:

> "E como o chafariz velho pela sua incapacidade se faz preciso fazer outro novo, para dar bastante água e boa, o lugar mais próximo para se construir, he certo na borda da Praya, em frente da praça do Pallacio... e para isto he muyto preciso primeiramente guarnecer a borda da Praya, desta parte com um cays, tanto para segurar e conservar o fundamento desse chafariz, como tambem pela grande commodidade das embarcações que necessitarem proverem-se de agua com prontidão e alem disso esse cays he muyto mercenario para todos os que desembarcão nesta parte do Pallacio e vêm de escaler..."

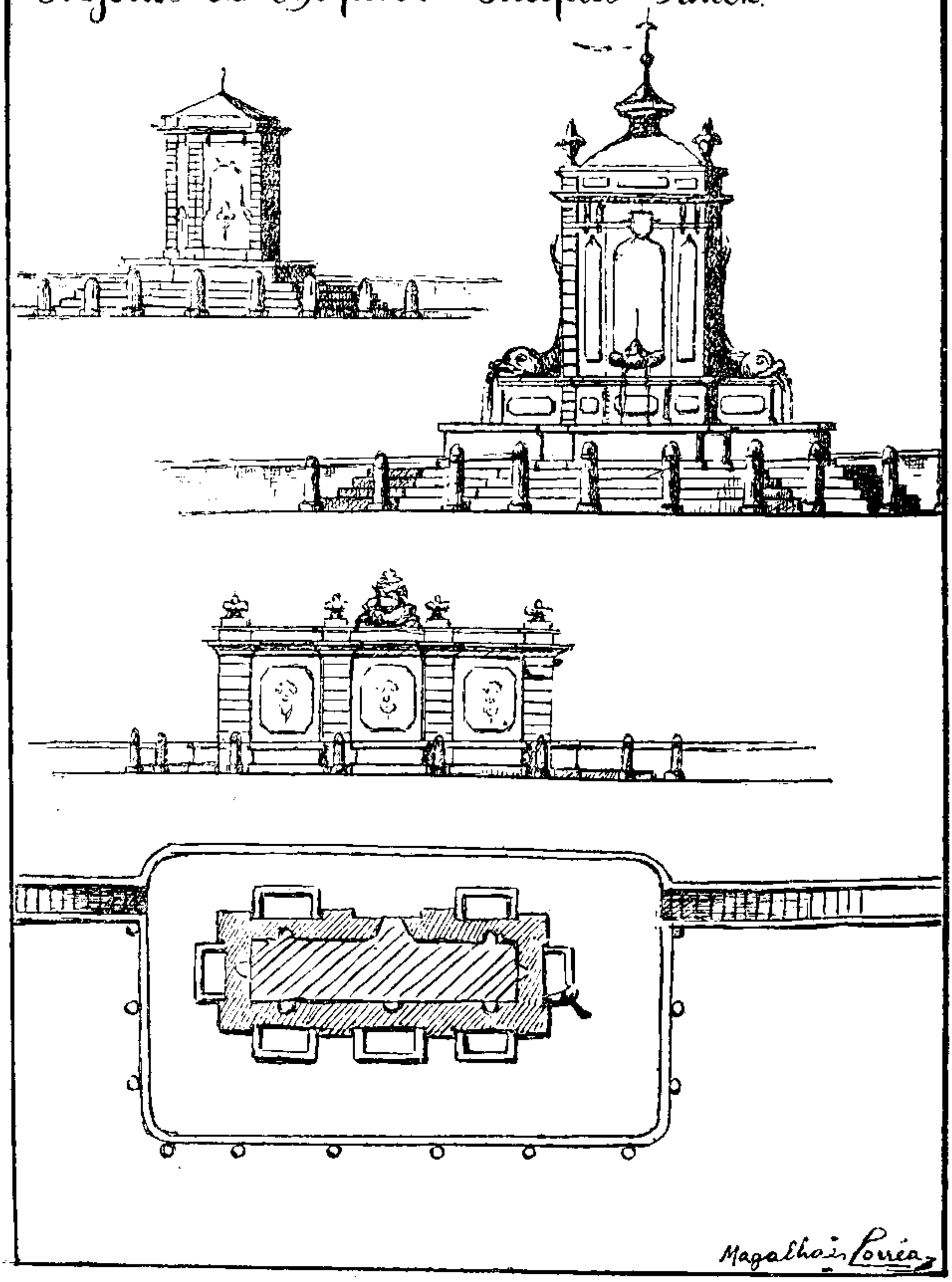
Dado o vulto das obras a executar com a construção do cais, antes das do assentamento do chafariz, teria o govêrno colonial de despender elevadas somas, utilizando-se do numerário que existisse nos cofres do erário.

"A obra dos canos da Carioca, que sendo a única água que se provê toda esta capital e as diferentes embarcações que chegam a este porto — dizia Luís de Vasconcelos — se acha ha muitos anos por acabar, conservando-se descobertos os canos que por êles se conduzem com grande distância; e por consequência, sujeitas as águas que por êles se conduzem a serem infeccionadas de toda a quantidade de animais, como tem mostrado por diferentes vêzes a experiência" (32).

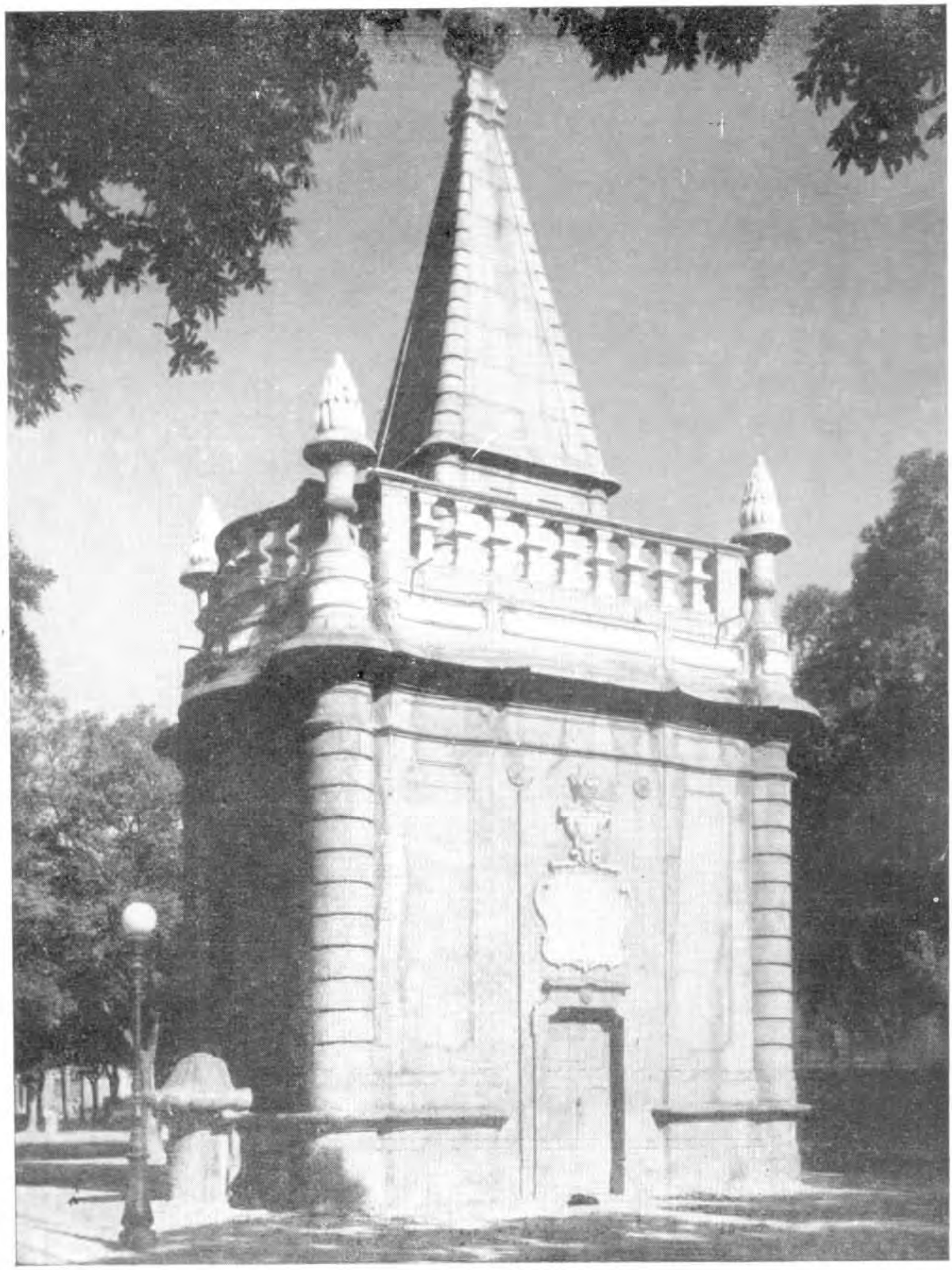
Para as obras da Carioca haviam sido consignadas determinadas quantias que foram absorvidas por outros gastos.

---

(32) Carta de Luís de Vasconcelos, em julho de 1781, a Martinho de Melo e Castro — e "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo LI — parte II — pág. 187.



Chafariz da Praça 15 de Novembro. Projeto de Jacques Funck, apresentado em 1780. Doc. da Biblioteca Nacional, copiado por Magalhães Correia.



Chafariz da Praça 15 de Novembro.

Rio de Janeiro 9 de Setembro de 1790. 175

Conta do Dinheiro recebido por Luiz Antonio Tinoco da Silva pertencente aos Donativos offerecidos p.a q. continuacão do cas. desta Cidade, por Ordem verbal q. p.a o mesmo fez o Coronel Gaspar José de Mattos Pereira e Lucena Gov.dor de Ordens do Ill.mo e Ex.mo S.r Conde de Resende Vice Rey deste Estado emanada das q. recebeu deste Sñr Ex.mo desde o dia 20 de Novembro de 1790, em q. recebeu a mesma Ordem, como declara no Termo p.a isto destinado fls., the o de 6 de Setembro em q. falleceu o mesmo Tinoco, em conformid.e dos Assentos feitos no sobred.o Termo e da confrontacão desta mesma data. . Saber.

Importe de todo o recebim.to q. teve o dito Tinoco pertence aos mencionados donativos no tempo acima declarado como conta do dito Termo de 3 a fl. 10 importe cinco contos quatrocentos e sessenta mil e quatrocentos reis. . . . . 25460$500

Importe do q. recebeu Gonçalo José de Menezes em q. deceo a molestia do falecido por Ordem do d.o S.r Cor.el Gov.dor de Ordens de 9 de Janeiro deste Corrente seiscentos mil reis. . 600$000 26.060$500

Encontro.

Pagou-se q. foi por Ordem do mesmo Ill.mo e Ex.mo Snr. do dito produto dos mesmos Donativos. . Saber.

Importe de treze Portarias do dito Ill.mo e Ex.mo Snr. juntas dos q. pagas ao Cap.m Mor Ingenh.o Jorg.e Correa da Serra, como Thes.o Encarregado Maximiliano Lopes; nos dias q. declara a conta junta respectivas a despeza feita com a obra do d.o Chafariz cinco contos quatrocentos e sessenta mil reis como equa. resulta cinco reis. . . . . 4.460$145.

Pago a Augusto José Cardozo em 29 de Jun.ho do dito q. por conta dos Jantares q. fazia e se distribuia aos Cab.os como do seu rec.o seiscentos mil reis. 600$000.

Pago por Juntas q. fizeram os d.os Jantares como dous recibos juntos, cinco e dous mil e oitocentos reis. 228$000

Pago por 12 dias de jornal ao Pedreiro q. ao mesmo tempo, como do Recibo, cinco mil quatrocentos e quarenta reis. . . . . 5$440. 5.033$585

Balanco existente a disposicão do Ill.mo e Ex.mo S.r Conde Vice Rey, monta hum conto, oito e sete mil quinhentos e quatorze reis. . . . . Rs 21.027$415

Chafariz da Praça 15 de Novembro. Fac-símile da conta do dinheiro recebido por Luís Antônio Tinoco da Silva. (Doc. do Arquivo Nacional).

Rio de Janeiro 9 de Setembro de 1790

Lista dos pagamentos feitos por Luiz Anto-
nio Tinoco Barbosa, e continuação do dias desta
edade, pelo producto dos Generos offerecidos p.ª a mesma
obra, em virtude das Ordens do Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde Vice-
Rey deste Estado q.ª e forão encarregados a d.º Tinoco do reco-
bimento dos mesmos Donativos. — Saber

1790 Dez.bro 19	Pago pelo importe do Frete q.º e dezem-barque da pedra, e conta da farinha amarga, da pelo Mayor Engenh.ro Joaquim Costa da Veiga e ora visto da Portaria desta ordi-naria data.		1:---$---
1791 Fev.º 26	Item ao M.el Caetano Maximiano José, encarregado da Obra do Telheiro e quartas-fe, e conta da dita arrecadada por elle, e pelo Ajud.te Engenh.ro Jozé Joaq.m Rangel man-dada pagar por Portaria desta data.		45:---$---
Abril 6.	Item ao sobred.te Mayor Engenh.ro Joaquim Costa Barros, por Portaria do mesmo dia, de q.ª mesmo recebo.		200$000
Ditto 15	Item ao mesmo por Portaria de 11.		200$000
Ditto 30	Item ao d.º por d.ª de 22.		400$000
Maio 9	Item ao d.º por d.ª de 7.		200$000
Ditto 20	Item ao d.º por d.ª de 18.		400$000
Junho 4	Item ao d.º por d.ª de 3.		400$000
Ditto 22	Item ao d.º por d.ª de 21.		400$000
Julho 17	Item ao d.º por d.ª de 15.		400$000
Agosto 3	Item ao d.º por d.ª de 2.		400$000
Ditto 9	Item ao d.º por d.ª de 8.		400$000
Ditto 24	Item ao d.º por d.ª de 26.		400$000
	São 13 Portarias, q.e importão em quatro contos quatrocentos e cinco mil cento e quarenta e cinco reis.		Rs 4:405$140

Por Luiz Antonio Tinoco da Silva

Joze Antonio de Lima

Chafariz da Praça 15 de Novembro. Folha de pagamento das obras do cais, preparatórias da sua construção. 1790-1791. (Doc. do Arquivo Nacional).

Apesar da deficiência de recursos, conseguiu Luís de Vasconcelos dar princípio à construção do cais, como se verifica da informação por êle prestada à metrópole portuguêsa:

> "Dei princípio à grande obra do cais, deixando concluída tôda a parte que formoseia a frente do palácio. Fiz tirar o antigo chafariz que ocupava o centro da parada geral, colocando outro junto ao mar, aonde não só o povo como as embarcações se refazem de água" (33).

No ano seguinte ao da apresentação das plantas de Jaques Funck, arrecadou a Capitania do Rio de Janeiro a importância de 465:676$130 e despendeu 472:996$981 — figurando do cômputo da receita com a despesa o *deficit* de 7:320$851.

Não era aconselhável que solicitasse o Vice-Rei qualquer auxílio do Senado da Câmara. O balanço da Municipalidade de 1783 — o mais antigo documento dessa espécie que possúi o Arquivo Municipal — assinalou apenas a receita de 11:069$231 e a despesa de 7:514$461, com o ridículo saldo de 554$770 (34).

A falta de água que flagelou a cidade em 1782 e 1783 concorreu, de certo modo, para o ativamento das obras do cais, cujo término propiciaria as do novo chafariz à beira-mar, imprescindível à aguada das embarcações. O auto de correição do ouvidor Francisco Luís Alvares da Rocha, em 27 de agôsto de 1783 (35) reclamava imediatas providências contra o *descaminho das águas que vem dos Arcos da Carioca e se conduzem ao chafariz público.* Não obstante haver passado há muito tempo para o domínio da fazenda real a despesa destinada ao reparo da conservação de fontes e aquedutos, julgava-se o Senado da Câmara com a precisa autoridade para intervir em benefício do povo (36).

---

(33) Catálogo dos Capitães-mores, Governadores, Capitães-generais e Vice-Reis — "Rev Inst. Hist. Geogr. Bras.". — tomo II — 1840 — pág. 96.

(34) *Receita e Despesa da Municipalidade* — Anuário cit.

(35) *Autos de Correções dos Ouvidores* — 1748-1820 — pág. 72.

(36) NORONHA SANTOS: *Aqueduto da Carioca* — Rev. do SPHAN — N. 4 — pág. 24.

Urgia a construção do cais, para a aguada das embarcações e dêle dependia o assentamento do novo chafariz, em substituição da fonte que se achava em ruínas.

Eram dois encargos diferentes, mas que se entrosavam. Um de plena seara da engenharia, demandando do seu executor conhecimentos técnicos e aplicação de processos de hidráulica da época. O outro, poderia ser executado por escultor de renome, escolhido dentre os próprios filhos da colônia.

Para o suprimento de água às embarcações já não existia o chafariz da Junta do Comércio, no antigo cais de Braz de Pina. A *Bica dos Marinheiros* ficava bem distante do centro comercial. O chafariz da Carioca, o primeiro a ser inaugurado na cidade e a mais notável obra de engenharia colonial, tinha outro destino (37).

Até a inauguração do chafariz do Valongo, que servia à população dêsse bairro e à aguada das embarcações surtas na Saúde e Gamboa, a fonte do largo do Palácio foi de grande utilidade aos embarcadiços.

"Nos primitivos tempos coloniais, os marinheiros iam prover-se de água na foz do rio Carioca e por êsse motivo a praia era conhecida por *Aguada dos Marinheiros,* hoje Flamengo. Mas, sendo construída uma pequena fonte em São Diogo, depois praia

---

(37) Citando os grandes cometimentos em matéria de engenharia civil, alude AFONSO DE E. TAUNAY ao chafariz e aqueduto da Carioca: "São os monumentos religiosos que mais avultam no acervo de que nos podemos envaidecer: já o século XVII nos deixa o Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro e se mais documentos não os possuímos desse porte é que a guerra nos arrebatou — o conjunto olindense, se acaso houvesse podido escapar à fúria incendiária dos neerlandeses, nos daria, certamente, motivo da mais legítima ufania. O século XVIII deixou em nosso solo cousas memoráveis, como os grandes templos baianos e mineiros e o Carmo, do Rio de Janeiro. Encetou-se a Candelária, construiu-se a Catedral de Belém, e quantas mais igrejas de maiores e menores dimensões e gôsto arquitetônico, mais e menos recomendáveis. Os engenheiros militares contribuiram poderosamente para o impulso da arquitetura e da engenharia da época ... "Entre êles, lembramos dois nomes ilustres do século XVIII: José Fernandes Pinto Alpoim e José Custodio de Sá e Faria". *Assuntos de três séculos coloniais — Engenharia* — "Anais do Museu Paulista" — N. 12 — págs. 181-182.

Formosa, por iniciativa dos jesuítas, proprietários das terras circunvizinhas — fonte que era constituída por uma coluna de pedra e duas bicas, alí iam tambem os marinheiros dos navios ancorados no porto fazer provisão de água" (38).

Em agôsto de 1789 já se achava ultimada a construção do cais do largo do Palácio, e a 20 desse mês e ano enviava o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa à metrópole cópia do relatório que entregara a seu sucessor, o Conde de Resende (39):

> "Com muita dificuldade pude construir a obra da Alfândega, por se achar acomodada numa espécie de celeiros e onde as fazendas ficavam pouco menos que expostas a todas as calamidades do tempo, com grande clamor dos negociantes e grande prejuizo de Sua Majestade, na diminuição dos seus reais direitos.
>
> Pude tambem empreender a obra de um cais, que está ainda incompleta pela conhecida e patente necessidade de um lugar cômodo e próprio para embarques e desembarques, que não havia tôda em esta marinha; dirigindo-se todo êste trabalho com mais economia do que despesa. Porém além de se fazerem tambem mais algumas obras inteiramente indispensáveis, não pude concluir outra muito essencial, como é a obra dos canos da Carioca, nem continuar a da Nova Sé, nem principiar a da Casa da Relação, da Casa da Correção, do real armazém do Trem da Artilharia e de muitas fortalezas que, sendo aqui tantas em número não há algumas concluída e serem todas essas obras de excessivas despesas e não haverem consignações algumas para se fazerem, como havia representado a Sua Majestade, sendo necessário repararem-se algumas apenas com novos consertos, que a tempo, a cada passo fazem ine-

---

(38) MAGALHÃES CORRÊA: *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes.*

(39) "*Publicações do Arq. Nac.*" — N. II — pág. 157.

vitáveis, para conservação do seu atual e incompleto estado" (40).

Era uma construção de grosso paredão a do cais que defendia a praia, onde, antes, o desembarque se tornava difícil por causa da agitação do mar. Assemelhava-se à muralha levantada nas marinhas de Lisboa, e defronte do palácio ficava uma rampa. Sôbre o cais e pela praça, figurados na planta da cidade de 1808, estendia-se um terrapleno calçado e ajardinado em painéis, contornados por meio-fios de pedra.

Cogitou-se, naquela época, de continuar o cais por tôda a praia de D. Manuel, e neste lugar construir um dique para navios pequenos, mas depois de iniciada a obra que numa pequena porção se concluiu, surgiram divergências, paralisando-se o serviço.

Diz monsenhor Pizarro que "algumas implicâncias originadas por desacêrtos do engenheiro Joaquim Corrêa (41) e por outros motivos que se recataram, obstaram o seu *remate*. Parte da cantaria ficou sepultada no entulho e enterrou-se no mar" (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 5.º vol. — pág. 226.)

Pouco depois de haver assumido o govêrno da Capitania o Vice-rei Conde de Resende (D. José Luís de Castro), que governou de 1790 a 1801, mandou prosseguir a obra do cais encetada por Luís de Vasconcelos e que se inaugurara antes de 1789.

Para o custeio dessa construção, inclusive compra de materiais e pagamento de salários, aplicou o Vice-Rei o produto de donativos oferecidos pelo povo (42).

---

(40) Ms. do Arq. Nac.

(41) Joaquim Corrêa da Serra, Sargento-mor do corpo de engenheiros. Seu nome figura no *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792*: "Anais da Bibl. Nac." — tomo LIX — LIX — pág. 237.

(42) Êstes donativos ou subscrições, impostos por cartas régias e provisões, anunciados em bandos, aplicavam-se às festas rememorativas da casa real e à construção de pontes, fortificações e chafarizes, concorrendo para isso pessoas abastadas, notadamente os proprietários rurais.

Com a designação de *oficiais do cais* ou *oficiais para a defesa da obra flanqueada do cais,* concedeu o Vice-rei postos de capitães, tenentes e alferes a moradores endinheirados pertencentes ao comércio e à então incipiente indústria da Capitania, concorrendo uns e outros com avultadas quantias, solicitadas a título de auxílio para obras públicas e pias. Além disso, tais moradores foram compelidos a ceder os seus escravos para trabalhos braçais (43).

Considerado ainda precário o estado financeiro, o segundo conde de Resende comunicava à metrópole, em data de 23 de maio de 1791, a urgente necessidade de mais recursos monetários para concluir várias obras, inclusive as da fortaleza de Santa Cruz. Dentre as medidas imediatas a se proceder, lembrava a criação de mais uma loteria, cujo plano submetia à apreciação da metrópole (44).

As primeiras muralhas feitas no Rio de Janeiro foram as do recinto da fortificação do morro do Descanso. O mais antigo paredão marítimo construiu-se da praia de Nossa Senhora do Ó, a partir do largo deste nome, até a praia de Santa Luzia, como se lê em obras de antigos cronistas e, recentemente, no trabalho de Morales de los Rios Filho, *O Rio de Janeiro Imperial.*

Dos donativos recebidos do coronel Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena, ajudante de ordens do Vice-rei, de 20 de novembro de 1790 a 6 de setembro de 1791, e destinados à construção do cais, em direção à praia Dom Manuel, despendeu Luís Antonio Tinoco da Silva as quantias que foram registradas em documentos do real erário e cuja cópia fotostática reproduzimos neste trabalho (45).

As obras de prolongamento do cais na orla da praia Dom Manuel foram abandonadas em 1801 em véspera de se empossar no

---

(43) Doze capitães, quatro tenentes e sessenta e quatro alferes — ao todo, noventa *oficiais do cais,* cujos nomes figuram no *Almanaque da Cidade para 1794.*

(44) "*Publicações do Arq. Nac.*" — N. II — pág. 173.

(45) *Catálogo de Memórias e Outros Documentos do Arquivo Nacional* — Vol IX. Trabalho organizado pelo arquivista Antônio Carlos Chichorro da Gama e existente na Secção Histórica daquela instituição.

govêrno D. Fernando José de Portugal (marquês de Aguiar), cuja administração, iniciada em outubro daquele ano, terminou em 1806.

Até a data do falecimento de Luís Antônio Tinoco da Silva (6 de setembro de 1791), recebera êsse protegido do conde de Resende a importância de 26:060$500, constituída de donativos oferecidos pelo povo e que lhe fôra entregue pelo coronel Gaspar José de Matos Ferreira de Lucena, ajudante de ordens dêsse Vice-rei. Durante a enfermidade de Tinoco da Silva, conforme o documento que reproduzimos em cópia fotostática, Gonçalo de Mendonça fôra o intermediário no recebimento de importâncias que atingiram a sôma de 600$000, aplicando-a às obras do cais.

Nos anos de 1790 e 1791, foram as obras feitas sob a direção dos engenheiros Joaquim da Serra e José Corrêa Rangel, êste na qualidade de ajudante.

Lord Macartney, gentil-homem irlandês, no desempenho de missão que lhe confiara Jorge III, passou pelo Rio de Janeiro, embarcado na esquadra constituida dos navios "Lion", "Industan" e "Jackall", em princípios de dezembro de 1792 (46). Pôde o ilustre viajante irlandês apreciar o cais construido por Luís de Vasconcelos, e viu as obras que lentamente se desenvolviam no prolongamento do desembarcadouro.

No mesmo ano, outro súdito de Sua Majestade britânica, Sir John Barrow, em visita à cidade, anotou em seu canhenho de viagem a boa impressão que lhe causara o cais do largo do Palácio (47).

Com os atêrros que se fizeram desordenadamente sôbre o mar, ficou pouco utilizável o cais, quer o antigo, quer o prolongamento, arruinando-se afinal na extensão de 105 braças, do largo do Palácio ao terrapleno do largo de Moura. Reparado, embora, o desembarca-

---

(46) Dessa embaixada, que se dirigia à China, ficou circunstanciada relação impressa, devida à pena de Sir GEORGE STAUNTON, secretário de Lord Macartney e traduzida para o francês por J. B. J. Breton (Paris, 1804). Em nosso idioma comentou-a AFONSO DE E. TAUNAY, no tomo 90, vol. 144, da "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras."

(47) *Voyage à la Conchinchine par les îles de Madère, de Ténériffe et du Cap Vert, le Brésil et l'Ile de Java.*

douro no córrer dos anos de 1837 e 38, com a construção de novas escadas de acesso e de uma rampa, segundo o plano do barão de Taunay, tornou-se, contudo, precaríssima sua serventia para o desembarque de passageiros e cargas, máxime por ocasião das violentas ressacas.

Julgado imprestável, foi demolido o desembarcadouro em 1841. Pretendeu a Câmara Municipal nesse ano reconstruí-lo de conformidade com a resolução de 26 de março, incumbindo de semelhante tarefa o engenheiro tenente-coronel Antônio Joaquim de Sousa. Projetara-se, nessa ocasião, construir um grande cais, desde o prédio ocupado pelo Hotel Pharoux até o trapiche da cidade. Avaliou-se a despesa, a princípio em duzentos e trinta sete contos de réis, para ser posteriormente orçada em duzentos e oitenta contos, o que tornava impossível pràticamente executá-la por conta dos cofres municipais — cuja receita, orçada naquele ano em 183:924$657, teve a arrecadação de 166:119$993, apresentando um *déficit* de 17:804$664.

A 24 de março de 1843, expunha o presidente da Câmara Municipal, Luis de Menezes Vasconcelos de Drummond, ao ministro do Império, conselheiro José Antônio da Silva Maria, a verdadeira situação financeira da Municipalidade, que a impedia de assumir compromissos atinentes à construção de semelhante obra:

> "A fatura do cais do largo do Paço é certamente a obra de que mais se necessita para aformosear esta cidade: ela é de magnitude tal, que não cabe nas fôrças do cofre da Municipalidade o poder empreendê-la, porque a despesa orça perto de quatrocentos contos de réis, sendo mister de pronto sessenta ou oitenta contos, para as primeiras despesas e por isso, essa obra só poderá ter lugar com auxílio do Govêrno." (48)

---

(48) *Obras Públicas da Ilma...Câmara Municipal da Côrte* — Ms. do Arq. Mun.

Em 1843 a receita arrecadada e a despesa efetuada ascenderam — a primeira à cifra de 236:820$994, e segunda, a 226:746$965.

No relatório do diretor das Obras Municipais, major de engenheiros Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan (20 setembro 1843), são discriminados os cais

Aquiescendo o govêrno imperial às ponderações da Municipalidade, tomou a seu cargo realizar as despesas, ficando, porém, sob a fiscalização técnica da Câmara os trabalhos.

Fêz-se preliminarmente um grande atêrro para consolidar o terreno em alguns trechos, desaparecendo alagadiços que ainda se notavam em direção à praia Dom Manuel. Despendeu-se em 1849 a importância de 77:214$000, achando-se nesse ano bem adiantadas as obras (49) — que prosseguiram até 1853, sob nova direção técnica, confiada em comêço ao marechal Soares de Andréia e, por último, ao engenheiro Charles Neate, que se encarregou também da construção do cais da praia da Glória.

Quando ministro do Império no Gabinete de 7 de março de 1871, o conselheiro João Alfredo, atendendo à representação da Câmara Municipal, autorizou a feitura de uma rampa de pedra e de outros melhoramentos indispensáveis no cais da praça Dom Pedro II, antigo largo do Paço, dispendendo o govêrno imperial 85:433$000. Ainda por conta do Ministério do Império, construiu-se nessa praça um jardim, sob o plano do arquiteto Glaziou, de 29 de setembro de 1874, e que se inaugurou em 25 de março de 1877.

Novas obras de reparo se fizeram em 1890. Sete anos depois, reconstruiram-se as escadas.

A 28 de maio de 1902, o prefeito Joaquim Xavier da Silveira Junior iniciou o embelezamento do cais Pharoux, orçado em..... 106:000$000, lavrando-se no mesmo ano contrato com os engenheiros Francisco Manuel das Chagas Doria e Joaquim de Oliveira Fernan-

---

então existentes na cidade do Rio de Janeiro e construídos com solidez, os da praia dos Mineiros, do Pharoux, do Saco do Alferes e de São Cristóvão. Continuava arruinado o cais do largo do Paço. Sugeria Beaurepaire Rohan a construção de pequenos desembarcadouros nas praias Dom Manuel e do Peixe, êste em frente ao mercado Municipal, ao invés de um cais geral projetado entre os Arsenais de Guerra e de Marinha, que absorveria considável soma. Conviria fazer-se no Valongo o atêrro da praia até o alinhamento do novo cais da Imperatriz, inaugurado naquele ano. Os proprietários se obrigariam a não edificar no espaço destinado a logradouros públicos.

(49) *Relatório do Ministro do Império Visconde de Monte Alegre.*

des. Prosseguiram tais melhoramentos na administração interina do coronel Carlos Leite Ribeiro, presidente do Conselho Municipal, e tiveram seu acabamento na governança do prefeito Francisco Pereira Passos, que alterou o projèto primitivo. Grande parte dos trabalhos hidráulicos foi confiada ao engenheiro Adolfo José Delvecchio, celebrando-se contrato entre a Companhia Cantareira e Viação Fluminense e a Prefeitura, para prolongamento do cais. Demoliu-se por essa ocasião um grupo de casas de antiquíssima construção. Dentro do programa administrativo do prefeito Passos, inaugurou-se a 21 de junho de 1903 um grande coreto na parte ajardinada da praça.

A partir do ano de 1852 avultaram varios projetos de melhoramentos do pôrto do Rio de Janeiro, elaborados por engenheiros que contavam com recursos financeiros de importantes industriais. Mereceram pormenorizados estudos a construção e o consêrto de cais de atracação em tôda a faixa litorânea da cidade. No alinhamento do cais Pharoux projetara o proprietário do hotel dêsse nome, situado na rua Fresca, a construção de uma ponte destinada ao público em geral — ponte que ainda existia e fôra autorizada pela Câmara Municipal em 22 de agôsto de 1838. Da mesma sorte, junto ao cais Pharoux, construira-se em 1861 a ponte flutuante com estacaria de madeira, para atracação das barcas da Companhia Ferry, que inaugurou o seu serviço de transporte marítimo a 29 de julho do ano seguinte.

O engenheiro Carlos Sampaio enumera, em sua *Memória Histórica — Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922,* os vários projetos de engenheiros e industriais que contribuiram com estudos para as obras do Pôrto do Rio de Janeiro em diferentes épocas. Além dos engenheiros Bellegarde, Niemeyer, Soares de Andréia e Fernandes Pinheiro, registra o engenheiro Carlos Sampaio os nomes e os projetos de Charles Neate (1853); H. Law e Ginty (1858); Bernard, L'Herideau e José Pereira Tavares (1860); André Rebouças (1870); Antônio Rebouças Filho (1880); Vieira Souto (1880); o capitalista Visconde de Figueiredo (1889 e depois do advento da República: Francisco Bicalho, Alfredo Lisboa e Adolfo Delvecchio.

O NOVO CHAFARIZ

Pode-se afirmar — e não é demais insistir neste assunto — que o chafariz ainda existente na praça Quinze de Novembro, inaugurado no Vice-Reinado de Luís de Vasconcelos, não é o mesmo que se ergueu na metade do século XVIII, no centro daquele logradouro, onde se vê a estátua do Marechal Osório, cuja inauguração ocorreu a 18 de novembro de 1894.

Incidiram no equívoco de acreditar na remoção do antigo monumento para a borda do cais alguns cronistas e historiadores que escreveram sôbre o Rio de Janeiro, interpretando como bem aceitável a redação um tanto confusa e imprópria de Monsenhor Pizarro, no volume V de suas apreciáveis *Memórias Históricas*.

A consulta atenta do documentário arrolado, com os depoimentos de Baltazar da Silva Lisboa, Jaques Funck e Luís de Vasconcelos, esclarece suficientemente o assunto. Em seus *Anais do Rio de Janeiro,* o antigo juiz de fora, Presidente do Senado da Câmara de 1787 a 1795, declara haver sido "desmanchado o antigo chafariz". Opulentos de sabedoria e muito minudentes acerca da história política e administrativa, constituem os *Anais* a fonte mais interessante e proveitosa de estudos relativos à história da Capitania e Cidade do Rio de Janeiro, do século da descoberta até o limiar da centúria oitocentista. Da *Exposição* do marechal Jaques Funck, em 1780, apresentando a Luís de Vasconcelos os riscos para a construção do cáis e chafariz, se evidencia que foi feito outro monumento para o abastecimento de água: "E como o chafariz velho pela sua incapacidade se faz preciso fazer outro novo — disse êle — para dar bastante água e boa, o lugar mais próximo para se o construir é certo na borda da praia, em frente da praça do Palácio". O próprio Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, em correspondência endereçada à metrópole, registra: "Fiz tirar o antigo chafariz que ocupava o centro da parada geral, colocando outro junto ao mar, onde não só o povo como as embarcações se refazem de água." No *Mapa das fontes públicas da Cidade,* incluído nas *Memórias Econômicas da*

Cidade do Rio de Janeiro, ao tempo do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos, encontram-se as seguintes referências:

"*Novo chafariz do cais* * (O chafariz da atual praça 15 de Novembro)
Novo chafariz das Marrecas *
Cascata dos jacarés do Passeio Público *
Caminho da Glória
Matacavalos
Lagoa da Sentinela
Bom Jesus (não concluída)

Excetuada a de São Bento, todos os conventos têm fontes dentro. As que levam * são erigidas pelo Exmo. Sr. Luís de Vasconcelos". (50)

O chafariz do antigo largo do Palácio, o mais belo dentre todos levantados na cidade, foi inaugurado em abril de 1789.

Na face que deita para a praça, lê-se a seguinte inscrição latina, num oval sôbre mármore:

IGNIFERO CURRU POPULOS DUM PHOEBUS ADURIT
VASCONCELLUS AQUIS EJECIT URBE SITIM
PHOEBE RETRO PROPERA: ET COELI STATIONE RELICTA
PROECLARO POTIUS NITERE ADESSE VIRO

Na face voltada para o mar:

MARIAE I
PORTUGALLIAE REGINAE
PIAE, OPTIMAE, AUGUSTAE
E NAVIBUS IN TERRAM FACTO EXCENSU
RECIPROCANTIS AESTUS INFRACTO IMPETU
INGENTI MOLE
CONSTRUCTIS PUBLIAE SEDILIBUS
FORO, FONTE IMMUTATIS

(50) "Rev. do Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo XLVII — 1.ª parte — pág. 35.

IN ANGUSTIOREM ET COMMODIOREM FORMAM
REDACTIS
REGALIBUS MAXIMIS IMPENSIS
ALOYSIO VASCONCELLOS SOUZA
BRASILIAE VICES REGIS GERENTI
CUJUS AUSPICIIS HOEC SUNT PERFECTA
HOC MONUMENTUM
POS
TOT TANTISQUE EJUS BENEFICIIS
GRATUS
POPULUS SEBASTIANOPOLIS
VI KAL APRILIS
ANNO MDCCLXXXIX (51)

O chafariz oferece lindo aspecto arquitetônico, assemelhando-se a uma ermida.

Descreve-o tècnicamente Magalhães Corrêa em *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes*:

> "Consta de um corpo prismático quadrangular, apesar de não serem planas as suas faces laterais e sôbre êste um outro prisma menor, que por vez suporta uma pirâmide quadrangular, que se elevando com elegância forma o todo do chafariz.

---

(51) O ilustre latinista e epigrafista, desembargador VIEIRA FERREIRA, traduziu muitas das inscrições dos chafarizes do Rio de Janeiro. E' de sua lavra esta, que figura na *História da Cidade* de Max Fleiuss, com referência ao chafariz da antiga praça D. Pedro II, atual Quinze de Novembro:

"Sendo rainha de Portugal, Maria I, pia, ótima, augusta, tendo feito um desembarcadouro, quebrada com um grande cais a violência das ondas, refluentes, construídas as estações para o serviço público, transformado o largo e o chafariz, dando-lhe disposição mais considerável e cômoda, como enorme despesa do erário real, a Luís de Vasconcelos e Sousa, que em quarto lugar administrou o Vice-Reino do Brasil, em cujo govêrno estas obras foram concluídas, o povo do Rio de Janeiro agradecido pelos seus tantos e tão grandes serviços ergueu este monumento. Enquanto Febo com ignífero carro os povos queima, Vasconcelos com as águas da cidade expele a sêde. Febo, retrocede já e, deixando a mansão celeste, esforça-te, é melhor, por ajudar o ilustre homem."

O primeiro corpo quadrangular tem as suas arestas transformadas em pilastras circulares que, depois de sofrerem as modificações do entablamento, terminam no último filête da cornija e vão ainda servir de base a delicados vasos de cantaria, os quais, como piras, arrematam com chamas esculpidas em mármore os povos marginários do mar Egeu, que queimam incenso e mirra em honra dos deuses da águas. Sôbre êste prisma e por tôdas as faces, corre uma balaustrada de cantaria e mármore, delimitando um terraço. No centro dêste, ergue-se outro prisma menor, que serve de base a uma pirâmide quadrangular, cujas arestas cônicas, elevando-se, se encontram em seu vértice, coroado com as armas portuguêsas em mármore, as quais foram em 1842 substituídas pela coroa brasileira encimando uma esfera armilar de ferro, tendo desaparecido a coroa.

Na fachada principal do primeiro prisma, lado do mar, há uma pequena e delicada porta, que dá acesso ao interior; sôbre ela estão colocadas em uma cartuxa inscrições e sôbre as mesmas armas de Luís de Vasconcelos, de mármore.

Dos três lados, laterais e posteriores, nascem conchas de pedra que, por quatro bicas, precipitam a água em tanques, em graciosos movimentos. Nas faces laterais, sôbre as bicas, existe um balcão de molde particularmente interessante, com sua varanda de ferro." (52)

Em tôrno do chafariz procedeu-se em diferentes épocas à pavimentação do terreno, sendo dos mais notáveis trabalhos executados o de 1841 e o de 1858. Neste ano, calçou-se tôda a praça a paralelepípedos numa área de 792 braças quadradas.

---

(52) Em *O Rio de Janeiro*, de MOREIRA DE AZEVEDO, 1877, encontra-se pequena descrição do monumento, sem os pormenores do trabalho de Magalhães Corrêa. Avivaram-se em 1840 as inscrições e remate da pirâmide, substituindo-se depois as armas portuguêsas pelas do Brasil.

No primeiro ano do lançamento e cobrança da décima urbana, criada pelo alvará de 27 de junho de 1808, possuía a praça apenas cinco casas. Aumentou consideràvelmente a edificação no transcorrer dos anos, registrando Walsh, em 1828, vinte e nove prédios.

Contava em 1831 o largo do Paço 43 lampiões de iluminação a azeite de peixe, distribuídos por tôda a extensão do cais, ao centro e nas outras faces do logradouro.

Do lado do chafariz, ficava noutros tempos a principal parada das *diligências,* das linhas que trafegavam para a praia de Botafogo, São Clemente e Laranjeiras.

O relatório do ministro do Império, conselheiro Francisco Ramiro de Assis Coelho, de 1839, no capítulo referente a obras públicas, faz menção da abertura da rua do Cano até o Largo do Paço, mostrando a necessidade de reparos no chafariz:

> "Êste chafariz precisa de grandes consêrtos, aos quais tem de se proceder com a quantia prestada para a conservação." (53)

CANALIZAÇAO — AGUADA E AGUADEIROS

Procedeu-se com grande dificuldade à canalização de água provinda da Carioca, substituindo-se antigos encanamentos que serviram à fonte levantada em meados do século XVIII.

---

(53) Para proteger os mananciais contra a destruição que se fazia impunemente o govêrno tomou medidas enérgicas, decretando a 9 de agôsto de 1817 fôssem coutados os terrenos de matos, madeiras e lenhas, que estavam ao redor das nascentes do Aqueduto da Carioca e ao longo do mesmo aqueduto até o morro de Santa Teresa, de forma a remediar as causas que concorriam à falta de água na cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte, outro decreto, de 17 de agôsto, mandou também coutar o terreno das nascentes dos rios Comprido, Trapicheiro, Maracanã, e outros.

Ainda a respeito da falta de água nos chafarizes da cidade, determinou em 1824 o ministro do Império Estêvão Ribeiro de Resende, novas providências, em 6 de novembro, expedindo ordens ao sargento-mor Manuel José de Oliveira, no setor das obras públicas na Carioca e ao Intendente geral da Polícia.

"Comunicava-se o antigo chafariz com o da Carioca por um encanamento de chumbo de três e meia polegadas de diâmetro e trezentas e oitenta e sete braças de extensão — embutido em pedras perfuradas vindas de Lisboa, capeadas por grossas paredes de pedra e cal e que passava pela rua outrora denominada do Cano, hoje Sete de Setembro.

No Vice-Reinado de Luís de Vasconcelos foi êsse chafariz demolido para desimpedir a praça e facilitar as manobras militares, sendo substituido por outro, construido com pedra do país, pelo plano de Valentim da Fonseca e Silva e que foi levantado nas proximidades do mar, para fornecer aguada às embarcações do pôrto. Esse chafariz que chegou até os nossos dias, ainda se ostenta na praça Quize de Novembro." (54)

Dom José Luís de Castro, segundo Conde de Resende, e quinto Vice-Rei, mandou cobrir o aqueduto da Carioca, para evitar o desvio das águas e "impedir a sua corrupção por corpos heterogéneos — na frase daquêle Vice-Rei — corpos heterogêneos frequentemente misturados, existindo sem resguardo os canos" (55).

Substituiu por condutores de pedra os antigos, que da fonte da Carioca se estendiam pela rua do Cano até a praça então denominada do Carmo.

Em trabalho divulgado em 1922, da Repartição de Águas e Obras Públicas e que constitui o segundo volume do Relatório da Comissão do Patrimônio Nacional, encontram-se fartos informes a respeito das canalizações dos rios Carioca, Maracanã, Trapicheiro e Comprido, subsídios êsses já conhecidos e que nenhum interêsse oferecem para o nosso estudo (56). Êsses informes vêm confirmar a prova já arrolada.

---

(54) ANTÔNIO JOAQUIM DE ALMEIDA E SILVA: *Memórias e Documentos* — "Boletim do Ministério da Viação e Obras Públicas" — N. 4 — tomo IV — pág. 19.
(55) PIZARRO: *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — volume V — págs. 226-227.
(56) *Notas sôbre o abastecimento,* etc.

O serviço de canalização em busca do chafariz do largo do Paço, levantado em 1789 por Luís de Vasconcelos, foi morosamente executado, devido em grandé parte ao preço exagerado de materiais a adquirir e à escassez de recursos monetários com que lutava o govêrno colonial para satisfazer o pagamento de salários de operários, muitos dos quais escravos alugados por seus senhores.

Em princípios de 1794, ainda não se havia ultimado a canalização.

A 26 de fevereiro daquele ano, mandara o Senado da Câmara pôr em hasta pública a arrematação do consêrto da calçada do largo do Carmo, "em frente ao palácio do Senhor Vice-Rei até o novo chafariz — cujo encanamento está sendo levantado" (57).

Mostra-nos essa resolução municipal que em 1794 o chafariz, inaugurado em 1789, estava nas mesmas condições da época de sua instalação, dependendo o abastecimento de água às embarcações e ao público em geral do término das obras do encanamento, que se faziam vagarosamente.

Em regra, era êste o aspecto de quase tôdas as obras a cargo da governança.

Afora o preparo do solo para a pavimentação de logradouros, limitadas obras de engenharia se faziam nos tempos coloniais, e as mais importantes, com certa freqüência, da alçada do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, se reduziam à limpeza ou ao desvio de valas, bem como a um e outro enxugo de pequenos pântanos.

Os grandes alagadiços, quando extravasavam as águas, eram contidos por meio de represadores e, de longe em longe, fazia-se a construção de muralhas de sustentação, de pedra e cal do Reino — coisa aliás raríssima e digna de especial registro.

Em estudo publicado nos *Anais do Museu Paulista,* Afonso de E. Taunay assinala êsse aspecto do período colonial salientando entre as grandes obras de valor, a da canalização das águas "para o famoso chafariz de Mestre Valentim".

---

(57) *Calçamentos* — 1791 —1800 — Ms. do Arq. Munic.

A aguada às embarcações que se dirigiam com suas pipas ao litoral do antigo largo do Paço e o suprimento do precioso líquido aos aguadeiros realizaram-se durante largo tempo, a partir dos últimos anos do século XVIII, diàriamente, pela manhã até o meio-dia, e à tarde, depois de duas horas, sob a maior fiscalização da polícia.

Velhas estampas coloniais retratam grupos de escravos africanos e de negros livres, semi-nus, com seus barris e pipas em tôrno de chafarizes (58).

Não obstante a repressão policial, feita com severidade de algoz, os escravos aguadeiros cometiam comumente desordens e se envolviam em crimes, disputando preferência no enchimento dos barris.

Em 1860, já se podia registrar em franco declínio o serviço dos aguadeiros para o abastecimento de domicílios. Desde 15 de janeiro de 1840, concedera o govêrno imperial a particulares a faculdade de se utilizarem das águas dos aquedutos públicos, canalizando-as para suas casas e chácaras. Em 1869, funcionavam 3.770 registros de penas dágua, inclusive 254 gratuitas, além de 644 torneiras de pilastra de chafarizes (59).

---

(58) Dentre outras estampas, citemos: As de DEBRET: *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — entre as págs. 144 e 145, tomo II, vol. III (edição em lingua portuguêsa); RUGENDAS: *Viagem Pitoresca através do Brasil* — depois da pág. 205, edição em lingua portuguêsa; WANDRACH, entre as págs. 176 e 177, da obra *O Rio de Janeiro como é*, de autoria do mercenário alemão C. Schlichtorst, ex-oficial do Exército Imperial do Brasil, em 1824-25; a aquarela de J. REIS CARVALHO, 1851.

(59) Em 1860, o poder legislativo do Império autorizou o govêrno, pela lei do orçamento n. 114, de 27 de setembro, a desapropriar as nascentes de águas imprescindíveis à melhoria do abastecimento público e particular. Em 1863, intensificaram-se as concessões e ramificações de penas d'água para casas e chácaras de particulares. Novas desapropriações e obras necessárias ao abastecimento tiveram lugar de 1875 em diante. Em 1884 procurou-se resolver o angustioso problema da falta de água de que periòdicamente se ressentia a cidade, aproveitando-se mananciais dos rios S. Pedro, Ouro, Tinguá, Xerém, Mantiquira, etc. Executaram-se obras de grande vulto, que contaram, a partir daquele ano, sucessivamente com o concurso dos engenheiros Belford Roxo, Francisco Bicalho, Luís Van Erven, Sampaio Corrêa, Henrique Novais e outros.

Foram suprimidos, em 1883, os abastecimentos que se faziam em chafarizes, com exceção de um ou outro. Nesse ano contavam-se 23112 penas d'água concedidas, que ascenderam em 1886 a 29372.

Em 1887 inaugurava-se o chafariz monumental da Praça Quinze de Novembro — tipo dos ornamentais que existem nas grandes capitais.

De indústria francesa, o chafariz de ferro fundido foi trabalhado em Paris e tem alta bacia circular, apresentando ao centro uma carranca, de onde jorra a água. O movimento das águas é produzido por uma bomba hidráulica, que faz circular o líquido sem perda de uma gôta. À noite, transforma-se em fonte luminosa, quando necessário, em dias festivos.

Com a demolição do cais do largo da Imperatriz, os dois golfinhos ali existentes foram, segundo Araújo Viana, removidos na administração do Prefeito Pereira Passos para o chafariz da praça Quinze de Novembro.

Em princípios de 1924 a Inspetoria de Obras Públicas retirou-os daquele lugar, instalando-os no açude do morro do Inglês.

Durante a administração Prado Junior foram colocados quatro grupos em mármore nos socos onde estiveram os golfinhos.

Do chafariz monumental da praça Quinze de Novembro, pode ser lida interessante descrição de Magalhães Corrêa, a págs. 153 e 154, de *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes.*

CONTROVÉRSIA EM TÔRNO DO MESTRE VALENTIM

Acreditam alguns cronistas e historiadores que o plano Jaques Funck, em 1780, observado nove anos depois quanto às obras do cais, não o fôsse, todavia, em relação ao chafariz, por desmerecer do beneplácito real o risco apresentado.

Admitem outros escritores que Valentim da Fonseca e Silva — o célebre Mestre Valentim — autorizado pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, de quem era amigo dedicado, modificasse o desenho de Funck.

Ainda para um reduzido número de estudiosos de assuntos históricos coubera, exclusivamente, ao notável escultor patrício a elaboração do risco que serviu de base à construção do monumento histórico.

Em demoradas investigações, empregamos os maiores esforços no sentido de comprovar a interferência de Valentim na feitura do chafariz. Infelizmente, nenhum documento encontramos que nos pudesse orientar acêrca da autoria atribuída por autorização sabedores da história da cidade. É possível que existam achegas ou registros que permitam esclarecer, sem nenhuma restrição, a verdadeira responsabilidade de Mestre Valentim na admirável obra de arte. Certo é, porém, que até agora nenhum documento existe que prove à saciedade ser o escultor patrício o autor do risco.

No terreno das conjeturas, quer nos parecer bem razoável que o escultor Valentim, gozando da estima pessoal do Vice-Rei Luís de Vasconcelos, fôsse por êle incumbido de alterar o antigo risco e, neste caso, o fizesse ligeiramente, porquanto o aspecto arquitetônico do monumento, pouco, muito pouco, se nos afigura diferir do desenho traçado pelo ilustre engenheiro sueco Funck, que de sua passagem por nossa terra deixou consideráveis trabalhos, notadamente sôbre defesa militar.

Trabalhador inteligente, que se recomendara na escultura de ornatos e na estatuária em madeira, Valentim impusera-se por suas obras, dando-lhes um cunho nacionalista. Adquiriu maiores conhecimentos no domínio da grande escultura, "deixando a torêutica pela modelagem no barro e a fundição de ferro e de chumbo, ambas estas operações praticadas pela primeira vez no país".

Dos estrangeiros que anotaram aspectos da vida do Rio de Janeiro, completando a obra minuciosa do cronista joanino Padre *Perereca,* entre outros John Luccock (60), João Maurício Rugendas (61), João Batista Debret (62) e, posteriormente, no Segundo

(60) *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.*
(61) *Viagem Pitoresca no Brasil.*
(62) *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.*

Reinado, Daniel P. Kidder (63), nenhum dêles alude a Funck e a Mestre Valentim, êste falecido em 1813 e aquêle, muito antes desaparecido do cenário brasileiro (64).

Citemos, entre historiadores e cronistas coloniais, e dos primeiros anos do Brasil independente, além de Monsenhor Pizarro, a cuja obra publicada em 1820 já nos referimos — o português Manuel Aires de Casal, autor da *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil* (1817) e os brasileiros Luís Gonçalves dos Santos, Padre *Perereca* (*Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — 1825) e Baltazar da Silva Lisboa (*Anais do Rio de Janeiro* — 1834).

No segundo volume de sua obra, registra Aires de Casal:

> "O chafariz da praça do Palácio, em forma de tôrre, o das Marrecas, o da praça de Moura e o da Carioca com 12 bicas, estão no bairro oriental. Para todos é a água conduzida dos montes vizinhos por um aqueduto de duas arcadas, uma sôbre a outra, das quais a superior tem quarenta e dois arcos..."
>
> "As praças mais regulares que ornam a cidade, são a do Palácio, com setenta e quatro braças de comprimento, quarenta de largura, um belo cais ao lado oriental e junto dêle o mencionado chafariz..."

Luís Gonçalves dos Santos, na introdução às *Memórias,* descrevendo a cidade velha, é mais explícito:

---

(63) *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil.*

(64) Entre outros estudos do marechal de campo FUNCK, promovido a êsse pôsto em julho de 1744 — conforme comunicação do Ministro Martinho de Melo e Castro ao Vice-Rei Marquês do Lavradio, a 22 daquele mês e ano (*Publicações do Arq. Nac. —Correspondência da Côrte* — vol. III — pág. 35 — registra-se a *Exposição do plano de fortificação em que se pretende cercar a cidade do Rio de Janeiro, segundo o plano do Coronel José Custodio de Sá e Faria* (1789) — publicada na "Rev. Hist. Geogr. Bras., tomo LXV, 1.ª parte, pág. 195.

"Do lugar onde vem sair a rua de São José, se estende um espaçoso largo até a esquina do Palacio; ali se reunem com a praça principal; todo êste largo e frente da praça é bordado pela parte do mar por um grande cais (obra do Vice-Rei Vasconcelos), o qual tem cento e cinco braças de comprimento, é todo de pedra lavrada com peitoris e assentos da mesma, com três escadas para o mar e uma rampa. No meio daquela parte que fica fronteira à praça, se levanta uma bela fonte, figurando uma tôrre e terminando por uma pirâmide, sobre a qual estão as armas reais talhadas em mármore, com duas faces, das quais uma olha para o mar e a outra para a praça. Sôbre a cimalha real corre uma balaustrada de mármore em tôrno da dita pirâmide e nos quatro ângulos se vêem outros tantos vasos de mármore. Esta fonte lança água por três repuxos, em três conchas, que o sustentam e delas cai sôbre os tanques..." "...Na muralha do cais inferior à fonte há duas grandes bicas de bronze por onde corre água, que os marítimos recebem dentro das suas barcas."

Baltazar da Silva Lisboa, testemunha presencial de fatos que ocorreram durante sua gestão no alto cargo de Juiz-de-Fora, Presidente do Senado da Câmara, escreveu nos *Anais do Rio de Janeiro*:

> "O desembarque da antiga cidade oferece o alegre espetáculo da praça do Paço Real, que tem 64 braças de comprimento e 40 de largo, calçada com simetria no Vice-Reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa, que fêz levantar um apropriado cais que servisse também de fortificação. Colocou-se na sua extremidade, à beira d'água, um chafariz em forma de tôrre, desmanchando-se o antigo, que estava edificado no meio da praça, a fim de que, com mais comodidade se fizesse a aguada das embarcações, ficando a praça desimpedida para nela se fazerem os exercícios e evoluções militares."

Depois de Baltazar Lisboa, foram tantos e tantos os escritores que em livros, crônicas de jornais e revistas, se referiram ao chafariz, que seria fastidioso enumerá-los. Citemos alguns dêles, que mais se interessaram por cousas do passado.

Araujo Pôrto-Alegre, poeta, arquiteto, dramaturgo, diplomata e crítico de arte, enaltecido nos cenáculos intelectuais, foi quem primeiro lembrou, dentre os de sua ilustre geração, em distanciados dias de 1856, a personalidade de Valentim numa conferência realizada no Instituto Histórico. Recordou-o o poeta de *Brasilianas,* cobrindo-lhe de louvores a memória, através de trabalhos de escultura existentes em templos da cidade. Sem uma prova cabal que o pudesse nortear, aludiu ao chafariz do largo do Paço, apoiando-se na tradição oral de mais de meio século:

> "Havia antigamente, no meio do largo do Paço, um chafariz, o qual foi substituido pelo atual, que é obra de Valentim — segundo afirmam os antigos" (65).

Moreira de Azevedo, sempre tão cauteloso e procurando a verdade dos fatos, em breves linhas escritas em 1877, confirmou, com segurança, o que anteriormente dissera no *Pequeno Panorama ou Descrição dos Principais Edifícios da Cidade do Rio de Janeiro* (1861-64):

"O chafariz atestava o talento e a imaginação do grande artista Valentim." E em *O Rio de Janeiro,* tornou mais claro o seu pensamento:

> "O Vice-Rei Luís de Vasconcelos removeu o antigo chafariz do centro da praça e à face do mar preparou outro com pedras do país, encarregando do desenho e direção da obra o artista Valentim" (66).

No *Histórico das Obras Públicas e do Saneamento do Rio de Janeiro,* publicado em 1900, o engenheiro Antonio de Paula Freitas,

(65) *Iconografia Brasileira* — "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo XIX — pág. 369.
(66) *O Rio de Janeiro — Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades* — vol. I — pág. 446.

que deixou valioso acervo de estudos sôbre a cidade do Rio de Janeiro, evoca o chafariz inaugurado em 1789 à beira-mar: "uma obra de arquitetura diferente da da antiga fonte, com pedras do país e mais duráveis, devido ao trabalho do escultor Valentim" (67).

Araújo Viana, professor da Escola de Belas Artes e grande sabedor de assuntos de arte, referiu-se na assídua colaboração de "A Notícia", em 1901, ao chafariz do antigo Largo do Paço, dando a autoria dessa obra a Mestre Valentim:

> "Citarei, entre as fontes antigas do Rio de Janeiro, o chafariz de cantaria do largo do Paço e o das Marrecas, que em forma de êxedra existe na rua Evaristo da Veiga (antiga dos Barbonos) e a do Menino, no terraço do Passeio Público — obras de Valentim da Fonseca" (68).

Ainda no admirável estudo — *Das Artes Plásticas no Brasil em geral e do Rio de Janeiro em particular* — conferência proferida no Instituto Histórico e publicada em 1915 na "Revista" da douta associação, ponderou Araujo Viana, a respeito do trabalho artístico de Valentim:

> "As inscrições latinas do chafariz da praça Quinze de Novembro, de Valentim, levantado no govêrno de Luís de Vasconcelos, gravadas em largas e decorativas cartelas de mármore, são eloquentes, como também o era a inscrição do outro chafariz desaparecido da rua Riachuelo, mandado construir em 1772 pelo Marquês do Lavradio" (69).

E noutra página da excelente dissertação, acentuou o antigo engenheiro e arquiteto: "Aos dois melhores chafarizes — um que foi demolido e outro — o do largo do Paço — onde Mestre Valentim deu cunho individual..."

---

(67) *Livro do Centenário da Descoberta do Brasil* — vol. III.
(68) *Velhos Chafarizes* — "A Noticia" — 30 agôsto 1901.
(69) "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo LXXVIII — 2.ª parte — pág. 531.

Em trabalho de caráter oficial, da Repartição Geral de Obras Públicas (1910), devido à pena de Almeida e Silva, não só é confirmado o que se lê nos *Anais do Rio de Janeiro* — de que o antigo chafariz foi demolido para desimpedir a praça e facilitar as manobras militares, como também que se levantou outro chafariz à beira-mar, pelo plano de Valentim da Fonseca e Silva (70).

É mais um argumento contrário à indefensável hipótese da remoção da antiga fonte (que em 1780 já se achava arruinada), para a borda do cais, como faz supor a confusa redação do autor das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro.*

O historiador Max Fleiuss, ao tratar da antiga Praça Dom Pedro II, descreveu em sua *História da Cidade do Rio de Janeiro* (obra didática), o chafariz da pirâmide com as armás de Luís de Vasconcelos e suas inscrições, e terminou afirmando:

> "Este chafariz foi feito pelo grande artista colonial Valentim José da Fonseca e Silva, natural de Minas Gerais, filho de um fidalgo português e de uma crioula nascida no Brasil" (71).

Na *História Artística,* minuciosa monografia sôbre as artes plásticas no Brasil, apresentou-nos Argeu Guimarães valioso estudo retrospectivo sôbre pintura, escultura e arquitetura no Brasil e desenvolvida biografia do afamado artista colonial:

> "Valentim, arquiteto, é o autor do Recolhimento do Parto, por êle reconstruido após o incêndio de 24 de agosto de 1789. A êle ainda devemos o chafariz do largo do Paço, hoje praça Quinze de Novembro" (72).

---

(70) No capítulo dêste estudo sob o título "Canalização — Aguadas e Aguadeiros", transcrevemos um trecho do trabalho de Almeida e Silva.

(71) *História da Cidade do Rio de Janeiro* — pág. 195.

(72) *Dicionário Histórico, Geográfico do Brasil* — 1.º vol. pág. 1592. Registre-se ainda o estudo de NAIR BATISTA: *Valentim da Fonseca e Silva,* no n. 4, pág. 271, da Revista do SPHAN".

Carlos Rubens, autor da *Pequena História das Artes Plásticas no Brasil*, em conferência realizada na Academia Carioca de Letras, em outubro de 1942, apontou-nos Mestre Valentim "como um dos iniciadores da grande escultura":

> "Fêz o chafariz da praça Quinze de Novembro, decorou o teto e os púlpitos da Cruz dos Militares, a capela-mor da igreja de São Francisco de Paula, o altar-mor da igreja do Hospício, decorações murais em vários templos, desenhos e moldes para objetos de prata, como lâmpadas, candelabros e diferentes outros objetos do culto católico. Mestre Valentim, criador da escultura nacional, arquiteto, desenhista, paisagista, grande artista, colmou de glória a arte nacional e suas obras aí estão, numa perpétua evidenciação de beleza, atestando o peregrino talento que soube ser no meio e no seu tempo" (73).

Colocando-se em campo oposto a êsses escritores, Magalhães Corrêa, autor de amplo estudo sôbre fontes e chafarizes do Rio de Janeiro e estrênuo defensor da obra artística de Valentim, escreveu que "sempre existiu controvérsia a respeito do risco dêsse chafariz, pois, foi apresentado um projeto do brigadeiro sueco Funck, o qual, dizem, não foi aprovado, mas nada há de positivo no caso" (74).

> "Assim continua de pé a controvérsia da autoria do chafariz, *transformando o largo e o chafariz, dando-se-lhes disposição mais considerável e cômoda* (reproduz o autor o que se lê nas *Memórias* de Pizarro).
>
> Não foi, portanto, do risco e execução de Mestre Valentim, mas sim, modificado, desaparecendo as inscrições do Conde de Bobadela e Senado da Câmara, de 1750, para aparecerem as feitas por Valentim em honra ao seu amigo e protetor Luís de Vasconcelos" (75).

---

(73) *Aspectos do Distrito Federal* — pág. 227.
(74) *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* — pág. 30
(75) Ibidem, ibidem, — pág. 35.

Em artigo publicado no "Correio da Manhã", a 27 de abril de 1941, reincidiu êsse escritor nos mesmos argumentos expendidos dois anos antes no seu livro *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* (76).

Contestou-o José Mariano Filho, em extensa crônica, no mesmo jornal:

> "O fatídico verbo *remover*, de que se utilizou em má hora Monsenhor Pizarro, provocou sérias perturbações no cérebro do escritor patrício. De fato, até agora, a despeito das incompreensões, invencionices e fantasias dos nossos historiadores, nenhum dêles havia tido a bravura de afirmar ter podido Valentim da Fonseca transformar o chafariz de mármore, vindo de Lisboa, no que aqui se construiu e ali está, na praça Quinze de Novembro para quem duvidar do que afirmo" (77).

Coube evidentemente na controvérsia papel preponderante a José Mariano Filho, orientando a corrente favorável a Mestre Valentim e destruindo a versão inaceitável da possibilidade de haver sido aproveitado o antigo chafariz do tempo do Conde de Bobadela e que, no juizo de Funck, já em 1780 estava arruinado e, consequentemente, imprestável.

Incorreram nas dúvidas suscitadas autores dos mais competentes e afeitos à pesquisa de documentos históricos. No número dêsses argutos e esforçados esmerilhadores de antiqualhas, citemos o historiador Felisbelo Freire, que, durante muitos anos seguidos, consultou as opulentas coleções da Biblioteca e do Arquivo Nacionais.

Em falta de esclarecimentos sôbre a verdadeira autoria do chafariz, ao tratar das obras realizadas por Luís de Vasconcelos na praça do Carmo, reproduziu quase textualmente o que se lê nas *Memórias* de Pizarro:

---

(76) *O Rio de Janeiro em 1800 — Época dos Vice-Reis.*

(77) *Os dois Chafarizes da Praça do Carmo* — "Correio da Manhã" — 18 maio 1941.

"...removendo Luís de Vasconcelos o chafariz magnífico e colocado no centro da praça impedia as manobras dos corpos militares e umedecia o terreno circunvizinho, substituiu-o por outro, erguido à face do mar; fêz levar as aguas aos navegantes por um condutor para evitar-lhes o trabalho de desembarcar as pipas e o embaraço que causavam ao povo, ao receber ali as suas provisões" (78).

Gonzaga Duque, crítico de arte dos mais conceituados, autor da *Arte Brasileira* (*Pintura e Escultura*), aludiu com êste reparo ao pórtico do Passeio Público e à autoria do monumento da praça Quinze de Novembro:

> "Se o chafariz do antigo largo do Paço que veio até os nossos dias, deslocado do primitivo lugar, é apontado como obra de Valentim e disso se faz indicação, por que se lhe não atribuir o projeto dêsse belíssimo pórtico, onde fica admiràvelmente pôsto o portão fundido sob o capricho do seu desenho?" (79).

Alongar-se-ia êste debate se mencionassemos tôdos os cronistas, corógrafos, historiadores e viajantes que em várias épocas trataram, em livros e publicações diversas, do chafariz da praça Quinze de Novembro — citando simplesmente a localização do monumento ou interpretando, como lhes pareceu razoável, o que escreveu o douto autor das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*.

II — CHAFARIZ DA GLÓRIA

Entre os prédios de numeração antiga 48 e 50, da rua da Glória, encontra-se êsse chafariz, inaugurado em 1772 no vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Melo Silva

---

(78) *História da Cidade do Rio de Janeiro* — vol. II — pág. 176, (1914).
(79) *Mestre Valentim:* "O País" — 1 março 1913.

Mascarenhas (3.º vice-rei no Rio de Janeiro), quarto marquês de Avintes e segundo marquês de Lavradio.

No fim daquela via pública, precisamente no largo da Glória, existiu uma fonte mandada construir pelo conde de Bobadela, e que se chamou *pocinho da Glória.* Gomes Freire de Andrada pretendeu construir outro chafariz, de maiores proporções, na estrada de Nossa Senhora da Glória — isto pouco antes de sua partida em 1752 para as Missões do sul — como se infere da citação feita por monsenhor Pizarro em sua apreciável obra (80).

No *pocinho da Glória,* reconstruido em 1839, foi colocada nesse ano uma bomba, quando o removeram para o largo do Catete (atual praça José de Alencar) onde se conservou até princípios de 1897. Neste ano, no mesmo local dessa fonte, inaugurou-se a estátua do grande romancista José de Alencar, a 1 de maio (81).

Bem escassa é a contribuição histórica dos nossos cronistas acêrca do chafariz da rua da Glória.

Almeida e Silva, dos mais minuciosos entre êles, limita-se, em suas *Memórias e Documentos,* a registrar tão sòmente a existência dessa velha fonte colonial.

---

(80) *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — tomo VII.

(81) A praça José de Alencar, anteriormente largo do Catete, teve o nome de *caminho da fonte do Catete.* Até 1850 havia no local um guarda para a cobrança do *pedágio.*

A correição do ouvidor José Antônio Valente, de 5 de janeiro de 1793, faz alusão a essa fonte da *estrada de Nossa Senhora da Glória que vai para o Catete,* junto às terras do capitão Manuel Velho da Silva, que precisavam de reparos e colocação de marcos

Em 1809, falecido Velho da Silva, requeria sua viúva Leonarda Maria da Silva Velho, vistoria no mesmo trecho do logradouro, no qual Aniceto Elias de Gouveia estava a edificar, obstruindo a via pública e *de forma a entortá-la.* Mais tarde a viúva de Velho da Silva denunciava em 1810 os arrendatários da chácara que pertencera ao marechal Joaquim José Ribeiro da Costa — chácara que se estendia das *águas vertentes* até o rio Catete. Aqueles arrendatários haviam invadido terrenos do logradouro público. Efetuaram-se vistorias a respeito em 12 de abril, mandando o Senado da Câmara demolir as obras iniciadas.

Luccock, que permaneceu no Rio de Janeiro de 1808 a 1818, faz referência ao pocinho então localizado no largo da Glória (*Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* — pág. 53).

Escragnolle Doria, na "Revista da Semana", de 1 de novembro de 1924, retraça-lhe aligeirado histórico.

Magalhães Corrêa oferece à consulta melhores subsídios: descreve o monumento artístico e insere duas estampas do antigo e do novo chafariz, restaurado pelo prefeito Pereira Passos em 1905.

A partir de meados do século XVII, com a concessão de aforamentos de terras, haviam-se localizado na Glória agricultores de cana de açúcar e cereais, no espaço entre o morro do Destêrro (Santa Teresa) e o sítio do Catete. Abriu-se por essa época uma vereda que da lagoa do Boqueirão se dirigia ao campo da Olaria, abrangendo terras de Julião Rangel de Macedo e Gabriel da Rocha Freire, dentro da área que pertencera ao abastado proprietário dr. Claúdio Gurgel do Amaral, provedor da Santa Casa da Misericórdia (1703-705).

O trânsito da Lapa para o Catete constituiu durante longo período um dos problemas que mais preocuparam a governança municipal.

Franqueado ao povo, havia antigo caminho à beira-mar, em melhores condições de trânsito do que um outro, em nível superior e cordeado paralelamente, ao pé da montanha.

Em 1794, o ouvidor interino Baltazar da Silva Lisboa reclamava do Senado da Câmara prontas providências para o consêrto da estrada, "que está quasi fechada ao povo pelas grandes rachas no paredão e ocasionadas por violentas marés".

Só em 1801, rebaixado e aplainado o terreno montanhoso e consertado o caminho das marinhas, se tornou possivel o trânsito regular de pedestres e veículos.

Foi uma obra tenaz — tenaz e penosíssima — a do franqueamento ao povo dos caminhos que ligavam o centro comercial à parte sul da cidade. Em 1816, a Intendência Geral da Polícia fêz alargar grande trecho da estrada, obtida a cessão de terrenos da *chácara do Matias,* ultimando-se em 1829 as grandes obras de reconstrução do paredão.

Deu-se princípio em 1856 à construção do cais da Glória. Substituiu-se em 1859 a alvenaria por cantaria grossa, de acôrdo com

plano do engenheiro inglês Charles Neate. Ampliou-se em 1876 o embarcadouro.

Foi nesse ponto da cidade, na estrada de Nossa Senhora da Glória, que em 1772 o vice-rei marquês de Lavradio inaugurou o chafariz junto à montanha, tendo nas extremidades pilastras, das quais partem três tanques. O fundo do corpo central do chafariz é de ladrilho, entre a caixa de pedra e a lápide de mármore, ficando ao centro uma *jardinheira* em forma de concha. As bicas eram oito, segundo Magalhães Corrêa. Deveriam ser interessantíssimas, assim o diz êsse escritor, e, de fato, o seriam se jorrassem o líquido precioso, não só do lado dos tanques das pilastras, como do centro e do tanque central (82).

Na lápide de mármore vê-se esta inscrição latina:

ALOISIO ALMEIDAE
MARCHIONI LAVRADIENSI
BRASILIAE PRO REGI
FRAENATIS AESTUANTIS MARIS INCURSIBUS
INGENTI CONSTRUCTO MURO
CONCILII REDITIBUS ET DIGNATATE AUCTIS
PUBLICIS REPARATIS AEDIFICUS
RENOVATA URBE
SERVATORI SUO
SENATUS ET POPULUSQUE SEBASTIANOPOLIS
P
MDCCLXXII (83)

---

(82) *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* — pág. 40.

(83) Em *Antigas Inscrições do Rio de Janeiro, Chafarizes e Fontes,* assim traduziu Vieira Ferreira a inscrição latina:

> "O Marquez do Lavradio refreou as inundações do mar, construiu um grande muro, aumentou as rendas e a dignidade do *concelho;* restaurou edifícios públicos, cortou outeiro igualou e tornou mais cômodas as ruas, renovando a cidade. O Senado e o povo do Rio de Janeiro ergueram êste chafariz em 1772."

"Um dos problemas prementes do Rio de Janeiro foi sempre o abastecimento de água potável.

A situação da cidade torna precário e difícil o suprimento pela distância e escassez dos mananciais e até hoje, sempre que se acentua o acréscimo da população, o problema ressurge com acuidade, exigindo soluções mais difíceis e mais dispendiosas" (84).

Ao lado da necessidade da conservação de chafarizes e fontes públicos, cuidava a governança dos caminhos e estradas que dessem acesso melhor aos abastecedores de água, inclusive aguadeiros, fazendo-se também o aterramento de brejos e a desobstrução de valas (85) — serviço executado exclusivamente por escravos em 1789, nesse ponto da cidade (86).

Em 1802, novas obras de reparo foram executadas na estrada de Nossa Senhora da Glória. Aumentou-se a muralha de pedra e calçaram-se cem braças do logradouro, dando-se expedição às aguas das vertentes do morro, onde ficava a chácara do coronel Manuel Alvares da Fonseca Costa (87).

Incumbiu-se da empreitada Francisco Xavier de Matos Pimenta, cujo nome aparece com freqüência em documentos dessa natureza, de fins do século XVIII a princípios da centúria oitocentista (88).

---

(84) VIVALDO COARACY: *O Rio de Janeiro no século 17* — pág. 42.

(85) As valas serviam não só para escoamento das águas, como se limitavam, ordinàriamente, com terrenos, exemplificando a posse. Casas havia que possuiam em quintais e chácaras, portões que deitavam para as valas, nas quais se faziam despejos de detritos das cozinhas.

Não é demais assinalar-se que, no velho Rio de Janeiro, onde enxameavam enormes terrenos alagadiços, as valas e valetas tiveram predominante papel no parcelamento territorial da planície conquistada, aqui e ali, aos pantanais.

(86) *Mercadores de escravos* — 1777-1831 — Arq. Munic..

(87) *Logradouros públicos* — 1772-1807 — fls. 153 a 155 — Arq Munic.

(88) Cada braça de calçamento foi orçada em 4$800. Os pedreiros recebiam, então, o salário de 640 a 240 réis; os serventes, 160 réis e os cavouqueiros, melhor aquinhoados, percebiam a diária de 500 a 800 réis.

Prosseguiram estas obras, de 1803 a 1805, sob a direção de Matos Pimenta, abrangendo outros trechos da rua, inclusive em frente à casa do coronel José Bento da Silva — trechos que foram aterrados por Jacinto de Oliveira Guimarães (89).

Em vereança de 29 de abril de 1812 resolveu o Senado da Câmara consertar os canos do chafariz da Glória, que ficava contiguo à chácara de Manuel Alvares da Fonseca Costa. Foi arrematante dêsse serviço José Coelho Marinho, orçando-se a despesa em 199$260 (90).

Para acautelar o abastecimento de água e impedir o extravasamento da vala que passava pelas chácaras de João da Cunha Barbosa e Bárbara Joaquina de Jesus, procedeu-se em 9 de julho de 1816 a uma vistoria a requerimento dos proprietários que ali estavam construindo prédios. Bárbara Joaquina, viúva do tenente-coronel Antônio José Cardoso Ramalho, representada por seu advogado, embargou o resultado da vistoria, chegando o processo até o Tribunal da Relação, que julgou nulo o ato da Municipalidade (91).

Como não bastassem as dificuldades e encargos que desde 1808 assoberbavam a polícia, em cujas atribuições estava também a de fiscalizar o serviço de abastecimento de água, a Intendência Geral de Polícia traçou novos planos de captação, de forma a proporcionar benefícios à saúde pública.

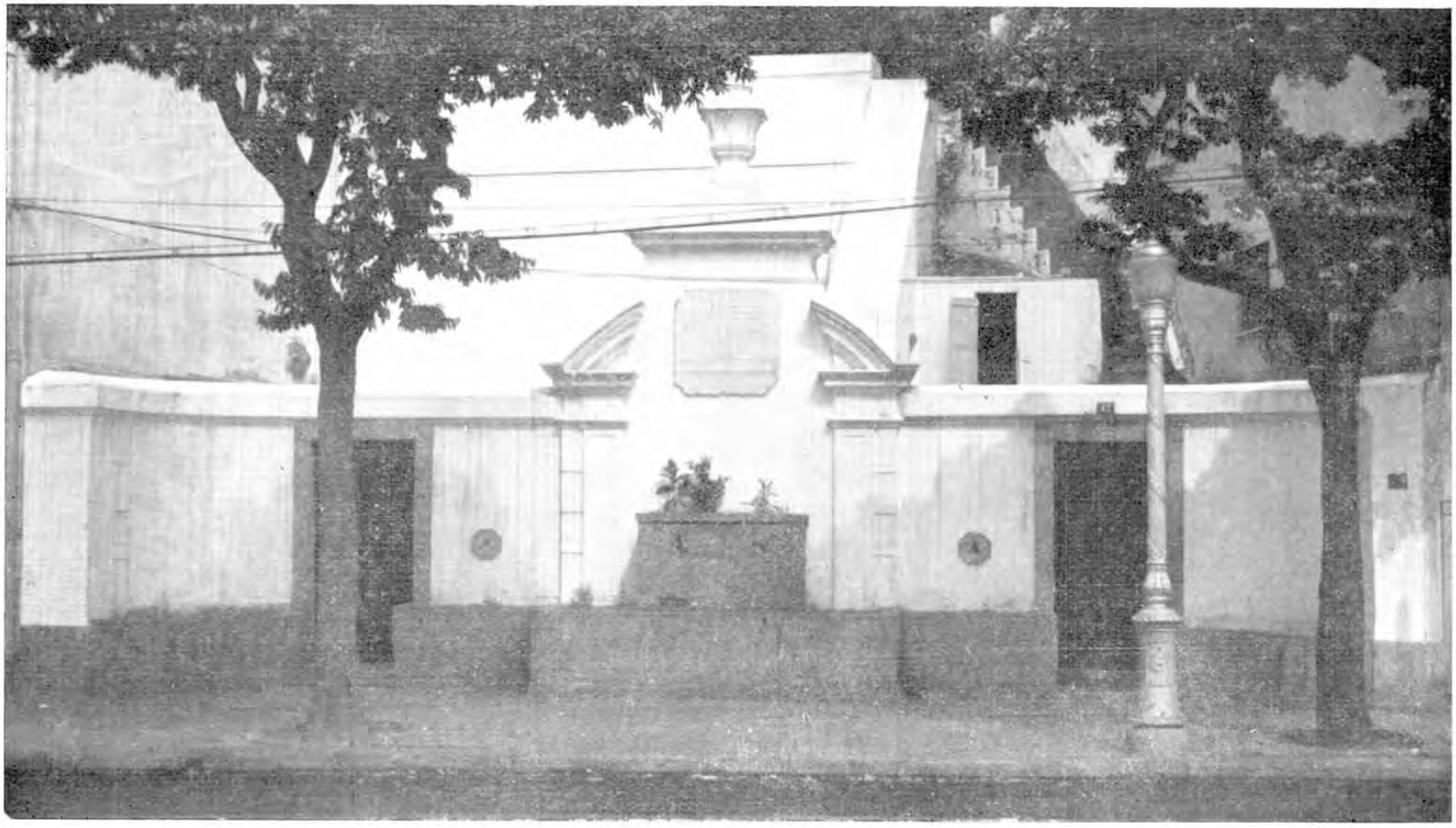
A falta de água — problema de quatro séculos na vida da cidade do Rio de Janeiro — ressurgia de modo angustioso em fins do ano da graça de 1824 e em princípios de 1825, exigindo providências eficazes, tendentes a melhorar quanto possível a calamidade pública. Essas medidas foram tomadas pelo enérgico desembar-

---

(89) Matos Pimenta reclamará ao Senado da Câmara o pagamento de 1 443$832, por obra de *enxilharia* — chapas de pedra lavrada. (*Abastecimento de água — aquedutos, Fontes e Chafarizes* — 1772 — 1830. Arq. Munic.

(90) *Vereanças* — Autos — 1805 — 1814 — Fls. 166. Abastecimento de água, etc.

(91) *Vistorias e Embargos* — 1810 — 1820. Arq. Munic. Antônio José Cardoso Ramalho, citado no termo de vistorias de 9 de julho de 1816, já falecido, fôra oficial de um dos corpos de ordenanças dos *homens pardos* e morava, em 1794, na rua do Piolho.



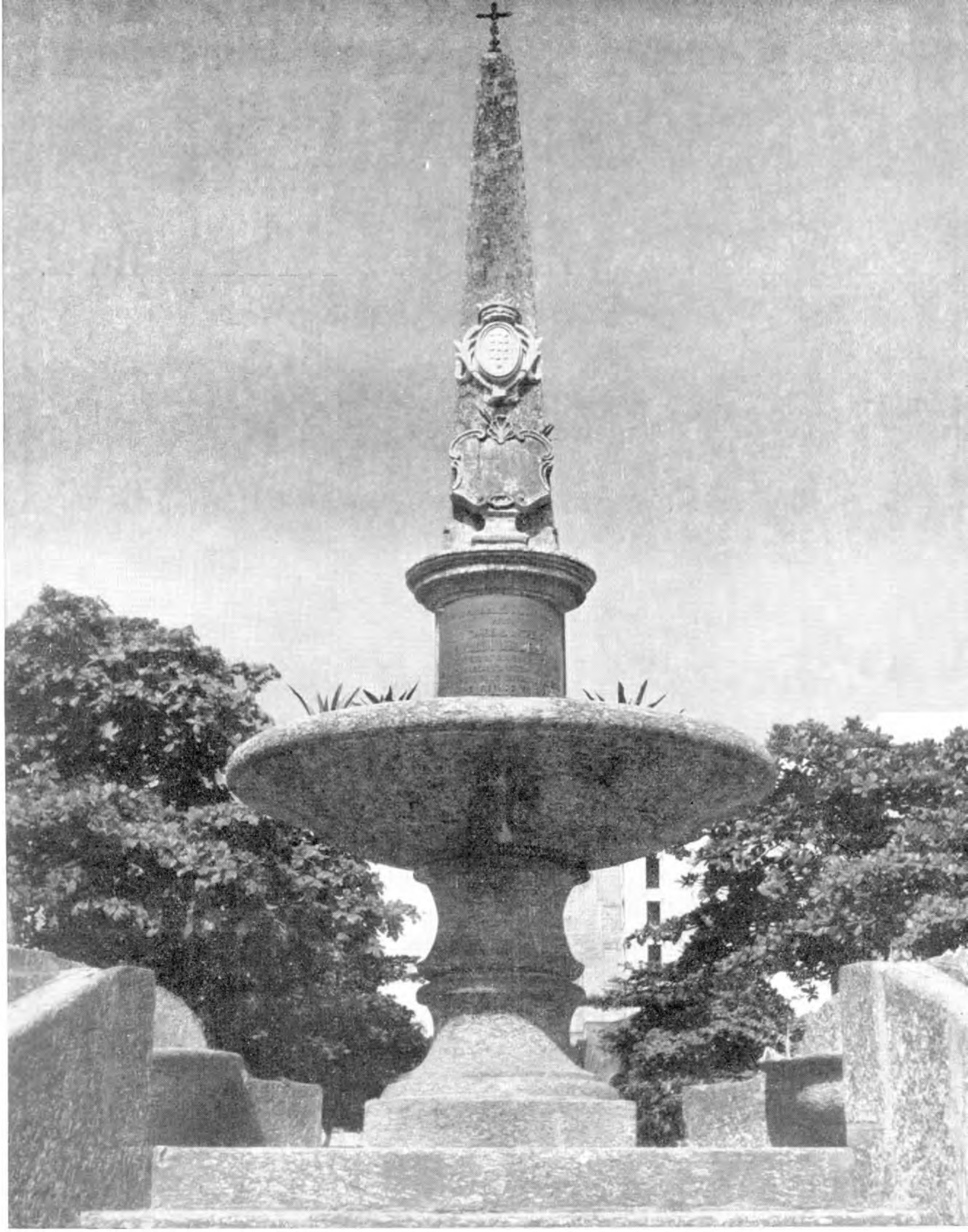
Chafariz da Glória.



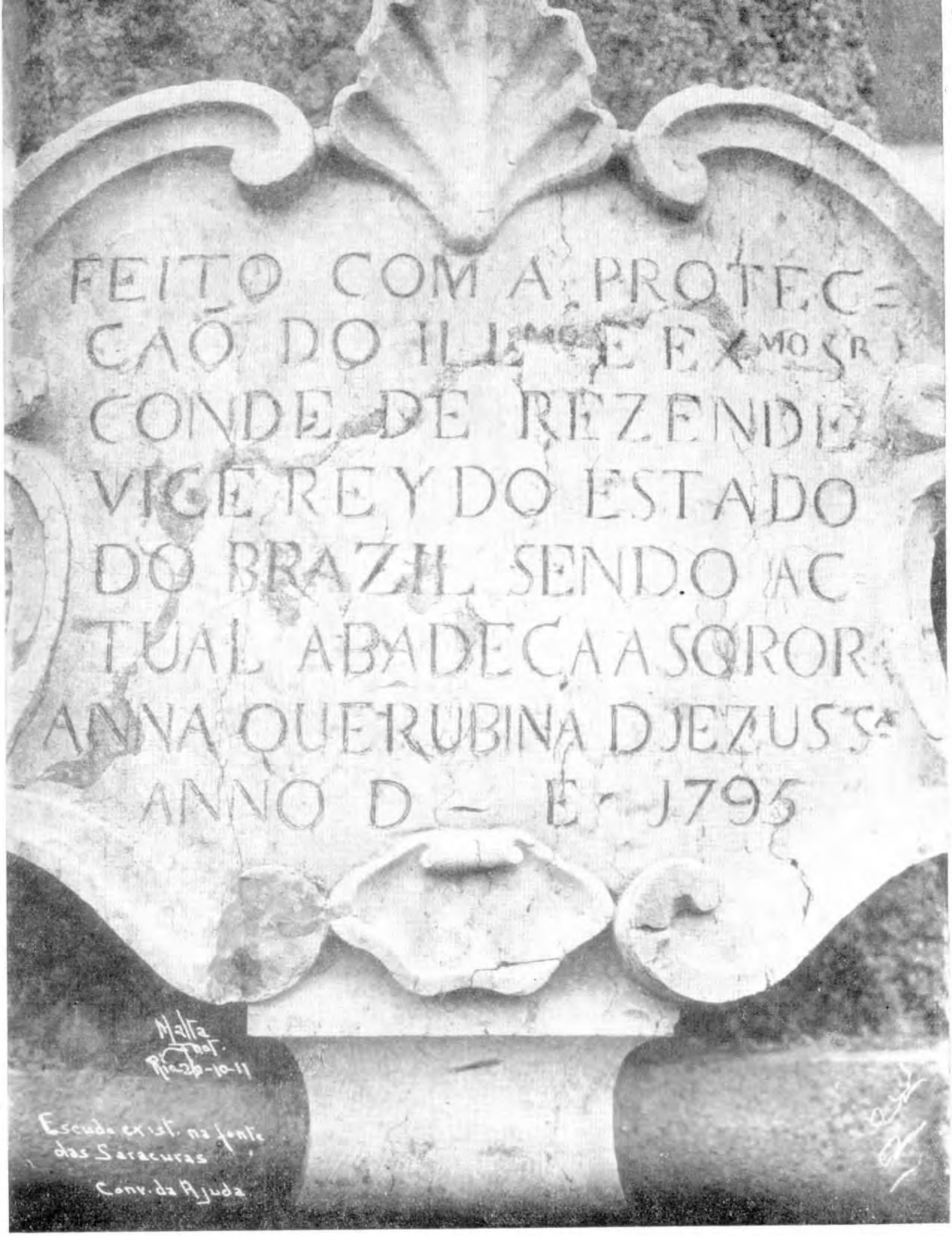
Chafariz do Lagarto.



Chafariz das Saracuras, ainda no antigo Convento da Ajuda. (Foto Malta).



Chafariz das Saracuras, já na Praça General Osório.



Chafariz das Saracuras. Cartela epigrafada de marmore de lióz.
(Foto Malta).



Bica da Rainha.

gador Francisco Alberto Teixeira de Aragão, sexto intendente geral da Polícia, que se notabilizou pelas suas medidas de repressão ao crime, fazendo mesmo recolher a população às suas casas, *ao toque do célebre sino do Aragão* (92).

O intendente fêz publicar e cumprir rigorosamente as disposições contidas no edital de 2 de abril de 1825, proibindo, durante a terrível sêca, que qualquer pessoa retirasse água dos chafarizes da cidade, sobretudo na Carioca, em carroças e pipas. Deveriam os moradores procurar certas e determinadas chácaras dos bairros onde houvesse poços, notadamente na Glória, Matacavalos, Catumbí e Saco do Alferes.

No bairro da Glória, concorreram para o abastecimento do povo em suas chácaras, a baronesa de Campos, o conselheiro Amaro Velho da Silva, o brigadeiro Manuel Álvares da Fonseca Costa, Joaquim Marques Batista de Leão e D. Luisa Clementina, viúva do coronel José Bento da Silva.

Os aguadeiros — os que tinham o ofício de acarretar água para o serviço das casas e para vendê-la pelas ruas — tiveram o apôio enérgico do intendente Aragão, em repressão à traficância dos atravessadores que revendiam o precioso líquido.

Quanto aos pretos escravos, boçais ou ladinos, que acorriam aos locais acima designados com seus barris, potes e vasilhames de tôda a espécie, seriam êles enfileirados pela ordem de chegada e de forma a ser evitado o tumulto, que comumente se observava nos poços e chafarizes. À pobreza devia ser fornecida gratuitamente a água, mas tirada do *chafariz das Boiotas*. Estacionariam no

---

(92) Historiando os serviços prestados à capital do nascente império do Brasil pelo desembargador Aragão, intendente geral da Polícia de 1821 a 1827 publicou Carmo Neto Filho minucioso estudo no *Boletim Policial* — 4.º trimestre de 1912, sob o título "A Polícia de Dom Pedro I".

Francisco Alberto Teixeira de Aragão nasceu em Lisboa, em 1788, e faleceu no Rio de Janeiro a 15 de junho de 1847, em sua residência à rua da Ajuda. Era, então, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, segundo Melo Barreto Filho e Hermeto Lima (*História da Polícia do Rio de Janeiro* — vol. I — pág. 274).

local alguns presos do calabouço ou negros alugados para darem água ao povo — isto desde o romper do dia até a meia-noite.

Estas e outras medidas, inclusive a permanência da fôrça pública naqueles locais, onde a afluência do povo pudesse ocasionar desordem, vieram completar a série de providências adotadas pela polícia nos calamitosos dias de 1824-1825, acrescenta Elísio de Araújo (93).

Apesar da fiscalização permanente exercida sôbre os chafarizes, foram alarmadas as autoridades em 1836 com a queima do mato feita na chácara de João Bonifacio Alves da Silva, *contígua à fonte da Glória.*

A 8 de agôsto daquele ano, Manuel Xavier de Castilho, zelador do chafariz, cientificou ao inspetor das Obras Públicas, coronel Antônio João Rangel de Vasconcelos, do gravíssimo atentado, motivando imediatas providências do ministro do Império do govêrno regencial, Antônio Paulino Limpo de Abreu — que não só fêz cessar as queimadas, como ameaçou de prisão os culpados de semelhante delito.

Se as águas frescas e cristalinas das montanhas cariocas não atingem em nossos dias aos chafarizes da cidade, que Charles Ribeyrolles conheceu na metade do século passado, ainda deflúem abundantes dos picos que coroam a capital.

E na frase imaginosa do escritor francês, em seu *Brésil Pittoresque,* elas se ocultavam nas matas e desciam em lençois pelas quebradas das serras...

III — CHAFARIZ DO LAGARTO

Sob o vice-reinado do capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, d. Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790), levantou-se à custa dos cofres do Senado da Câmara, em 1786, o Chafariz do Lagarto, no *caminho novo* tambem chamado *caminho novo do Conde*

---

(93) *Estudo Histórico sôbre a Polícia da Capital Federal* — 1.ª parte (1898) págs. 147-149.

da Cunha, caminho do Quebra-canelas, Engenho Pequeno ou simplesmente *rua Nova do Conde,* nas proximidades da lagoa de Capueruçu ou da Sentinela (94).

Poucos mêses depois de haver assumido o govêrno da Capitania o descendente dos condes de Castelo Melhor, arrebentaram-se os aquedutos (diz-nos Pizarro (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — vol. V — pág. 219) das fontes públicas "pelo grande

(94) Em 1766 abria o conde da Cunha uma via em seguimento da rua do Piolho (Carioca), prolongada mais tarde em terras da antiga chácara do Guarda-mor das *minas,* Pedro Dias Pais Leme, sobrinho do célebre sertanista Fernando Dias Pais — o descobridor das esmeraldas. Ocupava essa chácara grande área, quase tôda pantanosa, desde o morro de Santo Antônio, abrangendo um vale entre Santa Teresa e o morro do Senado, antigo do Castelhano ou de Pedro Dias, estendendo-se até os areais da lagoa da Sentinela, em cujas redondezas ficava o solar dos Pais Leme — conhecido por *Casa dos Bicos.*

Esta propriedade fôra adquirida em 8 de fevereiro de 1749 a Teresa de Moura Aguiar, viúva de Jacinto Pereira de Castro, pela quantia de 13.000 cruzados. Falecido Pedro Dias em 1783, seus filhos — o mestre de campo Fernando Dias Pais Leme, o cônego Roque Luís de Macedo Pais Leme, Maria Arcângela de Macedo Pais Leme e Beralda Vitória de Forjaz Leme, fizeram por escritura de 7 de abril de 1785 um acôrdo para a divisão da herança. Ao cônego e às irmãs Pais Leme ficaram pertencendo todos os bens existentes no Rio de Janeiro.

Os estudos de Torquato Tapajós, Martins Costa, Azevedo Pimentel e Paula Freitas, atinentes à higiene pública e ao saneamento da cidade, evocam muitos dêsses traços de conquista de pantanais e valados nessa parte da cidade. Os valiosos trabalhos do prof. Everardo Backheuser e do engenheiro Costa Ferreira — êste relativamente ao parcelamento territorial, através das sesmarias primitivas, e aquêle acêrca da geologia do terreno e o regime das águas, reconstituem ambos o aspecto topográfico da região.

Melo Morais (pai), na *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil,* informa-nos que a antiga rua Nova do Conde, continuação da do Conde (atual Visconde do Rio Branco) foi nivelada depois de 1794 no trecho entre a azinhaga de Matacavalos, junto à lagoa da Sentinela e a estrada para Mataporcos. No trecho do logradouro, que se conserva estreito e sinuoso, instalou o Senado da Câmara o Chafariz do Lagarto.

Moreira de Azevedo, no 2.º volume de *O Rio de Janeiro* (pág. 473) faz referência aos dois chafarizes que existiam em 1877 — um, pouco distante da rua Riachuelo, acostado ao morro de Paula Matos, tendo a forma de uma casa com gradil de ferro, e o segundo, apelidado de Lagarto.

A 2 de fevereiro de 1866, a rua Nova do Conde foi denominada — Conde d'Eu, em homenagem ao príncipe Luís Felipe Maria Ferdinando Gastão de Orléans, nascido

pêso de uma tormenta de águas, deixando sequiosos os moradores da cidade e sem recurso suficiente a tão necessário alimento, que com presteza foi providenciado pelo desvêlo eficaz de quem dirigia os interesses e utilidades públicas. Semelhantemente pelas precauções ativas em obviar os danos causados por uma epidemia, que grassou na Capital e seus subúrbios, lesando a uns, deixando defeituosos a outros e levando à sepultura grande parte de seus habitantes, se atalhou o funesto mal".

Não só as epidemias que flagelaram o Rio de Janeiro, como a expansão comercial, traçaram novos rumos para o serviço de abastecimento de água, tendo muito em vista a necessidade de ordem sanitária. Desenvolvendo-se assim a *urbs,* aumentando em várias direções a área povoada, tornara-se indispensável canalizar as águas para muitos lugares mais ou menos afastados do centro (95).

Abastecido pelas águas do aqueduto de Catumbi, do qual trataremos com certo desenvolvimento na parte alusiva à fonte de Paulo Fernandes Viana, que lhe fica muito próximo, o chafariz do Lagarto foi o primeiro que recebeu o provimento daquele manancial,

---

em Neuilly-sur-Seine, a 25 de abril de 1842, e que se casou com a princesa Isabel, a 15 de outubro de 1864. O Conde d'Eu faleceu a 28 de agôsto de 1922, a bordo do paquete *Massilia,* em viagem para o Brasil.

Por deliberação da primeira Intendência Municipal, a 21 de fevereiro de 1890, teve o logradouro a nominação que conserva em memória do patriota da Confederação do Equador (1824), frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado a 18 de janeiro de 1825, por não haver carrasco que o quisesse enforcar.

Em seu livro *Notices of Brazil in 1828 and 1829,* WALSH dá aos dois logradouros — rua do Conde e rua Nova do Conde — a extensão de 870 braças, com 313 prédios. Era no primeiro reinado o mais extenso logradouro do centro da cidade e figurava com uma só numeração.

O trecho entre a praça da República e a rua General Cadwell começou a ser alargado em 1903, na administração Passos (1902-1906), efetivado por esta forma antigo projeto da comissão de melhoramentos da cidade, da qual foram membros os engenheiros Passos, Morais Jardim e Marcelino Silva. O outro trecho, onde está o chafariz do Lagarto, continuou estreito e sinuoso, com o mesmo aspecto do tempo de Walsh.

(95) *Notas sôbre o abastecimento de água ao Distrito Federal* — Vol. II.

que vinha ter à encosta do morro de Santa Teresa, numa de suas depressões, conhecida posteriormente por Paula Matos.

O chafariz do Lagarto possuia um bebedouro para animais. Construção singela, conserva ainda duas pilastras e um frontão curvo. Na base se observa um tanque de pedra, sôbre o qual se vê um nicho elíptico, onde um lagarto, pequeno, de bronze, colocado sôbre pedestal de pedra, fornecia água pelos maxilares, projetando-se o líquido nos tanques.

No centro do chafariz, num oval em mármore, lê-se esta inscrição latina:

SITIENTI POPVLO
SENATVS
PROFVSIT AQVAS
ANNO
MDCCLXXXVI (96)

As vereanças e as correições dos ouvidores, posteriores a 1786, especialmente o provimento de 18 de outubro de 1787, do ouvidor geral corregedor da comarca José Antônio Valente, recomendavam, umas e outras, o maior cuidado na conservação da fonte do Lagarto, no caminho da lagôa da Sentinela, e cujas águas vinham do aqueduto, citado no comêço do século XIX pelo padre Manuel Aires de Casal, nestes têrmos:

> "Trabalha-se em outro aqueduto, quase todo ao nível da terra, para fornecer de água a Cidade Nova, onde já se nota o novo chafariz do Lagarto e continua-se em completar outro no campo de Sant'Ana" (97).

"O Chafariz — escreve Magalhães Corrêa (*Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* — pág. 63), à primeira vista tem a fisionomia

---

(96) "Ao sedento povo, O Senado da Câmara deu água em abundância" — conforme a inscrição latina traduzida.

(97) *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* — por um presbítero secular do Priorado do Crato — tomo II pág. 30 — 1817 — Exemplar fac-similar — 1943 — Edições Cultura, São Paulo.

de um altar das igrejas coloniais e o seu nome vem do lendário lagarto, e que, felizmente, veio até nós funcionando sempre." O seu autor, na opinião do mesmo escritor, deveria ter sido Mestre Valentim da Fonseca e Silva. Era nesta época o artista da moda, amigo e protegido do vice-rei Luís de Vasconcelos, e tendo executado os dois chafarizes — o do Passeio Público e o das Marrecas, executara, possìvelmente, o terceiro — o do Lagarto, o último do tempo do terceiro vice-rei do Rio de Janeiro.

"Êsse artista que fôra estudar em Lisboa escultura e obra de talha, e que executou aqui tôdas as modalidades de sua arte, desde bijuteria à estatuária, foi ainda o autor dos ornatos da igreja do Carmo, da obra de talha da Cruz dos Militares, do altar-mor da igreja do Hospicio, dos ornatos da igreja da Candelária (antiga), da capela da igreja de São Francisco de Paula; desenhou e modelou as lâmpadas de prata das naves de São Bento, Carmo e de Santa Rita.

São estas as razões de minha convicção — acrescenta Magalhães Corrêa — por terem sido êle e um galé, seu ajudante, os únicos fundidores de peças de arte no Rio de Janeiro nessa época."

Referindo-se ao monumento erguido durante o govêrno de Luís de Vasconcelos, escreve Vieira Fazenda duas crônicas — uma, na revista "Kosmos", número de junho de 1904 e outra em "A Notícia", de 18 de agôsto de 1912 (98).

O ilustrado mestre da história da cidade alude na primeira crônica a uma estampa em que figura o lagarto, entre as páginas 152 e 153 da revista "Arquivo do Distrito Federal" (1.º vol. — 1894) e à obra realizada ulteriormente à construção do chafariz — isto é, a da canalização das águas do aqueduto feita pelo intendente geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, que inaugurou as fontes de 1809 e 1818, no Campo de Sant'Ana, sendo a segunda conhecida por Chafariz das Lavadeiras.

---

(98) *O Chafariz do Lagarto* e *O Lagarto*: A primeira crônica reproduzida no tomo 88 — vol. 142 — pág. 390, e a segunda, no tomo 95 — vol 149 — pág. 488, da "Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro," sob o título *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro.*

Na crônica publicada oito anos depois naquele vespertino carioca, evoca o infatigável historiador as dificuldades com que lutavam os nossos antepassados para se suprirem de água. Era-lhes mister mandá-la buscar por índios e negros no poço de Antônio Salema, governador que foi do Rio de Janeiro em 1576 e 1577. Abriram-se, mais tarde, outros poços muito procurados pelo povo, como o da Misericordia, o do Porteiro no morro do Castelo, o *pocinho* da Glória, o do adro da Glória, o da fortaleza de São Sebastião no antigo morro do Descanso, e o do Campo de São Cristóvão.

"Mais algumas passadas — escreve Vieira Fazenda em estilo chistoso — chegaremos ao ponto terminal dêste passeio, o prato de resistência dessas notas cheirando a môfo. Via-se ali modesto chafariz com forma de altar lateral de qualquer igreja, duas colunas, um pequeno nicho e um medalhão. Nêle lia-se sugestiva inscrição com a data de 1786, em caracteres romanos. Diziam as letras: Ao povo sequioso — *o Senado dera agua em abundancia. Sitienti populo profusit aquas.* Valem tão poucas palavras mais que discursos e conferências. Viva o progresso! Civilize-se o Rio de Janeiro. Deixem, porém, sempre em paz o chafariz do Lagarto, fonte de belas águas e respeitáveis tradições..."

> "Os Vice-Reis apesar de arbitrários, despóticos e violentos, não se descuidaram do elemento vital. Evitar a falta de água foi em todos os tempos a preocupação da administração pública. O espírito dos homens do século XVIII era outro que o do período seguinte.
>
> As fontes, no risco e na execução, traduziam evidentemente um sentimento uniforme; nelas nenhuma cousa supérflua, nem inútil, nem banal pretensioso decorativo" (99).

---

(99) ARAUJO VIANA. *Das Artes Plásticas no Brasil em geral e da Cidade do Rio de Janeiro em particular* — "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo LXXVIII — 2.ª parte — pág. 531.

Já em princípios do século XIX a aquisição de água para domicílios tornara-se verdadeiro tormento aos habitantes da cidade.

Apoiando-se em depoimentos de estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro ao tempo de D. João VI, mostra-nos Oliveira Lima quão dificultosa se apresentava a vida de tôda a gente por aquêles dias, não escapando sequer o suprimento da água que era vendida em barris por preço exorbitante, dado o valor da moeda na época.

O espanhol D. José Presas, secretário e confidente da rainha Carlota Joaquina, queixava-se das aperturas que tivera para conseguir alimentar-se numa de suas viagens à fazenda de Santa Cruz. Nem café êle encontrara para beber — isto numa fazenda onde existia enorme cafèzal.

Os diplomatas estrangeiros — registra o autor de *D. João VI no Brasil* — achavam a vida muito cara e desprovida de confôrto.

Maler, encarregado dos negócios da França e *persona grata* do rei Luiz XVIII, anotou entre outras cousas que não só os gêneros de alimentação e as casas eram de inconcebível carestia, como o aluguel de cavalos destinados a viagens. Um prédio térreo fora da cidade, fôra o diplomata francês obrigado a alugá-lo por oitocentos mil réis anuais — importância que equivalia, então, a cinco mil francos. O serviço doméstico era não só escasso como caríssimo.

Um carro, ou, para melhor dizer, uma traquitana velha, custava vinte e seis francos por doze horas, e cinqüenta francos por todo o dia.

Os artigos da terra — que deveriam ser abundantes — o açúcar e o café, custavam quase o mesmo preço corrente em Lisboa.

E o que era mais notável e extorsivo — a própria água apanhada nos chafarizes, vendia-se a um franco por barril.

Ribeyrolles, que viveu no Rio de Janeiro de 1858 a 1860, na intimidade dos espíritos mais brilhantes da geração romântica da

metade do século passado (100), deixou-nos no *Brésil Pittoresque,* ilustrado por Victor Frond, com vistas, panoramas e paisagens, imaginosa descrição do serviço de águas da capital do Império e que é, ao mesmo tempo, um flagrante dos costumes luso-brasileiros:

> "A água, riqueza e saúde das cidades, existe aqui em grandes mananciais. Inexauríveis são essas fontes, enquanto não se toca nas florestas que as defendem. Não há na Europa uma só Capital que possa, como o Rio, lavar-se em suas cachoeiras.
>
> Que sucede, entretanto?
>
> As águas, tão vivas, tão límpidas e frescas, são pouco a pouco desperdiçadas. Poderiam abastecer largamente uma cidade de um milhão de almas, e a que aqui se aproveita serve apenas para matar a sêde. O Rio não consome por dia a vigésima parte do que se gasta em Paris.....
>
> .....
>
> Não se imaginam aqui as cataratas de Versalhes, as bombas Marly, os canais que banham três parques, como a Serpentina de Londres. Há torneiras ao canto das ruas, chafarizes em algumas praças, e o serviço das casas é feito por aguadeiros que vos levam a mercadoria em barrís. Isso, já se vê, é feito com a primitiva simplicidade, à moda portuguêsa antiga. Estudai, aliás, os hábitos, as tradições,

(100) CHARLES RIBEYROLLES, publicista e político francês, nasceu no Departamento de Lot, em 1812. Republicano extremado desde a mocidade, após a revolução de 1848 que destronou Luís Felipe, duque de Orléans, assumiu Ribeyrolles a direção do jornal *A Reforma* e tornou-se um dos mais destacados defensores da República. No Brasil, para onde emigrou depois do golpe de Estado de Napoleão III, faleceu vitimado pela febre amarela a 13 de junho de 1860, na cidade de Niterói, sepultando-se no cemitério de Maruí. A lei da Província do Rio de Janeiro n. 1310, de 29 de dezembro de 1865, mandou ceder gratuitamente o terreno daquela necrópole para jazigo perpétuo do ilustre francês.

os costumes e, diga o que disser a Constituição, achareis por tôda a parte o mesmo cunho, a mesma lei.

O brasileiro *reina*. O português *governa*" (101).

Em 1848, segundo o Relatório do Ministro dos Negócios do Império, conselheiro Visconde de Macaé, havia se ultimado a obra de consêrto do chafariz do Lagarto e do paredão, junto à antiga chácara do titular português conde de Parati, do qual era procurador no Rio de Janeiro, desde 1835, João Ventura Rodrigues, opulento proprietário em Catumbi.

Naquele ano, a rua Conde da Cidade Nova, do chafariz até Mataporcos, ainda era um vasto atoleiro, mandado calçar a alvenaria bruta em outubro de 1854, por proposta do vereador Ezequiel Corrêa dos Santos. Pouco diferia da rua de Matacavalos, cujo nome tradicional indica o sacrifício dos quadrúpedes que por ali passavam (102).

---

(101) *Brasil Pitoresco* — vol. I — pág. 151.

(102) Das faldas dos morros de Santa Teresa e Paula Matos, formavam-se extensos pântanos, que até 1888, quando começaram a ser ativados com grande avanço os respectivos atêrros, constituiam imensos alagadiços. Dêsses pântanos partiam canais estreitos e compridos que receberam outrora os sobejos da lagoa da Sentinela, vindo até o local mais tarde chamado — Campo de Marte, na Cidade Nova.

Em 1884, João Antonio da Cruz Vieira, proprietário do prédio à rua Paula Matos n. 41, cujo terreno se limitava com o chafariz do Lagarto, propôs à Municipalidade que lhe fôsse cedida a nesga de terreno junto àquele próprio nacional, já considerado sem utilidade, para abertura de novo logradouro. Em 20 de março do mesmo ano foi indeferida a pretensão de Cruz Vieira.

Os engenheiros José Brant de Carvalho e Francisco de Góis apresentaram em 1887 ao Corpo Legislativo projeto de melhoramento da Cidade Nova, inclusive abertura de uma rua que, da do Conde d'Eu, fôsse terminar na rua Visconde de Itaúna, entre as de Marquês de Pombal e Visconde de Sapucaí.

Na época do *encilhamento*, três projetos foram submetidos à apreciação da Intendência Municipal, todos relativos a melhoramentos da rua do Conde d'Eu.

O primeiro dêsses projetos, da autoria de João Magessi de Castro Pereira, tratava do alargamento e alinhamento do logradouro. Foi julgado em sessão da Municipalidade de 30 de dezembro de 1890, modificando-se, porém, o plano de

Até 31 de dezembro de 1862, concorriam para o abastecimento da cidade cento e noventa e uma torneiras de chafarizes e fontes, além dos poços particulares no interior de chácaras. Em 1874, funcionavam oitocentos e cinco torneiras públicas, inclusive a do chafariz do Lagarto, situado na rua Conde d'Eu, entre os prédios numeros 147 e 149 — o primeiro de propriedade de Joaquim Martins Ferreira & Cia., com dez quartos, e o segundo, de José Barbosa Madureira, ambos térreos.

No decênio de 1840-1849 e pouco depois, para atender às necessidades higiênicas em face de epidemias mortíferas, foram inaugurados e consertados os chafarizes de Catumbi (1847), Mataporcos (1841), das Laranjeiras (1854), da praia de Botafogo (1841), da rua São Cristóvão, junto à casa do Marquês de Itanhaen (1845), de Santa Rita (1840), do cais da Glória (1844), da praça Municipal (1845), do Rossio Pequeno (1850), de Benfica (1851) e a fonte da Fortuna, em Santa Teresa (1846) (103).

Desde 1852 se iniciara persistente trabalho a favor do saneamento da cidade do Rio de Janeiro e da melhoria do abastecimento de água, o velho e debatido problema, que vinha, desde a colônia, interessando a administração pública.

No acervo das medidas projetadas, sobrelevavam, entre outros, os estudos e relatórios do dr. Francisco de Paula Cândido, do barão de Lavradio (dr. José Pereira Rêgo); a *Memória* do engenheiro Antonio de Paula Freitas (1884), os pareceres do dr. Bento Gonçalves Cruz, inspetor geral de higiêne (pai do grande Osvaldo Cruz) e o relatório da comissão presidida pelo dr. Manuel Vitorino

---

Magessi, que não teve execução. O segundo projeto, de Antonio Paulo de Melo Barreto Junior, do ano de 1891, consistia na abertura de uma rua entre as do Conde d'Eu, São Leopoldo e Sant'Ana. Não teve nenhuma solução. O terceiro projeto, ainda de 1891, apresentado por Antonio Soares de Almeida, referia-se ao alargamento e prolongamento da rua Conde d'Eu e de outros logradouros da Cidade Nova. Todos êsses projetos não passaram de planos miraculosos da época febril do *encilhamento.*

(103) O *Serviço de Abastecimento de água no Rio de Janeiro* — Informações sumárias — Prefeit. do Distr. Fed. — 1929.

Pereira, em abril de 1896, com o valioso concurso dos médicos João Batista de Lacerda, Benjamin Antônio da Rocha Faria e Nuno de Andrade, bem como, dos engenheiros João Teixeira Soares, Paulo de Frontin e João Felipe Pereira.

Frontin fôra, em 1889, com *a água em seis dias,* a grande figura que se impusera na solução do problema inadiável do abastecimento de água à cidade.

Para dirimir o problema angustioso da falta do precioso líquido, foram instaladas em 1883-1884 fontes de ferro, nos largos do Depósito, Mãi do Bispo, Matadouro (atual Praça da Bandeira), São Domingos, Jóquei Clube, Catete e praças Vinte e Oito de Março e D. Pedro II. Essas fontes deveriam ser abastecidas por sobras dos mananciais.

Suprimido o abastecimento de água pelos chafarizes, a Inspetoria das Obras Públicas encomendou na Europa o fornecimento de cem fontes, com bacias e copos metálicos — iguais aos que foram doados á cidade de Paris por Sir Richard Wallace, para serem colocadas em diversos pontos da cidade e fornecerem água a transeuntes e a animais de carga e montaria.

Entregues em 1885 à Inspetoria das Obras Públicas, foram efetivamente algumas das referidas fontes instaladas no centro da cidade e nos subúrbios.

O chafariz do Lagarto, como os demais existentes no Rio, nenhuma serventia prestava ao fornecimento de águas aos moradores da cidade. Daí em diante, passou exclusivamente a ser considerado monumento histórico da metrópole brasileira, respeitável relíquia de outros tempos...

IV — CHAFARIZ DAS SARACURAS

Esse monumento artístico, da era colonial, simboliza o reconhecimento das freiras do Convento de N. S.ª da Conceição da Ajuda para com o quinto vice-rei do Brasil (1790-1801), D. José Luís de Castro, representando, sobretudo, expressivo voto religioso.

Haviam solicitado aquelas religiosas um anel de água derivado do encanamento da Carioca para o consumo da casa conventual e, gratas ao favor que lhes dispensara o conde de Resende, incumbiram a abadessa Soror Ana Querubina de Jesus de ser a intérprete de seus sentimentos, levantando um chafariz de pedra com ornatos de bronze, em reconhecimento ao obséquio que solicitaram.

Inauguraram-no em 1799, no pátio central do convento, com a seguinte legenda na cartela do monumento votivo e debaixo das armas do vice-rei Conde de Resende:

FEITO COM A PROTEÇÃO
DO ILUSTRISSIMO E EXCELENTISSIMO
SENHOR CONDE VICE-REI DO ESTADO DO BRASIL
SENDO ATUAL ABADESSA
A SOROR ANNA QUERUBINA DE JESUS

Coube sem dúvida ao ilustre historiador José Vieira Fazenda a prioridade de tratar, em crônica minuciosa de 25 de outubro de 1896 e publicada no *Jornal do Comércio,* dêsse monumento religioso, por êle denominado *Chafariz das Saracuras.*

E assim o descreve o grande mestre da história da cidade:

> "Construido de pedra do país, é objeto de arte digno de ver-se, pois mostrando o gôsto da época, assinala a perícia dos nossos antigos canteiros, e tem bonitos ornamentos fundidos em bronze na Casa do Trem e um belo brazão trabalhado em mármore.
>
> Por quatro escadas de cinco degraus, sobe-se para o embasamento que é largo e sôbre o qual se apoia uma grande bacia circular, de cujo centro levantam-se quatro pedestais, onde pousam saracuras de bronze, as quais lançam pelos bicos na bacia límpida água, que desaparece para ser lançada de novo pela bôca de quatro cágados, que a despejam em quatro tanques colocados nos espaços entre as escadas.

> Tudo isso é coroado por uma pirâmide de três metros, em cujo ápice se vê uma cruz de ferro.
> Pena é que tal monumento não possa ser apreciado, devido aos rigores da clausura.
> Aí fica a descrição, cabendo-me a *glória* de ter sido o *primeiro* a falar dessa obra de arte, oculta aos olhos dos profanos, a qual leva, sem dúvida, vantagem às pesadas e enferrujadas fontes públicas, inauguradas há poucos anos em nossas praças — fontes que primam pela ausência do precioso líquido tão decantado pelo poeta Silva Alvarenga nos versos dedicados a Luís de Vasconcelos" (104).

Prosseguindo as obras da Avenida Central, que desde 1917 se denomina Rio Branco, e vendido em 1911 o edifício do Convento da Ajuda a uma empresa que pretendia levantar no local um grande hotel — obra que não conseguiram realizar os capitalistas interessados neste projeto, foi, afinal, demolida a casa conventual, erguendo-se tempos depois vultosas edificações nesse trecho da cidade denominado *Cinelândia* (105).

O Chafariz das Saracuras foi doado à Municipalidade do Rio de Janeiro pelo cardeal arcebispo D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, em 1911, e removido em dezembro do mesmo ano para o centro da praça Ferreira Viana, antiga Marechal Floriano, e que desde 1917 passou a chamar-se praça General Osório, em Ipanema (106).

---

(104) ***Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro.***

(105) A 1 de junho de 1928 inaugurou-se um grupo de *arranha-céus* naquele local da Avenida Rio Branco.

(106) O logradouro foi cordeado em 1894 em terreno cedido à Prefeitura do Distrito Federal pelo barão de Ipanema, com 139 metros de largo sôbre 130 de comprimento, e aceito pela Municipalidade em 26 de abril do mesmo ano com a denominação — Marechal Floriano — mudada pelo decreto n. 771, de 22 de abril de 1910 para — Ferreira Viana.

O decreto municipal n. 6617, de 31 de outubro de 1917, alterou a denominação para praça General Osório.

Comemorando a Prefeitura a inauguração do chafariz em 20 de dezembro de 1911, fêz colocar sôbre o cilindro em que pousa a pirâmide do monumento, uma placa de bronze com esta inscrição:

ESTE CHAFARIZ DOADO Á MUNICIPALIDADE
PELO EXM.º SR. CARDEAL ARCEBISPO
D. JOAQUIM ARCOVERDE CAVALCANTI
FOI REMOVIDO DO CONVENTO DA AJUDA
PARA ESTE LOCAL EM DEZEMBRO DE 1911
SENDO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL
O EXM.º SR. GENERAL BENTO RIBEIRO

Para maior realce do chafariz, reparou-se no mesmo ano o ajardinamento feito em 1909, e deu-se início ao calçamento a macadame betuminoso, numa área de 1.200 m2.

Excetuando-se Vieira Fazenda, que desvendou os lavores artísticos do chafariz das Saracuras, poucos historiadores e cronistas da cidade têm tratado do assunto depois do ilustrado pesquisador.

Araújo Viana, em seus proveitosos e eruditos estudos sôbre cousas de arte, confirmou o valor histórico da fonte setecentista.

Magalhães Corrêa procurou dar certo desenvolvimento à notícia que se encontra em *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes,* referindo-se contudo, com restrições, ao desaparecimento de *saracuras* e à mutilação de peças ornamentais do monumento, depois do seu assentamento em Copacabana, sob o domínio municipal.

Escragnolle Doria, na "Revista da Semana" de 1 de Outubro de 1923; Sanmartin, em *Testemunhos de Inícios Vários da Cidade de São Sebastião;* Restier Gonçalves, em *Extratos sôbre Aforamentos* (3.º vol. — 1929) e um cronista anônimo no número do "Jornal do Brasil" de 17 de janeiro de 1937 (suplemento dominical), escreveram aligeiradas notas sôbre a velha fonte colonial.

No *Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis,* de Luís Edmundo, entre as págs. 438 e 439, e nos estudos de Magalhães Corrêa, Sanmartin e Restier Gonçalves, figuram estampas que fielmente retratam o chafariz do Convento das freiras da Ajuda — oferecendo, sobretudo, Restier Gonçalves, duas nítidas fotografias da coleção de Augusto Malta.

V — BICA DA RAINHA

Numa das vertentes da serra do Corcovado e à margem do lendário rio Carioca, está assente a *Bica da Rainha* — assim crismada por ser o local assìduamente freqüentado, a partir de 1808, por D. Maria I. Ali se demorava horas inteiras a antiga soberana portuguêsa, carinhosamente vigiada por damas do Paço, devido à debilidade mental que lhe atormentou a existência, até seu falecimento em 1816.

Tornou-se muito procurado o aprazível sítio do senhorio de Venâncio José Lisboa, por serem consideradas medicinais aquelas águas e muito útil o seu emprêgo nos organismos anêmicos.

No diário de viagem ao Brasil, de 1821 a 1823, da escritora Maria Graham, preceptora da princesa Maria da Glória, dá-nos a ilustre forasteira, em livro de impressões, interessante depoimento acêrca de Laranjeiras, especialmente da Bica da Rainha.

Não se esqueceu Maria Graham de ressaltar, no colorido de suas descrições, o aspecto das casas de campo que ali encontrou, com caprichosos portões, varandas e escadarias, cercados de muitas flôres, trepadeiras tropicais e árvores frutíferas.

Referiu-se aos cafeeiros trepados na encosta dos morros e, no pinturesco de suas narrativas, registrou a casa do conde Hogendorp, antigo bonapartista, na chácara de Nova Sião, à sombra do Corcovado.

Em 1820, já contava a chácara do *ermitão solitário — sur le penchant d'une haute montagne,* como êle a denominou — cêrca de 30.000 pés de cafeeiros, segundo a obra monumental do historiador Afonso de E. Taunay sôbre a famosa rubiácea (*História do Café no Brasil* — Vols. II, V, VIII e XII).

Por escritura pública lavrada em 6 de novembro de 1818, em notas do tabelião José Pires Garcia, vendeu Venâncio José Lisboa à rainha D. Carlota Joaquina uma grande chácara no Cosme Velho, inclusive a Bica da Rainha — pela quantia de dezesseis contos de réis, em dinheiro. O vendedor, além daquela chácara, possuia outros

bens que lhe coubera pelo casamento com d. Úrsula Maria do Bom-sucesso, viuva de Antônio José da Silva (107). Os dezesseis contos deveriam ser pagos, segundo a escritura de compra, em quotas mensais de um conto de réis — logo que recebesse a rainha Carlota Joaquina a soma de trinta e nove contos para legalizar a posse de outras propriedades no Rio de Janeiro.

Media naquele ano, a grande chácara, 137 braças de testada por 154 de fundos. Nela existiam quatro casas térreas, cocheiras e muitos arvoredos. Duas dessas casas davam frente para o lado das Laranjeiras, e as demais tinham aceso para a estrada do Catete, ocupando uma das propriedades, ao tempo de Venâncio Lisboa, o serviçal da *casa grande,* prêto fôrro José da Silva.

Depois de adquiridas por Carlota Joaquina, confinavam as terras da chácara com as de Antônio José de Vaz e Castro e com terrenos de Venâncio Lisboa.

A rainha reconstruiu aquelas casas, ampliando-as e adaptando-as convenientemente à sua residência. No sítio das Laranjeiras passou os seus dias de ócio e aventuras.

Para atender ao dispêndio com aquisição de jóias e ofertas aos seus apaniguados, lançou mão de empréstimos vultosos, que lhe pesaram na economia particular (108).

---

(107) Em 1786 pertencera a grande chácara a Antônio Martins de Brito, escrivão do Senado da Câmara.

Conforme documentos do Arquivo Municipal, citados em autos de aforamentos, desmembramento e pagamento de foros, já em 1809 pertencia a propriedade de que tratamos a Venâncio José Lisboa — como cabeça de casal, tendo sido anteriormente comprada por Antônio José da Silva a Valentim da Costa Campos, Êste a adquiriu em praça, na penhora intentada por Manuel Luís de Oliveira contra Antônio Martins de Brito (*Indices e Extratos do Arquivo Municipal* — N. 1 — págs. 31 e 32).

(108) Logo que D. João VI deixou o Rio de Janeiro em abril de 1821, pediram os credores de Carlota Joaquina ao Príncipe regente D. Pedro o arrolamento e a avaliação dos bens pertencentes â rainha, na província do Rio de Janeiro. O processo judiciário foi afeto ao desembargador José Navarro de Andrada, juiz privativo do Banco do Brasil. À execução das diligências opôs embargos o administrador dos bens, padre José de Carvalho e Sousa.

Afinal, a 26 de fevereiro de 1823, o próprio imperador D. Pedro I autorizou à Junta do Banco do Brasil ultimar a venda dos bens de sua progenitora, pela maneira

A correspondência de Carlota Joaquina — personagem que, no conceito de Oliveira Lima, aumentou quanto pôde as complicações da monarquia portuguêsa, fazendo de tempo a tempo andar em uma roda viva a diplomacia daquela época — essa correspondência divulgada em parte nas *Memórias Secretas,* de D. José Presas, é agora acrescida de numerosos documentos, cuja súmula figura no volume LIV dos *Anais da Biblioteca Nacional.*

Do exame dêsses papéis, conjugado com os autos de execução apensos a processo de aforamento, se reconhece que, a 17 de setembro de 1823, se procedeu à praça dos bens de Sua Majestade, a Rainha de Portugal. Consistiam êstes haveres numa quinta em Laranjeiras, inclusive casa que servira de morada, com seus pertences, cocheiras, arvoredos, pomar, etc. — assim como um engenho, em Inhaúma, medindo mil braças de testada por outras tantas de fundos, plantações, utensílios de lavoura, gado, *casas de engenhos* e escravos, em número de setenta, entre homens e mulheres. Esta diligência foi procedida pelo porteiro dos auditórios da Côrte e privativo dos leilões do comércio e casas falidas, Alexandre José Rodrigues, em frente à séde do Banco do Brasil.

Encerrou-se o ciclo faustoso da consorte de D. João VI, no Rio de Janeiro.

Para espairecer o tédio que invadira a sua alma, procurava Carlota Joaquina os recantos da cidade, por vêzes em companhia das filhas, transportando-se em carruagem, que, em louca disparada, assustava transeuntes desprevenidos. Parece ter sido a natureza brasileira a única cousa que a encantou na nova sede da monarquia lusitana, mas, mesmo assim, nenhuma palavra jamais proferiu que definisse a sua admiração.

"No Brasil nada prestava — escreve Araújo Guimarães. Impacientava-se com todos os gestos magnânimos do marido, que aos poucos ia dotando a terra de Santa Cruz

---

que melhor entendesse. (*Extratos de Manuscritos sôbre Aforamentos* — Livro III — pág. 55 — Arq. Munic.

> de melhoramentos e de fontes de progresso. Para que fazer melhoramentos numa terra tão ingrata, onde o calor deprimia e lhe acendia no sangue maiores anseios?" (109)

Em 1842, a Bica da Rainha, pouco procurada, quase abandonada, perdera o fastígio de outrora. Em janeiro dêsse ano, o fiscal da freguesia de N. S.ª da Glória, Antônio José Leite Guimarães, pedia à Ilustríssima Câmara Municipal que providenciasse junto à Inspeçãc das Obras Públicas no sentido de estabelecer-se uma bica no pátic das Aguas Ferreas. Ponderava aquele funcionário municipal a necessidade urgente da instalação e dizia que *desde o campo do Machado até quasi a chegar os canos da Carioca,* só havia uma fonte — a da Bica da Rainha (110).

Em 1845 passou a fonte por pequenas obras de reparação, que pouco adiantaram. Já em 1887, nenhuma serventia prestava a Bica da Rainha ao abastecimento da população, e em data de 1 de fevereiro solicitavam os moradores da rua do Cosme Velho o atêrro do local onde ficava a casinha da Bica, invadida por vêzes, na estação, calmosa pelas águas do rio Carioca (111).

Araújo Viana lastimava, em 1901, pela imprensa, o abandono dos monumentos públicos da cidade. Escrevia acêrca dessa fonte:

> "A Bica da Rainha, em Laranjeiras, é conservada por um particular; um pouco de boa vontade dos moradores bastaria e êles patrióticamente restaurariam o exemplar da nossa arqueologia urbana. Sabe-se como são vítimas e de que modo, as nossas árvores, os nossos edifícios e os chafarizes, exigindo uma vigilância que a educação cívica bem poderia dispensar. O povo que não respeita as suas tradições, não pode aspirar a ter história e quebra o respeito de si próprio.

---

(109) A. C. D'Araújo Guimarães: *A Côrte no Brasil* — pág. 23.

(110) *Abastecimento de água — Aquedutos, Chafarizes e Fontes* — 1830-1879 — Arq. Munic.

(111) Idem — 1882-1888 — Arq. Munic.

> Uma fiscalização especial e efetiva está se tornando, portanto, necessidade inadiável. Dizem que o Conselho Superior de Belas Artes pensa em intervir, como parece lhe cumpre naquilo que se chama *arte pública*, dirigindo ao Senhor Prefeito do Distrito Federal solicitação para se fazer desde já alguma cousa, pelo menos por ora, em benefício de uma digna conservação do que tivermos de histórico e artístico nas ruas e praças dessa cidade" (112)

Por essa época estava a Bica da Rainha resguardada do logradouro público por uma grade de ferro. O local comunicava-se através um pequeno passadiço com a floresta. Ao fundo, via-se um paredão que, na parte central, se dividia em duas pilastras. Destacava-se entre estas, ao alto, num oval, a inscrição: *Bica da Rainha.*

Sob uma espécie de janela com varões de ferro, saía a bica de bronze.

A pequena fonte está atualmente situada no lado da numeração ímpar da rua Cosme Velho, junto ao imóvel que teve o número 107, e no interior de pequeno terreno, abaixo do nível da via pública, por onde se desce em escada de nove degraus. Um portão, ao centro, dava há pouco tempo ingresso aos moradores das circunvizinhanças.

No alto da fonte vê-se uma tabuleta com o seguinte aviso:

> "Pede-se respeitar as matas da União e as particulares, conservando-as com carinho, para que não venham sofrer os mananciais desta lendária fonte de Águas Férreas."

"Há trinta anos — escreve Magalhães Corrêa (*Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* — 1939) estava em completo abandono. Um comerciante requereu ao Conselho Municipal permissão para edificar no terreno um botequim, tendo-lhe sido negado o pedido. Mas tarde, um outro particular restaurou-a, pondo-a em condições de ser usada. E, hoje, como outrora, sái a distribuir água em pequenos

---

(112) *Velhos Chafarizes* — "A Noticia" — 30 agôsto 1901.

barris de 15 litros um aguadeiro em sua carroça, em forma de pipa, com capacidade para 1.085 litros e puxada por um burro, abastecendo os bairros das Laranjeiras e Catete.

A carroça é de propriedade de uma senhora concessionária, que vende o barril a domicílio, a mil réis, e que ainda está em pleno comércio....”

O que se praticava na Bica da Rainha em 1939, segundo Magalhães Corrêa, para o abastecimento de água aos moradores de Laranjeiras e Catete, não destoava de antigo costume da cidade. Antes de 1842, criara-se um serviço especial de carroças com pipas, pertencentes a diversos proprietários de veículos. Enchiam-se as pipas nos chafarizes e em fontes e torneiras públicas, a que antes recorriam os condutores de barris, em sua maioria portuguêses dos Açores e negros africanos. Em 1872, tomou tal incremento êsse comércio, que havia em tráfego 116 veículos, rodando constantemente pelas ruas para o fornecimento de água às habitações particulares e casas de negócio.

Ampliada a rêde de canalização de água, que passou a abranger grande área do Rio de Janeiro, cessou a necessidade daqueles veículos, continuando, porém, em circulação as *pipas* da antiga chácara de Sebastião Pinto da Costa Aguiar, à rua Conde de Bonfim n. 1, (onde atualmente se vê a rua Aguiar), em cujos terrenos havia uma nascente de *miraculosa linfa,* considerada excelente para as enfermidades do aparelho digestivo. A princípio, o barril dessa afamada água custava apenas 20 réis. Daí, o nome de *água do vintém,* com que foi crismada.

Por morte do antigo proprietário da chácara, continuou a explorar êsse negócio seu filho e herdeiro Artur Pinto da Costa Aguiar.

O decreto municipal n. 583, de 14 de outubro de 1898, estabeleceu condições para o tráfego das carroças da *água do vintém,* modificando-se-lhes o sistema de eixo fixo.

Não podemos determinar com segurança a data em que as *pipas da Chácara do Vintém* desapareceram das ruas da cidade, mas ao que nos lembramos, elas circularam, pelo menos, até 1905 ou 1906.

Os aguadeiros no Rio de Janeiro executavam o mesmo serviço que cabia aos *porteurs d'eau,* em Paris, os quais, apesar da intensa vida da capital do mundo, só dali desapareceram em 1896.

VI — CHAFARIZ DA RUA RIACHUELO

Para atender reiteradas solicitações de moradores e proprietários de Matacavalos, que se queixavam da escassez de água provinda da fonte do Menino Deus (113), pouco distante da capelinha dessa invocação, determinou o rei D. João VI ao intendente geral da Po-

(113) Abastecida por água da chácara da Bica, comprada em 1742 por 2:000$ pelo coronel Domingos Rodrigues Távora, para edificação da ermida do Menino Deus,

Foi mandada construir pelo vice-rei marquês do Lavradio, com a seguinte inscrição lapidar:

CIVIS AQUA BIBE
LAVRADII MARCHIO DONAT
ILLE PATER PATRIAE QUAE SITIS ERGO TIBE?
FLUMINENSIS SENATUS
1772

Encarregou-se da obra João Coelho Marinho, mestre pedreiro, que no mesmo ano de 1772 requereu ao Senado da Câmara o pagamento de 150$000 (*Abastecimento d'Água — Aquedutos, Chafarizes e Fontes* — 1772-1830 — Arq. Munic.).

A 5 de março de 1782, sendo inúmeras as reclamações dos moradores contra João de Ataíde e José Caetano dos Santos, proprietário de Chácara, em cujas terras corriam as águas derivadas de um grotão, procedeu-se a uma vistoria para verificação de responsabilidades dos verdadeiros *extraviadores* dessas águas — como se infere dos autos de processo intentado pelo procurador do Senado da Câmera, Manuel Velho da Silva. Ultimada a ação, foi extraída em 1794 certidão da sentença de apelação proferida pelo juiz do Tribunal da Relação, Antônio Diniz Cruz e Silva, dada a favor de José Caetano dos Santos.

Em 2 de janeiro de 1793, Francisco Xavier de Matos Pimenta, aprovado no ofício de pedreiro, requerera pagamento da despesa que fizera com as obras no chafariz de Matacavalos e pelo consêrto do cano que conduzia as águas da mina, bem como pela construção de outro, grande, de alvenaria e lajedo — desde o cha-

lícia Paulo Fernandes Viana, fizesse construir na rua de Matacavalos um novo chafariz.

Em terreno cedido em 1816 pelo tenente coronel Cláudio José Pereira da Silva, vereador em 1813, antigo capitão da primeira companhia de fuzileiros do segundo regimento de Santa Rita e proprietário de vasta chácara naquele bairro, inaugurou o desembargador Paulo Fernandes Viana em 1817 o aludido chafariz, abastecido por uma nascente situada no morro de Santa Teresa, em trecho que deita para a antiga rua Silva Manuel (atual André Cavalcanti).

Em memória dessa obra, feita de alvenaria e cantaria, à custa da Intendência Geral da Polícia, gravou-se em pedra a seguinte inscrição:

O REY
POR BEM
DO
SEU POVO
M. F. E. O
PELA POLICIA
1817

Referindo-se a êste chafariz, escrevia em 1825 o padre Luís Gonçalves dos Santos, em nota, sob n. 55, de suas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*:

> "Esta rua de Matacavalos atualmente tem muitos bons edifícios, aos quais sobressai a casa nobre do ilustríssimo visconde de São Lourenço. No fim do muro da chácara do coronel Cláudio se levantou uma fonte que liberaliza aos moradores da vizinhança muito boa água, tomada dentariz até a vala do brejo do guarda-mor (*Abastecimento d'Água — Aquedutos, Chafarizes e Fontes* — 1772-1830 — Arq. Munic.)

Reconstruido em 1868 o antigo chafariz levantado pelo vice-rei marquês do Lavradio, a expensas de D. Maria Bial Quartim, proprietária do prédio n. 47 da rua Riachuelo, demoliram-no em março de 1890, por iniciativa da Inspetoria Geral de Obras Públicas, que o julgou inteiramente inútil ao abastecimento dágua.

> tro da mesma chácara; nesta fonte se lê inscrição em letras de metal douradas (114)."

Achava-se o chafariz encostado a um muro do lado ímpar, próximo à rua Silva Manuel.

"A sua projeção horizontal — escreve Magalhães Corrêa — era de um trapézio, cuja base estava no alinhamento da rua e a vertical, composta de duas colunas, colocadas uma de cada lado, no alinhamento, suportando um elemento arquitetônico em forma de pirâmide quadrangular, tendo por base um corpo cilíndrico" (115).

"Desta colunas — acrescenta Magalhães Corrêa — partia um muro que se ligava ao corpo central, numa suave curva rematando as partes superiores, volutas. O corpo central era composto de duas pilastras laterais, ligadas pela simples moldura dos seus capitéis, que corriam em tôda a extensão do corpo. Pousava em cada capitel, um vaso em forma de taça, terminando em cone, lembrando uma taça de sorvete. Ao centro, na parede de alvenaria, estava um quadrado de pedra, tendo ao meio a lápide com a inscrição. Na parte inferior, um tanque que corria de um ao outro lado, dividido em três compartimentos; no do centro, saíam dois corpos prismáticos, terminados com ornatos e separados por um outro prisma menor — os maiores tinham, cada um, uma bica de bronze, que Paulo Fernandes Viana diz terem sido quatro.

Assim era o antigo chafariz.

Certa vez, um capitalista resolveu edificar uma casa assobradada por trás do aludido chafariz, o que fêz como prova o desenho da antiga fonte (116), mas quando pretendeu demolí-lo para o seu

---

(114) Excerto reproduzido à pág. 62 da nova edição, 1943.

(115) *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* — pág. 84.

(116) MAGALHÃES CORRÊA reproduz os desenhos do antigo e do novo chafariz da rua Riachuelo, in *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes* — Estampas entre as págs. 84, 85, 86 e 87.

BERNARDO SANMARTIN oferece-nos em seu livro *Testemunhos de Inicios vários da ex-Cidade de São Sebastião,* uma pequena fotogravura do chafariz de 1817 (2.º vol. — pág. 53).

bem pessoal, visto estar enclausurado em seu terreno, foi o diabo, teve que conversar com a justiça, que denegou o pedido de demolição, por ser um monumento público doado à polícia, que por sua vez o doou à cidade. Muitos anos durou a questão, e, por fim, quem sofreu a demolição foi o prédio, porque o chafariz e o respectivo terreno eram inalienáveis, saindo vencedor o esquecido monumento feito por um carioca."

É de 1852 a tentativa de demolição do chafariz, pleteiteada em dezembro dêsse ano por Manuel Cornélio dos Santos, proprietário do prédio n. 41, onde se encontra o imóvel n. 187 (117).

Requeria, então, Cornélio dos Santos, à Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte, a demolição do chafariz, para fazer no local novas construções. Solicitava que lhe fôsse cedido o terreno pelo seu justo preço, deixando, porém, espaço para uma pequena fonte com três bicas.

---

(117) Não sabemos se o saudoso cronista carioca se refere ao projeto de Manuel Cornélio dos Santos, pai de João Martins Cornélio dos Santos, mas é de supor que dêle tivesse notícia através da tradição oral, que agora confirmamos com documentos do Arquivo Municipal.

No acervo arquivado nenhuma referência encontramos acêrca da questão judiciária a que alude Magalhães Corrêa.

Manuel Cornélio dos Santos foi comissário de café, estabelecido à rua do Rosário, n.º 52. Faleceu nesta cidade a 14 de janeiro de 1866.

Seu filho, João Martins Cornélio dos Santos, irmão benfeitor da Santa Casa da Misericórdia e falecido a 11 de novembro de 1894, legou, em testamento, à pia instituição, o prédio da rua do Catete, n.º 5, antigo 2, onde se instalou o Asilo São Cornélio em setembro de 1900.

Em sua residência, então situada à rua Silva Manuel, hospedou-se em 1864 Castro Alves, seu condiscípulo e amigo da Faculdade de Direito do Recife. Nessa casa foi operado o grande poeta dos escravos, naquele ano, pelos cirurgiões Mateus Alves de Andrada e Praxedes Pertence, sofrendo amputação do terço inferior da perna direita. Múcio Teixeira e Melo Morais Filho, contemporâneos do poeta do "Navio Negreiro", registram que, no citado ano, a casa residencial de Cornélio dos Santos tinha o número 25.

A chácara onde estava o prédio n. 41 fôra adquirida a Luís Joaquim Moreira, por escritura de 10 de fevereiro de 1847, e desde essa época pretendeu Cornélio dos Santos ampliar a sua propriedade (118).

Informando em dezembro de 1842 a respeito do que solicitava êsse proprietário, declarou o engenheiro municipal Pedro Moreira da Costa Lima que as três bicas propostas não poderiam satisfazer o abastecimento até então mantido pelo chafariz, que possuia quatro bicas e dois tanques adjacentes. Opôs-se formalmente o engenheiro Costa Lima ao pedido do requerente, acrescentando em seu parecer:

> "Será um ato de pouco reconhecimento para com os nossos antepassados, a destruição de um monumento antigo sem com isso resultar utilidade pública." (119)

Muitos anos depois, por volta de 1927 ou 1928, achava-se inteiramente modificado o aspecto do interessante monumento histórico, à frente de uma garage, tendo, ao invés das antigas bicas, ornatos em forma de espirais, sem nenhuma serventia como fonte de abastecimento de água aos moradores.

Está atualmente colocado o remanescente do antigo chafariz em frente a um prédio de sobrado da rua Riachuelo, ficando-lhe ao lado uma bomba de gasolina.

---

(118) Foram antes possuidores das terras: Simão Lobo, Pedro Martins Negrão, Cláudio Antônio Bezançon, Aires de Miranda, Ana Gomes, João Alves Figueiró e Viegas de Azevedo — segundo VIEIRA FAZENDA (Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro).

O tenente-coronel Francisco Viegas de Azevedo vendeu a José Pereira da Silva uma grande chácara desmembrada daquelas terras. Por herança passou esta propriedade a seu filho Cláudio José Pereira da Silva e, por morte dêste, a Luís Pereira da Silva Manuel, sargento-mor e vereador, em 1822 e no período de 1830 a 1833. Silva Manuel, por escritura de 11 de fevereiro de 1839, vendeu esta chácara a Luís Joaquim Moreira (Anotações do fichário de Noronha Santos).

(119) *Abastecimento d'água — Aquedutos, Chafarizes e Fontes* — 1836-1860. Arq. Munic.

VII — CHAFARIZ DE PAULO FERNANDES

Desde a governança do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que as águas dos rios Maracanã e Catumbi foram lembradas para refôrço do abastecimento à população do Rio de Janeiro (120).

Da Cova da Onça, no Rio Comprido, numa das depressões da serra da Carioca, trataram posteriormente de conduzir as águas do rio Catumbi ou Comprido, em direção às do Maracanã. Em 1788 cogitara o alferes Joaquim José da Silva Xavier — o *Tiradentes,* de levantar alguns moinhos nos rios Maracanã e das Laranjeiras. O documento em aprêço está publicado no 1º volume da revista "Arquivo do Distrito Federal" (pág. 134) e figura acêrca do mesmo assunto noutro volume da revista citada, com o edital do Senado da Câmara, de 22 de maio de 1788, assinado por Baltazar da Silva Lisboa, juiz de fora, pelos vereadores Francisco Muniz, Constante Delgado, João Antônio de Araújo Lima, Pedro Muniz Duarte e escrivão do *concelho,* Felipe Cordovil de Siqueira e Melo (121).

Segundo o plano do tenente-coronel engenheiro Henrique Isidoro de Brito, apresentado em 30 de julho de 1816 ao inspetor do real corpo de engenheiros João da Silva, iniciou-se nesse ano a construção de novo aqueduto, coberto até uma pequena caixa levantada junto ao chafariz de Catumbi, na antiga rua do Conde.

Dêsse ponto em diante, comunicava-se o aqueduto por um encanamento subterrâneo de pedras perfuradas, importadas de Portugal.

---

(120) Em 24 de julho de 1795, no vice-reinado do conde de Resende, Maria da Conceição Pereira, viúva do dr. Manuel Pinheiro da Fonseca, na ação intentada contra José da Costa, faz referência aos encanamentos de Catumbí Grande, onde morava, precisamente em trecho da atual rua Itapirú, em cujo local ainda há poucos anos podiam ser contempladas as ruínas do aqueduto de Catumbi.

José da Costa tornara-se, abusivamente, senhor e possuidor de sobejos daquelas águas, vindas de uma nascente próxima, e impedira o trânsito num caminho de carro, de serventia da chácara da contendora (*Vistorias e Embargos* — 1790-1805).

(121) Edital do Senado da Câmara — *Arquivo do Distrito Federal* — 4.º vol. pág. 521.

Embutido em grossas e fortíssimas paredes de pedra e cal do Reino, corria na extensão de 452 braças. Atravessava terrenos onde hoje se vê a rua Itapiru, alcançava a montanha, indo terminar na encosta do atual morro de Paula Matos.

Mais tarde, ligou-se êsse encanamento ao chafariz de pedra lavrada, de forma circular, inaugurada a 24 de junho de 1818 pela Intendência Geral da Polícia, no Campo de Sant'Ana, e em substituição a uma fonte de madeira que ali existia, nas cercanias da igreja erigida em 1735 (122).

Em presença do rei D. João VI e de altos dignitários da Côrte, o intendente da Polícia Paulo Fernandes Viana, à tarde daquele dia, mandou soltar a água represada na caixa que se construira em terras à margem da lagoa da Sentinela (123).

Achava-se ainda o encanamento estabelecido em condições precárias — como se evidencia da *Demonstração dos trabalhos da Polícia* executados durante a administração do infatigável intendente geral e por êle mesmo escrita (124).

Luís Gonçalves dos Santos, no 1º volume das *Memórias para servir à História do Reino do Brasil,* em nota inserta à pag. 58 (edição da Livraria Valverde — 1943) descreve-nos o antigo chafariz de Catumbi ou de Paulo Fernandes, nestes termos:

> "Pouco adiante da casa de Pedro Dias se levantou na estrada de Mataporcos uma caixa com o feitio de tôrre, para receber a água tomada por ora, do rio Comprido: esta obra é muito sólida e de cantaria. Forma dois corpos, sôbre a cimalha do primeiro corre por três lados uma varanda de ferro; em baixo, na sua base, tem um tanque

---

(122) Documento do Arquivo Nacional.

(123) *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — Luís Gonçalves dos Santos — 2.º vol. — pág. 674.

(124) "Rev. do Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo LV — parte 1.ª — pág. 373.

com três bicas, que dão água ao povo circunvizinho. Esta tôrre está encostada ao monte, por onde vem o encanamento da referida água e daqui segue o aqueduto por canos subterrâneos até ao chafariz do Campo de Sant'Ana.

> El-Rei Nosso Senhor mandou vir de Lisboa uma porção considerável de canos de pedra broqueados, para fazer perdurável esta grande obra, os quais ainda se não encanaram."

Paulo Fernandes Viana, que tem seu nome ligado a inúmeros melhoramentos do Rio de Janeiro, no período de 5 de abril de 1808 a 26 do mesmo mês de 1821, com os novos planos de edificação, cordeamento de ruas, fiscalização de gênero alimentícios, registrou no acervo de seus importantes serviços o da instalação do chafariz de Catumbi, além do do Campo de Sant'Ana.

Faleceu nesta cidade a 1 de maio de 1821, na casa de sua residência, no velho Campo de Sant'Ana, esquina da rua Conde da Cidade Nova, em cujo prédio esteve provisóriamente a Câmara Municipal de 1873 até fins do ano de 1881. Esse prédio foi demolido em abril de 1905, na administração do prefeito Pereira Passos, para o alargamento da rua Frei Caneca, antes denominada Conde d'Eu e Conde da Cidade Nova.

Situado o chafariz próximo da casa do guarda-mor Pedro Dias Pais Leme, pouco abaixo do chafariz do Lagarto e dêle separado pela monumental muralha do aqueduto de Catumbi, ressentiu-se por vêzes aquela fonte do abandono com que a tratavam os poderes públicos. Chegaram a secar, em 1832, as suas três bicas — em conseqüência da estiagem terrível ocorrida em meados daquele ano. Para dirimir os prejuízos causados à saúde pública com a falta dágua, e atender de algum modo às reclamações dos moradores, o ministro do Império, na Regência, José Lino Coutinho, determinou em 19 de junho do citado ano à Câmara Municipal que procedesse a urgentes consêrtos — não só no chafariz de Catumbi, como no do Campo de Sant'Ana, abastecidos ambos pelo aqueduto dos rios Comprido e Maracanã.

Achava-se, então, o encanamento em estado de completa ruína e coberto de imundíceis de tôda a sorte — *uma verdadeira podridão* — afirma o relatório do ministro José Lino Coutinho (125).

Magalhães Corrêa, em *Terra Carioca — Fontes e Chafarizes*, apresenta duas estampas — uma referente ao aspecto ruinoso do aqueduto (entre as págs. 60 e 61), e outra, do chafariz, em 1939 (entre as págs. 74 e 75).

VIII — CHAFARIZ DE GRANDJEAN DE MONTIGNY

Durante noventa e cinco anos esteve êsse chafariz no antigo Rossio Pequeno da Cidade Nova, denominado a 4 de julho de 1865 — praça Onze de Junho (126), donde o removeram em 1943 para a praça Afonso Vizeu, antiga da Boa Vista, bairro da Tijuca (127).

Foi projetado em 1846 por Grandjean de Montigny, quando inspetor geral das Obras Públicas da Côrte o coronel Miguel de Frias e Vasconcelos. Procurara o ilustre arquiteto francês contribuir para a melhoria dos serviços de abastecimento de água à cidade do Rio de Janeiro, apresentando além do plano dêsse chafariz, os projetos de outras fontes destinadas ao mercado da Candelária (demolido em 1911) e ao largo de Benfica, obedecendo êste ao estilo neoclássico.

O chafariz do antigo Rossio Pequeno da Cidade Nova — conforme Morales de los Rios Filho — fôra assim projetado:

---

(125) *Relatório do Ministério do Império* — 1832.

(126) Deliberação da Câmara Municipal, sob proposta dos vereadores João Batista dos Santos (futuro visconde de Ibituruna) e Manuel Dias da Cruz, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 30 de dezembro de 1865. Na mesma data de 4 de julho dêsse ano, em memória da batalha naval de Riachuelo, travada a 11 de junho nas águas do rio Paraná, foi denominada *Riachuelo* a antiga rua de Matacavalos.

(127) O decreto municipal n. 5736, de 23 de maio de 1936, deu a nominação — Afonso Vizeu, ao largo da Boa Vista, na Tijuca, em memória dêsse presidente da Associação Comercial, falecido a 4 de fevereiro do mesmo ano.

"Sôbre a calçada circular que servia de embasamento, levantava-se a grande bacia circular de perfil misto, isto é, constituído de retas e curvas, ao centro uma bacia cilíndrica dotada de oito carrancas de leão; emergindo do meio desta segunda bacia surgia a terceira, encimada por uma pinha estilizada. A água que jorrava, abundante, da mesma, projetava-se sucessivamente nas três bacias antes descritas. Na execução, o projeto foi muito modificado, como o leitor poderá verificar, ao observar a fotografia, e o desenho que fazem parte dêste livro. Ao organizar a sua composição, Grandjean dispôs em volta da praça uma série de *frades de granito* ligados por correntes de ferro. E circundando a fonte fêz plantar vinte e uma casuarinas. Observando, assim, o princípio urbanístico que obriga ligar a obra arquitetônica ao meio ambiente, e que aconselha quando êsse não existe, a criá-lo. Também seguiu um outro princípio profissional: o arquiteto deve aproveitar o material da região. Por isso, tôda a fonte deveria ser feita em granito carioca. As carrancas de leão e a pinha foram executadas em bronze.

A deturpação do projeto de Grandjean deu origem ao protesto lavrado em 22 de outubro de 1858 pela congregação da Academia de Belas Artes contra a Inspetoria das Obras Públicas, que desprezara um *aviso* governamental, em virtude do qual cabia à Academia resolver os assuntos artísticos.

A respeito dessa fonte, alguém mandou ao "Jornal do Comércio" a seguinte nota, publicada a 19 de julho de 1896:

"*Escrevem-nos: No meio das reformas por que está passando a praça Onze de Junho, outrora Rossio Pequeno, ignoramos que destino tocará ao chafariz central. Convirá muito salvá-lo da destruição e deturpação, pois foi feito segundo desenhos do célebre*

BIBLIOTECA da DPHAN RIO

> *Grandjean de Montigny, embora haja ligeiro senão na curvatura da bacia e o todo superior seja um tanto pesado. Dar-se-lhe-á, porém, majestoso aspecto ornamental, restabelecendo-se os jorros de água que saíam das quatro bocas de leão primitivas e o belo e copioso jacto que se levantava no centro, a grande altura. São dignas de todo respeito as poucas obras que entre nós deixou o tão célebre arquiteto Grandjean de Montigny, um dos fundadores da Academia de Belas Artes.*

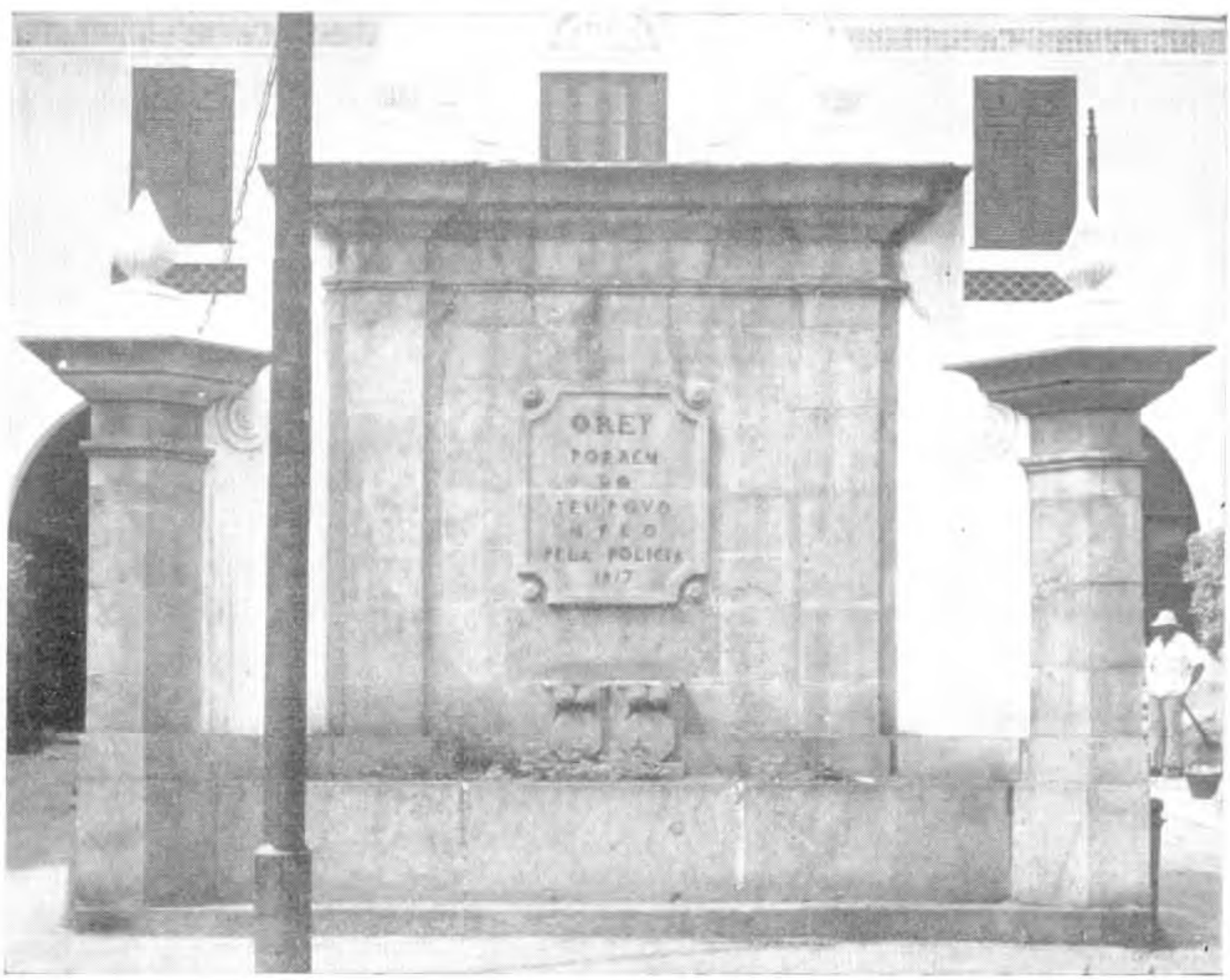
E o Visconde de Taunay dizia, sôbre o mesmo assunto e na mesma folha, a 9 de julho de 1898:

> *Que boa e bela notícia a possibilidade de ser restaurado o chafariz monumental da praça Onze de Junho, obra tão abandonada do grande e célebre arquiteto Grandjean de Montigny! Mil parabens ao digno dr. Silva Teles.*
>
> *Leve à conclusão o seu empenho e será uma nota estética que lembrará para sempre a sua administração na Diretoria das Obras Municipais. E é tão raro vêr-se algum esfôrço artístico nas cousas desta cidade!"* (128).

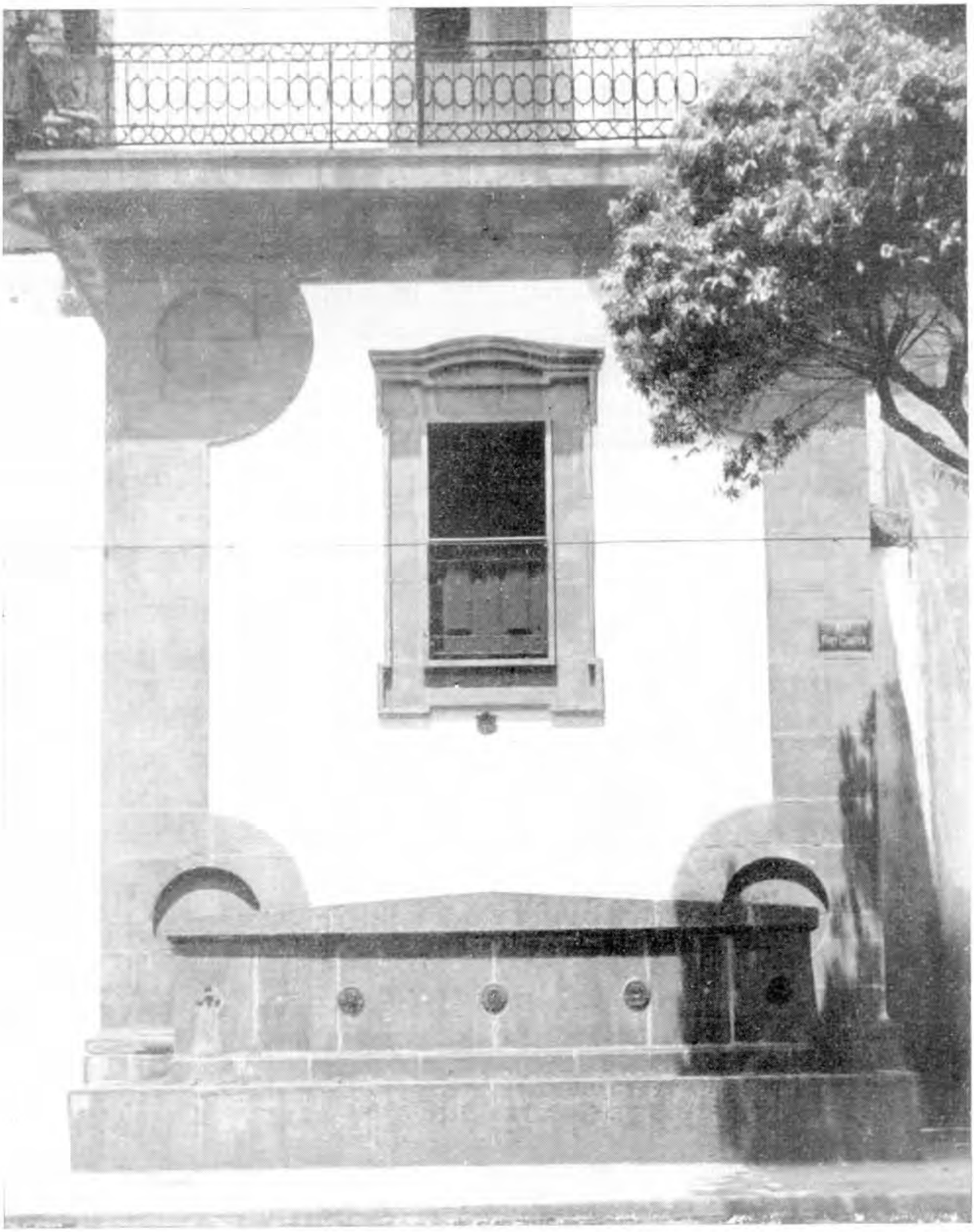
Em sessão da Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte, de 20 de novembro de 1846, presidida por João Silveira do Pilar, apresentara o vereador Justino José Tavares proposta para que fôssem solicitadas ao Ministério do Império providências no sentido de ser com brevidade executado o projeto de um chafariz de granito, a instalar-se no

---

(128) ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO: *Grandjean de Montigny e a evolução da Arte Brasileira* — págs. 250-251.



Chafariz da Rua Riachuelo.



Chafariz de Paulo Fernandes.



Chafariz de Grandjean de Montigny, quando ainda na antiga Praça 11 de Junho.



Chafariz de [illegible] Montigny, já no Alto da Boa Vista.

Rossio Pequeno e de autoria do professor Grandjean de Montigny (129).

No relatório do ministro do Império, Visconde de Macaé, de maio de 1848, apresentado à Assembléia Geral Legislativa, referindo-se a vários serviços públicos executados no correr do ano de 1847, informava o titular daquela pasta que fôra dado comêço à obra do chafariz do Rossio Pequeno.

Vagarosamente, foram realizadas essas obras e, no relatório de 1850, o Visconde de Monte Alegre, ministro do Império, do décimo gabinete conservador, presidido pelo então visconde de Olinda, dando conta de obras efetuadas no exercício financeiro de 1848-1849, informou o seguinte:

> "Terminou-se o encanamento do chafariz do Rossio Pequeno e continuaram-se as obras dêsse chafariz, levantando-se, provisòriamente, uma pilastra, com bicas para fornecer água aos moradores daquele sítio."

Mas, só em 1850, conforme se vê do relatório do Visconde de Monte Alegre, apresentado à Assembléia Legislativa em maio de 1851, terminava a obra do chafariz:

> "Acabou-se o chafariz do Rossio Pequeno — assim o diz o ministro do Império ao relatar os principais serviços da administração pública, a cargo de sua pasta."

Não se realizou assim, conforme se tem escrito, no mesmo ano de 1846, a inauguração do chafariz projetado por Grandjean de Montigny. Transcorreram quatro anos para a terminação de suas obras e, posteriormente, ocorreu a sua inauguração entre os meses de janeiro a maio de 1850, em dias da epidemia da febre amarela, quando foram adotadas urgentes medidas em benefício da saúde pública e para a qual deveria concorrer o abastecimento de água à cidade.

---

(129) *Abastecimento de água — Aquedutos, Chafariz e Fontes* — 1830-1850 — Arquivo Municipal.

Com a instalação do chafariz no Rossio Pequeno, passou o logradouro por alguns melhoramentos: as suas quatro faces foram fechadas por pesada correntes de ferro, que se ligavam a *frades de pedra* (130).

Calçaram-no a paralelepípedos, em 1858, em substituição à alvenaria bruta com que havia sido pavimentado em 1843, quando diretor das Obras Municipais o engenheiro militar, major Beaurepaire Rohan.

---

(130) Em 1828, R. WALSH em seu curioso livro sôbre o Rio de Janeiro *Notices of Brazil in* 1828 *and* 1829 dá ao Rossio Pequeno da Cidade Nova a área de 315 braças ladeadas por 44 prédios. Em 1831 já gozava o logradouro do benefício da iluminação, possuindo três lampiões de azeite de peixe (*Estudo efetivo da Iluminação Pública e de outros serviços* — Relação organizada a 25 de janeiro de 1831).

Remontam a meados da centúria setencentista as primeiras providências acêrca de terrenos de mangues, nos quais se abriu o Rossio Pequeno, determinadas na correição do ouvidor geral e corregedor da comarca, Marcelino Rodrigues Colaço, pelo provimento de 23 de outubro de 1756.

No govêrno do príncipe regente D. João, iniciaram-se os aterros e abriram-se valas para escoamento das águas, desaparecendo parte do pântano, que se tornara extenso foco de infecção e viveiro de mosquitos. Construiu-se uma ponte no *caminho das Lanternas,* depois chamado do *Aterrado,* para facilitar a passagem do príncipe regente, de sua real família e fidalgos. *Quanto ao povo, que continuasse a cheirar o lôdo do mangue, a adoecer e a morrer.*

Pode-se fixar, como principal marco de desenvolvimento dêsse trecho da cidade do Rio de Janeiro, o alvará régio de 26 de abril de 1811, que concedeu isenção da décima urbana aos prédios assobradados ou de sobrado que fôssem construídos nas novas ruas abertas desde os princípios do século.

Niveladas em 1831 as ruas laterais ao mangue, que se transformou no canal até a *Bica dos Marinheiros,* foram abertas vias públicas e valas, por ocasião da epidemia das chamadas *febres de Macacu,* que apareceram com certa violência naquela época. Reconstruíram-se pontes de madeiras e de pedra, em 1832, 1839 e 1840.

Correram tais melhoramentos para tornar menos insalubre a Cidade Nova, e ativar de algum modo o tráfego comercial que já se fazia entre a parte urbana e os bairros de Rio Comprido, Engenho Velho e S. Cristóvão.

O naturalista francês SAINT-HILAIRE, ainda durante a permanência de D. João VI e sua côrte no Rio de Janeiro, oferece-nos, em sua preciosa obra, interessante depoimento acêrca das caravanas e tropeiros que passavam pela Cidade Nova, em viagem para S. Cristóvão: "A estrada da Cidade Nova a São

Colocou-se naquele ano em torno do chafariz uma grade de ferro.

Em 1895, na administração do prefeito Furquim Werneck, foram feitos melhoramentos no logradouro, que contava então 62 árvores, inclusive casuarinas. Procedeu-se à obra de ajardinamento. Foram retiradas das quatro faces as correntes de ferro que se ligavam a *frades de pedra.* Em 1900, na administração do conselheiro Coelho Rodrigues, procedeu a Prefeitura ao reajardinamento da praça e em 1902, durante a administração do prefeito interino coronel Carlos Leite Ribeiro, presidente do Conselho Municipal, despendeu-se a sôma de 4:729$350 com benfeitorias nesse logradouro.

O prefeito Pereira Passos remodelou o jardim, dando-lhe um aspecto mais estético, e mandou plantar novas casuarinas.

Julgando ser difícil conservar o chafariz nesse local, por haverem desaparecido peças que o ornamentavam, sugeriu, a 18 de março de 1905, o inspetor geral de Jardins, Arborização e Matas, dr. Júlio Furtado, que fôsse removido para local diferente — indicando o antigo largo da Mãe do Bispo como melhor ponto da cidade e por onde deveria passar a Avenida Central, em construção.

Aludindo a este alvitre, escrevia Araújo Viana em "A Noticia"" de 20 de dezembro daquele ano, interessante crônica, com o título *Outro chafariz de Grandjean* (131).

Cristóvão está geralmente coberta de tais caravanas, tangidas por condutores de aspecto vário, vestidos de camisa de algodão e calças da mesma fazenda, usando chapéu desabado, cujas côres combinam com as dos cavalos e mulas..."

Em 1835 o barão de Taunay projetou a abertura de uma avenida que principiando na praça chamada de S. Salvador (Rossio Pequeno), se estendêsse pelo Aterrado (rua Senador Eusébio) e fôsse ter ao paço imperial na Quinta da Boa Vista, em S. Cristóvão.

(131) "Grandjean — dizia — deu desenhos para outros chafarizes. Do famoso arquiteto conhecemos três: o do Rossio Pequeno, o do largo de Benfica e o que projetou para a rua São Clemente, o qual, se levaram avante, não me recordo."

E continua: "A Escola Nacional de Belas Artes possui alguns desenhos de Grandjean de Montigny. Dois são aquarelados. Só não o é o de Benfica".

Lastimava que se pretendesse remover o monumento histórico para um terreno ajardinado naquela Avenida. Sôbre o abandono das fontes da cidade, inclusive a do Rossio Pequeno, orlada de altas casuarinas, ponderava Araújo Viana:

> "Arrancaram, a princípio, as peças de remate e terminais do monumento e nos lugares das máscaras por cujas bicas sairia a água, conforme projetou Grandjean, pespegaram torneiras, que durante muitos anos funcionaram, mas agora, não mais lá se acham".

E acrescentava: "O boato da remoção do chafariz da praça Onze de Junho para a Avenida Central é, afinal de contas, consolador, como homenagem à obra do grande artista francês, que iniciou no Rio de Janeiro o ensino oficial de arquitetura, e foi celebridade artística dos princípios do século findo.

Mas, desde que se trata de uma nova artéria urbana, melhor será outro monumento, igualmente moderno.

> A velha fonte continue no seu pouso e dirijam para ela carinhosa atenção, restaurem-na e a façam funcionar. O dinheiro a despender não atingirá, talvez, a metade de uma dezena de contos de réis."

Com as grandes obras da Avenida Presidente Vargas, iniciaram-se a 19 de abril de 1941 a demolição de prédios e o nivelmento da nova via pública. O primeiro prédio atingido pela derribada foi o de n. 32, da rua Visconde de Itaúna.

A 10 de novembro dêsse ano inaugurou-se o trecho da praça da República ao princípio do canal do Mangue, desaparecendo todos os imóveis do lado da numeração par e os de números ímpares das ruas, respectivamente, Visconde de Itaúna e Senador Eusébio.

Com o traçado da Avenida foram sacrificadas as igrejas de S. Pedro, do Bom Jesus do Calvário e da Conceição; e ainda o edifício do Paço Municipal, parte do parque da Praça da República

— justamente num dos trechos mais arborizados e de maior beleza paisagística — bem como o prédio da Escola Benjamin Constant e o chafariz da antiga praça Onze de Junho (132).

Desaparecia para sempre a praça Onze de Junho, com o seu chafariz, mas começava a viver para a lenda e para a tradição o relembrado trecho da cidade, cantado e decantado na canção do carnaval carioca.

O prefeito Henrique Dodsworth, de acôrdo com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, resolveu, em março de 1943, remover para o Alto da Boa Vista, na Tijuca, o chafariz de granito da antiga praça Onze de Junho.

Instalou-se em princípios de 1944 êste monumento no jardim que fôra ali inaugurado a 12 de outubro de 1903, na administração do prefeito Pereira Passos (133).

Em documentos oficiais, quer do govêrno municipal, quer do govêrno federal, não figura êsse monumento arrolado com o nome de Grandjean de Montigny.

Na cidade do Rio de Janeiro, onde viveu, e que foi o cenário de seus empreendimentos artísticos, não existe nenhum marco assinalador da grandiosa obra do preclaro artista da Missão Francêsa de

---

(132) A 10 de novembro de 1934, inaugurou-se outro trecho dêsse novo logradouro da cidade, mandado abrir pelo pelo decreto federal de 20 de outubro de 1940. Foram para isso demolidos 525 prédios. Desapareceram as antigas ruas General Câmara, São Pedro, Visconde de Itaúna e Senador Eusébio, a travessa do Bom Jesus, a praça Lopes Trovão (antigo largo do Capim) e o largo de S. Domingos, ficando a avenida Lauro Müller incluída no traçado da avenida Presidente Vargas.

A 4 de setembro de 1944, inaugurou-se definitivamente a extensa e larga via pública, com 2040 metros de comprimento, sôbre 80 de largura.

A 6 de março de 1944 foi permitido o tráfego de veículos, automóveis, ônibus e caminhões, no trecho asfaltado da praça da República até o local da antiga praça Onze de Junho.

Instalou-se a iluminação elétrica a 7 de setembro de 1945 — entre os fundos da igreja da Candelária e o ponto onde ficava a praça Onze de Junho.

(133) A praça Afonso Viseu, antigo largo da Boa Vista, está situada na altitude de 358 metros e ocupa uma área de 15.000 metros quadrados. O jardim foi remodelado, de fins de 1943 a princípios de 1944, para assentamento do chafariz.

1816. Não é de mais que no monumento histórico por êle projetado seja perpetuada a sua memória.

Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, filho de Claude Jean Baptiste Grandjean de Montigny e Jeanne Ursele Cornet, nasceu em Paris a 15 de julho de 1776, numa casa da rua Saint Avoye, paróquia de Saint Mérry — segundo Escragnolle Doria.

O antigo arquiteto de Jerônimo Bonaparte, rei da Westfália, já decorridos dois anos da queda de Napoleão, veio com Lebreton para o Brasil, integrado na Missão Artística contratada pelo marquês de Marialva, embaixador português na côrte de Luiz XVIII.

A bordo do brigue *Calpe* chegou Grandjean ao Rio de Janeiro a 26 de março de 1816, trazendo em sua companhia a esposa, quatro filhas, dois discípulos e uma criada. Contava, então o ilustre artista quarenta anos de idade. Iniciou desde logo, em nossa pátria, brilhantíssima carreira artística. Colaborou ativamente durante trinta e quatro anos em empreendimentos culturais e formou um círculo de amigos dedicados e discípulos.

Aos setenta e quatro anos de idade, faleceu Grandjean de Montigny, em 2 de março de 1850, na casa de sua propriedade e residência à rua da Boa Vista da Lagoa, atualmente denominada Marquês de São Vicente.

Vitimou-o um pleuriz, em consequência de traiçoeira afecção pulmonar, contraída no carnaval daquele ano, ainda sob o domínio absoluto do selvagem *entrudo*.

Pediu, *in-extremis,* que o sepultassem em catacumba no convento de Santo Antônio, onde repousavam os restos mortais de sua primeira esposa (134).

Sôbre o seu túmulo, escreveu enternecedora crônica o douto Araújo Viana (135). Ao tratar de filhos de outras terras que aqui viveram e contribuiram para o progresso material e intelectual do Brasil, o visconde de Taunay inclui o grande arquiteto francês na

---

(134) AFONSO DE E. TAUNAY. "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." — tomo LXXIV — parte I — pág. 189.

(135) *A Notícia* — 27 dezembro 1905.

constelação brilhantíssima dos verdadeiros amigos de nossa pátria (136).

A biografia de Grandjean está minuciosamente traçada por Morales de los Rios Filho, na obra — *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira* — que é, sem dúvida, o mais completo estudo acêrca do eminente artista da Missão Francêsa de 1816.

IX — BEBEDOURO NA TIJUCA

Na interseção da Avenida da Tijuca (denominação dada à antiga *estrada nova* pelo decreto n. 5.796, de 26 de agosto de 1936) com a estrada velha do mesmo nome, encontra-se, entre os prédios 424 e 440, uma fonte junto à muralha da montanha, tendo extenso tanque de pedra e nas extremidades bancos à semelhança de sofás.

Para atender às necessidades do povo, mandou a Inspeção das Obras Públicas da Côrte assentar,durante os anos de 1851 a 1859, bicas ou torneiras e novos chafarizes em vários pontos da cidade fora da área urbana.

No mesmo quinquênio construiram-se para os animais cargueiros, de tração e montaria, bebedouros de cantaria, inclusive o que é objeto desta notícia, inaugurado na estrada velha da Tijuca em 1858.

No centro do frontão dêsse bebedouro, numa lápide de mármore retangular, lê-se esta singela inscrição, indicando o ano da inauguração e as iniciais da repartição de Obras Públicas:

1858

O. P.

Coincidiram as obras de abastecimento de água na metade do século XIX, dirigidas pelos engenheiros Antônio Joaquim de Sousa

---

(136) "Rev. Inst. Hist. Bras." — tomo LVIII — part. I — pág. 228.

e Antônio Pedro Monteiro Drumond, 1º tenente do Exército, com o início do reflorestamento da cordilheira da Carioca, na cinta maravilhosa que é o maciço da Tijuca, facilitando a captação das águas.

Em 1854, no gabinete de 6 de setembro de 1853, presidido pelo marquês de Paraná, o conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz — barão do Bom Retiro e ministro dos Negócios do Império, na dupla qualidade de administrador e presidente do Instituto Fluminense de Agricultura, resolveu cuidar do reflorestamento da Tijuca. Adquiriu o govêrno as fazendolas da *Caveira,* de *Pedro, o francês,* do *Forte,* da *Floresta* ou do *Midosi,* de *D. Teresa* e outras, que eram os lugares mais devastados pelas queimadas e pelo machado, reduzidos a morros desarborizados.

Nomeado o major Manuel Gomes Archer, administrador da floresta da Tijuca, com o ordenado mensal de 90$000, proibiu terminantemente a derrubada das poucas árvores que ainda restavam, extinguindo-se, dêsse modo, o lucrativo comércio de carvão vegetal que se fazia até então por todos os cantos da montanha. Trouxe o major Archer de sua propriedade rural, em Guaratiba, as sementes para o plantio; fêz viveiros de plantas selecionadas, procedendo à transplantação de mudas.

Em 1858, a defesa florestal proporcionou maior volume de água a ser captada, e já em 1862 vicejavam, na montanha, 13.817 árvores.

Segundo Antônio Joaquim de Almeida e Silva (137), o número das torneiras ou bicas se elevava em 1859 a quatrocentas e vinte, no perímetro da capital do Império, exclusive os chafarizes públicos, cujo histórico, embora sucinto, consta de "O Abastecimento de Água", trabalho publicado pela Prefeitura em 1929.

Sem contar as fontes e repuxos dos antigos solares de Botafogo, Laranjeiras, Gávea, Rio Comprido, Engenho Velho, Tijuca e São Cristóvão, na toponímia carioca avultam inúmeras nominações de lugares com a designação de *bicas* — assinalando torneiras e pequenos

(137) "Boletim do Ministério da Viação e Obras Públicas". Tomo IV.

depósitos de água instalados em arrabaldes, especialmente nas zonas rural e suburbana.

Em 1836 já existiam no Rio de Janeiro, para o serviço de abastecimento de água à população, quinze fontes públicas, assim discriminadas, com o número de bicas:

Aguas Férreas do Andaraí — 2 bicas
Andaraí — 2 bicas
Barreira — 3 bicas, elevando-se a água às torneiras por meio de uma mola interna.
Botafogo — 2 bicas
Campo da Honra ou da Aclamação — 22 bicas
Engenho Velho — 22 bicas
Glória — 1 bica
Lagarto — 3 bicas
Laranjeiras — 4 bicas
Largo do Moura — 2 bicas
Marrecas — 3 bicas
Matacavalos — 4 bicas
Passeio Público — 1 bica
Rainha — 1 bica
São Cristóvão — 4 bicas

O chafariz novo da Carioca, o principal da cidade, fornecia, em 1836, diàriamente, 29.970 barris de água. Durante 4 horas o reservatório recebia 6.160 pés cúbicos do precioso líquido ou fôssem — 443.520 litros, para 6.930 barris, sendo cada tonel cheio num minuto.

A designação — *bica* — nos logradouros públicos da cidade, tornou-se comum na toponímia carioca.

Bica — foi o nome primitivo da estrada de Matacavalos (oriunda da chácara da Bica), atualmente Riachuelo.

Encontramos, assim, as nominações locais, aqui e ali — a *bica* da Rainha, em Inhaúma; a dos Inglêses, nos subúrbios da Central do Brasil; a *bica* ou *biquinha* do Monteiro, na Tijuca; a *Bica dos Marinheiros,* hoje ponte do mesmo nome (no fim da Avenida Presidente

Vargas, que absorveu as antigas ruas Viscondes de Itaúna e Senador Euzébio); as estradas *da bica*: na ilha do Governador, em Irajá e Guaratiba; a fazenda *da Bica,* em Cupertino (atual estação Quintino Bocaiuva); o morro *da Bica,* em Inhaúma, e, finalmente, a rua *da Bica,* no suburbio da Piedade.

Em solares afidalgados, nas grandes chácaras do velho Rio de Janeiro, existiram muitas bicas para uso exclusivo dos proprietários ou moradores.

Foi célebre e decantada a *biquinha da Moça,* no solar do Visconde de Andaraí — o banqueiro e industrial Militão Máximo de Sousa, em sua grande chácara, com farto pomar na rua Conde de Bonfim, na Tijuca.

A esta bela propriedade carioca e, notadamente, à *biquinha da Moça,* refere-se Araújo Viana, em crônica de "A Notícia" (138).

Ainda em julho de 1905, o engenheiro Luís Van Erven, inspetor geral das Obras Públicas, lembrava à Prefeitura o local do chafariz situado na rua São Cristóvão, canto da de Francisco Eugênio (junto ao antigo prédio apalacetado onde residiu o marquês de Itanhaem), para nele instalar-se, depois de demolido, uma bica — ou, *o que seria talvez mais aconselhável, um bebedouro para animais.*

Não se executou, porém, nenhum dêsses alvitres. Demoliu-se não só o velho chafariz — do qual guardamos recordações — como o antigo edifício de sólida construção, sendo levantado no local vistoso prédio de estilo arquitetônico moderno.

Desapareceram quase todos os bebedouros da cidade, destinados a animais, porque a tração mecânica avassalou o transporte.

Mesmo nos distritos rurais de Jacarépaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, vão rareando os tropeiros e almocreves, bufarinheiros e mascates, que constituem ainda hoje curiosos personagens nos costumes brasileiros, fazendo-se anunciar pelo ruído dos guizos de suas "tropas."

NORONHA SANTOS

---

(138) 10 agôsto 1904.

NOTA DA REDAÇÃO — Em complemento aos dados constantes do trabalho do historiador Noronha Santos, e referentes ao chafariz do antigo Rossio Pequeno, divulgamos a seguir o texto da documentação recentemente encontrada no Arquivo da Escola Nacional de Belas Artes pelo prof. Alfredo Galvão, que a copiou e comunicou à DPHAN.

Em um dos ofícios expedidos na época pelo Diretor da Academia das Belas Artes, e aqui reproduzidos, é expressamente indicada a autoria do projeto defintivo do chafariz, elaborado "pelo nosso Professor d'Arquitetura", ou seja, Grandjean de Montigny, comprovando-se, assim, a atribuição da obra àquele ilustre arquiteto. Os textos coligidos pelo prof. Galvão apresentam ainda particular interêsse pelo que revelam quanto aos incidentes havidos no decorrer da execução da obra, com prejuizo para o risco original, cuja observância a Academia das Belas Artes zeloza e repetidamente reivindicava.

Avisos do Ministro do Império

"Não tendo merecido a aprovação do Govêrno o incluso desenho apresentado pelo Inspetor Geral das obras publicas para a construção que se projeta de um chafariz no Largo do Rossio da Cidade Nova: Há Sua Majestade o Imperador por bem que na Academia das Belas Artes se proceda à confecção de um outro desenho para aquêle fim.

O que comunico a V. Mcê para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Mcê. Paço em 11 de Abril de 1848. (a) *Visconde de Macaé.*

Sr. Félix Emílio Taunay."

*

"Em aditamento ao meu Aviso de 11 do corrente tenho a declarar-lhe que a Planta mandada levantar para um chafariz no Rossio da Cidade Nova deve ser subrodinada quanto a configuração do tanque, a obra já começada, por se achar pronta tôda a cantaria, que tem de servir na construção do dito tanque.

Deus Guarde a V. Mcê. Paço, em 14 de Abril de 1848. (a) *Visconde de Macahé.*

Sr. Félix Emílio Taunay."

Ofícios da Academia

"Ilmo e Exmo Sr.

Tenho a honra de remeter a V. Excia. a planta e elevação de um chafariz para o largo do Rossio da Cidade nova, cujo desenho, foi incumbido a esta Academia pelo Aviso da Secretaria d'Estado dos Negócios do Império de 11

do corrente. Atendeu-se quanto foi possível, na formação do mesmo, ao que recomenda outro Aviso em aditamento, na data de 14, a respeito dos preparos já feitos dos tanques. Não é admissível, como base de uma composição artística, a configuração lembrada para o mesmo; entretanto as peças curvas da cantaria poderão por meio de algum retoque, ser aproveitadas para as partes circulares do projeto da Academia, notando-se que no da Inspeção Geral das obras públicas, não vem indicados os tanques para beberem os animais. O resto da cantaria preparada, visto constar de pedras cortadas a ângulos retos, se presta para qualquer outro destino, sem prejuizo da Fazenda pública.

Deus Guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 29 de Abril de 1848.

(a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império."

*

"Ilmo e Exmo. Sr.

Em aditamento ao meu ofício de 29 de Abril p. p. acompanhando a remessa do plano de um chafariz para o Rossio pequeno da Cidade nova, tenho a honra de comunicar a V. Excia. em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que em ocasião de se verificar o mesmo projeto, será conveniente que a Inspeção Geral das obras Públicas solicite da Secretaria d'Estado dos Negocios do Império, os riscos em ponto grande de todos os detalhes da obra, as quais serão prontificados nesta Academia, pois, d'outra forma, seria muito fácil errar nas proporções, tirando-as de um desenho em ponto pequeno destinado principalmente a dar uma idéia do aspeto geral da forma: outrossim lembrarei que deve ser feita pela Academia a indicação dos materiais diversos (mármore e granito) de que podem constar várias partes do todo, tal qual foi concebido: no que seria possível haver também determinação que se afaste da mente do autor.

Deus Guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes. em 6 de 9-1848. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Império."

Aviso do Ministro do Império

"Rio de Janeiro, Ministério dos Negocios do Império em 11 de setembro de 1848.

Em resposta ao ofício que V. Mcê me dirigiu na data de 6 do corrente a respeito do Chafariz do Rossio Pequeno da Cidade Nova, tenho de declarar-lhe

que o Govêrno Imperial, já ordenou a construção do dito chafariz pela planta organizada nessa Academia: e que não devendo supor-se que o oficial d'Engenheiro encarregado das Obras Públicas do Município se afaste da execução daquela planta, deve todavia a referida Academia, no caso de haver já formado outra planta em ponto grande, transmití-la a esta Secretaria d'Estado com as observações competentes, a fim de que o mesmo Govêrno tomando-a em consideração, providencie a semelhante respeito, como julgar mais conveniente.

Deus Guarde a V. Mcê. (a) *José Pedro Dias de Carvalho.*

Sr. Diretor da Academia das Belas Artes."

Ofícios da Academia

"Ilmo e Exmo. Sr.

Em obediência ao Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios do Império de 11 do corrente mês, tenho a honra de remeter a V. Excia. o risco em ponto grande de todos os detalhes do chafariz do Rossio pequeno da Cidade nova, projetado pelo nosso Professor d'Arquitetura, e que passa a realisar-se. — A peça do centro da bacia para repuxo d'água marcada pela letra C vem distinguida pela tinta encarnada, assim como o perfilo da escadaria. Notarei que se alguma parte estiver executada em mármore, será a superior de A até B com a peça C; entretanto parece preferível ser o todo C de granito. Acrescentarei, que a Academia está pronta a dar, (como é do seu dever, tendo formado o plano) todos os esclarecimentos necessários sôbre as dúvidas que poderem aparecer: pois conforme já o ponderei a V. Excia., entre um desenho em ponto pequeno, e um desenho do tamanho da execução, há latitude, para muitas diferenças de proporções, capazes de mudar inteiramente o caráter da obra e de fazerem esvaecer-se o sentimento primitivo do autor.

Deus Guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 19-9-1848. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Império."

*

"Ilmo. e Exmo. Sr.

Estando em via de execução a cantaria do chafariz do Rossio da Cidade nova, cujo projeto formou-se nesta Academia, e importando ao crédito da Instituição o exato desempenho dos seus riscos (como também e antes de tudo a esta Capital importa que os seus monumentos sejam o mais perfeitos que podem ser) não tendo eu aliás até hoje recebido requisição alguma de explicações ou

esclarecimentos cuja necessidade em tais casos raras vezes deixa de aparecer, tenho a honra de rogar a V. E. em nome da Congregação dos Professores desta Academia, que se digne de mandar recomendar à Inspeção Geral das obras públicas o mais desvelado cuidado em observar rigorosamente as proporções tôdas, segundo o risco em ponto grande que se formou neste Estabelecimento, logo que nos constou que se realizava o nosso projeto; (risco no tamanho da execução sempre indispensável para a verificação de qualquer obra) e que remeti à Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 19 de Setembro do ano p. p.

Queira igualmente V. E. inteirar à mesma Repartição das obras públicas da prontidão com que esta Academia se prestará para a remoção de qualquer dúvida que possa ocorrer em qualquer parte da execução, e sobretudo na melindrosa apreciação dos perfilos curvos da bacia superior do chafariz.

Deus Guarde a V. E.

Palácio da Academia das Belas Artes, em 13 de janeiro de 1849. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Império."

Aviso do Ministro do Império

"3.ª Secção — Ministério dos Negocios do Império, em 16-1-1849.

Tendo-se nesta data recomendado ao Inspetor Geral das Obras Públicas que faça executar com o maior cuidado o risco em ponto grande feito nessa Academia para o Chafariz do Rossio da Cidade Nova, entendendo-se com V. Mcê quando encontre alguma dúvida.

Assim o comunico a V. Mcê. em resposta ao seu ofício de 13 do Corrente.

Deus Guarde a V. Mcê. (a) *Visconde de Mont'alegre.*

Sr. Diretor da Academia das Belas Artes."

Ofícios da Academia

"Ilmo e Exmo. Sr.

Tenho a honra de participar a V. Excia. em nome da Congregação dos Professores desta Academia reunida em sessão de hoje, que a obra do chafariz do Rossio pequeno da Cidade nova não progride na conformidade do risco em ponto grande cuja fiel execução foi recomendada à Inspeção geral das obras públicas, segundo a comunicação que recebi a 16 de Janeiro p. p., na resposta ao meu ofício de 13 do precedente. Por estar o crédito do Estabelecimento interessado no bom e cuidadoso desempenho dos seus projetos, é que

se faz a atual representação de uma escadaria que não conserva a necessária relação com as circunstâncias do serviço a que está destinada.

Deus guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 26 de Abril de 1849. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império."

Aviso do Ministro do Império

"3.ª Seção. Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império em 23 de Maio de 1849.

Sua Majestade O Imperador, tendo em consideração o que V. Mcê. pondera em seu ofício de 26 de Abril último relativamente aos efeitos de construção que se notam na obra do chafariz do Rossio da Cidade nova: Há por bem que V. Mcê. faça quando antes examinar a dita obra e indique o meio de se remediar tais defeitos, remetendo a esta Secretaria d'Estado nova Planta com tôdas as explicações que forem necessárias, a fim de que se não reproduzam os mesmos defeitos.

Deus guarde a V. Mcê.
(a) *Visconde de Mont'alegre*

Sr. Diretor da Academia das Belas Artes."

Ofícios da Academia

"Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de novamente oficiar a V. Excia. em nome da Congregação dos Professores desta Academia, a respeito do chafariz do Rossio da Cidade nova. Em 26 de Abril p. p. representamos que a execução do mencionado chafariz não progredia na conformidade do risco em ponto grande que foi remetido à Inspeção Geral das obras públicas como norma das proporções do monumento. Hoje a Academia passa mais longe e declara que o seu risco primitivo em ponto pequeno, o qual nunca deveria ser considerado como suficiente para a execução, mas enfim que nem mesmo êste foi executado fielmente a respeito da escadaria. A prova de semelhante asserção é fácil: no dito projeto em ponto pequeno, todos os degraus têm 5 polegadas e um 1/3 de alto na superfície do pé; e, na execução êles tem 6 1/2 polegadas. Semelhante diferença resulta de não se achar a superfície do pé do último degrau inferior tornejando com a face do soco como a inferior da faixa dos tanques, não correspondem às arestas superiores dos degraus. Estas desarmonias constituem erros de ofício de evidentes, que não devem subsistir num monumento público.

"Qualquer comissão de exame, nomeada por V. Excia. conhecerá, à primeira vista, a não conformidade que acabo de mencionar: deixando-se mesmo de parte a importante questão do desprêzo inexplicável em que ficou o risco em ponto grande, o único que devia servir, e que entretanto não deu lugar a representação alguma da parte do Inspetor Geral das obras públicas, nem quando lhe foi remetido em Setembro do ano passado, nem quando lhe foi iterativamente recomendado pelo respectivo aviso da Secretaria de Estado de 16 de Janeiro do ano corrente.

Deus guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 24 de Maio de 1849. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Império"

*

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de participar a V. Excia. que a Congregação dos Professores desta Academia, em obediência ao Aviso da Secretaria d'Estado de 23 de mês p. p., relativo à obra do chafariz do Rossio da Cidade nova, nomeou, em sessão de 1.º do corrente, uma comissão incumbida de examinar a mencionada obra, e, em consequência do parecer (anexo) da mesma comissão apresentado em sessão de 8, informa: que a circunstância de a superfície do pé do primeiro degrau inferior não tornejar com a face da sapata dos tanques dá lugar à possibilidade de melhorar-se consideràvelmente a proporção dos mesmos degraus, movendo-se todos para fora da sua posição atual, conforme o indicam a elevação A e planta B no risco junto. Quanto a não correspondência das arestas da faixa e sapata dos tanques com as arestas dos degraus, apagar-se-á pela abertura dos filetes cavos ou reintrantes marcados em *l* e *m* no corpo dos tanques, elevação A, havendo em vários monumentos da antiguidade exemplos de semelhante disposição. A Academia das Belas Artes, movida pela consideração da regularidade do serviço ao mesmo passo que magoada pelo presente desagradável conflito entre duas Repartições, lembra respeitosamente a conveniência da introdução do elemento artístico na Administração das obras públicas, pela criação de dois lugares de Arquitetos civis. Êstes empregados formariam os projetos de monumentos, e, depois da necessária aprovação do Govêrno, vigiariam a execução dos mesmos com todo o empenho e amor que merece aos autores a realização dos seus pensamentos.

Deus guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 9 de Junho de 1849. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Império."

"Ilmo. Exmo. Sr.

Tenho a honra de participar a V. Excia., em nome da Congregação dos Professores desta Academia que, achando-se já adiantada a execução do chafariz do Rossio pequeno da Cidade nova, convém, a fim de tudo convergir para a época da conclusão da obra, que seja encomendado atualmente um acessório de remate — o gradil de ferro fundido que deve servir de parapeito dos dous lados da plataforma que pendem sôbre os tanques.

Consiste êste gradil em dous quartos de círculo, cada um dos quais se apoiará em suas extremidades, nas bordaduras dos ditos tanques. Remeto anexo ao presente ofício o risco de elevação do mesmo gradil com a planta respectiva.

Deus guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 10 de Outubro de 1849.

(a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor.

*

Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Império."

"Tenho a honra de participar a V. Excia. que a Congregação dos Professores desta Academia (não tendo sido consultada em tempo algum durante o progresso da obra do chafariz no Rossio pequeno da Cidade nova, apesar de o Aviso de 16 de Janeiro de 1849 indicar a sua intervenção) a Academia, digo, pode sòmente formar um juizo sôbre as várias partes da mesma construção, à medida que aparecem executadas e colocadas em seu lugar; nota agora ,no seu constante anelo do bem e desejando afastar de si a responsabilidade que não lhe compete, que a curva exterior da bacia de cima denominada Vasca. deve ser modificada, tirando-se-lhe circularmente um pequeno segmento que a torna sensivelmente angulosa na quarta parte inferior da sua altura total. Êste defeito porém, ao mesmo tempo que obsta consideràvelmente a aparição da beleza e elegância no perfilo desta forma, é fácil de emendar a todo o tempo, sem mesmo interromper o serviço do chafariz. A Academia tem por fim único, na representação atual, fazer uma reserva a respeito desta imperfeição assim como relativamente aos filetes cavos que Ela lembrou em oficio de 9 de Junho de 1849, como devendo se abrir no corpo dos tanques, em harmonia com a aresta superior dos degraus das escadas.

Deus guarde a V. Excia.

Palácio da Academia das Belas Artes em 23-11-1850. (a) *Félix Emílio Taunay* — Diretor."

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

IMPRESSOS

Aguas da cidade através da história — "O País". Rio. 30.XII.1923.

Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794 — "Anais da Biblioteca Nacional". Rio. 1937. Tomo LIX.

ALMEIDA, Hermógenes Vale de — GONÇALVES, Júlio Batista — e MEIRELES, Fernando Navarro — *Notas sôbre o abastecimento de água no Distrito Federal.* "Relatório da Comissão do Patrimônio Nacional." Rio. 1922. 2.º Vol.

AMARAL, Alexandrino Freire do — e SILVA, Ernesto Santos — *Consolidação de leis e posturas municipais.* Título IX. Consumo de água — Impôsto: Histórico. Rio. 1905. 1.º vol. Pág. 682.

AMARAL, Antônio Candido do — *Questões de Silvicultura.* Notícia sôbre as matas do município neutro e sua exploração. Rio. 1890.

AMARANTE, Alberto Pires — *Abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro nos seus primeiros tempos.* "Boletim do Serviço Federal de Águas e Esgotos". Rio. 1941.

ARAÚJO. Elísio de — *Estudo histórico sôbre a Polícia da Capital Federal* (de 1808 a 1831) — Rio. Imprensa Nacional. 1898.

ARAÚJO. José de Sousa Azevedo Pizarro e — *Memórias históricas do Rio de Janeiro.* Rio. 1820. (Nova edição, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1945-1948).

Arquivo do Distrito Federal. Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro. Rio. 1894-1897. Vols. I e IV.

ASSIS, Machado de — *Quincas Borba.* B. L. Garnier. Rio. 1891.

Autos de correições dos Ouvidores do Rio de Janeiro. Prefeitura do Distrito Federal. Rio. De 1624-1699 (1929); de 1700-1747 (1831); de 1748-1820 1931.

AZEVEDO, Moreira de — *Pequeno panorama ou descrição dos principais edifícios da cidade do Rio de Janeiro* — Rio. 1861-1864.

— *O Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades.* Rio. 1877. 1.º vol. Pág. 446.

BACKHEUSER, Everardo — *Faixa litorânea do Brasil meridional. Hoje e ontem.* Rio. 1918.

BARBOSA, Antônio da Cunha — *Aspectos da arte colonial brasileira.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." Rio. Tomo LXI, parte 1.ª Pág. 95.

BARRETO FILHO, Melo — e LIMA, Hermeto — *História da polícia do Rio de Janeiro* (1565-1831). Editôra A Noite. Rio. 1939, Vol. I.

BARROW, JOHN — *Voyage à La Conchinchine par les Iles de Madère, de Ténerife et du Cap Vert, le Brésil et l'Ile de Java.* Trad. francesa de Malte Brun. Paris. 1807. Comentários de Afonso de E. Taunay, *in* "Anais do Museu Paulista". Tomo XI. II parte. Pág. 107.

BOUGAINVILLE, M. le Baron de — *Journal de la Navigation autour du globe de la frégate la Thétis et de la corvette l'Espérance.* 1837.

BUVELOT, L. — e MOREAU, Auguste — Rio de Janeiro pitoresco. Litogr. de Heaton e Rensburg. Rio. 1845. (Nova edição, Livraria Martins, S. Paulo, 1943).

CABRAL, Alfredo Vale — *Guia do viajante no Rio de Janeiro.* Rio. 1884.

CALMON, Pedro — *O ermitão do Corcovado.* "A Noite Ilustrada". Rio. 17.1.1934.

Carta de Luís de Vasconcelos para Martinho de Melo e Castro. "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." Rio. 1888. Tomo LI, parte 2.ª.

Cartas régias. "Documentos da Biblioteca Nacional" e "Documentos do Arquivo Nacional". Rio.

CARVALHO, Delgado de — *História da Cidade do Rio de Janeiro.* Rio. 1928.

CASAL, Aires de — *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.* Rio. 1817. (Edição fac-similar, Instituto Nacional do Livro, Rio. 1945-1947).

Chafarizes do Rio Colonial — "Jornal do Brasil". Suplemento. Rio. 17.1.1937.

COARACI, Vivaldo — *O Rio de Janeiro do século* 17. Livraria José Olympio. Rio. 1944.

CORDEIRO, J. A. — *Largo do Poço.* "Ostensor Brasileiro". Rio. 1845. Tomo I.

CORRÊA, Magalhães — *Terra Carioca. Fontes e chafarizes.* Separata da "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." Rio. 1939.

— *O Rio de Janeiro em 1800. Época dos vice-reis.* "Correio da Manhã". Suplemento. Rio. 27. IV. 1941.

CORRÊA, Viriato — *Gaveta de sapateiro.* Crônicas in "Jornal do Brasil", sob o pseudônimo de *Frei Caneco.* Rio.

Correspondência dos Vice-Reis e da Côrte Portuguêsa. "Publicações do Arquivo Nacional". Rio. 1889 e 1902. Vols. II e III.

DEBRET, Jean Baptiste — *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* Livraria Martins. São Paulo. 1940. 2.º vol. Pág. 134.

Abreviada demonstração dos trabalhados da Polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana. "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. Rio. Tomo LV, parte I. Pág. 373.

DÓRIA, Escragnolle — *Chafariz da Glória.* "Revista da Semana". Rio. I.XI.1924.

— *Chafariz das Saracuras.* Ibidem. I. X. 1923.

— *Chafariz do Lagarto.* Ibidem. 16.VII.1927 e 16.III.1935 (sob o pseudônimo de *Ulisses de Aguiar*).

— *Grandjean de Montigny.* Ibidem. 17.X.1936.

DUQUE, Gonzaga — *A arte brasileira.* H. Lombaerts & Cia. Rio. 1888.
— *Mestre Valentim.* "Kosmos". Rio. Março 1905.
— *Mestre Valentim.* "O País". Rio. I.III.1913.

EDMUNDO, Luís — *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis.* (1763-1908). Ed. do Inst. Hist. Geogr. Bras. Rio. 1932.

Extratos de manuscritos sôbre aforamentos. Anotações do Aurealiano Restier Gonçalves. 1929. Livro III.

FAZENDA, Vieira — *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.". Rio. 1921 a 1927. Tomos 86, 93 e 95.

FERREIRA, Vieira — *Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niteroi.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." 1929. Tomo 106.

FLEUISS, Max — *História administrativa. Vice-Reinado.* "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil". Rio. 1922. Vol. I. Pág. 975.
— *História da Cidade do Rio de Janeiro.* Companhia Melhoramentos. S. Paulo. 1928.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo — *Desenvolvimento da civilização material no Brasil.* Publicação n.º 11 do Serv. Patrim. Hist. Art. Nac. Rio. Pág. 103.

FREIRE, Felisberto — *História da cidade do Rio de Janeiro.* Rio. 1914. Vol. I.

FREIRE, Mário Aristides — *O abastecimento de água no Rio colonial.* "Jornal do Brasil". Rio. 19.1.1933.

FREITAS, Antônio de Paula — *A engenharia.* "Livro do centenário da descoberta do Brasil". Rio. 1900. Vol. III.

FREYCINET, Louis de — *Voyage autour du monde executé sur les corvettes L'Uranie et la Physicienne.* Années 1817 à 180. Paris. 1825-26.

FUNCK, Jacques — *Proposition. Plans pour fortifier la Ville de Rio de Janeiro.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." Tomo LXV, parte I, pág. 196. 1902.
— *Projetos para a construção de um cais e chafariz.* "Documentos da Bibl. Nac." Rio.

GARCIA, Rodolfo — *Bibliografia geográfica brasileira.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.". 1921. Tomo 85. Pág. 5.

GARCIA JUNIOR — *Chafarizes cariocas.* "Correio da Manhã". Rio. 24.XII. 1939.

GRAHAM, Maria. — *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821-1823.* Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green. London. 1824.

GUIMARÃES, A C. d'Araujo — *A Côrte no Brasil.* Figuras e aspectos. 1936

GUIMARÃES, Argeu — *História artística.* "Dic. Hist. Geogr. e Etnogr. do Bras." 1922. Vol. I. Pág. 1592.

Indice Alfabético das Publicações do Arquivo Nacional — Rio.

Indice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico (Tomos I a 90). 1927.

Indice dos Anais da Biblioteca Nacional (vols. I a LX). Rio. 1938. Vol. LX.

Indices e extratos do Arquivo do Distrito Federal. Vols. I e III. 1925 e 1928. Rio.

KIDDER, Daniel Parish — *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil.* Livraria Martins. S. Paulo. 1940-1943. (Título original: *Sketches of residence and travels in Brazil.* Philadelfia. 1845).

KITZINGER, AIexandre Maximiliano — *Resenha histórica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." 1915. Tomo LXXVI. Parte I. Pág. 147.

LIMA, Hermeto — *Praça Quinze de Novembro.* Crônicas. "Correio da Manhã". IX. 1923.

LIMA, Oliveira — *D. João VI no Brasil.* Tip. do "Jornal do Comércio". Rio. 1908.

LISBOA, Baltazar da Silva — *Anais do Rio de Janeiro.* Tip. Seignot-Plancher e Cia. Rio. 1834-35.

LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de — *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira.* Editôra A Noite. Rio. 1941.

— *Abastecimento de água no Rio de Janeiro.* "Vamos Ler". Rio. 7.XII.1944.

— *O Rio de Janeiro imperial.* Editôra A Noite. Rio. 1946.

LUCCOCK, John — *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil.* Strand. London. 1820. (Edição brasileira: *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Livraria Martins. S. Paulo. 1942).

MACEDO, Joaquim Manuel de — *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.* Rio. 1862.

MACEDO, Roberto — *Efemérides Cariocas.* Rio. 1944.

— *Notas históricas.* Rio. 1944.

Mapa das fontes públicas da cidade. In "Memórias públicas econômicas da cidadade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luís de Vasconselos". "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." 1884. Tomo XLVII, p. I. Pág. 35.

MARIANO FILHO, José — *Mestre Valentim.* "Jornal do Comércio". Rio. 5.1.1941.

— *Os dois chafarizes da Praça do Carmo.* "Correio da Manhã". 1943.

— *Os três chafarizes do Mestre Valntim.* Rio. 1943.

MATOS, Adalberto — *Mestre.* "Para Todos..." Rio. 1.III.1924 (sôbre Valentim da Fonseca e Silva).

Mestre Valentim. "Jornal do Brasil". Suplemento. Rio. 3.1.1937.

MORAIS, Melo — *Corografia histórica, cronológica, genealógica, nobiliárquica e política do império do Brasil.* B. L. Garnier. Rio. 1856-1860.

— *O Brasil histórico.* Tip. Brasileira. Rio 1864.
— *História da Brasil Reino e do Brasil Império.* B. L. Garnier. Rio
— *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil.* B. L. Garnier. Rio. 1866.
NETO FILHO, Carmo — *A polícia de D. Pedro I.* "Boletim Policial". Rio. 4.º trim. 1912. Pág. 330.
NUNES, Antônio Duarte — *Almanaque histórico da cidade de S. Sebastião do* Rio de Janeiro. "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras". 1858. Tomo 21.
Ordens Régias. Arquivo Nacional. Rio.
PINTO, Alfredo — e MOREIRA, Alfredo — *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil.* Rio. 1894.
PÔRTO ALEGRE, Manuel de Araujo — *Iconografia brasileira.* Valentim da Fonseca e Silva. "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." 1856. Tomo XIX. Pág. 369.
PRESAS, José (D.) — *Memórias Secretas de Carlota Joaquina.* Rio. 1940.
Relatório das Inspetoria Geral de Obras Públicas. Rio. 1905.
Relatório do Ministro do Império. Rio. 1832. 1847. 1849. 1851.
Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio. 1937 a 1944. N.os 1 a 8.
RIBEIRO, Bento — *Mensagem do Prefeito.* Rio. 1912.
RIBEYROLLES, Charles — *Brésil pittoresque.* Edição brasileira: *Brasil pitoresco.* Biblioteca Histórica Brasileira. Livraria Martins. S. Paulo. 1914.)
ROHAN, Beaurepaire — *Relatório apresentado à Ilma Câmara da Côrte* por... major graduado do imperial corpo de engenheiros e diretor das Obras Municipais. Rio. 1843.
ROSA, Ferreira da — *Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da Capital do Brasil.* Rio. 1922.
RUBENS, Carlos — *Pequena história das artes plásticas no Brasil.* Comp. Editora Nacional. S. Paulo. 1941.
— *Conferência sôbre belas artes na Academia Carioca de Letras.* "Aspectos". Rio. 1942.
RUGENDAS, João Maurício — *Viagem pitoresca através do Brasil.* Livraria Martins. S. Paulo. 1940. (Edição original, Paris, 1835).
SANMARTIN, B. — *Testemunhos de inícios vários da ex-cidade de São Sebastião.* Vols. II e III.
SAMPAIO, Carlos — *Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro.* 8 de junho de 1920 15 de novembro de 1922. Rio.

SANTOS, F. Marques dos — *Artistas do Rio de Janeiro colonial.* "Estudos Brasileiros". N.º 3. Nov.-edz. 1938. Pág. 5.

SANTOS, Luís Gonçalves dos — *Memórias para servir à história do Reino do Brasil.* Rio. 1825. (Nova edição, Zelio Valverde, Rio, 1943).

SANTOS, Noronha — *Aqueduto da Carioca.* "Rev. do SPHAN". N.º 4. 1940.
— *Correspondência de Carlota Joaquina.* "Sul América". N.º 84. 4.º trim. 1940. Rio.

— *Indice da Revista do Arquivo do Distrito Federal.* Rio.
— *Meios de transporte no Rio de Janeiro.* Rio. 1934. Vol. II. Págs. 26-27.
— *Receita e despesa municipais.* Câmara e Senado da Câmara. Anuário de Estatística Municipal. Rio. Vol. III. Pág. 30.

SCHLICHTHORST, C. — *O Rio de Janeiro como é.* 1824-1826. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Ed. Getulio Costa. Rio. 1943.

Serviço de abastecimento de água no Distrito Federal. Informações sumárias. Prefeitura do Distrito Federal. 1929.

SERZEDELO, Bento José Barbosa — *Arquivo da Venerável Ordem 3.ª do Monte do Carmo.* Rio.

SILVA, Antônio Joaquim de Almeida e — *Memórias e documentos. Notícia histórica sôbre o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro.* "Boletim do Ministério da Viação e Obras Públicas". Rio. N.º 4. Tomo IV. Abril-junho 1910.

SILVA, M. Nogueira da — *Pequenos estudos sôbre arte.* 1926.

SILVESTRE, Honório — *Cousas de negro.* "Jornal do Comércio". 1935-1936.

STAUNTON, Georges — *Voyage em Chine et en Tartarie, par Lord Macartney.* Tradução francesa de J. B. J. Breton. Paris. 1804. Pág. 196.

SURIGNE, Sebastião Fabregas — *Almanaque geral do Império do Brasil.* 1836-1838.

TAUNAY, Afonso de E. — *A missão artística de* 1816. "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. 1911. Tomo LXXIV, 1.ª parte.
— *Assuntos de três séculos coloniais.* Engenharia. "Anais do Museu Paulista". N.º 12. S. Paulo. 1945.
— *Dom Juan Francisco Aguirre* (1872). "Anais do Museu Paulista". 1948. Tomo XI, II parte. Pág. 25.
— *História do café no Brasil.* Departamento Nacional do Café, Rio. Vols. II, VIII e XII.
— *O carvoeiro solitário do Corcovado.* "Jornal do Comércio". 23. I. 1935.
— *Rio de Janeiro de antanho.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras". Tomo 90.

TAUNAY, Visconde de — *Estrangeiros ilustres e prestimosos.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras." 1896. Tomo LVIII, 2.ª parte. Pág. 225.

THOUARS, Abel Albert du Petit — *Voyage autour de monde,* 1837-1839.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de — *História Geral do Brasil.* 3.ª ed. Companhia Melhoramentos. S. Paulo.

VIANA, Araújo — *Biquinha da Moça.* "A Notícia". Rio, 10. VIII. 1904.

— *Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular.* "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras". 1916. Tomo LXXVIII, 2.ª parte. Pág. 505.

— *Outro chafariz de Grandjean.* "A Notícia". 20. XII. 1905.

— *Túmulo de Grandjean.* "A Notícia". 27. XII. 1905.

— *Velhos chafarizes.* "A Notícia". 30. VIII. 1901.

WALSH, R. — *Notices of Brazil in* 1828 *and* 1829. Frederic Westley and H. Davis, London. 1830.

MANUSCRITOS

Do Arquivo Municipal:

Abastecimento de água-Aquedutos, Chafarizes e Fontes — 1772-1780-1830-1836-1850-1860-1939.

Arrematações de serviços da Câmara — Vários anos.

Atas da Ilma. Câmara da Côrte — 1840-1846.

Calçamentos coloniais — 1791-1800.

Correspondência dos Governadores e Vice-Reis.

Estado efetivo da iluminação pública e serviços da Intendência Geral da Polícia — Relação organizada em 25-I-1825.

Jardins públicos e arborização — 1868-1876-1896-1906.

Logradouros públicos — 1760-1772-1776-1805-1807-1817-1830-1850-1870-1890-1905-1906-1918.

Mercadores de escravos — Escravos em ganho — 1777-1831.

Obras da Câmara e do Senado da Câmara. Vários anos.

Registros do Senado da Câmara.

Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro — 1850-1900.

Valas da cidade — 1770-1791-1793-1800-1830.

Vereanças do Senado da Câmara — 1805-1814.
Vistorias e embargos — 1770-1805-1806-1820.

Do Arquivo Nacional:

Cais do Rio de Janeiro — 1791-1802.
Catálogo de Memórias e Documentos.
Conta do dinheiro recebido e lista de pagamentos, feitos por Luís Antônio Tinoco da Silva.
Relatório do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos. 20-VIII-1789.

Da Biblioteca Nacional:

Cais e chafarizes.
Resão do Estado do Brasil.

Do autor:

Anotações históricas do fichário analítico e remissivo.

PALÁCIO DAS TÔRRES

Ao chegar a Pernambuco em 1637, instalou-se Maurício de Nassau numa casa modesta que a West-Indische Compagnie pusera à sua disposição na ilha de Antônio Vaz, localizada na esquina da rua que vem do "Terreiro dos Coqueiros", fronteira à ponte. Dela nos deixou Zacharias Wagner o bem conhecido desenho: *Der Hof Sr. Excellenz.* Um sobrado de varanda corrida, com um curioso mirante no alto da cumieira, encerra um pátio retangular, através do qual um cortejo de pagens leva da casa ao fundo os pratos para a mesa do Conde-Governador. Vêem-se negros trabalhando e cabras sôltas; à esquerda a horta e um pombal.

Dilatadas as conquistas e consolidadas as fronteiras, desiludiu-se Nassau, após o fracasso da Bahia, de novas emprêsas bélicas, voltando-se inteiramente para os problemas administrativos da colônia. E, favorecendo a escolha do pôrto para a capital do Brasil-Holandês, promoveu Maurício na referida ilha, que ficava situada entre o burgo acanhado do Recife e o continente, a ereção de uma nova cidade que pouco depois receberia o seu nome. Conquistou-lhe o solo às marés por meio de diques, "a modo de Olanda", drenando-o com canais e fossos que a circunvalavam; fortificou-a com uma linha ziguezaguente de baluartes e, "no meio daquele areal estéril e infrutuoso plantou um jardim, e tôdas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes". (1)

Por todo o ano de 1639 pairou sôbre os holandêses do Recife uma paralisante ameaça com o aprestamento da grandiosa armada luso-espanhola do Conde da Tôrre. Com muita sorte para êles, dissipou-se o perigo. Foi então que, desejando patentear a firmeza da obra que

(1) Frei Manuel do Calado: *Valeroso Lucideno,* Lisboa, 1648, pág. 53.

viera realizar na América, levantou Nassau, dentro daquele jardim, "hum magnifico Palacio para a sua residencia de que poderás vêr o prospecto no livro em que Gaspar Barléu (lhe) escreveu o panegirico", (2) ao qual deu o nome de Friburgo, em memória à liberdade holandêsa. Ficava onde está o atual Palácio do Govêrno, fora do recinto da cidade e na extremidade norte da ilha-península, vistoso conjunto para o Brasil da época, que deslumbrou a colônia e "cuja fama correu as capitanias mais longínquas", na frase de Rocha Pombo.

A essa construção seguiu-se, em parte por exigências de espaço, a Boa Vista, frente à risonha paisagem da Várzea. Servia a um tempo de retiro para estudos e de casa-forte, completando, na cabeceira da ponte que o Conde lançou entre a ilha e a terra firme, os elementos defensivos de Maurícia.

Atribuidos ambos os edifícios a Pieter Post, assim como a Igreja dos Franceses, a Casa do Conselho e o próprio traçado da cidade, pelos estudiosos da guerra holandêsa, constituem entretanto tais atribuições matéria para conjetura, visto não haver documentação que as comprove. (3) Não esteve o arquiteto oficial dos Orange em Pernambuco, nem figuram os respectivos planos no livro de suas obras, que, em vida publicou. Na abundante literatura histórica relativa à obra de Post, tampouco se encontra confirmação.

---

(2) LUÍS DOS SANTOS VILHENA: *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*, 1802, pág. 416. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Esta referência de Vilhena revela que a obra de Barlaeus não era desconhecida no Brasil e em Portugal, nem seria tão rara quanto o pretendem os alfarrabistas. Contemporâneos do correspondente foram o alferes José de Oliveira Barbosa, do Regimento de Olinda, que, em Pernambuco, executou a capricho cópias de mapas e gravuras do famoso *in folio* (alguns se acham em mãos de um colecionador de Rotterdam), e o capitão-mor Bento Bandeira de Melo, de quem existe na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro, uma cópia de outra prancha do mesmo *in-folio* (n.º 40), "oferecida pelo brasileiro mais fiel e amante do seu Príncipe que tem tanto interêsse pelo aumento do seu país".

(3) Seu mais recente biógrafo, G. A. Blok, se limita a repetí-las, sem entretanto considerar suficiente a evidência para enumerá-las entre obras do arquiteto (Pieter Post, Siegen, 1937).

Gonsalves de Mello, que, para o seu magnífico trabalho, "Tempo dos Flamengos", examinou tôda a correspondência dos arquivos da West-Indische Compagnie, copiada por José Higino para o Instituto Arqueológico, nada descobriu concernente aos palácios, além de vagas notícias, o que é fácil de explicar, pois, construídos à custa do Governador, não tinham por que aparecer nos registros da Companhia.

Boa Vista, arcaizante na sua bélica e maciça severidade, obedece vagamente às linhas do renascimento norte-europeu. Era todo construído em tijolos que também revestiam as guaritas das esquinas até o alto dos coruchéus. Friburgo lembra, com seus jardins, as típicas *maisons de plaisance,* à beira dágua, dos ricos burgueses de Amsterdam — um corpo central ligado por galerias às compridas alas em forma de H. Pela sua sobriedade ornamental, pela comodidade funcional da sua planta e equilíbrio clássico de proporções, êsse edifício possuia, é certo, as qualidades mestras do arquiteto famoso.

Mas também é possível que um príncipe de pendores pronunciados para as belas artes e construtor entusiasta, quanto o foi Maurício, tendo a seu lado engenheiros e artistas, se desse ao devaneio de conceber planos a serem executados pelos mestres de obra da colônia. Pelo menos Vermeulen (4) lança a idéia, e diversos quadros de Frans Post, o irmão de Pieter, fixam um tipo *sui-generis* de casa grande, mais próximo das *villas* campestres européias do que da primitiva casa rural brasileira. Mostram êles a mesma *loggia* em arcada, do palácio de Friburgo e, o que é mais curioso, as mesmas aberturas retangulares sôbre as janelas, apenas apresentando, como diferença, os pavilhões laterais unidos ao *corps de logis.* É uma analogia, e a posterior aparição, em 1677, dos planos da Casa Brasili (Friburgo) nas mãos de Frans, sugere a hipótese de que o pintor tivesse cooperado de maneira estreita na elaboração dos mesmos. (5)

---

(4) F. VERMEULEN: *Geschiedenis das Nederlandisch Bouwkunst.* Vol. III, pág. 416.

(5) J. DE SOUSA-LEÃO, FILHO: *Frans Post.* Rio de Janeiro, 1948.

Sabemos, outrossim, por Frei Manuel do Calado "que para afervorar aos moradores a fazerem casas (em sua nova cidade), êle mesmo (o Conde).... lhe andava deitando as medidas e endireitando as ruas", o que ainda mais invalida a hipótese de terem vindo da Holanda os planos urbanísticos da Cidade Maurícia. Seus titulos à imortalidade repousam menos sôbre os lauréis do guerreiro do que sôbre a auréola de Mecenas, protetor das ciências e das artes. "Construir, cavar, plantar": são as palavras com que começa o dístico que Maurício fêz colocar no portão do parque de Cléves, palavras que, segundo Gonsalves de Mello, definem melhor sua personalidade do que "lutar ou guerrear", o que também fêz, quase tôda a sua carreira. (6) De construir, plantar e transplantar, com efeito, êle nunca se cansou: meio milhão de árvores, segundo o próprio depoimento! Em Haia, em Sonnenburg (no palácio dos Cavaleiros Teutônicos), em Cléve e no seu retiro de Bergendal sobrevivem os testemunhos dessas atividades prediletas das horas de lazer. Em parte alguma, porém, terá sentido um príncipe como Nassau, amante do belo e da natureza, mais estimulados seus impulsos criadores do que no Brasil — mundo novo e exótico, de exuberância tropical.

Modesto nas dimensões e singelo de linhas, mas bem equilibrados os três corpos, obedece o Palácio da Tôrres a um modêlo de arquitetura generalizado no século XVII. Um bloco cúbico, flanqueado por dois pavilhões assobradados que rematam as alas pela frente, nos limites do cais marginal.

Seu ar de claustro missionário, seu despretensioso beiral e a arcada barroca enquadram-se no ambiente português do Recife, uma prova a mais do bom senso que presidiu à obra e da provável interferência do Governador, que já por aí se adivinha conquistado pelo meio. A nota original, o cunho flamengo, imprime-o a verticalidade das duas tôrres esbeltas, ligadas por um passadiço coberto, o qual se apoia, à altura do último pavimento, em quatro pilastras, que nascem da cumieira. Servia uma dessas tôrres de farol aos navegan-

---

(6) J. A. GONSALVES DE MELLO NETO: *A propósito de Nassau.* "Boletim da Cidade e do Pôrto do Recife", ns. 9 e 10. 1943.

tes e a outra, de observatório astronômico — o primeiro que se fundou na América.

A fachada, nas suas superfícies lisas, apresenta uma inovação adaptada ao clima e que a torna mais leve. Acima de cada janela, em vez da clássica fieira de tijolos verticais, nota-se uma abertura para ventilação, à guisa de bandeira, de uso corrente em Pernambuco, mas dentro das casas. A escadaria de pedra em dois lanços convergentes, ao centro do edifício, dava acesso a um pórtico encimado pelo escudo do Conde.

Examinada de perto a aludida estampa do *Rerum per octennium,* percebe-se que as tôrres e a ponte haviam de ser de tábuas. Distinguem-se nítidamente os traços paralelos, com que o gravador as diferençou das paredes lisas do corpo central ou do tijolo aparente no bloco quadrado da Boa Vista. A espessura dos alicerces periféricos indica que a planta baixa (segundo a de n.º 39 da mesma obra) era de alvenaria, (veremos adeante que tijolo foi o material empregado) ao passo que as paredes internas que sustentavam as tôrres nela aparecem bem mais estreitas. Tão ligeiros, de resto, são os suportes das cúpolas que só em madeira seriam possíveis. E não servisse o passadiço de amarração, para refôrço das torres, essa exdrúxula solução, antes plástica que funcional, mal se conceberia.

Um documento português, do ano da restauração, dá-nos muito exemplo de casas — algumas de dois andares — construídas de tábuas, no Recife. É o *Inventário dos Prédios reparados ou edificados até 1654* (7), que, aliás, sôbre "a morada" do Conde de Nassau, se limita, laconicamente, a registrar a quem pertenciam os "chãos". Assim se explicaria também o estado de ruína precoce em que se encontrava o palácio, em fins do século XVIII, determinando sua lamentável demolição; tais tábuas de madeira importada, provavelmente de pinho, (8) não podiam òbviamente ser de perene duração, em clima tropical.

---

(7) *Imprensa Oficial,* Recife. 1940, pág. 173.

(8) J. A. GONSALVES DE MELLO NETO: *Tempo dos Flamengos.* Rio, 1947, pág. 91.

Êsse tipo de construção, muito corrente nos Estados Unidos e lá chamado de *clapboard,* é sabidamente de influência holandêsa. Com a emigração proveniente dos Paises Baixos, foi introduzido na Inglaterra elisabetiana e só desapareceu de Londres com o grande incêndio de 1666. Consta que Nonesuch House, a extravagância arquitetônica sôbre a velha ponte de Londres, era tôda construida com tábuas importadas da Holanda. Êsse também foi o material que os puritanos adotaram em seus estabelecimentos, ao longo da costa norteamericana, onde já o encontraram empregado pelos holandeses em Nova Amsterdam. São tôdas de madeira as tôrres das velhas igrejas néo-clássicas de New England, a coroarem um frontão de colunas, também de madeira. Suas fachadas apresentam as mesmas superfícies riscadas pelas paralelas horizontais das tábuas sobrepostas e a mesma balaustrada lhes cerca os lanternins, tudo de madeira branca como parecem as tôrres de Friburgo.

Tivessem subsistido no Recife estas construções "de tabuado", de que fala o referido *Inventário,* como as fachadas de "feitio flamengo", que um desenho de Post nos mostra, com as suas cumieiras longitudinais, e êstes seriam os únicos vestígios da suposta influência holandêsa na arquitetura civil pròpriamente dita pernambucana.

Os que vêem nas altas empenas do Recife e nos seus prédios esguios — comuns às zonas portuàrias acanhadas — uma reminiscência de Amsterdam, esquecem-se de que nos telhados holandêses as águas correm para os lados, quando nos recifenses (de duas águas) elas deitam para as fachadas.

Tampouco se descobrem nas estampas do Barléu aquêles altos prédios típicos do bairro de São Pedro, que as litogravuras do século dezenove são as primeiras a registrar, nem há constância no *Inventário* de prédios com mais de três pavimentos.

Graças à minuciosa planta em escala de *Friburgum* (a mesma de n.º 39), é possível conhecer-lhe as dimensões. A braça renana equivalia a 376 centímetros. Formaremos assim uma noção mais exata do edificio e de seu vulto: o próprio desenho de Post já nos obriga à revisão do conceito glorificador que nos transmitiu o arroubo dos contemporâneos.

Com as alas laterais, o bloco central apresentava uma fachada contínua de 48 metros — a mesma extensão do cais, que lhe ficava defronte, e, em hemiciclo desbordante, assentava sôbre o rio uma bateria de 10 canhões, para a defesa do estuário.

O corpo central media doze metros de largo; onze teria, portanto, o salão do respectivo *piso-nobile,* contíguo à estreita galeria, aberta em cinco arcos sôbre a fachada. No pavimento térreo (a planta neste sector só mostra o primeiro andar) estaria, é de supor-se, a sala de jantar, comunicável com a cozinha, ao fundo de uma das alas. No andar superior ficariam situados o museu e a biblioteca, ocupando tôda a área, cujo teto não podia deixar de ser abobadado, para tirar partido da altura do telhado. A área quadrada, rente ao espelho d'água, devia corresponder à caixa da escada interna. Os demais componentes do palácio constavam de um só pavimento.

Os aposentos principais, imaginamo-los distribuidos pelas *duas alas,* quatro de cada lado; peças espaçosas, ao rez do chão, abrindo suas janelas para as pimenteiras e laranjais olorosos. Os labirintos de parreiras e os canteiros de flores, dispostos em quadriláteros simétricos, davam a nota formal ao típico jardim holandês. Outros aposentos se encaixariam nas tôrres, como o faz crer a repetição de janelas, duas a duas, nas três paredes livres de cada uma delas.

À esquerda, separadas do Forte Ernesto por uma trincheira, situavam-se a cocheira, a senzala, o pombal e a olaria; ao fundo, os viveiros de peixes e o galinheiro; o rio à direita e, pela frente, o cais murado de pedra-lioz arrancada às ruínas de Olinda (9). Uma *grande allée* de quatro fileiras de coqueiros, em eixo com a

---

(9) Frei Bernardo da Encarnação, na história que escreveu 1723, da fundação do Mosteiro de São Bento de Olinda (R. I. A. P., vol. XXXV, pág. 18), diz que os holandêses o destruiram, "não lhe deixando pedra sôbre pedra; pois até dos seus muros se valeram para fabricarem a fortaleza da Gorita e suas fábricas do Recife, e principalmente, para fabricarem o Palácio do Conde Nassau, em que hoje assistem os Governadores desta Capitania, e aonde ainda hoje se vêem algumas pedras ou campas das sepulturas, que havia na nossa Igreja". A despeito da alusão expressa ao Palácio, o mais verossímil é que tais campas só pudessem ser vistas no lajedo em volta.

porta central do palácio, atravessava o parque, de rio a rio, cortada ao meio por outra de igual comprimento. Enquadravam-nas avenidas exteriores, unindo-se em ângulos retos (salvo uma) e orladas de coqueiros já crescidos, as quais mediam 218 metros pela frente, 327 e 170 pelos lados e 250 por trás (tudo conforme a referida planta de Barléu) e êsse conjunto era cercado por uma paliçada contínua de taquara trançada.

Nada menos de 700 coqueiros, de 40 a 50 anos e 12 a 15 metros de alto, foram transplantados das praias vizinhas. Nesse transporte empregaram-se 300 negros, inúmeros carros e barcaças — experiência coroada de êxito, que Barlaeus e Marcgrave registraram com pormenores, tal a admiração que a façanha justamente despertou.

Frei Manuel deu-nos das residências de Nassau uma saborosa quanto insuspeita descrição (10):

> "... pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e êles lhos mandavam trazer em carros, e dêles fêz umas carreiras compridas, e vistosas, a modo da alameda de Aranjués, e por outras partes muitos parreirais, e taboleiros de hortaliça, e de flores, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, onde iam as damas e seus afeiçoados a passar as sestas no verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas, e beberetes. como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos; e o gôsto do Príncipe era que todos fôssem ver suas curiosidades, e êle mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas onde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte dos seus criados."
>
> "Também ali trazia tôdas as castas de aves, e animais que pôde achar, e como os moradores da terra lhe conheceram a condição, e o apetite, cada um lhe trazia a ave, ou animal exquisito que podia achar no sertão, ali trazia os papagaios, as araras, os jacis, os canindés, os jabotis, os

(10) FREI MANUEL DO CALADO, *op. cit.*, pág. 53.

mutuns, as galinhas de Guiné, os patos, os cisnes, os pavões, os perus, e galinhas grande número, tantos pombos, que não se podiam contar, ali tinha os tigres, a onça, a suçuarana, o tamanduá, o bugio, o quati, o saguim, o apereá, as cabras do Cabo Verde, os carneiros de Angola, a cutia, a paca, a anta, o porco javali, grande multidão de coelhos, e finalmente não havia cousa curiosa no Brasil que ali não tivesse, porque os moradores lhas mandavam de boa vontade, por a boa inclinação que viam de os favorecer, e assim também lhe ajudaram a fazer as suas duas casas, assim esta do jardim onde morava, como a da boa vista sôbre o Capivaribe onde ia muitos dias passeando a se recrear, porque uns lhe mandavam a madeira, outros a telha, e o tijolo, outros a cal, e finalmente todos o ajudaram no que puderam; e êle se mostrava tão agradecido, e favorecia de sorte aos Portuguêses, que lhe parecia que tinham nêle pai, e lhe aliviava muito a tristeza, e dor de se verem cativos."

Friburgo não foi sòmente lugar de prazeres. Verdadeiro jardim botânico-zoológico, nêle trabalharam os sábios e os artistas que acompanharam o Conde a Pernambuco, tendo à mão o material — único para a época — com que uns deram base científica à "Historia Naturalis Brasiliae" e em que outros se inspiraram para as ilustrações dos soberbos "in-folio" encomendados a Piso e Marcgrave, a Plante e Barlaeus, "acumulando, sôbre o mesmo argumento, volumes grandes, as elegâncias estrangeiras, enquanto o fim do sucesso, não emudeceu o orgulho de Olanda" (11).

Nieuhof menciona uma soma de 600.000 florins como despendida pelo Conde no seu palácio (12), cifra sem dúvida exagerada, a julgar pelo que nos informa Calado, segundo cujo depoimento a obra "lhe custou muitos cruzados", mas advertindo que parte do material

---

(11) Brito Freyre: *Guerra Brasílica.* Lisboa, 1675.

(12) J. Nieuhof: *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil.* São Paulo, 1942.

lhe fôra presenteado pelos da terra. Já vimos que não era afinal um edifício tão vasto. E tanto mais exagerada, para quem estava construindo outro em Haia, que as más linguas apelidaram de *la maison de sucre,* devido às associações do Governador com certos judeus do Recife (13).

Mauritshuis, jóia do classicismo holandês, con tôda a riqueza dos materiais empregados e o caprichoso do seu jardim, teria custado a mesma soma, conforme Driesen. No entanto, ao falecer Nassau em 1679, estava hipotecada por 134.000 florins apenas, quantia por quanto a deixaram os herdeiros aos respetivos credores (14)!

É possivel que Nieuhof tenha repetido a cifra citada por Moreau, se as 600.000 *livres* que os judeus ofereceram por Friburgo e *ses appartenances* se devam literalmente entender como moeda francesa. De resto, outras avaliações e cifras do mesmo autor autorizam a suposição (15). Não obstante valer o cruzado, em teor metálico, mais de dois florins e o florim mais de duas *livres,* eram tais moedas muita vez confundidas entre si numa época de vagas noções cambiais. Nessa suposição, a importância se reduziria à metade, isto é, a 300.000 florins, cifra mais aceitável.

Sabemos ainda por Driesen que, em abril de 1655, Maurício insistiu junto aos Estados Gerais para que reclamassem de Portugal uma indenização pelas benfeitorias por êle deixadas no Brasil e, a Frederico Guilherme de Brandeburgo, em carta da mesma data, mostrava-se esperançado de eventual reembolso dos 500.000 florins em que as avalaria (15). Ora, além de Friburgo, incluiam elas a Boa Vista e as pontes que ergueu à sua custa (pelo menos a da Boa Vista). Segundo pois, essa estimativa global do próprio realizador da obra, a cifra que correspondesse a Friburgo andaria efetivamente pela metade da aduzida pelo cronista holandês.

---

(13) Em carta de 9 de maio de 1642, escrevia Maurício a Constantin Hygens: *Messieurs les Directeurs, à ce que on m'a dit, le nomment la maison de suere, à laquelle neantmoins ils ont fort peu contribué; aussi je ne les ay pas prié au compérage.*

(14) ALFRED LÜCK: *Der Statthalter.* Dortmund, 1947, pág. 507.

(15) MOREAU: *Histoire des derniers troubles.* Paris, 1651, pág. 72.

À parte Calado, pouco se ocuparam os historiadores da época com a vida no paço e o seu ambiente. Por sorte se conhecem dois documentos holandêses que deitam alguma luz sôbre a rotina diária da côrte nassoviana. Um dêles é a ata do Conselho, de 8 de março de 1642 (transcrita por Gonsalves de Melo), da qual consta a "lista das pessoas que recebem de S. Excia. o sustento": três capitães, dois nobres, oito tenentes, seis trombeteiros, citados individualmente, mais dez alabardeiros, outros tantos palafreneiros e seis marinheiros. O segundo dá-nos outra lista (16) das 46 pessoas que, a 1.º de abril de 1643, tinham direito à pensão do governador, algumas também relacionadas nominalmente: o capitão da guarda e o estribeiro, o conselheiro Pfilts, o secretário (Tolner) e o capelão (Plante), o doutor Piso, o mordomo (Bonjour), Pieter Perseyn, futuro chefe dos tapuias, os pintores Albert Eckhout e Frans Post, o cartógrafo George Marcgrave e o cocheiro Jan Straartsen. Seguem-se outros cargos não referidos na primeira: o camarista, o tesoureiro, o escriturário, quatro lacaios, dois pagens, um mestre de canto, três jardineiros, dois alfaiates, uma governante com sua filha, outro cocheiro e o pessoal da copa e cozinha. Isso, sem contar o pessoal de fora: nada menos de oitenta negros, marcados no peito com o monograma do Conde, dez turcos, um índio tapuia, os mesmos palafraneiros e alabardeiros da guarda, mais os marinheiros da chalupa. Um número, pelo visto, muito superior, graças às possibilidades de alojamento dos novos palácios.

Êste documento indica ainda a ordem em que se sentavam à mesa. Na principal, ao almôço, tinham lugar o capitão da Guarda, o secretário, o capelão, o conselheiro, o estribeiro, o médico, Perseyn e convidados ocasionais; na seguinte, o mordomo, o tesoureiro, três nobres, o camarista, os dois pintores, o cartógrafo e mais dois pagens. Ao jantar, figuram as mesmas pessoas, menos o Conde. É lícito supôr que fôsse a hora reservada à companhia galante ou aos "jogos"

---

(16) LUDWIG DRIESSEN: *Leben des Furten Johann Moritz v. Nassau-Siegen.* Berlim, 1849, pág. 138.

(17) Foi ela publicada pela revista holandesa "De Navorscher" — vol. 25, 1875, e vol. 48, 1898.

e "beberetes", de que nos fala Calado, nos rústicos pavilhões do parque, ao som de "acordes instrumentos".

Com viva imaginação, tentou Paulo Setúbal, no seu romance *Maurício de Nassau*, dar-nos uma visão do quadro interior do Palácio, no auge do poderio holandês. "Dentro, nas suntuosas salas apainela-das, estendiam-se as nobres curiosidades daquela morada senhoril. Aqui, rude e feudal, a Sala d'Armas, onde fulgia em côres fortes, ao lado do brazão dos Oranges, o retrato a óleo de Guilherme o Taciturno; além o Museu, aquela vaidade de Maurício com os seus trezentos macacos empalhados e a maravilhosa, estupendíssima coleção de borboletas... enfim a biblioteca".

Era o Conde de Nassau genuíno expoente do Renascimento germânico, refletindo as tendências ecléticas e contraditórias da sua raça e da sua época — humanismo e cabalismo, realismo político e curiosidade universal — como no moto do seu brazão: *qua patet orbis!*

Espelho de uma sociedade de príncipes hereditários e de ricos comerciantes, foram as *Wunderkammer* dêsses novos colecionadores: acumulações heterogêneas de família que surgiam nos castelos, com veleidades científicas e abertas ao estudo da natureza; relicários de coisas estranhas; gabinetes astronômicos e de alquimia, quais Dürer imortalizou; tudo meticulosamente catalogado sob os títulos de *Theatrum* ou *Musaeum* e acompanhado de legendas explicativas.

As curiosidades reunidas pelo Conde nos seus paços de Maurícia, amálgama também do científico e do curioso, filiam-se diretamente àquelas *Wunderkammer* quinhentistas e foram o protótipo das famosas coleções de antiqualhas e raridades exóticas, formadas contemporâneamente, na Inglaterra, por Tradescant, Courten e Sloane, de que sairam os grandes museus científicos dos tempos modernos, bem como das *Kunstkammer* do século XVII, embriões das futuras galerias de belas artes. Apenas Mauritshuis, ao se tornar uma delas, não mais abrigaria, como veremos, as obras de arte que o seu construtor levara para Haia.

Além do observatório, onde Marcgrave realizou as primeiras observações do firmamento austral, dos gabinetes de "naturalia" e

mecânica, compreendiam estátuas, móveis de marfim, espelhos de tartaruga, ornatos africanos em ouro e prata, armas e utensílios indígenas, herbários e manuscritos, os *Theatrum Rerum* e *Thierbuch,* com que o Governador extasiaria os olhos dos pernambucanos que êle queria impressionar. Em vez de tapeçarias flamengas e de quadros religiosos ou guerreiros, pelas paredes, seus hóspedes admirariam as paisagens brasileiras de Frans Post e os painéis de Eckhout, tendo como motivos a fauna e a flora do país e seus habitantes, no gênero dos que conhecemos através dos quadros de Copenhague e dos Gobelinos da série famosa *des Indes*.

Foram essas as coleções que Maurício, "de retôrno à Holanda, suspendeu dos pórticos dos letrados" no gongorismo de Barlaeus, "as pinturas e tapizes" que se podiam ver "na entrada do magnífico palácio que êle construiu de mármore em Haia". Só com as de história natural supriu o Conde seu próprio museu e o de uma universidade (Leyden). "Tamanha a abundância dêste material, como observou E. Taunay, que ao cabo de cem anos ainda não fôra possível classificá-lo todo".

Com os anos, dispersou-as. Ao amigo de tôda a vida, que, numa visita a Haia, tanto se interessara pelas "curiosidades" brasileiras — o Grande Eleitor de Brandeburgo — vendeu móveis, livros e os *in-folio* de Marcgrave. Ao Rei da Dinamarca e finalmente a Luís XIV, para que êste mandasse tecer umas tapeçarias, fêz presente das telas de Post e Eckhout, além dos artefatos indígenas. Pelos inventários que se conservam das ditas cessões (18), verifica-se que não podiam ser mais ecléticas.

Graças à feliz inspiração do Príncipe, pôde salvar-se assim muita coisa, hoje espalhada por museus, universidades e coleções particulares, da destruição a que estaria fadada, em 1704, no incêndio que consumiu o interior de Mauritshuis e aquêles tetos pintados com aves do Brasil.

---

(18) THOMAS THOMSEN: *Albert Eckhout.* Copenhague, 1938, págs. 7 e 178. J. DE SOUSA-LEÃO FILHO, obra citada, pág. 67.

Dos palácios, porém, cuja história menos conhecida tentaremos acompanhar aqui, nada resta infelizmente. São das criações de Nassau as únicas que o tempo totalmente consumiu!

Segundo Barlaeus, adquiriu o Governador em 1639 o terreno. Ainda dentro do ano, ou mais provàvelmente no começo do seguinte, terá começado a construção do Palácio das Tôrres (19). Já estaria terminado em princípios de 1642, conforme deduziu Gonsalves de Mello da documentação holandesa sôbre Pernambuco. No correr dêsse ano, tanto o Conselho Político como a Câmara dos Escabinos "pleitearam o antigo alojamento de Sua Excelência... o que leva a crer que nesse tempo já se houvesse o Conde passado para Vrijburg" (20).

Sòmente dois anos, portanto, ocupara-o Maurício de Nassau, pois que a 11 de maio de 1644 deixava o Brasil por entre as lamentações do povo que o despediu, postado em alas, desde a porta do Palácio, aclamando-o pelas ruas do Recife, ao som do velho hino Wilhelmus e do troar da artilharia. É o que nos conta uma testemunha ocular (Nieuhof) do numeroso séquito que o acompanhou, acrescentando que mais de uma vez se detivera o conde no percurso até Olinda, para uma derradeira visão do nobre solar. O tempo jamais lhe apagaria as saudades da terra.

Verifica-se assim que Friburgo não chegou a servir, como geralmente se supunha, de cenário para os fastos maiores do Brasil-Holandês: quer a grande Assembléia dos Escabinos, convocada por Nassau, em 1640 — a primeira legislatura que funcionou no Brasil; quer para os saraus e torneios, tão do seu gôsto, com que, em abril de 1641, celebrou o Governador a Restauração portuguêsa — três dias de festas, em que tomaram parte os da terra.

---

(19) O cronista do*Diário ou Breve Discurso* indica para início da construção a data de 1640. "Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano", n.º 32.

(20) J. A. GONSALVES DE MELLO NETO: obra citada (nota 230), pág. 118. "A data exata parece ser 1.º de julho de 1642, porque é a contar dessa data que Nassau pretendeu receber da Companhia a verba destinada ao pagamento do aluguel da casa de residência do Governador holandês no Brasil".

E não terá sido para outros fins que êle revestiu de mármore o cais fronteiro, senão que para paradas e cerimônias, como acreditamos servissem de suportes para tochas e bandeiras as saliências equidistantes, ao longo das paredes laterais do pátio, que a planta de Barlaeus nos deixa ver.

Graças a um dos artistas do Conde, podemos figurar um dêsses espetáculos, de que Nieuhof nos fala: a recepção, em janeiro de 1644, de uma Embaixada congolense, quando mais de cem negros herculeos executaram, com floreios de lanças e espadões, danças guerreiras que atraíram, para a ponte, em vias de conclusão, os curiosos do Recife. Foram êsses emissários que Eckhout pintou, com seus mantos escarlates e umas espécies de tiaras, alguns levando, à moda chinesa, umas sombrinhas revestidas de penas. Também os retratou com indumentária à européia.

D'outra feita, fêz Maurício vir uns tapuias, para admirar a extraordinária destreza dêsses bugres, lutando dentro do pátio contra onças e caititus selvagens (21). No grande mapa de Marcgrave depara-se uma dessas cenas, também assunto de mais de um quadro de Post.

Que destino deu Maurício, ao partir, a seus palácios? Já assinalámos a tentativa de compra pelos judeus do Recife, para no das Tôrres instalarem a sua Sinagoga, *ce que le peuple empêcha, jaloux de leur voir posséder le plus bel édifice du Brésil pour y célébrer leurs Sabats* (22). Terá o Governador pensado em alugá-lo ou vendê-lo à Companhia? Podemos concluí-lo dos termos do seu testamento político: "É de alta importância que o parque de Friburgo e os viveiros de peixes a êles adjacentes sejam vossos... para o abastecimento de água, em rebentando guerras..." (23). Esta, porém, face a um futuro sombrio, às voltas com a rebelião fermentando e, logo no ano seguinte estalada em vários pontos dos seus domínios, nem sequer encararia o ônus financeiro. Das atas do Alto

---

(21) LUDWIG DRIESEN: obra citada, pág. 111.
(22) P. MOREAU: obra citada, pág. 72.
(23) BARLÉU: *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau.* Rio, 1940, pág. 311.

Conselho (Coleção José Hygino, do Instituto Arqueológico) consta que a 8 de Dezembro de 1648, Frederic Vuirberg, procurador do Conde, que já se queixara anteriormente por outros danos sofridos, expôs em novo requerimento "como na chegada do último socorro algumas companhias de soldados foram alojadas na casa de S. Ex. chamada Vrijburg e durante a estada dêles ali a dita casa ficou muito estragada", pedindo, "logo que dali desalojados os soldados, mandasse o Conselho fazer quanto antes as reparações". Foi-lhe despachado que os estragos não eram da responsabilidade do mesmo Conselho e, quanto aos reparos, que a situação não permitia efetuá-los. Em 6 de abril de 1650 volta à carga o procurador. A ata de 6 de maio informa "que os estragos foram causados pelo inimigo, não sendo a W. I. C. culpada disto. Quanto a alojar gente ali, não se cogitava disso. Determinou-se sòmente que uma guarda fôsse colocada na galeria, com a qual a casa ficará garantida e livre de danos, sôbre o que o Govêrno está disposto a pagar um aluguel razoável. No que concerne à casa Boa Vista, está igualmente pronto a acordar com o requerente em alugá-la a preço razoável, como já lhe dera a conhecer e torna agora a fazê-lo". Finalmente, da ata de 28 de junho de 1651, verifica-se que fôra preciso mover ação contra a Companhia para cobrança de alugueis e reparos nas duas casas, e que, por sentença judicial havia sido ela condenada ao pagamento de 2.550 florins.

Não consta do Tratado de 1667, em que os Estados Gerais renunciaram ao Brasil, mediante indenização, que algo por êles recebesse o Príncipe. Ao contrário, legou aos sobrinhos, em testamento, conforme se lê na biografia de Driesen (24), além da residência de Haia, várias reivindicações contra Portugal e a West-Indische Compagnie, que incluíriam provàvelmente os paços de Maurícia.

Depois da vitória das Tabocas e da tomada de Casa-Forte, já ameaçava o Exército Libertador a capital da Nova Holanda. Registrou outra testemunha holandêsa dos primeiros tempos da rebelião,

---

(24) Obra citada, pág. 351.

no seu "Diário ou Breve Discurso" (25) que, "a 17 (agôsto de 1645), começámos a demolir as casas da nova cidade Maurícia... a 18 continuou a demolição das casas. Nessa data foram também abatidas e queimadas as casas e o belo palácio de Sua Excelência o Conde Maurício, edificado em 1640. Lamentável espetáculo! O dano foi estimado em grande soma" (26).

Motivou a demolição o receio de que os revoltosos pudessem alojar-se entre as casas e cortar as comunicações da cidade com o forte. Grande foi a consternação entre os do Recife, e o Alto Conselho tudo fêz por colocar a praça em condições de resistir. Reforçaram-se os bastiões, cavaram-se as trincheiras e fossos. A cidade ficou reduzida a um terço, isto é; à área da Velha Maurícia.

Em tôrno dessa versão do cronista anônimo, é que se cristalizou a noção, errôneamente veiculada por alguns historiadores, de que fôra então destruída tôda a obra de Nassau: os palácios, a igreja e aquêle parque sem rival na América. Se atentarmos no que nos relatou o mesmo Moreau, veremos que apenas lhe cortaram "...*les beaux arbres de brésil, palmiers, d'ebenne de cêdre, bois blanc comme neige, bois de violettes & marbré & autres senteurs qui enbellissaient les spacieuses et longues allées à perte de vue qui entouraient la superbe & magnifique maison de plaisance du Conte Jean Maurice. Le large et incomparable verger qu'il avoit fait plâter & peupler de ces arbres... recherchez en sept ou huit cent lieues de pays, fait venir d'Afrique et des Indes d'Orient, fut entièrement ruiné avec les grandes écuries et agréables pavillons construits au milieu et aux extremitez des allées...*"

Em face de texto tão explícito, confirmado, aliás, por Nieuhof quando refere a decisão do Conselho de não se pronunciar sôbre a petição apresentada a 19 para que também fôsse demolido o palácio, compreende-se que em 1654, depois da restauração, tivessem sido

---

(25) "R.I.A.P.", n.º 32, pág. 130 e 131.

(26) A Nova Cidade Maurícia, segundo Gonsalves de Mello, ficava no atual bairro de Sã José, entre o Forte das Cinco Pontas e a Porta de Santo Antônio. Dali até o palácio era a Cidade Maurícia pròpriamente dita, também chamada Velha Maurícia.

arrolados pelo escrivão da Fazenda no dito *Inventário dos Prédios,* a Boa Vista (n.º 293) "com suas galerias e janelas e no alto... hum torreão, obra flamenga e vistosa" e (n.º 452) "hum sitio com duas torres e boas casas que fez o Conde Nassau para sua morada". Nenhuma alusão a estragos ocasionados pela guerra.

Demolidos haviam sido sòmente os pavilhões e cavalariças e abatidas as árvores que podiam embaraçar a defesa, mas o Comandante do forte, a quem entregaram a superintendência dos preparativos, teve ordem de preservar tanto quanto possível a parte residencial, acrescentando ainda Moreau que *"le corps de logis, prest d'estre razé demeura entier, & fut jugé plus à propos d'y establir un corps de garde, que de le perdre"*. Escapou assim o Palácio das Torres, que os mais timoratos queriam igualmente arrazado para que não estorvasse o forte contíguo e não ameaçasse o Recife, caso Maurícia viesse a cair nas mãos do inimigo.

Abundante, aliás, foi o material bélico ali reunido pelos holandêses e que se achou junto ao cais defronte. 24 peças de ferro e bronze, igualmente arroladas pelo Provedor da Fazenda, a 20 de fevereiro de 1654.

Como concluímos do referido *Inventário,* também não sofreu a Casa da Boa Vista. Foi ocupada pela tropa, recebendo peças de artilharia em seus pavimentos. Figura expressamente, com o "Castello da Cidade Maurícia", entre as "casas Fortes & baterias", cuja entrega (artilharia e munições) se determinou na Capitulação de 1654. Em 1679, obtiveram-na os Carmelitas e aproveitaram-na em grande parte no seu convento do Carmo Velho, que desapareceu com a construção atual. O grande conhecedor da história da cidade, Pereira da Costa, apoiado em documentos do arquivo municipal, pretendeu que ainda está de pé o antigo torreão central, na esquina que olha para o Capibaribe. Tem êsse, entretanto, o mesmo ar de família dos mirantes dos Carmos da Bahia e de Olinda (o último já desaparecido), nem a nosso ver comportaria o atual pavilhão de duas janelas os três vãos do primitivo. Obras recentemente realizadas numa das paredes do pavimento alto não revelaram que uma das janelas houvesse sido tapada. Ao passo que o torreão é de alvenaria,

com cunhais de pedra, a Boa Vista de Nassau seria tôda de tijolo, conforme o meticuloso gravador nô-lo faz crer. Gonsalves de Mello efetuou a êsse respeito pesquisas nos arquivos do Convento, mas nada encontrou que viesse confirmar tal afirmativa. Mesmo a localização topográfica não parece corresponder exatamente, ainda quando mereçam pouca fé os confrontos entre mapas antigos. Depois da planta de 1647 do Barléu, não encontramos, para comparação, outra do Recife que seja anterior à de 1739, data em que a ponte da Boa Vista, reerguida, passou do Carmo Velho para a rua Nova, no empreendedor govêrno de Henrique Luis Freire (1737-46), conforme se vê da planta existente, no antigo Arquivo Militar, para a fortificação do bairro de Santo Antônio.

Quanto ao Palácio das Tôrres, o referido *Inventário* de 1654 informa que o sítio pertencia aos herdeiros de um Manuel Francisco. É óbvio que não seriam investidos na posse das benfeitorias. Sabe-se, ao contrário, que o Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes nêle se instalou depois da rendição (27). Documentação pouco posterior deixa supor que, de início, Friburgo foi utilizado como quartel. É o que refere em seus *Anais Pernambucanos* Pereira da Costa ao historiar como e quando passou a servir de residência dos Governadores e Capitães Generais da Capitania.

A primeira referência é de 1679. Nesse anno, por ordem do governador Aires de Sousa Castro, "foi concertado o Palácio das Tôrres do Recife de tudo que foi necessário".

Em 1685, ordenou o governador João da Cunha Souto Maior, ao provedor da Fazenda Real, em portaria lavrada no *Paço das Tôrres,* onde residia, que mandasse pagar a Antônio Fernandes de Matos a quantia de 40$500 pelas obras que no mesmo mandou fazer. Naquele ano foi o governador residir no palácio de Olinda, mas no seguinte (1686), em virtude de ordem régia recomendando-lhe o pronto retôrno da frota do comércio, resolveu voltar para o Recife, pelo que tratou logo de "reparar o quartel das Tôrres".

---

(27) Do ms. conservado na Biblioteca Pública de Pernambuco Assinalou-nos estas passagens a nímia gentileza do L. Gonçalves de Melo Neto.

Estava o edifício tão arruinado, rachadas as abóbadas e estouradas janelas e portas, que já o haviam deixado os seus antecessores Aires de Sousa Castro e D. João de Sousa.

Ordenou então o governador que chamassem mestres de obras para fazer o orçamento dos concertos necessários, como consta do seguinte têrmo:

> "Aos 29 dias do mez de abril de 1686 em cumprimento de uma portaria do governador desta capitania, João da Cunha Souto Maior, e do provedor da Fazenda Real o capitão-mor João do Rego Barros, foi o almoxarife da Fazenda Real o alferes Manuel Antunes Corrêa commigo escrivão do seu cargo fazer vistoria nos Paços das Tôrres deste Recife em companhia de Manuel Jorge mestre das obras de pedreiro e juiz do ofício; e de Manuel da Silva mestre das obras de carpinteiro e juiz do ofício, a quem o dito almoxarife deu o juramento dos Santos Evangelhos, para que em suas consciências vissem a ruina das ditas casas, e o consêrto de que necessitavam para poderem ficar seguras; e por êles foi dito que as ditas casas estavam muito arruinadas por causa do tempo, por ser obra flamenga tôda feita de tijolo e o sítio de caranguejos que as minavam, e de águas vivas, chegar-lhe água da maré, e assim haver mister de as ditas tôrres rasar até o meio para ficarem no ponto das suas casas, e muitos pilares novos e paredes rachadas, que são mister feitas de novo, e no tocante a obra de carpinteiro haver mister as ditas casas emadeiradas de novo, por estar a maior parte das madeiras comidas do cupim e parte da ferragem dos pilares, e de gatos e cruzetas das paredes gastas com o tempo; a qual despesa avaliaram os ditos oficiais na quantia de 1:100$000 pouco mais ou menos, a saber: a obra de pedreiro em 600$000 e a de carpinteiro e ferreiro em 500$000 pouco mais ou menos; e de como fizeram a dita vistoria e a avaliação de gastos na sobredita forma, assinam ambos juntos com o almoxarife e aqui comigo João de Siqueira

> Barreto escrivão d'Alfândega e Almoxarifado que o escrevi, — *Manuel Antonio Corrêa, — João de Siqueira Barreto — Manuel Jorge — Manuel da Silva*".

A despesa foi, porém, impugnada, depois de feita a vistoria pelos mestres pedreiro e carpinteiro, como se lê do termo abaixo, assistidos do almoxarife e do escrivão.

> "Dela verá V. S. a grande quantia que julgam os ditos oficiais é necessária para se consertarem as ditas Tôrres e casas, havendo pouco mais de um ano que se gastou no consêrto delas, segundo minha lembrança pouco mais de 300$000, não se acha a Fazenda Real de presente capaz de poder fazer tão grande despesa, sem se dar conta a S. M. que Deus guarde, e ao marquês e provedor-mor. Assim o requeiro a V. S. para mandar o que mais convier ao serviço de S. M.. Recife, 30 de Abril de 1686. (as.º) *João do Rego Barros*".

Despachou o governador a 5 de maio, que fôsse o assunto submetido ao Marquês das Minas, Governador Geral do Brasil.

Não houve porém solução favorável, e acrescenta Pereira da Costa que foi desocupado o palácio por mudar o governador a sua residência para Olinda, nêle alojados uns carmelitas descalços que arribaram ao Recife naquele mesmo ano de 1686. Em 1696 encontramô-lo ocupado pelo bispo D. Frei Francisco de Luna.

No relatório sôbre sua missão à Holanda, diz José Higino (28) que encontrou entre os manuscritos de interêsse brasileiro, por êle copiados no Museu Britânico, várias cartas do governador Marquês de Montebello (1690-93) dirigidas a el-rei (Dom Pedro II), que informava como "os moradores do Recife consertaram êsse edifício à sua custa, a fim de que os Governadores residissem nêle e não em Olinda". Com a despesa de 500 cruzados, módica quantia

(28) "R.I.A.P.". Junho, 1886, p. 94.

que indica não terem sido de monta as reparações, pouparam anualmente, de sete a oito mil, que dantes despendiam em fretes de canoa para irem a Olinda tratar com o Governador. Muito mais teriam gasto, na acusação difamatória dos pernambucanos aos reinóis, atraindo-os e a seus sucessores, à órbita do Recife, embora a capital permanecesse na aristocrática Olinda.

Poucos anos depois, fizeram-se novas obras no palácio, porquanto, da Carta Régia de 11 de agôsto de 1695, consta que Antônio Fernandes de Matos, abastado capitalista do Recife, tomara a si "voluntàriamente os concertos e accrescentamentos, que necessitava o edificio, sem remuneração alguma". Foi também quando, continua Pereira da Costa, teve lugar a desapropriação do terreno do palácio, no valor de seis mil cruzados.

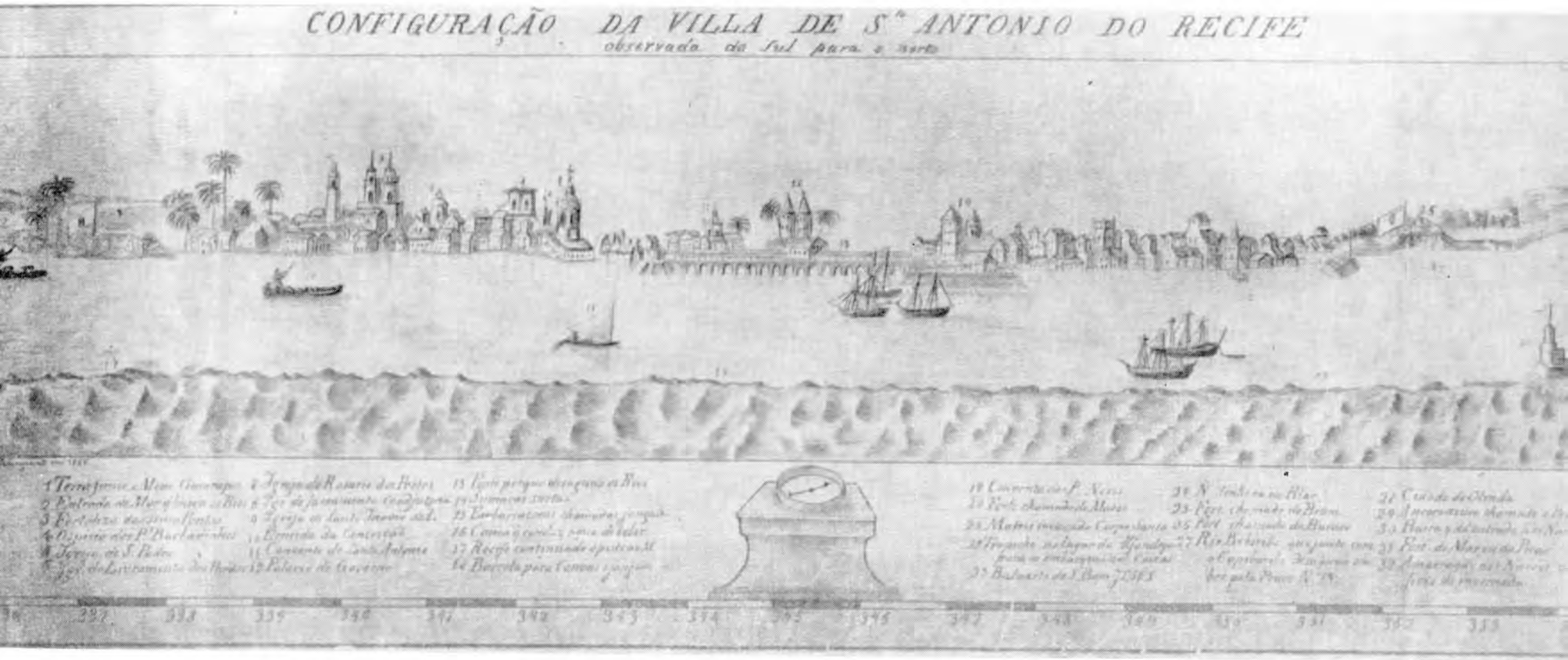
Mas, só a partir de 1707 se tornou o Palácio das Tôrres constante e habitual residência dos governadores, pelas alternativas que se deram de 1654 até aquela data, residindo ora em Olinda ora no Recife, apesar da oposição da câmara e do povo daquela cidade, para que ali ficasse a sede do Govêrno, cuja preferência, dada ao Recife, veio a ser uma das causas da guerra dos Mascates.

Outra referência, esta impressa e não menos valiosa, inclusive porque confirma a data aproximada da conclusão do palácio, é a descrição de um negreiro inglês que andou pelo Recife no comêço do século XVIII (29): "Bem em frente à cidade, o rio se divide em dois braços que não correm diretamente para o oceano, mas em direção sul; na ponta da ilha formada por essa divisão, ergue-se o palácio do Governador, um belo edifício, obra do Príncipe Maurício, com duas tôrres, tendo inscrita uma única data: Ano 1641. As avenidas são sobremodo agradáveis, com suas alamedas de altos coqueiros".

Ainda segundo Pereira da Costa, sofreu o edifício vários reparos em 1712, principalmente de carpintaria, em que figuram os balaústres das janelas; e em 1739 mandou o governador Henrique Luís Freire fazer outras obras, principalmente da tôrre do lado do sul,

---

(29) CHARLES JOHNSON: *History of the Pyrates.* Londres, 1724.



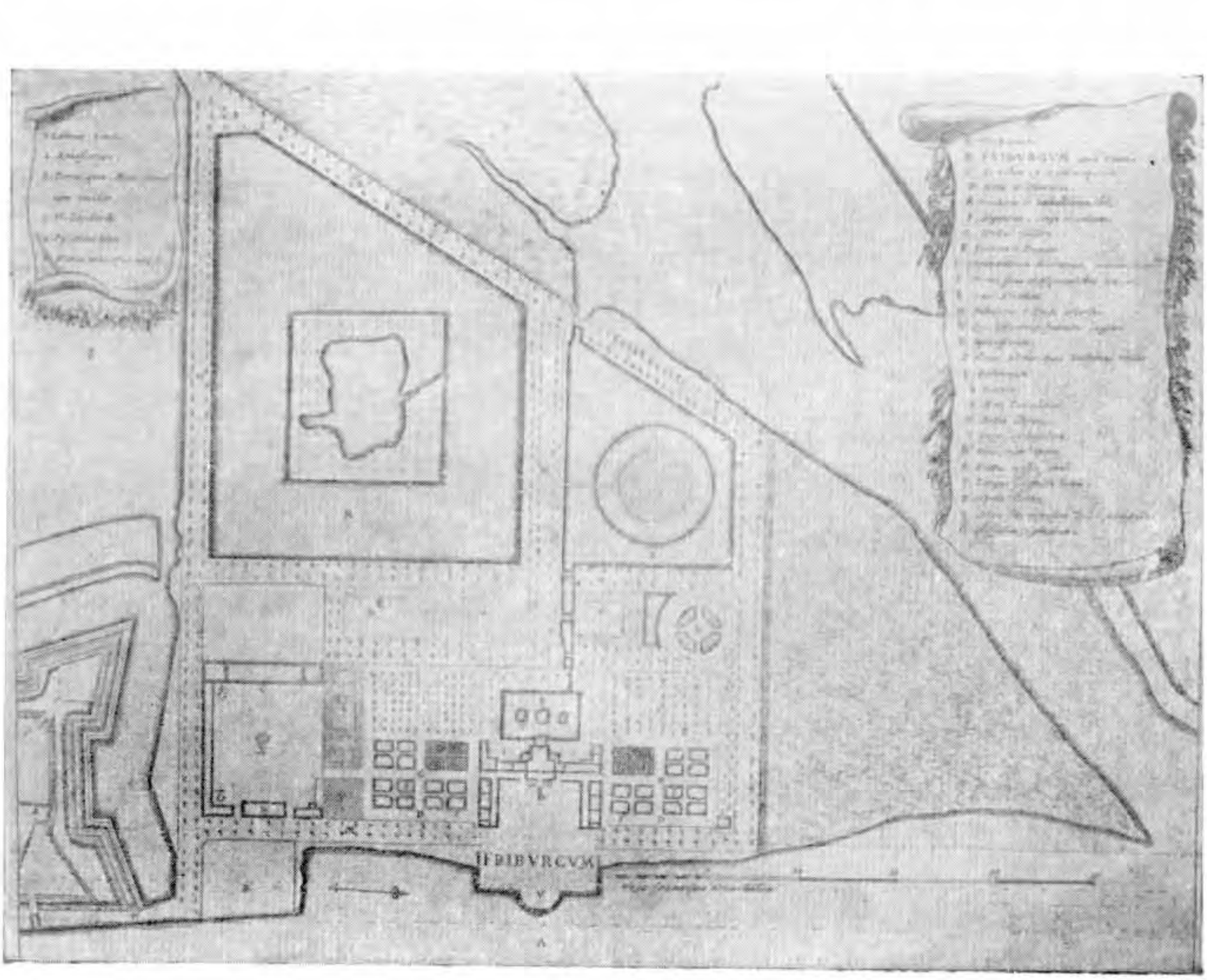
Mapa do Recife em 1766. Da "Carta Topográfica da Capitania de Pernambuco", de José Gonçalves da Fonseca. Coleção Ponte Ribeiro, da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores.



Mapa do Recife em 1780. Cópia de 1883. Coleção do Instituto Arqueológico Pernambucano.



Friburgo ou Palácio das Tôrres. Reprodução parcial de estampa da *História,* de Barléu.



Planta do Palácio de Friburgo. Da *História,* de Barléu.



Remanescente do Palácio de Friburgo. Gravura reproduzida de *A History of the Brazil*, de James Henderson, Londres, 1821.



«Novo Palácio do Govêrno». Projeto de 1784, executado com modificações sensíveis em 1841. A edificação foi reformada em 1920.

que ameaçava ruína, incumbindo-se das de pedreiro o mestre Manuel de Oliveira, e das de carpinteiro o mestre João Machado Portela.

Nova documentação surge agora do Arquivo Público da Bahia, graças às pesquisas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Conde das Galvêas, Vice-Rei, anuncia da Bahia a Henrique Luís, em agôsto de 1741, que para lá partia o frade Beneditino Estêvão de Loreto (Joassar), pintor e arquiteto, a fim de escolher o sítio em que se há de erigir a Cidadela que S. M. manda fabricar naquela Praça. Em setembro do mesmo ano, escreve a el-rei o Governador de Pernambuco que Frei Estêvão e os tenentes-generais Luís Xavier Bernardo e Diogo da Silveira Veloso julgaram ser preciso demolir-se os quartéis que foram da Junta e que só se salvava a casa em que, sôbre o armazem de Pau Brasil, funcionava o Tribunal. Propunha, segundo parecer dos engenheiros, que se mudasse a sede do Govêrno para a referida casa, destinando o Palácio para quartéis dos soldados, com uma economia de quinze a vinte mil cruzados para a Fazenda Real (30).

Condenou o Vice-Rei, em carta de abril de 1742, o projeto.

> "Pelo que respeita aos Quartéis que pretendem mudar para o Palácio das Tôrres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência me lastima muito que se haja de entregar ao uso violento, e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais, que com ela se arruinará tambem uma memória, que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações, que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania... são livros que falam...

(30) Cartas do Govêrno da Bahia para Pernambuco, 1734-48. Tivemos cópia dessa documentação graças ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade e descobrimos no Arquivo Militar do Rio de Janeiro a "Cópia da segunda planta delineada" pelos dois engenheiros a 28 de outubro de 1739 "para fortificar o bairro de S. Antônio", mostrando no centro da campina que se segue ao convento, já niveladas as muralhas do Forte Ernesto, o velho palácio com suas alas laterais.

> e me parece tambem coisa mui imprópria que os Governadores se hajam de ir alojar em uns armazens, e fazerem companhia ao Pau Brasil... por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzados, é cousa indigna que se saiba, que por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulte na ruína dessas quatro paredes, a glória de tôda uma Nação..."

Condenava-o ainda o Vice-Rei "porque se bem calcular a despesa que se há de fazer, para reduzir o Palácio a Quartéis, e para se porem as Casas da Junta em estado , de poderem decentemente habitar nelas os Governadores, não custará menos cabedal"... Tal "novidade... bem ponderada, somente será aplaudida dos Holandêses..."

Prevalecera, pois, o bom senso, podendo ainda escrever, em 1757, Loreto Couto que "o magnífico Palácio dos Il^os^. e Exmo^os^. Senhores Governadores e Capitãis Generais... com três quadras, e duas excelentes tôrres, representa magestade e grandeza" (31).

Na *Configuração da Vila de Santo Antônio,* desenhada em 1766 por Gonçalves da Fonseca, ao pé da "Carta Topográfica da Capitania de Pernambuco" (32), rivalizavam as tôrres de Friburgo com as das mais altas igrejas do bairro. Seus 25 metros até a base das flechas só eram sobrepujadas por São Pedro dos Clérigos. O perfil das cúpolas aparece aí modificado, em pirâmide, tal como numa planta da cidade, reproduzida na *Coleção Fotográfica de Cartas, Plantas e Projetos referentes ao Brasil anteriormente à sua Independência* (33). A data é ilegível, mas deve ser de fins do século. A fachada do palácio aparece rebatida sôbre o plano horizontal com as tôrres; o *corps de logis* e os dois pavilhões assobradados à frente.

---

(31) Domingos Loreto Couto (*O.S.B.*): *Desagravos do Brasil, Glórias de Pernambuco* ("Anais da Bibloteca Nacional").

(32) Existe desta Carta, no Arquivo Militar de Lisboa, cópia na coleção Ponte Ribeiro, da Mapoteca do Itamarati.

(33) Carta n.º 51, do vol. II. Esta coleção está hoje no Serviço Geográfico do Exército e constitui doação do general Tasso Fragosso.

E noutra *Planta do Plano da Vila de Santo Antônio do Recife,* copiada de uma mais antiga (de 1773) que Santos Vilhena juntou, com o *Prospecto da Vila*, à Carta XXII de suas *Notícias Soteropolitanas,* aparece, já indicado como "Palácio *que foi* dos governos" e "arruinado hoje", no local ocupado por Friburgo, um edifício que por sinal, reproduz, ainda que sumàriamente, a planta em H, qual a figurou Barlaeus. Trata-se infelizmente de carta e prospecto mal desenhados, como todos os que se conhecem do Recife colonial depois da reconquista, via de regra copiados do originalmente levantado em 1759 pelo padre José Caetano (34).

Ainda se empenharam os sucessores de Freire na conservação do edifício, cujos dias, entretanto, estavam contados. Assim nos informa o mesmo Vilhena: "por arruinado o mandou demolir o Governador José César de Menezes (1774-87), quando, parece, seria mais acêrto mandá-lo economicamente reparar para residência dos Governadores, como sempre foi, e não o Colégio dos Jesuitas para onde se transferiram, sendo indubitável o gastar-se da Real Fazenda em cômodos indispensáveis tanto ou mais que se despenderia com o suficiente reparo".

Foi em 1782 que o governador se passou para o Colégio, conforme comunicou a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, em carta de 25 de setembro: "Por se achar esta casa da Residência dos Governadores muito necessitada de grandes e indispensáveis consertos, assim pela deterioração da envelhecida Madeira, como de terem caído algumas vigas e outras estarem quase minadas de um inseto a que neste País dão o nome de cupim, o que causa facilmente a ruína dos Edifícios, me

---

(34) "Copiada fielmente de que no ano de 1759 levantou o Padre José Caetano, Religioso que foi da Companhia". Carta XXII, n.º I. Pode-se dizer que em tôdas as cartas manuscritas do Recife no século XVIII e ainda na primeira década do XIX, o palácio de Nassau aparece com as respectivas tôrres, sendo elas, na maior parte, copiadas da do padre Caetano. Encontram-se no rico acervo de cartas e plantas desenhadas por engenheiros militares durante a colônia e o império, pertencentes ao antigo Arquivo Militar e hoje divididas entre as coleções do Tombamento (Ministério da Guerra) e do Serviço Geográfico do Exército (Morro da Conceição).

vejo na precisão de mudar-me para o Colégio que foi dos Jesuítas, a fim de fazer os consertos necessarios nesta Casa e evitar despesa de S. Majestade". (35).

Correu também outra versão, a de que seu predecessor, Manuel da Cunha Menezes (1769-74), "sonhando com riquezas fabulosas nêle enterradas pelos holandêses, fêz barbaramente demolir, como era tradição corrente, tôda a parte do edifício que se estendia até o lugar que ocupava a antiga coxia, tranformada agora em cozinha" (36), o que não passa, por certo, de uma fantasia da crendice popular.

O beneditino Frei Miguel Arcanjo da Anunciação, ao continuar até 1763 a *Crônica* de Frei Bernardo (seu prefácio é de 1780), referiu que o governo José César de Menezes "quis levantar um novo (palácio) e o não fez por não convir nisso o Ministério" (37).

Dêsse projeto, de autoria do engenheiro Antonio Mendes Adler, possui o mesmo Arquivo Militar o original (*Fachada Principal e Oriental do Novo Palácio*). Traz a data de 1784, mas só viria a ter execução passados 50 anos, em 1841, pelo Conde da Boa Vista, e assim mesmo sensìvelmente simplificado pelo coronel engenheiro Morais Âncora; contudo, é o mesmo projeto. Lá estão os dois pavimentos com um frontão ao centro da fachada principal, e, à retaguarda, três pavimentos, que, na reforma de 1920, estenderam-se a todo o edifício (38).

---

(35) Livro 4.º de cartas de 11 de Mayo de 1781 até 10 de Dezembro de 1783, de Menezes a Martinho. Arquivo do Instituto Histórico.

(36) É a que veicula "um distinto pernambucano" (o mesmo Pereira da Costa em nota à pág. 15, do Vol. II das *Memorias da Viagem de SS .MM. à Bahia.* (Rio 1867).

(37) "Revista do Instituto Arqueológico e geográfico Pernambucano," vol. XXXV, págs. 18 e 19.

(38) A planta em grande escala do engenheiro Adler, cuja existência no Tombamento nos foi assinalada por D. Clemente Maria da Silva-Nigra, que ainda nos proporcionou outros dados sôbre o Palácio, mostra-nos uma nobre fechada néo-clássica de três corpos — o do meio sustentando um frontão ornado com as armas reais, dentro de uma tarja D. João V. O primeiro pavimento, todo em arcada, suporta em cada secção três janelas e acima da cornija três mansardas, separadas aquelas por pilastras que sobem do chão, e estas por enormes obeliscos alternando perfís diferentes, numa conjugação monumental.

Mas ainda não chegamos ao fim da história. Uma parte do palácio de Nassau resistiria à picareta como nô-lo revela uma carta do sucessor de Menezes, D. Tomás de Melo (1787-98), dirigida à Secretaria de Estado da Marinha em Lisboa, a 11 de maio de 1789 (39), na qual o Governador refere, entre outras providências tomadas, algo que se conjuga com as subseqüentes e últimas notícias que deparamos sôbre Friburgo, e é o seguinte:

> "Porque estava imediato ao Palácio velho, que se deitou abaixo, o quarto novo do Erário, e havia hum lanço de parede, que ficando então da parte de dentro, hoje forma uma das suas faces exteriores, eu a mandei examinar, e achou-se tão delgada que tirado um tijolo de tapamento, se descubrirão, e tocarão com as mãos os cofres que naquelle Citio se guardavão, por cujo motivo fiz logo dobrar e reforçar dita parede, e dar-lhe a grossura correspondente à segurança, que se requer neste único Depósito dos dinheiros Reaes".

Desta informação se depreende que o palácio não fôra então totalmente demolido. Veremos a seguir o que foi poupado do mesmo.

Confirmam Tollenare (40) e Henderson que a pequena casa, que ambos encontraram, em princípios de século dezenove, ocupada pelo Real Erário, era um remanescente de Friburgo. Foi esta a tradição oral que ambos recolheram, bastante fresca para fazer fé. Henderson deixou-nos numa estampa (41) o que êle viu do edifício — um sobrado com seis janelas e um patamar ao centro, rematado por coruchéus barrocos, a que dá acesso uma escadaria em dois lan-

---

(39) Forneceu-nos o dado o prof. R. S. Smith, que o copiou da "Lista das Cartas do Real Serviço que dêste Govêrno de Pernambuco, se dirigiu à Secretaria de Estado da Repartição da Marinha — Domínios Ultramarinos", guardada no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.

(40) O francês, escrevendo em 1816, talvez nos indique a data precisa da demolição, quando diz que ocorreu trinta anos antes (*Notes Dominicales,* Recife, 1905, pg. 26).

(41) *A History of The Brazil.* Londres, 1821.

ços com parapeito quebrado a meia altura. À primeira vista se confundiria com o *corps de logis* de Nassau, que também tinha a mesma escadaria, mas as diferenças são apreciáveis e descartariam tal hipótese, mesmo que não se conhecesse um mapa de 1780 (42), de que existe cópia no Instituto Arqueológico, o qual reproduz mais minuciosamente a planta do palácio, em que se distingue uma única ala, à retarguarda mas contígua, dotada de escadaria em dois lanços. Já dizia no seu livro, *Die alteu Festungswerke von Pernambuco* (Pernambuco, 1937), o Profesor T. Kadletz que o Erário não era parte do corpo principal mas uma ala posterior ou outro edifício ligado ao palácio. Chegou, como nós, à mesma conclusão à vista do referido mapa, que reproduz (página 242).

Foi dêsse patamar que reboou, em 6 de março de 1817, o primeiro grito de independência e em 1824 projetaram instalar no Erário a nova Assembléia Geral Legislativa, caso no Rio não se pudese reunir a que tinha de substituir a Constituinte dissolvida em 1823. Também nêle funcionou o Tribunal de Relação até que, achando-se quase arruinado, teve Francisco do Rego Barros que reconstruí-lo.

É Pereira da Costa (43) quem afirma: "o antigo edifício do Erário Público, transformou (Rego Barros) no actual palácio do Govêrno". Terá querido dizer o historiador pernambucano que ainda o tivessem aproveitado? No grande panorama gravado por Salathé (44) — cuja data presumível deve ser do terceiro decênio do século XIX — não encontrámos mais traços do palácio. Na ponta da ilha, ao conjunto de edifício da Ordem Seráfica, segue-se um areal alagado e meio escondido, na perspetiva, por algumas casas altas do Recife. Em qualquer hipótese, ficamos sabendo que a atual sede do Govêrno

---

(42) "Copiado dos autos do Libello civil em que é autor João Marinho Falcão e réu a Câmara da Olinda". Arquivo do Instituto Arqueológico Pernambucano.

(43) *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres* (Recife, 1882, pág 388).

(44) Da autoria de um R. Schmidt, conforme se lê no original aquarelado, adquirido pela Biblioteca Nacional em 1948. Como Steinman, o impressor, se estabeleceu em Basiléia depois de 1832, de regresso do Brasil, e só depois desta data lá imprimiu a série de 4 panoramas: Salvador, Recife e dois do Rio, ao mesmo tempo que o seu lindo algum *Souvenirs de Rio de Janeiro,* de 1835.

estadual se acha exatamente no local em que se levantava a residência de Nassau, que, com os sucessivos aterros, acabou por passar da beira do rio para um ponto equidistante das duas margens.

Sobreviveu, pois, o Palácio das Tôrres às vicissitudes da guerra, às "novidades" dos engenheiros, para sucumbir melancòlicamente à incúria de governantes menos respeitosos do passado! Isso a despeito da reivindicação patriótica de Galvêas, para quem o *perenne monumentum* recomendaria mais a glória da nação que abatera tanto orgulho do que a *Nassoviae magnitudinis* do ditirâmbico Barléu.

J. DE SOUSA-LEÃO, FILHO

A FOTOGRAFIA NO BRASIL

E UM DE SEUS MAIS DEDICADOS SERVIDORES:

MARC FERREZ (1843-1923)

ADVERTÊNCIA

Neste ensaio procuramos pôr em evidência as figuras mais representativas dos artistas fotógrafos do país, no século passado.

No nosso arquivo, possuímos nomes de muitos outros que aqui não vão citados por não terem deixado obra de real mérito que chegasse ao nosso conhecimento. A inclusão só tornaria mais enfadonho êste pequeno trabalho.

Procuramos, especialmente, destacar os fotógrafos paisagistas, pois somos de opinião que o pouco que resta de suas obras tem e terá cada vez maior valor iconográfico; só atualmente se principia a reconhecer êsse imenso valor.

Fotógrafos de que hoje só os mais velhos se lembram. Fotógrafos cujos trabalhos são várias vêzes reproduzidos em livros, jornais, revistas, tanto nacionais como estrangeiros, por autores, que, com poucas exceções, não têm a preocupação de mencioná-los. Fotógrafos cujos trabalhos, ontem como hoje, foram copiados por litógrafos, desenhistas e pintores, sem que ninguém se desse ao trabalho de citar-lhes o nome. A êsses esquecidos fotógrafos dedicamos nosso despretensioso ensaio, na esperança de que, de futuro, sejam êles indicados quando seus trabalhos forem reproduzidos ou servirem a estudiosos.

O autor aproveita o ensejo para dirigir um apêlo a todos aquêles que, por feliz acaso, possuam fotografias de cidades, prédios, fazendas, engenhos, paisagens, etc., do Brasil, colhidas no século passado, solicitando-lhes que se comuniquem com êle ou com os museus, bibliotecas, arquivos públicos e especialmente a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de que se possa empreender o levantamento de quanto ainda existe.

I

Em janeiro de 1840, aportava ao Rio de Janeiro a corveta francesa *L'Orientale,* navio-escola, comandado pelo capitão Lucas, em viagem ao redor do mundo.

A bordo viajava o abade Combes, encarregado de revelar ao mundo a maravilha do tempo, que vinha assombrando a todos: certa máquina que aprisionava a luz, e fixava as pessoas e as cousas em miniaturas tão perfeitas como a natureza as havia criado — a daguerreotipia, ou por outra, a fotografia, invenção dos franceses Joseph Nicéphore Niepce e Louis-Jacques Mandré Daguerre, êste pintor.

Foi o abade Combes quem primeiro nos revelou essa grande invenção.

Suas primeiras demonstrações entre nós se realizaram em 17 de janeiro de 1840, no Hotel Pharoux, então o melhor da cidade e situado bem em frente à ponte de desembarque, no largo do Paço. O prédio ainda lá está, tal qual como era; na esquina da praça Quinze de Novembro com a rua Pharoux, e nele se acha hoje instalado o Hotel Real.

No *Jornal do Commercio* dessa data, o cronista registrava, pasmado:

> "He preciso ter visto a cousa com os seus proprios olhos para se poder fazer idéia da rapidez e do resultado dá operação. Em menos de nove minutos o chafariz do largo do Paço, a praça do Peixe, o mosteiro de São Bento, e todos os outros objetos circunstantes se acharão reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade que bem se via que a cousa tinha sido feita pela propria mão da natureza, e quasi sem intervenção do artista".

Dias, depois, foram feitas demonstrações do aparelho a S. M. o Imperador e Altezas Imperiais. Mostraram-se todos encantados, ao verem fixados os aspectos da fachada do paço, tirados de uma das

janelas do torreão, isso em nove minutos, e, logo depois, outra de uma vista geral, feita da varanda.

Assim foi apresentada a daguerreotipia aos fluminenses.

Há tempos, em palestra com Francisco Marques dos Santos, conhecedor profundo de nossas cousas, e a quem devemos tantas informações úteis para êste trabalho, confessávamos nunca ter visto em daguerre a reprodução de uma paisagem. Concordávamos em que seria interessante procurar êsses preciosos originais do abade Combes, peças iconográficas do mais alto valor histórico para a cidade do Rio de Janeiro e a fotografia. Sabemos agora que três dêsses daguerreótipos existem, cuidadosamente conservados e, por uma dessas circunstâncias felizes, acabam de ser trazidos do castelo d'Eu, onde se achavam guardados pelo príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, a quem deve o Brasil a recuperação de documentos de maior valia. Em uma das peças vemos reproduzido o Paço da cidade, com alguns soldados formando à frente; por trás do palácio, distinguem-se as tôrres: uma, da igreja do convento do Carmo; outra, da igreja da O. 3.ª do Carmo. No segundo daguerreótipo, temos o chafariz do Mestre Valentim, com a fachada do mercado velho ao fundo, e as tôrres da igreja da Candelária. O terceiro representa a praia do Peixe, vendo-se barcos no primeiro plano, e o Mosteiro de S. Bento ao fundo. Os três se acham em bom estado de conservação, juntamente com os seus estojos primitivos de marroquim côr de vinho, que medem cêrca de 8 por 6 centímetros.

M. Arago assim descreveu perante a Academia das Ciências de Paris o processo Daguerre:

> "Expõe-se ao vapor de iodo uma lâmina de casquinha (cobre e prata) bem limpa por meio de água-forte. Eis tudo: assim preparada, expõe-se a lâmina à ação da luz no fóco da câmara escura, de onde é retirada, após oito minutos. O olhar mais exercitado ainda não pode distinguir cousa alguma; expondo-se, porém, a lâmina ao vapor do mercúrio aquecido até 60 gráus, aparecem as miniaturas quase como por encanto. Cousa singular e inexplicável! É neces-

> sario que a posição da lâmina no fóco da câmara escura seja inclinada".

Não tardaram a aparecer, por todos os lados do Rio de Janeiro, profissionais e amadores da nova arte.

Entre os primeiros, podemos citar o emigrado argentino D. Florêncio Varella; a Sra. Hippolyte Lavenue, que chegou a apresentar alguns retratos na Exposição de 1842, na Academia Imperial das Belas-Artes, retratos êsses que seriam tão bons como aqueles com que seu marido iria apresentar, em 1845, a nova arte aos mineiros; e o Sr. Morand, que aqui chegou, dos Estados Unidos da América, em 1842, com muito toque de caixa pelos jornais. Êsse último tinha um sócio ou colega, de nome Smith, e estabeleceu seu comércio no *Hotel Pharoux,* salão 52, casa nova, 2º andar, onde permanecia às ordens dos clientes, das 8 horas da manhã às 3 da tarde. O anúncio publicado no *Jornal do Commercio* em 25 e 27 de dezembro de 1842, e do qual extraímos estas informações, continua:

> "Os anunciantes tendo a convicção de poder satisfazer completamente as pessoas que se dignarem honrá-los, convidam aos amadores das artes, e todos os que desejarem ter um retrato perfeito, um quadro de família ou uma vista qualquer, a visitar o seu gabinete".

E o cronista do *Jornal do Commercio,* maravilhado, informa-nos:

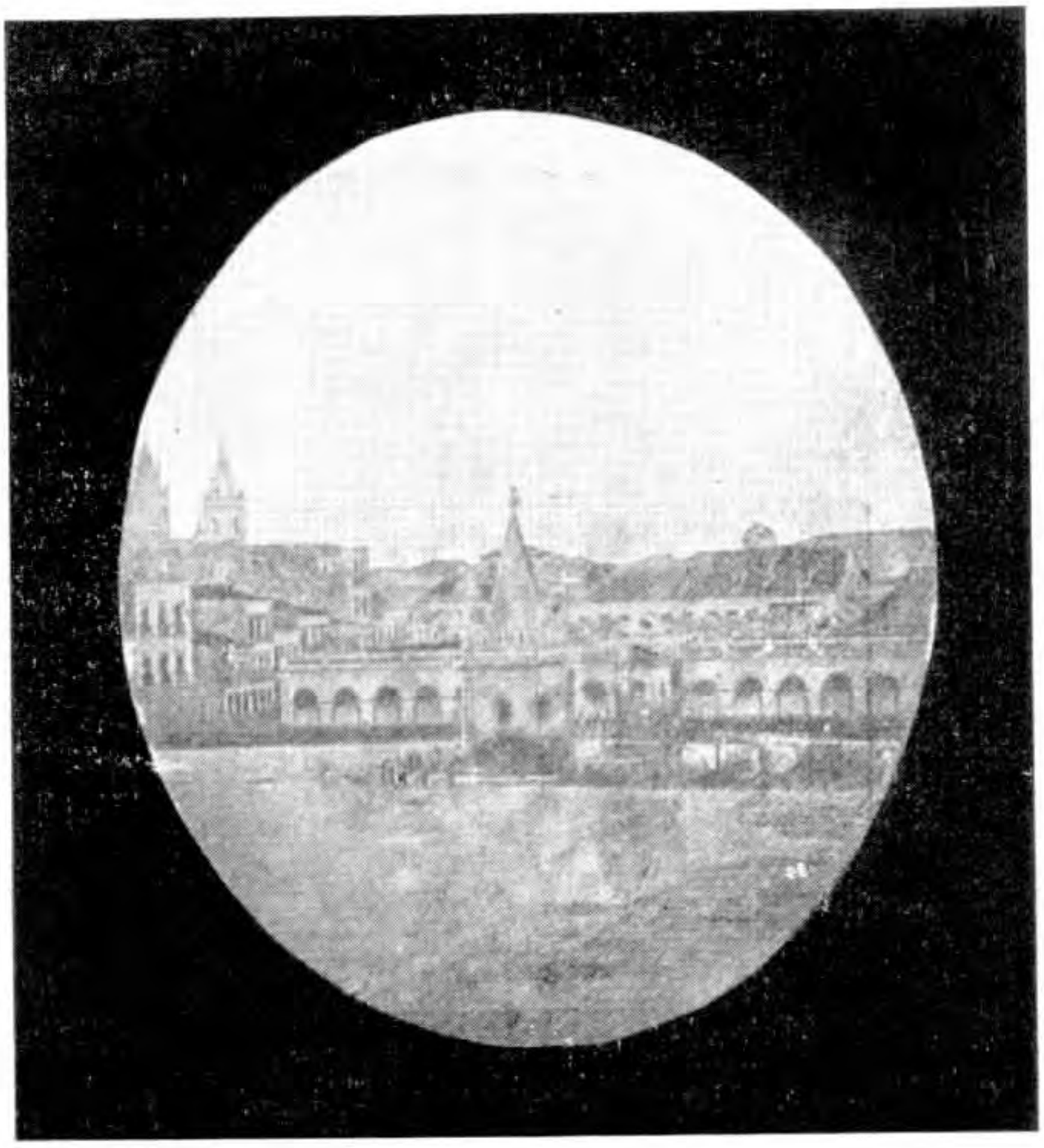
> "Visitamos já diferentes vêzes o seu gabinete do *Hotel Pharoux,* assistimos aos seus trabalhos, a tôda a hora, com sol, sombra e chuva, e não pode deixar de maravilhar-se a rara perfeição a que o Sr. Morand tem levado a grande descoberta de Daguerre". (23/XII/42)

Deve ter-se referido a um dêsses artistas o príncipe Adalberto da Prússia, em sua interessante obra sôbre viagens pelo sul da Europa e Brasil, quando nos diz: "Sua Majestade (D. Pedro II), muito amavelmente, presenteou-me também, com duas belas vistas

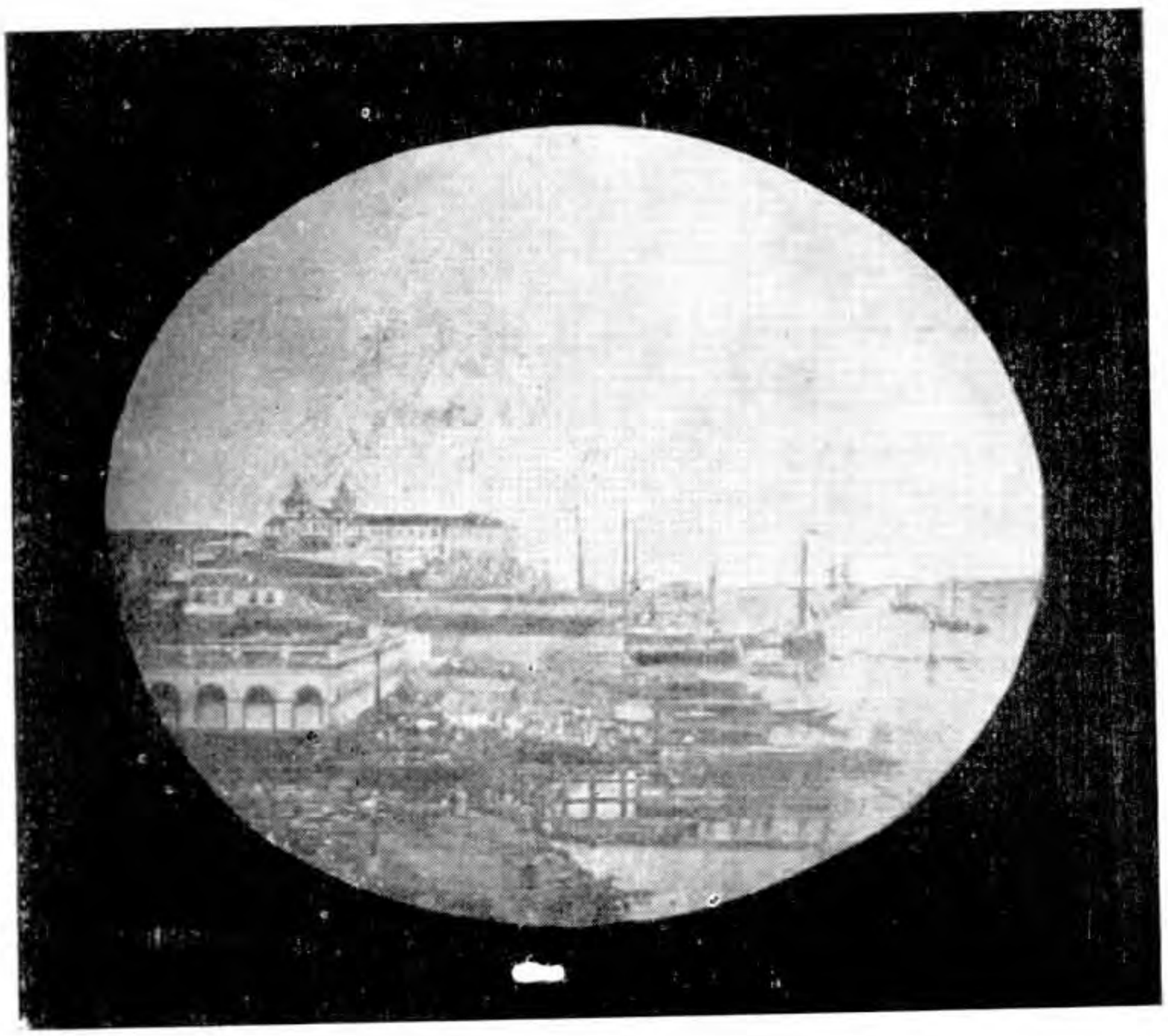


1. Paço da cidade do Rio de Janeiro, 1840. Daguerreótipo do abade Combes. Coleção Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança.

1974



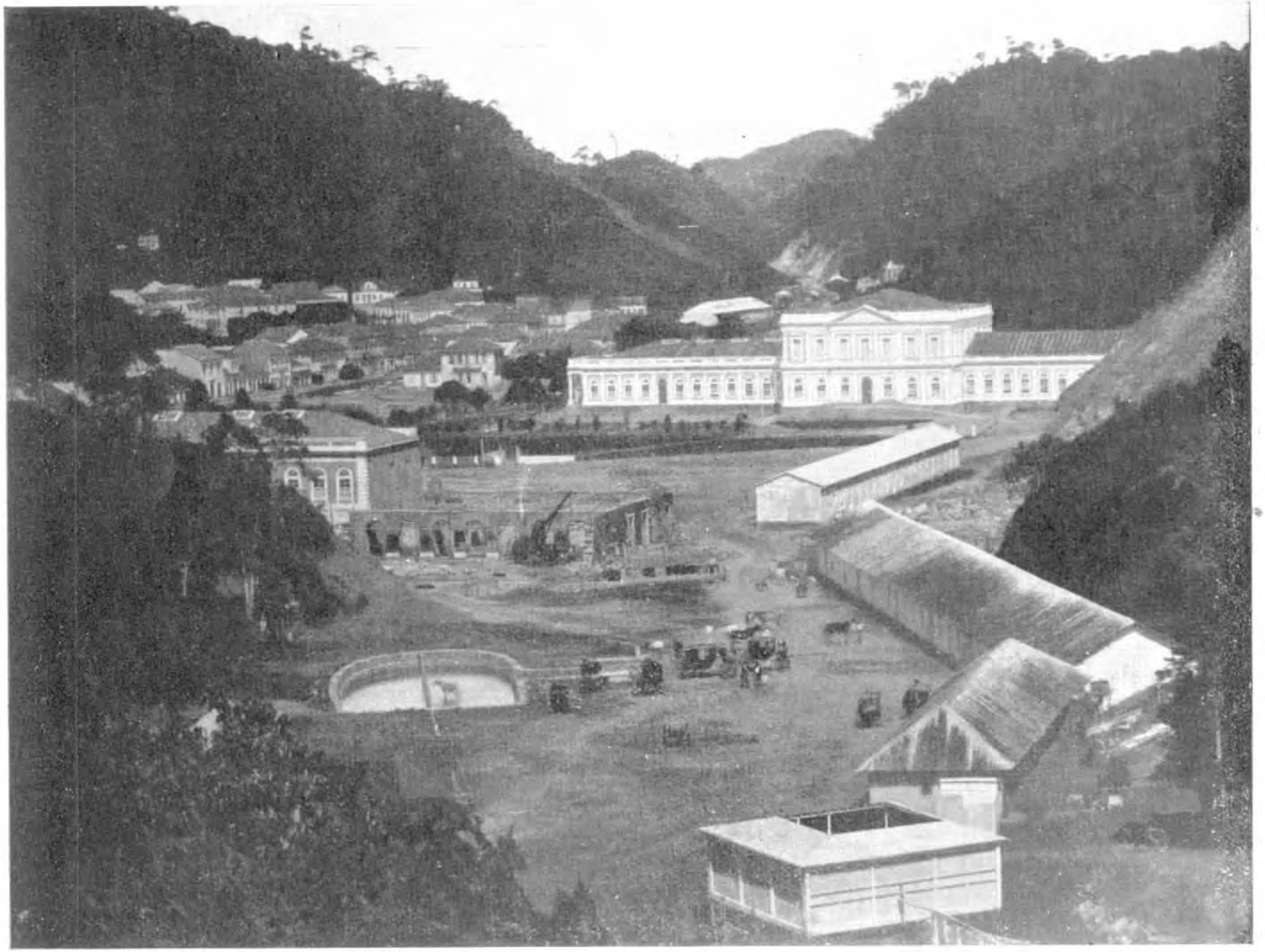
2. Aspecto do Rio de Janeiro, vendo-se o chafariz do Largo do Paço e, ao fundo as tôrres da Candelaria. 1840. Daguerreótipo do abade Combes. Coleção Principe D. Pedro.



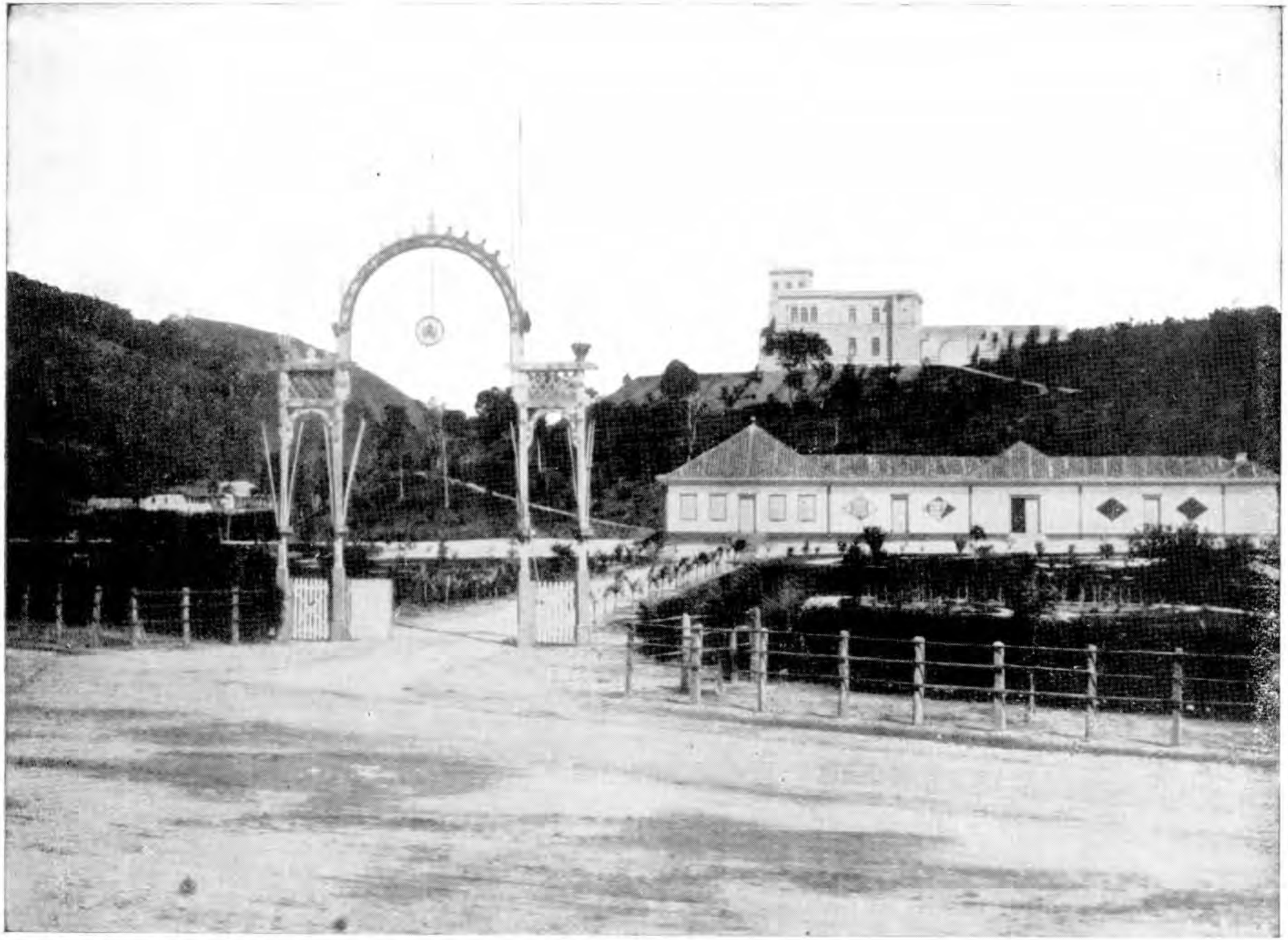
3. Aspecto do Rio de Janeiro, notando-se o Mercado da Candelária, projetado por Grandjean de Montigny e demolido em 1911. 1840. Daguerreótipo do abade Combes. Coleção Principe D. Pedro.



4. D. Pedro II. 1852. Daguerreótipo de autor não identificado. Coleção Príncipe D. Pedro.



5. Palácio Imperial, em Petrópolis. *Circa* 1865. Foto Revert Henrique Klumb. Coleção Gilberto Ferrez.



6. Quinta do Mariano Procópio, atual Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. 1861.
Foto Revert Henrique Klumb. Coleção Gilberto Ferrez.



7. Passeio Público do Rio de Janeiro. *Circa* 1858. Foto Revert Henrique Klumb. Coleção Gilberto Ferrez.

daguerreotipadas de São Cristóvão, tiradas por um artista estrangeiro e das quais me falara na véspera (8 setembro 1842)". E, mais adiante: "O Imperador já fêz várias experiências com a daguerreotipia e deu-me sua opinião de que a sorte entra em grande parte neste método, no que eu concordo" (1).

Vê-se por aí que Sua Majestade o Sr. D. Pedro II foi um dos primeiros brasileiros a se interessarem pela nova descoberta, a ponto de também fazer daguerreótipos.

Já que aludimos aos primórdios da fotografia no Rio, cabe lembrar Hércules Florence, filho de Nice, radicado no Brasil, onde constituiu família e faleceu em Campinas, no dia 27 de março de 1879, depois de viver entre nós quase 50 anos. Era notável desenhista, e nesse caráter acompanhou a expedição científica do barão de Langsdorff, do Tietê ao Amazonas. Dotado de espírito inventivo, muito estudou a fotografia. Infelizmente, no ambiente, que ali encontrou, não logrou levar adiante os seus trabalhos quanto à arte.

No período que medeia de 1839 a 1857, recorreu várias vêzes às colunas dos jornais, para revelar ao público suas descobertas, tais como a *impressão do papel moeda inimitável,* a *poligrafia* e a própria fotografia.

Transcreve o *Jornal do Commercio,* em 29 de dezembro de 1839, um artigo do *Phenix,* de São Paulo, de 21 de outubro de 1839, assinado por Florence, onde a certa altura se diz:

> "Outra descoberta minha, conhecida também nesta vila e por algumas pessoas no Rio de Janeiro, é a Fotografia; o escrito que foi enviado a Paris levava no fim êstes dois títulos: *Descoberta da Fotografia,* ou *impressão pela luz solar. Indagações sôbre a fixação das imagens na câmara escura pela ação da luz.*
>
> Um desenho fotografado por mim foi apresentado ao príncipe de Joinville e pôsto no seu álbum por uma

(1) *Travels of His Royal Highness Prince Adalbert of Prussia in the south of Europe and in Brazil, with a voyage up Amazon and the Xingu.* Translated by Sir Robert H. Schomburgh and John Taylor — London 1849. Pág. 280

> pessoa a quem devo êste favor. Acabo de ser informado que na Alemanha se tem imprimido pela luz e que em Paris está-se levando a fixação das imagens a muita perfeição. Como eu tratei pouco da fotografia, por precisar de meios mais complicados e de suficientes conhecimentos químicos; não disputarei descobertas a ninguém, porque pode uma mesma idéia vir a duas pessoas, porque sempre achei precariedade nos fatos que eu alcançava e a cada um o que lhe é devido, mas antecipo esta declaração respeito à Poligrafia, que tem tão belas propriedades, para que a tempo se conheça o seu inventor".

Em 1844, aparecem outros daguerreotipistas, chegando mesmo a existir num mesmo estabelecimento, o Hotel de Itália, à praça da Constituição, dois artistas que ofereciam seus préstimos ao público. Eram o inglês Yeanne, procedente de Londres, e Joseph Chauvin, de Paris. Ambos anunciavam no *Jornal do Commercio,* fazendo valer a perfeição, originalidade, rapidez e preços módicos de seus trabalhos. Assim, executavam retratos de pessoas em grupos ou sós, em 15 segundos e por preços que variavam de 4$000 a 8$000, de acôrdo com o tamanho e altura dos retratos. Como ambos trabalhassem na mesma casa e na mesma varanda, frisavam, em seus anúncios, que um estava estabelecido na entrada e o outro, no fim da varanda. Era preciso não confundir. (*Jornal do Commercio,* 14 e 18-II-1844).

No *Almanaque Laemmert* para 1847, aparece, pela primeira vez, à pág. 379, sob a rubrica *Daguerreótipos,* três *oficinas* que tiravam e vendiam retratos "em fumo e coloridos" em menos de um minuto, assim como, davam lições "dêste mecanismo".

Em 15 de junho de 1848, lê-se no *Jornal do Commercio*:

> *"Retratos Coloridos* — Fotográficos, premiados nos Estados Unidos. Êste incomparável estabelecimento, o maior e mais antigo dos Estados Unidos, onde os retratos são tomados por sistema inteiramente novo e desconhecido até hoje, acha-se agora aberto, a rua do Ouvidor

nº 56. As pessoas amantes das belas-artes são convidadas a visitá-lo e examinar a bela coleção de retratos, que pela sua beleza e acabamento o seu autor desafia os professores, seja onde fôr, de apresentarem obras tão aperfeiçoadas". (Assinado: *W. R. Williams, professor de fotografia*).

Em 1850, vamos encontrar Francisco Napoleão Bautz, estabelecido, desde 1846, no nº 146 da rua do Cano, hoje Sete de Setembro, anunciando que "continua a tirar retrato em fumo e coloridos, com tôda perfeição, desde a chapa de um palmo de comprimento até o tamanho de botões de camisa. Os retratos só agradando se entregarão". O mesmo anunciante ministra lições para tirar retratos por todos os métodos. (*Jornal do Commercio,* 20-III-1850).

Outro professor de daguerreotipia era Guilherme Telfer, na rua do Ouvidor, 126, sobrado, e que conseguira dar "expressão tão natural aos olhos que nenhum artista até o presente tem podido adquirir". (*Jornal do Commercio,* 21-III-1850).

Já em dezembro de 1849, preconizava-se a nova invenção do daguerreótipo sôbre papel, ou seja, a fotografia como a entendemos hoje. Dizia um dos anúncios: "Os retratos sôbre papel são verdadeiros desenhos que se enxergam em qualquer posição, quer colocados neste ou naquele logar, além de que tem a vantagem de tirar um número infinito de cópias. Êstes retratos são inalteráveis e pintados a fumo". Custavam de 3$000 para cima, na oficina da rua do Cano, 233.

Com o advento da chapa de colódio úmido, descoberta em 1851 pelo inglês Frederick Scott Archer, a fotografia ganhou grande impulso. O processo divulga-se ràpidamente e chega ao Brasil, onde fascina muita gente, principalmente daguerreotipistas e pintores.

Nossos daguerreotipistas, a partir de 1853, passam a estudar e aplicar êste e outros métodos de fotografia, arte cujo progresso se vinha acentuando ràpidamente. Os novos ensinamentos, quase sempre, eram introduzidos por estrangeiros, que os havia adquirido

em seus países. Assim vemos francêses, norte-americanos, inglêses, suíços, mexicanos, austríacos, a chegarem e se estabelecerem nas principais cidades do Império.

A maioria dedicava-se exclusivamente ao retrato que, como em nossos dias, comercialmente falando, é mais lucrativo. Podemos, no entanto, citar alguns nomes de fotógrafos, mestres dessa arte, que também se dedicaram a colher vistas e aspectos das cidades onde trabalharam.

Na côrte, como se dizia então falando do Rio de Janeiro, a partir de 1855 ou 56, os daguerreotipistas passaram a ser chamados pelo nome usado até hoje: fotógrafos. O número dêles, que era de três em 1847, sobe para onze em 57, chegando a trinta em 64 (Almanaques Laemmert). Devemos lembrar aqui alguns dos mais conhecidos, especialmente aquêles que mais se dedicaram à paisagem, não esquecendo outros, porém.

Dêles, vários se tornaram famosos e seus nomes e obras chegaram até nós. Não podemos silenciar nomes como o de *Revert Henrique Klumb,* fotógrafo de SS. MM. II. e da Academia Imperial das Belas-Artes, estabelecido desde 1855. Dêle possui o príncipe D. Pedro em sua variada coleção de daguerres, um exemplar magnífico, de duas faces, representando a imperatriz Teresa Cristina; acha-se em perfeito estado de conservação na sua bela caixa original, com *passe-partout* dourado e desenhos em baixo relêvo, tudo no mais puro gôsto da época. Antes de 1862, já Klumb andava fotografando aspectos de Petrópolis, e a cidade o encantou tanto que em 65 ali se estabeleceu definitivamente; ampliando suas atividades, tirava retratos de personagens ilustres que lá iam veranear, e organizava exposições de seus trabalhos, onde o visitante, ao pagar a entrada, adquiria "o direito a um exemplar do seu retrato em quadro que se entregará três dias depois de tirado" (*O Mercantil,* de Petrópolis, 6 e 9-I-1875). Klumb fixou vários aspectos da cidade serrana e seus arredores, e a respectiva lista vem divulgada num livro in-8, editado na própria cidade, sob o título *Petrópolis e seus arrabaldes, tiradas por R. H. Klumb, fotógrafo de SS. MM. II.* Algumas destas fotografias serviram para ilustrar o delicioso e raro livri-

nho *Viagem Pitoresca a Petrópolis por XXX,* atribuído a Carlos Augusto Taunay, e o raríssimo *Doze horas em diligência, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fóra...* por Rt. H. Klumb, Rio 1872.

Boa cliente de Klumb foi a Imperatriz, a julgar pela conta paga por S. M. em 29 de agosto de 1865, e que se pode ver no Arquivo Imperial, em Petrópolis. No espaço de cinco meses, dispendeu D. Teresa Cristina 480$000 em retratos, vistas, e vistas estereoscópicas, o que representa soma bastante elevada para a época.

Um crítico de *O Mercantil,* de Petrópolis, em 9 de janeiro de 1875, assim se expressou quanto a Klumb e sua obra:

> "A exposição de fotografias, a que nos referimos, em um dos nossos números anteriores, acaba de abrir-se e em uma visita que ali fizemos, depois de um exame minucioso e atento, sentimos o progresso palpitante de arte fotográfica aplicada às paisagens, principalmente, quando ela possui artista de iniciativa, de esfôrço próprio e de constância, como o Snr. Klumb que, a justo título, é fotógrafo de SS. MM. Imperiais.
>
> As paisagens, representando quase na totalidade, os mais pitorescos lugares de Petrópolis, ali estão, ora conduzindo a atenção pelos meandros, vales, montanhas, e ora fazendo admirar os belos céus que tão variados se apresentam no nosso horizonte e cuja mobilidade parece ser impossível de reproduzir.
>
> Algumas então, representando a noite, são de um efeito tanto mais admirável por sabermos que até hoje apenas um artista fotográfico tentou essa especialidade e isso sem resultado proveitoso.
>
> É realmente lindo o quadro nº 2 representando o palácio imperial que parece receber a luz pálida e oblíqua da lua, e que no copado dos arvoredos e arbustos que cercam o palácio apresenta os contornos destacando-se por um magnífico efeito de luz.

Mais algumas paisagens noturnas são lindíssimas, como a beira do rio Piabanha, o Palatinado inferior, a fábrica de algodão de Renânia, etc.

Necessàriamente estudou muito o Snr. Klumb para alcançar êstes soberbos efeitos..."

Essa exposição, dias depois, foi visitada pelo augusto casal, que saiu satisfeito do que vira.

Contudo, não seria fácil ganhar a vida em Petrópolis, só como fotógrafo, e o nosso Klumb via-se na contingência de anunciar que também vendia vinhos francêses e portuguêses de diversas qualidades, a preços módicos...

O autor dêste trabalho possui vários originais de Klumb — vistas do Rio de Janeiro, de Petrópolis, de Juiz de Fora, da estrada União e Indústria, e paisagens, alguns dos quais serviram para ilustrar os dois livrinhos citados anteriormente.

Joaquim Insley Pacheco, artista, pintor e um dos maiores fotógrafos especializados em retratos. Estabelecido em 1854, trabalhou até quase o fim do século. Por muito tempo teve o seu *atelier* na rua do Ouvidor, nº 102. Participou de várias exposições nacionais e internacionais, obtendo, com seus retratos e paisagens, executados pelos métodos mais avançados, quatorze medalhas. Aperfeiçoou-se nos Estados Unidos com os professores Insley e Gurneys, de Nova York, "sempre em busca de mais felizes resultados, enfim estudando todos os melhoramentos que do Novo e Velho Mundo recebe dia a dia a filha de Daguerre, a mágica fotografia". Fotógrafo da Casa Imperial, e Cavaleiro da Ordem de Cristo, de Portugal, era apologista do sistema de que nos ocupamos mais adiante, denominado *foto-pintura.*

É dêle o curioso anúncio divulgado pelo *Correio Mercantil,* em 17-1-1858, e que não nos podemos furtar de transcrever na íntegra, pois reflete ao vivo o gôsto da época:

"O ilustrado público pode visitar no nosso estabelecimento de ambrotipo um retrato sôbre vidro por êste mé-

todo, o qual reune todas as vantagens da fotografia às de pintura a óleo, de tal perfeição que nem a máquina de Daguerre por si só, nem o pintor só com pincel, pode conseguir tal semelhança, tanta finura de contornos nem tanta beleza. A isto acresce que se pode obter um retrato perfeito, igual ao do mais excelente pintor por um preço bastante módico. É preciso ver as provas, admirá-las com os proprios olhos, para ficar de todo convencido, de que não há em nosas palavras exagerações nem vanglórias".

Isto nós dá bem idéia da mentalidade dos artistas de então, quanto à possível fusão da pintura com a fotografia, para daí sair um produto superior a ambas, separadamente.

No palácio do Grão-Pará, em Petrópolis, vêem-se 4 quadros que representam Dom Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina, a princesa Isabel e o conde d'Eu. São fotografias executadas por Carneiro & Gaspar, e primorosamente pintadas por J. Courtois. Outros dois, correspondentes às princesas meninas, Isabel e Leopoldina, da autoria de Pacheco, constituem magníficos exemplares dêsse gênero híbrido.

Mas- cedamos a palavra, sôbre o assunto, a Vítor Meireles, que em 1866 assim julgava a foto-pintura:

> "Trata-se da arte de fazer um retrato a óleo, de dimensão natural, sem grande incômodo para a pessoa que deseja ser retratada sendo bastante o tempo indispensável de alguns minutos, a fim de obter-se ùnicamente um retrato nas dimensões de um cartão de visita, que depois serve para a reprodução em grande, sôbre papel ou diretamente sobre a tela.
>
> Este primeiro trabalho obtido é entregue ao pintor que, considerando-o já como um esbôço, encarrega-se de colorir. Esta arte de retratar, que está hoje tão em moda, tem desgraçadamente de contribuir para o regresso da verdadeira arte, a qual só deveria ser exercida segundo os seus indeclináveis preceitos. Por êste novo meio conhecido

pelo nome de *Foto-pintura* foram executados todos os retratos, que ali vimos expostos entre a fotografia, e que, se algum merecimento pode ter é certamente devido ao pintor, e não ao fotógrafo..."

Não foram só pintores retratistas, contudo, que lançaram mão da fotografia. Já ao tempo dos daguerres, notava-se influência dêstes sôbre alguns litógrafos exímios, que graças a bons exemplares, lograram executar panoramas da cidade, perfeitos na minúcia dos elementos arquitetônicos e na veracidade descritiva, aliadas a gôsto e perfeição artística. Bons exemplos dêsse genero são as lindas litografias de Eug. Ciceri e Ph. Benoit, das afamadas oficinas Lemercier, de Paris (1852), as mandadas executar por Leuzinger (Biblioteca Nacional, N. 17070), as de Rensbourg, e as de H. Carls, no Recife.

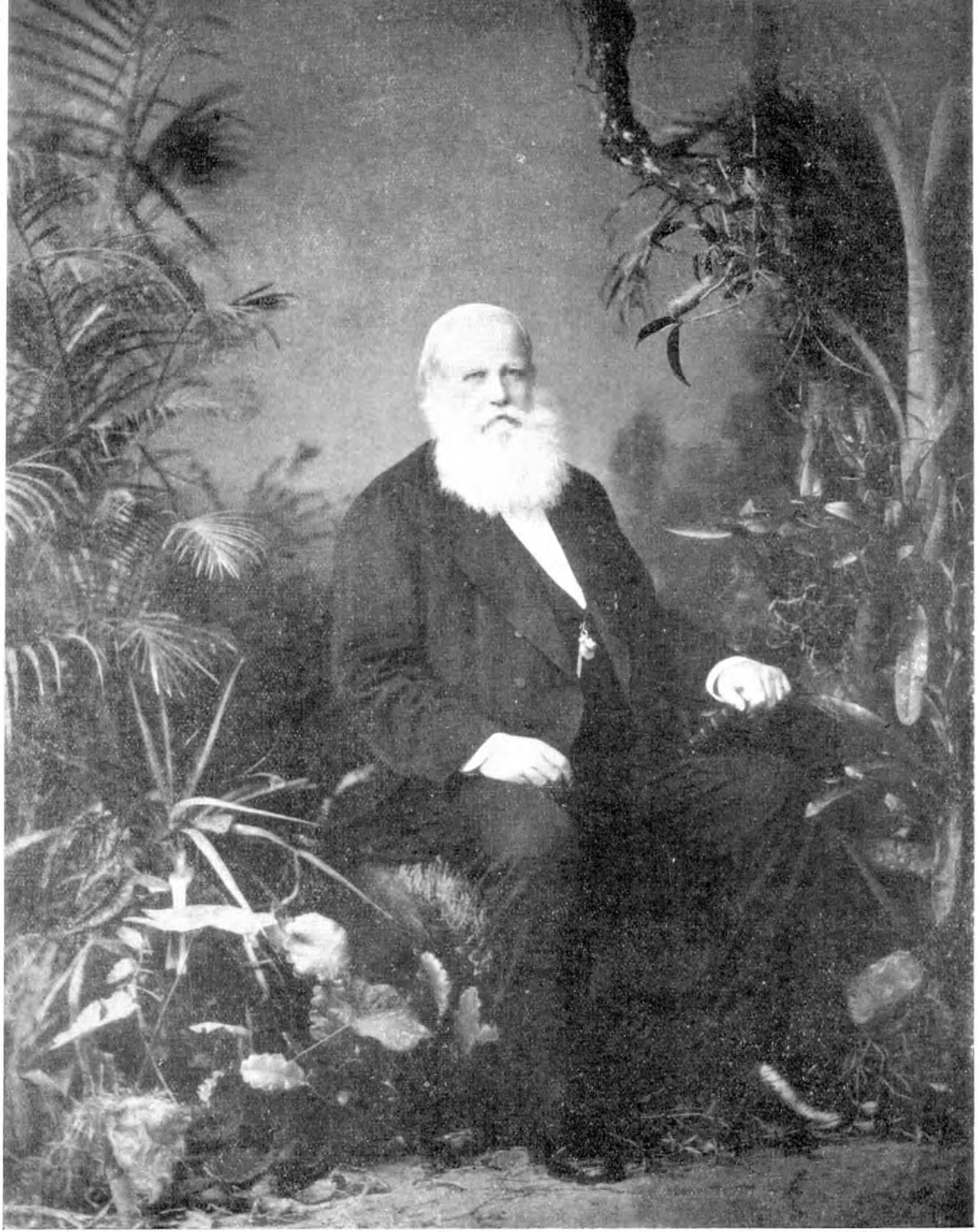
Victor Frond, francês de origem, viveu durante algum tempo no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como fotógrafo, na rua da Assembléia, n.os 34 e 36. Percorreu a província do Rio de Janeiro, visitando fazendas de café e engenhos de açúcar e também esteve na Bahia. Segundo Afonso d'E. Taunay, foi sócio de Sisson, o conhecido litógrafo. De suas excursões, trouxe uma coleção de fotografias que dispensam maiores comentários, pois foram largamente divulgadas em magníficas estampas litografadas, que tanto realce deram à obra de Charles Ribeyrolles — *Brasil Pitoresco.*

Quando de passagem por Petrópolis, à procura de subscritores para o *Brasil Pitoresco,* oportunidade em que também retratou alguns figurões da cidade, expôs no órgão local *O Parahyba,* em 21 de janeiro de 1858, o plano daquela obra, dizendo, entre outras cousas:

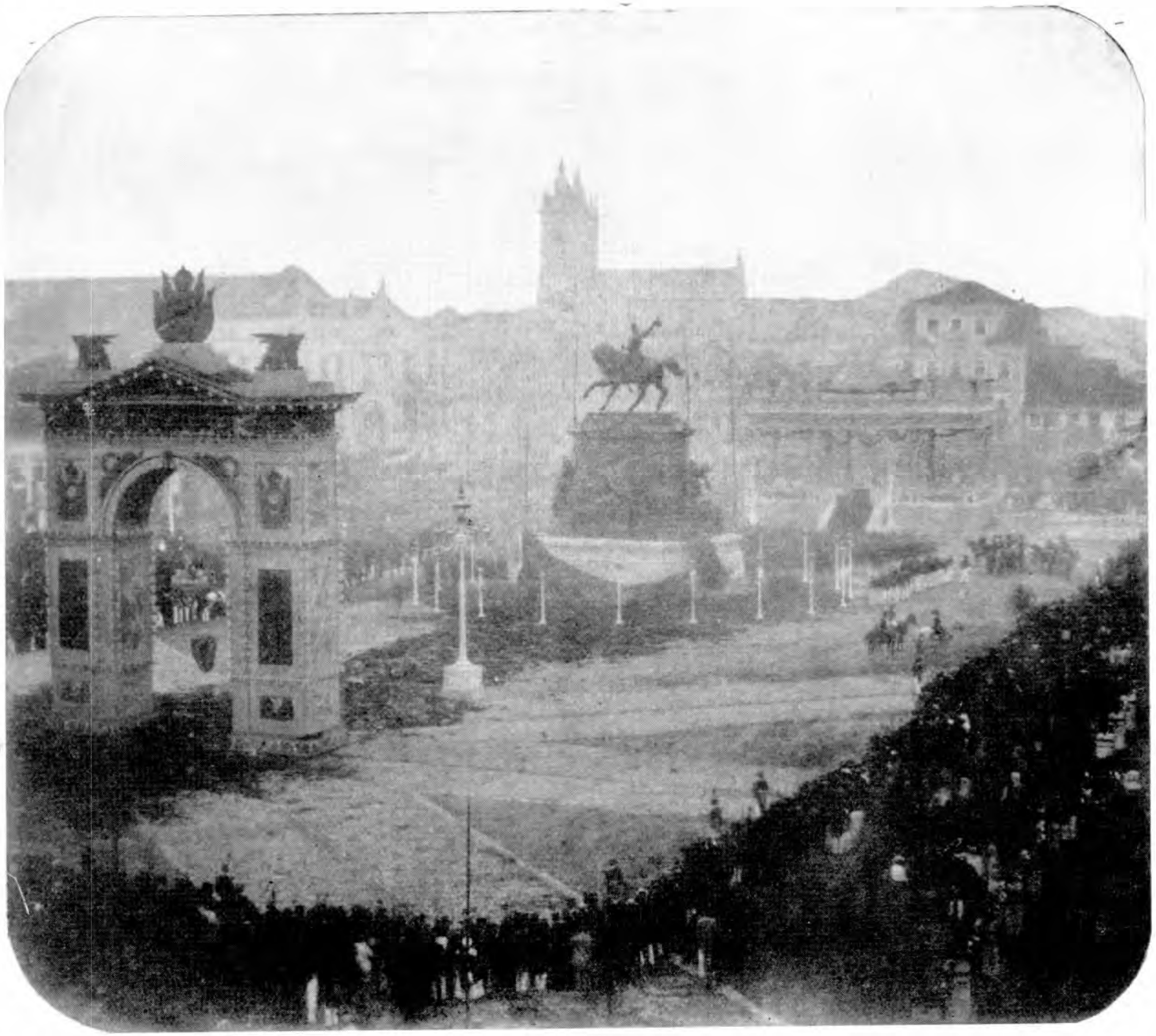
"A fim de tornar o nosso trabalho o mais nacional possível, comprometemo-nos a tomar sob a nossa direção dois órfãos brasileiros de qualquer asilo que tenham pelo menos 16 anos de idade. Ensinar-lhes-emos a fotografia; acompanhar-nos-ão nas excursões que fizermos recebendo a um tempo as lições da teoria e da prática.



8. Conde d'Eu e Princesa Isabel. Foto Joaquim Insley Pacheco. Coleção D. João de Orleans e Bragança.



9. D. Pedro II. 1883. Foto Joaquim Insley Pacheco. Coleção Gilberto Ferrez.



10. Inauguração da estátua de D. Pedro I, no Largo do Rocio, Rio de Janeiro. 1862. Foto de autor não identificado. Coleção Américo Lacombe.

190



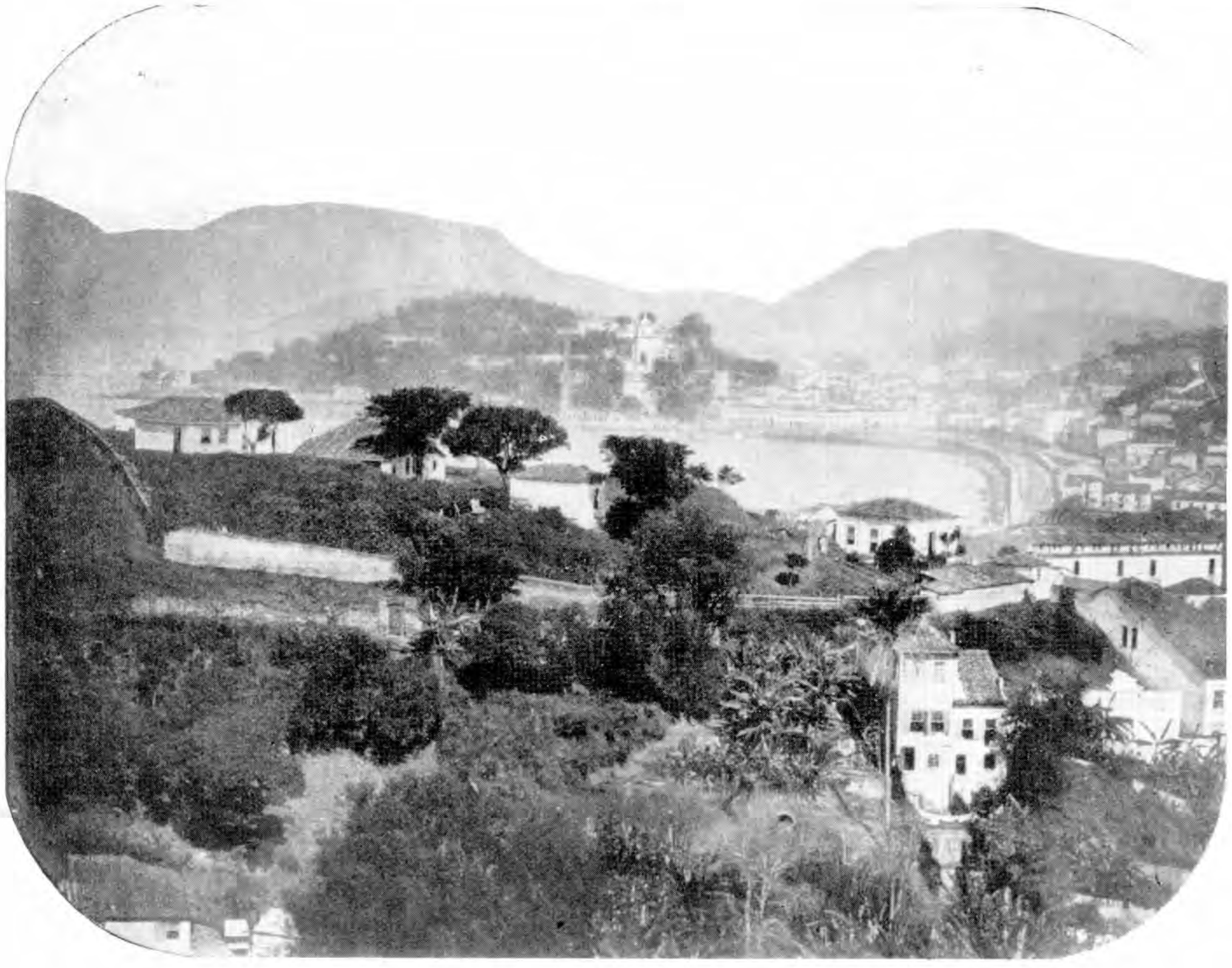
11. D. Pedro II. Foto-pintura de Carneiro & Gaspar e J. Courtois. Coleção Príncipe D. Pedro.



12. O Conde d'Eu em trajes rurais. Foto-pintura de Carneiro & Gaspar e J. Courtois. Coleção Principe D. Pedro.



13. Rua Direita, atual Primeiro de Março, no Rio de Janeiro. *Circa* 1862. Foto Stahl & Wahnschaffe. Coleção Gilberto Ferrez.



14. Aspecto do Rio de Janeiro, vendo-se o Morro do Castelo e a Glória. *Circa* 1865. Foto Stahl & Wahnschaffe. Coleção Gilberto Ferrez.










15. Escravos de ganho no Rio de Janeiro. 1865. Fotos George Leuzinger. Coleção Ministério das Relações Exteriores.

16. Aspecto do Rio de Janeiro, vendo-se a Lapa, o Passeio Público e o Morro do Castelo. *Circa* 1865. Foto George Leuzinger. Coleção Museu Imperial.



17. Rua Direita, atual Primeiro de Março. *Circa* 1870. Foto George Leuzinger. Coleção Ministério das Relações Exteriores

Depois de preenchido o nosso programa, o govêrno poderá então empregá-los ùtilmente, aproveitando a experiência, que tiverem adquirido, quer para enriquecer as coleções do cadastro, quer para explorações artísticas nas belas províncias que banha o Amazonas ou que se estendem ao sul do imperio".

Era um plano inteligente, e não sabemos informar se foi aproveitado. Frond alcançou então tamanho êxito como retratista que, de regresso ao Rio, deixou ali um substituto, Mr. Adolphe, e anunciava em 11 de março do mesmo ano:

> "*Retratos Fotográficos*: acha-se nesta cidade, como já estava anunciado, uma pessoa encarregada por Mr. Victor Frond de tirar retratos por êste novo sistema, que é de uma perfeição e semelhança admirável.
>
> Além das pessoas já inscritas, recebe-se na tipografia desta fôlha a assinatura daquelas que o desejarem ser de novo, e se lhes roga que o façam com tôda brevidade, pois o artista encarregado dêste trabalho, não demorará em Petrópolis mais de 15 dias".

Stahl & Wahnschaffe, fotógrafos da S. M. o Imperador, estabelecidos na rua do Ouvidor, n.º 117. Stahl, de quem nos ocuparemos quando tratarmos de fotógrafos estabelecidos no Recife, chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1861/62, e formou sociedade com Wahnschaffe, continuando a colher lindos aspectos da cidade e arredores, sumamente raros hoje em dia. Quero crer que Wahnschaffe fôsse pintor medíocre, competindo-lhe a decoração dos retratos e miniaturas de fotografias feitas pelo sócio. Corroboram esta opinião os dois retratos, de 1864, da princesa Isabel e do conde d'Eu, que se acham no palácio Grão-Pará, executados pela firma, e que são ambos de pronunciado mau gôsto.

George Leuzinger, suiço, de Glaris, já em 1840 era proprietário da conhecida tipografia do mesmo nome, que veio até nossos

dias, e à qual as artes gráficas do país tanto devem. Observando a crescente popularidade da fotografia, montou, por volta de 1861, "oficina especial com os melhores instrumentos inglêses para paisagem, panorama, vistas diversas, estereoscópios, e costumes". Dessa afamada casa conhecemos alguns albuns (2) com vistas do Rio, Niteroi, Petrópolis e Teresópolis, tiradas entre 60 e 80; provam o alto gráu de perfeição e técnica a que chegaram os seus trabalhos, e vêm relacionadas em pequenino catálogo in 24, hoje raríssimo, impresso pela própria casa, com o título — *Officina Photographica de G. Leuzinger 36 rua do Ouvidor — 337 — Photographias diversas.* Por êsse curioso catálogo, que deve datar aproximadamente de 1870, ficamos sabendo que um bonito panorama do Rio, em cartão de 40/10 polegadas, custava 15$000; que se podia obter fotografias de 11/15 polegadas, por 2$500, mas já pelas de Teresópolis, que ficava mais distante, tinha o freguês de pagar 3$000; a dúzia, no formato de cartão de visita, saía a 8$000. Leuzinger concorreu a várias exposições da Academia Imperial das Belas-Artes, e a outros certames nacionais e internacionais, onde colheu novos louros.

Na sua obra *Voyage au Brésil*, notas à página 72, Louis Agassiz gaba vivamente os seus trabalhos, e com razão. Vistas tiradas pela casa Leuzinger e por Stahl é que serviram para as xilogravuras impressas no livro de Agassiz.

Infelizmente, não logramos descobrir o nome dos técnicos da casa Leuzinger que nos deixaram êsses trabalhos. Sabe-se que nos primeiros tempos viera contratado da Europa, Franz Keller, alemão de Mannheim, que iniciou os trabalhos e teve como assistente Marc Ferrez. Mais para diante, é provável que Ferrez se tenha tornado fotógrafo-chefe da casa, até a data de sua saída para se estabelecer por conta própria. Reforça tal suposição o estudo comparativo de algumas vistas da casa Leuzinger com tarbalhos posteriores de Ferrez Já nos aconteceu encontrar vistas do Rio e de Teresópolis, certos de que fôssem de Ferrez, quando estavam assinadas *"Casa Leuzinger"*.

---

(2) Na Biblioteca Nacional, no Museu Imperial, e nas coleções do Ministério das Relações Exteriores, do Dr. Américo Jacobina Lacombe e do autor.

Há muitas dessas fotografias em que o ponto de vista e ângulos escolhidos, assim como a fatura, são absolutamente idênticos.

José Ferreira Guimarães, português de Guimarães, estava estabelecido com loja, na rua dos Ourives, nº 40 sobrado, em 1866, mas desde 1862 vinha trabalhando em sociedade com Peixoto. Foi o grande *portraitiste* da Côrte, com larga e boa clientela, que o enriqueceu. Seus retratos obtiveram prêmios em exposições nacionais e da Academia Imperial das Belas Artes, pela finura, nitidez e perfeição. Era especialista de "retratos vitrificados, fixados a fogo como as pinturas de Sèvres e Limiges". Foi feito cavaleiro, oficial e comendador da Ordem da Rosa. Mais para o fim do século (1886) construiu verdadeiro palácio da fotografia, na rua Gonçalves Dias, n.º 2, esquina da rua da Assembléia; essa casa de quatro andares foi por muitos anos o prédio mais alto da cidade. Ocupavam os três primeiros pavimentos as várias secções fotográficas, servindo o restante de moradia.

Guimarães e Insley Pacheco foram dos que mais ganharam com o que então se chamava de foto-pintura, isto é, o retrato ampliado e pintado a óleo ou guache e até pastel, por artista pintor. Quando êste era bom, como se dava com Augusto Moreau, Ernesto Papf, ou J. Courtois, saía alguma cousa de passável, porém na maior parte das vêzes a obra carecia de valor artístico, o que não obstava a que a voga se tornasse enorme. A família imperial foi assim retratada por mais de uma feita. Possuimos um quadro típico de foto-pintura, em que os príncipes imperiais, sentados num carrinho puxado por um carneiro, figuram no meio de uma paisagem fictícia de floresta, com o Corcovado a surgir entre árvores. Esteve também muito em moda a "miniatura": pequeninos retratos coloridos por miniaturistas. "Artistas" houve que, em vez de desenharem *d'après nature,* copiavam, servílmente, uma fotografia reticulada! Assim se perdeu mais de um pintor.

No *Almanaque Laemmert* para 1871, aparece pela primeira vez a firma *Alberto Henschel & Cia.,* fotógrafos da Casa Imperial, com

oficinas na rua dos Ourives, nº 40; na Bahia, rua Direita da Piedade, nº 16; e em Pernambuco, Largo da Matriz de Santo Antônio, n.º 2 Henschel, que era alemão, chegou a Rio em 1870, e a 25 de dezembro do mesmo ano anunciava pelo *Jornal do Commercio*:

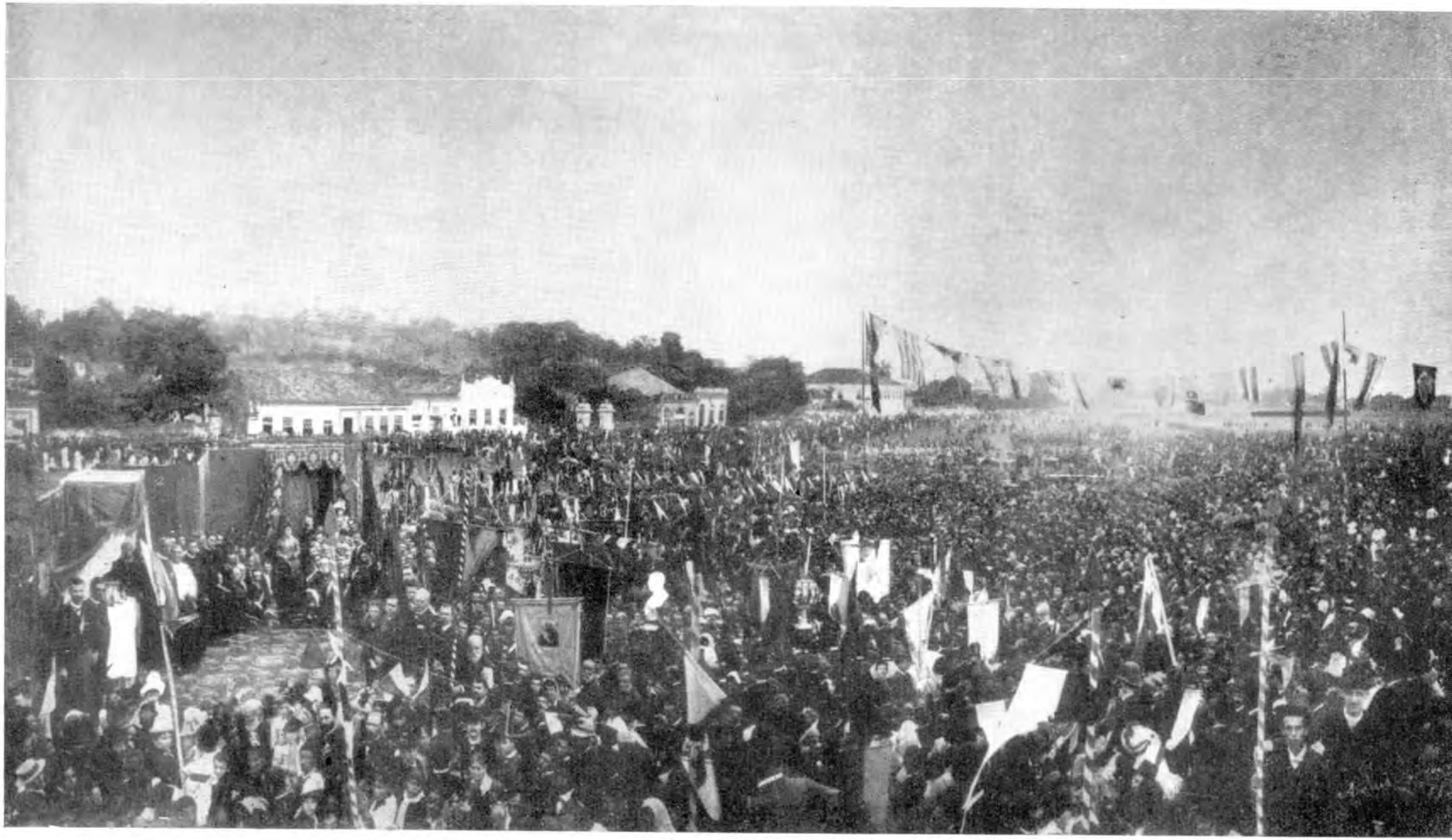
> "Abertura do estabelcimento de *Fotografia Alemã* de Alberto Henschel & Cia. Sucessores de Mangeon e Van Nyvel.
>
> O grande crédito de que gozam há bastantes anos os nossos estabelecimentos fotográficos em Pernambuco e Bahia, animou-nos a abrir outra nesta côrte com tôdas as proporções desejadas para satisfazer os mais exigentes nas provas desta arte".

Fotografou o Rio e seus arredores, chegando até Nova Friburgo e mesmo ao Itatiaia, que àquele tempo atraía poucas pessoas. Fêz paisagens, mas antes de tudo era exímio retratista. Quase não há album de família em que não figurem retratos de avós, tirados por Alberto Henschel. Conhecemos dêle vários retratos e paisagens. Expôs na Academia Imperial das Belas-Artes, e em certames provinciais e nacionais, apresentando na Exposição de 1875 o retrato a óleo do príncipe do Grão-Pará. A Biblioteca Nacional possui o seu album *Lembrança de Nova Friburgo,* no exemplar que pertenceu à coleção Teresa Cristina, com fotografias que datam aproximadamente de 1875.

II

Como tôda cidade que se preza, Petrópolis teve seus fotógrafos, alguns de real merecimento.

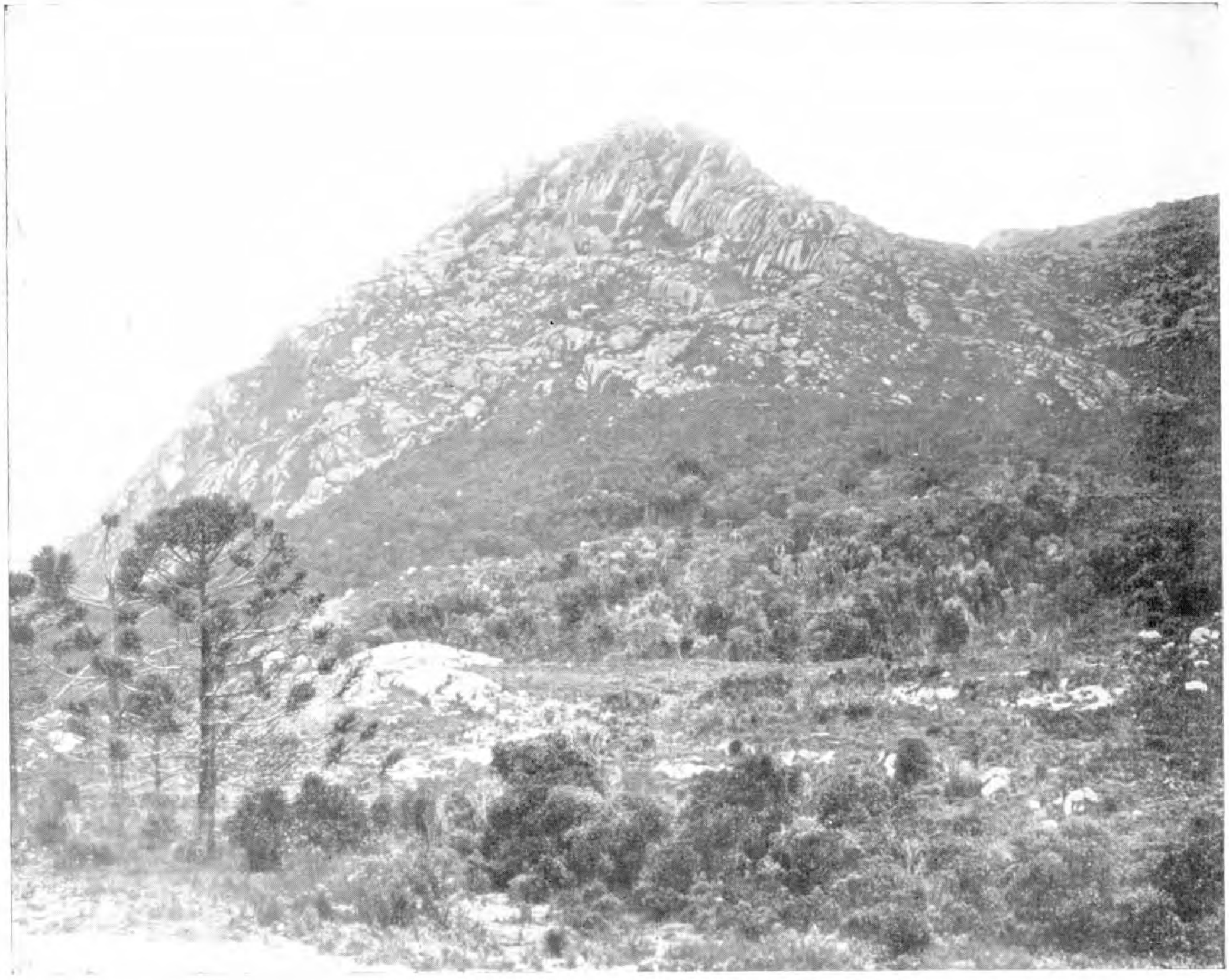
É preciso não esquecer que durante a segunda metade do século XIX, pelo verão, Petrópolis constituía a verdadeira capital do país, pois para ali se deslocavam o Imperador, sua família, a côrte, titulares e veranistas. Algumas legações, mesmo, lá sediavam permanentemente, receosas da febre amarela, que grassava com intermitência no Rio de Janeiro.



18. Missa campal no Campo de São Cristovão, em ação de graças pela Abolição. 1888. Foto A. Luís Ferreira. Coleção Príncipe D. João.



19. A Princesa Isabel e o Conde d'Eu, da sacada do Paço, aclamados pela multidão após a assinatura da lei de 13 de maio. 1888. Foto A. Luís Ferreira. Coleção Príncipe D. João.



20. Pico das Agulhas Negras. *Circa* 1885. Foto Alberto Henschel. Coleção Gilberto Ferrez.



21. Imperatriz Teresa Cristina. *Circa* 1875. Foto Alberto Henschel e Francisco Benque. Coleção Príncipe D. João.

Assim, temos um Revert Henrique Klumb, a quem já nos referíramos no capítulo do Rio de Janeiro. Veio a seguir, o pintor retratista e paisagista *Ernest Papf,* que nos deixou bons retratos e ótimas paisagens. Como tantos outros, com o advento da fotografia, tomou-se de paixão pela nova arte e se converteu em fotógrafo. Em 1885, morava na rua do Barão do Amazonas, próximo ao *Hotel Orleans* (atual *Palace*), e anunciava pelo *Guia de Petrópolis,* de Th. C. (Cameron), que se encarregava de trabalhos relativos à sua arte, especializando-se em grupos, vistas de Petrópolis e da estrada de ferro (pág. 118).

Ernesto foi sucedido por seu filho *Jorge Henrique Papf.* Em 85, publicou-se o album *Guia da Cidade de Petrópolis,* direção de Julio Pompeu de Castro Albuquerque, com fotografias de J. H. Papf. A obra custava 3$000. Infelizmente, não nos foi possível até agora descobrir-lhe um exemplar.

O *Almanaque Laemmert* para 1869 contém referências ao *atelier* de fotografia de um *Nogueira,* na rua Paulo Barbosa; na rua Dom Afonso, achava-se *Pedro Hees,* de quem existem vistas de quase tôdas as ruas de Petrópolis, tomadas por volta de 1875 e imprescindíveis para o estudo da cidade. Os filhos dêste último prosseguiram no trabalho do pai, e a firma Hees Irmãos chegou até 1915, executando trabalhos perfeitos.

Em 1892, anunciavam êles que atendiam na Praça Dom Afonso (atual da Liberdade), nº 8, onde se tiravam retratos, vistas etc., pelos mais aperfeiçoados sistemas. São de sua autoria, grupos da família imperial, feitos dias antes do banimento. Muitas famílias petropolitanas possuem em seus albuns trabalhos de Hees.

III

Em Minas Gerais, a fotografia chega bastante cedo. Cinco anos depois das experiências do abade Combes, no Rio, já andava por Ouro Prêto, procedente de Pouso Alegre, onde residia, o francês *Hipólito Lavenue,* "trazendo consigo o célebre maquinismo de tirar retratos, a pasmosa invenção do excelente pintor francês Daguerre", como

nos informa a revista *Recreador Mineiro,* pág. 139, tomo 1, de 1/V/1845.

Em 1856, estabelecia-se com oficina de fotografia, na rua Direita, n.º 34, em Ouro Prêto, *M. F. de Abreu,* que "tirava retratos a fumo ou coloridos de todos os tamanhos conhecidos, com tôda perfeição a que êstes tem chegado, por preços muitíssimos razoáveis. Encarrega-se igualmente de tirar vistas de cidades, povoações, chácaras, edifícios, monumentos, retratos pintados, de reproduzir quadros, gravuras, estátuas, etc., e também de tirar retratos a óleo, e de dar lições de daguerreótipo, tanto prática como teoricamente". Como vemos o Sr. Abreu fazia de tudo, e um retrato daguerreótipo custava de 5$000 para cima. (*O Bom-Senso,* de Ouro Prêto, 21 e 31-III-1856).

Haveria naturalmente outros, mas seriam apenas fotógrafos retratistas; os que ai estão são os mais representativos.

Houve um, residente na freguesia de São Miguel de Piracicaba, que assim anunciava: "Tira-se retrato por fotógrafo e ambrotipo com tôda a perfeição, aceio e prontidão, e que também coloca dentes por todos os sistemas até hoje conhecidos"... (*Noticiador de Minas,* Ouro Prêto, 5/4/71).

Em 1868, *Augusto Riedel,* da comitiva de S. A. Reais o Duque de Saxe e seu irmão Dom Luís Filipe, organizou interessante álbum fotográfico, ilustrativo da longa viagem que êstes visitantes empreenderam pelo interior do Brasil. No conjunto figuram vistas de Ouro-Prêto, Mariana, Sabará, as minas de Morro Velho (S. João d'El Rei Mining Co.), a casa de Lund na Lagoa Santa, o primeiro vapor do Rio das Velhas, Diamantina e suas lavras e, finalmente aspectos do rio São Francisco, caminho que os levou a Penedo, e depois à Bahia, ponto final da expedição. Tudo feito com arte e pormenores dignos de nota para os que quiserem estudar os vários modos de exploração das minas de ouro e diamante. A fotografia da Congada, festa de pretos, em Morro Velho, é uma delícia.

Em 75, temos notícia de um *Louis Bartolomeu Calcano,* a percorrer cidades mineiras. Não passava de amador muito fraco, a julgar pelas fotografias que expôs em 81, na Biblioteca Nacional.

Por essa época, estabelecia-se em Ouro Prêto *Guilherme Liebenau;* organizou um album com vistas locais e de Mariana, que pertenceu a D. Pedro II e está hoje na Biblioteca Nacional. Peças nítidas, acham-se em perfeito estado de conservação, e têm grande valor iconográfico, e especialmente para os trabalhos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dão uma boa idéia do valor dêsse artista, que trabalhou até a data do falecimento.

IV

Na Bahia, os primeiros daguerreotipistas chamavam-se *retratistas a eletrotipo.* São mencionados pelo *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de* 1857, organizado por Camilo de Lellis Masson, a pág. 311.

Francisco Napoleão Bautz, cujo nome nos é famíliar, pois em 1850 estava no Rio de Janeiro, passando-se mais tarde para Salvador, onde se estabeleceu na rua de S. Pedro, nº 48 e depois, em 63, no Portão da Piedade, nº 46.

Havia ainda *João Francisco Pereira Regis* e *João Goston.*

Êste último trabalhou por largos anos, pois vemos seu nome nos almanaques de 57 a 73, sem entretanto, conhecer trabalhos de sua autoria.

Em 1860, já encontramos *Ben. R. Mulock,* a fotografar edifícios públicos, igrejas, paisagens do Salvador com lampiões de azeite de peixe, assim como a colher vistas da construção da *Bahia and S. Francisco Railway.* Era ótimo especialista, bastando ver o álbum com fotografias suas, que se acha na Biblioteca Nacional, para nos convencermos disto. Devia ser inglês, pois as legendas de seus trabalhos são escritas quase sempre nesse idioma: *"Foutain in Terreira* (Sic) *Square", "Church of Sant'Antonio da Barra", "Court House", "Palace Square"* (o Paço Municipal, antes de sofrer lamentáveis modificações arquitetônicas), *"San* (sic)*Bento Church", "Ladeira do* (sic) *Conceição"* e muitas outras, tôdas preciosas para o conhecimento da Bahia daquela época.

Em 1868, *Augusto Riedel* chegou de Minas Gerais, via rio São Francisco, com o Duque de Saxe e seu irmão, estendendo-se a excursão até a Cachoeira de Paulo Afonso e à cidade alagoana de Penedo. Dêle já nos ocupamos ao falar de Minas Gerais.

De 1870 a 85, contam-se três bons fotógrafos: *Guilherme William Gaensly, J. Schleier* e a casa sucursal de *Alberto Henschel,* que nos legaram belos trabalhos da Bahia. O primeiro, principalmente, estabelecido no largo do Teatro, n.º 92, organizou álbuns que ainda são encontrados. Era fotógrafo retratista e parece ter tido larga clientela e merecida reputação de artista. Sua série de fotografias de personagens ilustres da Bahia figura no catálogo de Exposição de História do Brasil, da Biblioteca Nacional (*Anais* de 1881/82). Por volta de 1896, deixou a Bahia e se estabeleceu em S. Paulo, de onde também nos legou belos trabalhos.

Dêste profissional, certamente o que mais trabalhou na Bahia, transcreveremos um anúncio encontrado à pag. 68 do *Almanaque do Diario de Notícias de* 1882, e repleto de informações curiosas:

"Fotografia premiada de Guilherme Gaensly, largo do Teatro, n.º 92.

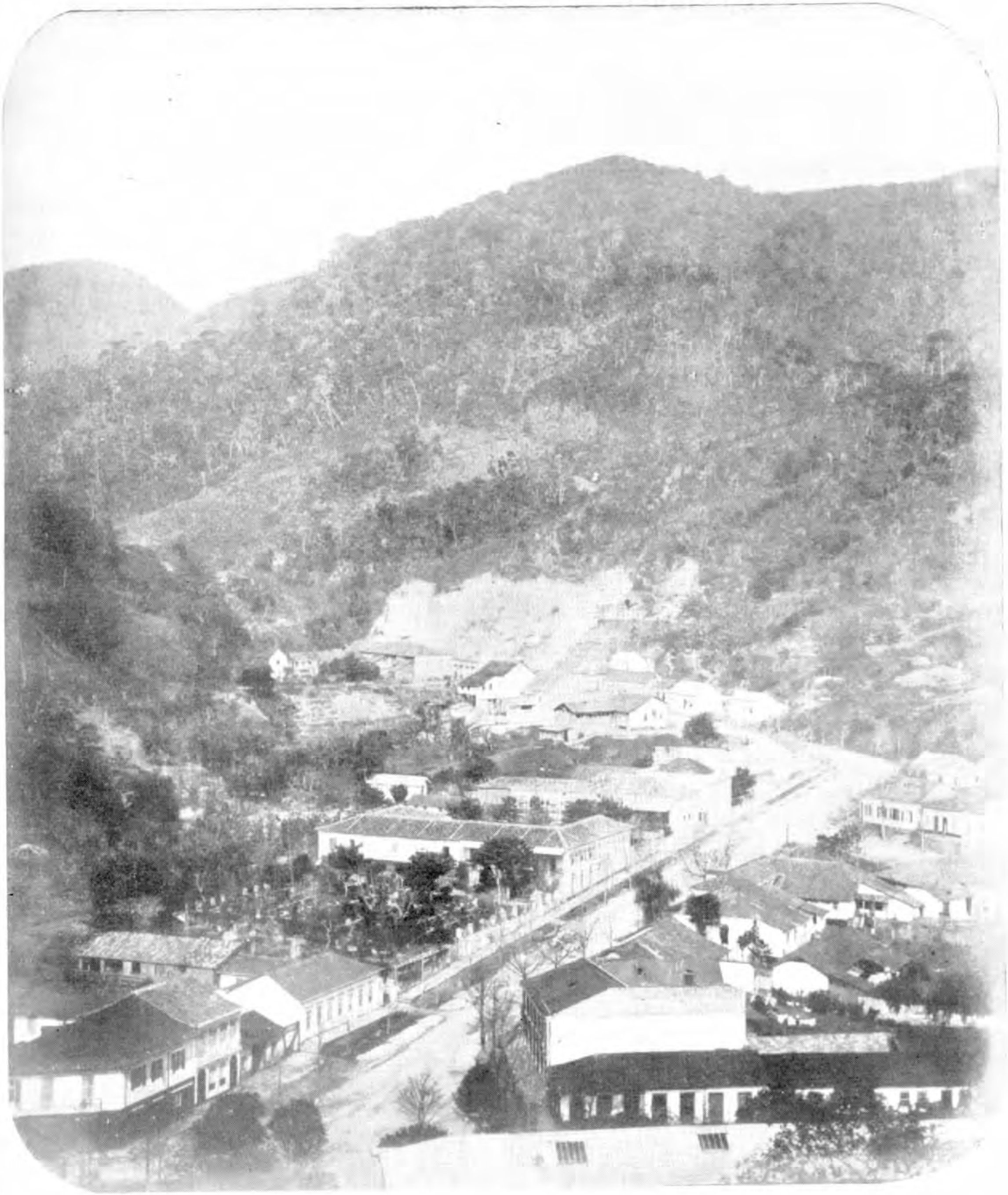
O proprietário dêste estabelecimento já muito conhecido nesta capital, tem a honra de participar ao respeitável público que tem últimamente transformado e aumentado consideravelmente a sua GALERIA e convida os seus amigos e o respeitável público em geral a virem visitar a casa onde encontrarão sempre uma grande exposição de trabalhos modernos.

Além disto tem sempre a melhor *coleção de vistas* dos pontos mais bonitos da capital e subúrbios.

Chama especialmente a atenção para os retratos de *tamanho natural* pela câmara solar, retocados por um hábil artista de Paris.

Para chamados para fora tem sempre *trem* preparado para evitar demora.

Bahia 1.º de Janeiro de 1882. (a) *Guilherme Gaensly*".



22. Vista de Petrópolis, aparecendo em diagonal a rua D. Januária, atual Marechal Deodoro. *Circa* 1867. Foto Pedro Hees. Coleção Biblioteca Nacional.



23. Vista de Petrópolis, tendo ao centro a rua Bragança, atual Primeiro de Março. 1867. Foto Pedro Hees. Coleção Biblioteca Nacional.



24. Rua Direita, atual rua Tiradentes, em Diamantina. 1868. Foto Augusto Riedel. Coleção DPHAN.



25. A primeira embarcação a vapor que sulcou o Rio das Velhas, em Minas. 1868.
Foto Augusto Rieder. Coleção DPHAN.



26. Casa do Dr. Lund, em Lagoa Santa, Minas Gerais. 1868. Foto Augusto Riedel. Coleção DPHAN.



27. Rua do Ouvidor, atual Cláudio Manuel da Costa em Ouro Prêto, 1881. Foto Guilherme Liebenau. Coleção Biblioteca Nacional.



28. Ouro Prêto. 1881. Foto Guilherme Liebenau. Coleção Biblioteca Nacional.

215



29. Praça Tiradentes, em Ouro Prêto. 1881. Foto Guilherme Liebenau. Coleção Biblioteca Nacional.

Já ao findar do século, vamos encontrar *M. Lindermann,* cujos trabalhos aparecem no álbum *Le Brésil,* de E. Levasseur e do Barão de Rio Branco. Compareceu à Exposição Universal de Paris, em 1889, com quadros fotográficos da Bahia e de Pernambuco (*Catálogo Oficial da Exposição*). Em 1896, associou-se a Gaensly, não só na Bahia como também em S. Paulo. Quer parecer-nos que Lindermann passou a dirigir a oficina da Bahia, e Gaensly a de São Paulo, para onde se mudou.

Os fotógrafos bahianos não se davam ao trabalho ou não gostavam de comparecer às exposições provinciais, que constituiam uma preparação para as exposições nacionais (1861, 66, 73 e 75). Na mostra provincial da Bahia, em 1872, só se encontra um expositor local: *Antônio Lopes Cardoso,* e, na de 1875, à pág. 14 do respectivo catálogo, lemos: "As provas fotográficas nem são abundantes para se tentar alguma comparação, nem os modelos são variados para se apreciar tôda a delicadeza dos respectivos processos". E' provável que até 1870, com poucas exceções, não contasse a Bahia com bons fotógrafos, mas daí por diante apareceram vários, e quase todos deixaram obra valiosa.

V

"O aparecimento do daguerrótipo em Pernambuco sucedeu de poucos anos à sua maravilhosa descoberta no velho continente.

Foi em 1841 ou em 1842 que as primeiras imagens daguerreotipanas foram produzidas... O seu iniciador foi um francês..." (*Relatorio apresentado ao Govêrno pela comissão diretora da Exposição de Pernambuco de* 1866).

No Recife, em 1856, o artista fotógrafo *Stahl* trabalhava com afinco. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o escritor Américo Jacobina Lacombe e o autor dêste trabalho possuem coleções de 34 fotografias, em papel albuminado, em bom estado de conserva-

ção, de vistas preciosas para os estudiosos do Recife e arredores, tiradas por volta de 1855/59; são um atestado da perfeição ali atingida pela nova arte, graças a Stahl. Três dessas fotografias mostram o que foi a chegada das Altezas Imperiais ao Recife, na sua primeira visita ao Norte, em agosto de 1859. Outras reproduzem antigas pontes de madeira, o Teatro Santa Isabel antes do incêndio, muitos locais do centro e pitorescos arrabaldes de Recife. Foi Stahl quem teve a "honrosa permissão" para ir às três horas da tarde de 1 de dezembro de 1859 retratar Suas Majestades (3). Nosso artista deixou o Recife por volta de 1861/62, pois já no *Almanaque Laemmert* para 1863 o vemos estabelecido na rua do Ouvidor, n.º 117, de sociedade com Wahnschaffe.

No *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o ano de* 1861, organizado por José de Vasconcelos, lê-se um anúncio de *J. Ferreira Vilela* — ambrotipista (gênero de fotografia) da Augusta Casa Imperial, estabelecido na rua do Cabugá, n.º 18, sobrado, entrada pelo pátio da matriz, que tirava retratos por todos os sistemas fotográficos conhecidos. Dá-nos êle um panorama do desenvolvimento e possibilidades da fotografia naquele ano:

> "Retratos em vidro, em papel, em pano encerado. Estes retratos são especiais para se remeterem dentro de cartas; êles reunem a beleza da prova, a flexibilidade do pano. Retratos em couro de lustro, em lâminas de ferro, em mica. Estes retratos são especiais para se colocarem em alfinetes de peito, cassoletas, botões e anéis. Podem-se fazer até do tamanho de uma cabeça de alfinete. Retratos de daguerreótipo, de ambro-cromotipo. Este sistema é novíssimo e desconhecido em Pernambuco de todos os outros retratistas. Retratos a óleo. Em ponto natural, e a preços razoáveis. Vendem-se também aparelhos fotográficos, e sortimentos de químicas, caixinhas e quadros".

---

(3) Memórias da viagem de SS. MAG. IMP. às Provincias da Bahia — Tomo II, pág. 83.

Mais não se podia pedir!

Êste mesmo Vilela enviou à Exposição de História do Brasil, da Biblioteca Nacional, em 1881, mas sem se atribuir a respectiva autoria, quatro vistas: uma do bairro do Recife e cais do Apolo, outra do Palácio da Presidência e ponte entre os bairros do Recife e Santo Antônio; uma terceira da Alfândega e ponte Sete de Setembro, e, finalmente, o Teatro Santa Isabel, antes do incêndio.

João Ferreira Vilela era pernambucano e se estabeleceu no Recife em 55. Presenciou a chegada de D. Pedro II aquêla cidade, em 59, oferecendo ao Imperador "seis molduras douradas com as seguintes vistas por êle tomadas em chapas metálicas por meio do daguerreótipo: 1.º, Pavilhão mandado construir pela Câmara Municipal para a recepção de SS. MM. II. 2.º, Porto do desembarque de SS. MM. II. — Quiosque e dous barracões — Chafariz — Cais do Colégio. 3.º, Continuação da vista n.º 2 — Mastro norte do pavilhão da Câmara — Mosqueiro com todas as embarcações ali fundeadas. 4.º, Uma marinha — Barcaça aparelhada — Porto das Canoas em Santo Antônio. 5.º, Templo dos Ingleses — Rua da Aurora. 6.º, Fim da rua da Cruz — Princípio do arsenal da marinha — Observatório". O Imperador se mostrou tão satisfeito com êsses trabalhos, que, por intermédio do seu mordomo, manifestou desejo de obter vistas de outros logares por onde viajara na província, o que muito lisonjeou o artista (4). Vilela compareceu a várias exposições nacionais com trabalhos de fotografia e pintura, e como fabricante de produtos químicos (pags. 46 e 49 do *Catálogo da Exp. Provincial de Pernambuco de* 1872).

Em 1867, estavam estabelecidos *Alberto Henschel & Cia.*, no largo da matriz de Santo Antônio, e em 81 figuravam na rua do Barão da Vitória,n.º 52. Esta firma dispunha de loja no Recife (1867/1881) e no Rio de Janeiro (1869/1890). Seu fotógrafo na província era *Carlos Gutzlaff*, de quem diz o *Correio Pernambucano*, em 15 de julho de 1868: "nome já conhecido e apreciado por aqueles

---

(4) Memórias da viagem de SS. MAG. IMP. *ds Províncias da Bahia* — Tomo II, pág. 69

que se recordam da limpeza e elegancia dos trabalhos da fotografia alemã do sr. Henschel, devidas à perícia do sr. Gutzlaff".

Para o fim do século, 1881, notava-se o paisagista *Alfredo Ducasble,* responsável por algumas boas vistas do livro *Le Brésil,* de E. Levasseur, assim como M. Lindermann que, se estabelecera na Bahia.

Alfredo Ducasble instalara-se no n.º 65 da rua Barão da Vitória, que era a rua dos fotógrafos, e apreciava realmente as belas cousas, pois mais tarde se tornaria também antiquário. Leram bem: *antiquário,* e não há exagêro; em 1885 já havia antiquários no Recife. Lemos no *Jornal do Recife,* de 22 de fevereiro de 1885, em *Anúncios*:

> "*Antiguidades* — Compram-se objetos antigos, como sejam: pratos, cadeiras de sola, vasos e candelabros de bronze, pinturas antigas e modernas e qualquer objeto artístico; quem quizer pode dirigir-se à Galeria Ducasble, rua do Barão da Vitória, n.º 65".

E possuia cousas tão bonitas e originais que as enviou, em grande quantidade, para Paris, a fim de figurarem na Exposição Universal de 1889. Terá sido, talvez, o primeiro a enviar peças antigas brasileiras ou luso-brasileiras para serem mostradas fora do país.

Pela mesma época, estava estabelecido na mesma rua, n.º 12 (note-se a concorrência), *Francisco Labadie & Cia.* que se dizia:

> "Único habilitado até hoje para fazer os afamados e inalteráveis *Retratos a Carvão,* superiores não só a pintura a oleo, como a qualquer outro sistema até hoje conhecido. Retratos a Domicílio como sejam: defuntos, doentes casas de campo, etc. etc. Vistas da cidade e arrabaldes". (*Almanaque administr. mercantil, industrial, e agricola da Provincia de Pernambuco para o ano de 1881,* pág. 207).

Os trabalhos dêstes artistas completam admiràvelmente a obra iconográfica de aspectos do Recife de 1830 a 1890, período em que



30. Teatro São João, em Salvador. *Circa* 1865. Foto de autor não identificado. Coleção Gilberto Ferrez.



31. Prédio da Praça do Comércio, em Salvador. 1861. Foto Ben. R. Mulock. Coleção Biblioteca Nacional.



32. Ladeira da Conceição, em Salvador. 1861. Foto Ben. R. Mulock. Coleção Biblioteca Nacional.



33. Paço Municipal de Salvador. 1860. Foto Ben. R. Mulock, Coleção Biblioteca Nacional.



34. Cais Dourado, em Salvador. 1860. Foto Ben. R. Mulock. Coleção Biblioteca Nacional



35. Pôrto da Barra, em Salvador. 1880. Foto Guilherme Gaensly. Coleção Biblioteca Nacional.



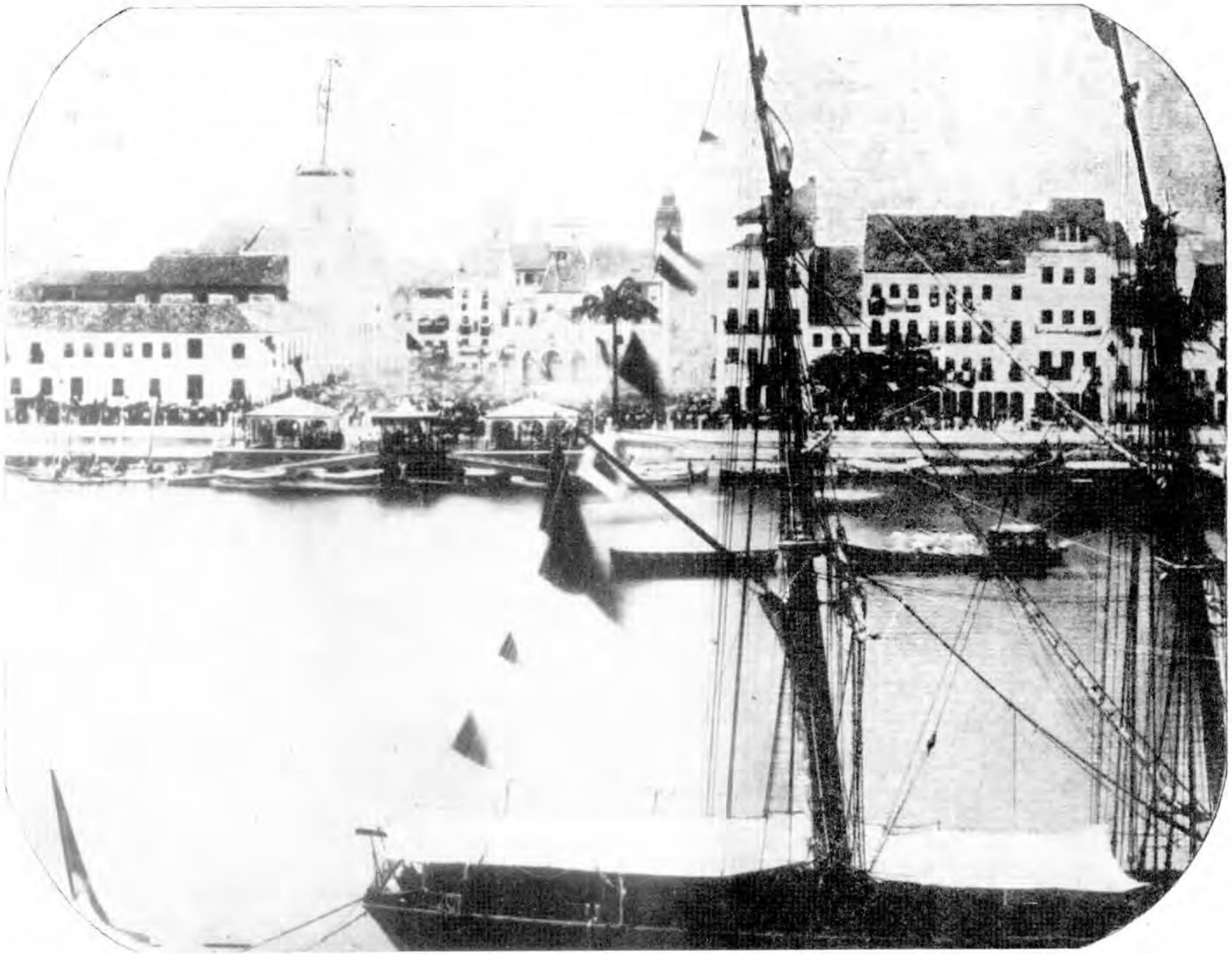
36. Vista de Salvador. 1885. Foto Guilherme Gaensly. Coleção Biblioteca Nacional.



37. Vista de Recife. 1858. Foto Stahl & Cia. Coleções Américo Lacombe e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



38. Rua da Cruz, atual **Bom Jesus, em Recife.** *Circa* 1858. Foto Stahl & Cia. Coleções Américo Lacombe e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



39. Recepção ao Imperador D. Pedro II e à Imperatriz D. Teresa Cristina, em Recife. 1859. Foto Sthal & Cia. Coleções Américo Lacombe e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



40. Casario do Bairro Santo Antonio, em Recife. 1858. Foto Sthal & Cia. Coleção Américo Lacombe.

231

837



41. Rua do Crespo, atual Primeiro de Março, em Recife *Circa* 1860. Foto atribuída a João Ferreira Vilela. Coleção Ministério das Relações Exteriores.



42. Palácio do Governo, em Recife. *Circa* 1870. Foto atribuída a João Ferreira Vilela. Coleção Ministério das Relações Exteriores.

R 333



43. Bairro de Santo Antônio, em Recife. *Circa* 1870. Foto atribuida a João Ferreira Vilela. Coleção Ministério das Relações Exteriores.



14. Liceu Paràense, em Belém do Pará. *Circa* 1890. Foto Fidanza. Coleção Gilberto Ferrez.



45. Catedral de Belém do Pará. *Circa* 1875. Foto de autor não identificado. Coleção Gilberto Ferrez.



46. Rua de Belém do Pará. *Circa* 1875. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



47. Teatro da Paz, Belém do Pará. *Circa* 1875. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.

aparecem os curiosíssimos desenhos de *L. Schlappriz* e as litografias de *F. H. Carls,* a provarem que Pernambuco, no tocante a essas artes, se achava tão adiantado quanto a Côrte. Somos de opinião que as preciosas estampas gravadas nas oficinas litográficas de *F. H. Carls* constituiam cópias de fotografias de Stahl e de João Ferreira Vilela, e por isso não trazem nome de desenhista: não era necessário...

VI

O Pará teve alguns bons profissionais, notadamente *Filipe Augusto Fidanza,* que em 1867 já estava estabelecido no largo das Mercês, como retratista fotógrafo, sob a firma Fidanza & Cia. Na Biblioteca Nacional há algumas vistas de sua autoria, mostrando o que foram os festejos de 7 de setembro de 1867.

Fidanza trabalhava ainda em 1889, e pode-se fàcilmente aquilatar o valor artístico de sua obra, através dos *Álbuns do Pará* de 1899 e 1902, onde se reproduzem vistas, ruas, prédios e monumentos de Belém.

Em 71, aparece *R. H. Furman,* que anunciava no *Almanak Administrativo, mercantil, industrial e noticioso da provincia do Pará para o ano de* 1871, à pág. 3 da seção própria:

> "Fotógrafo, 22 rua de Santo Antônio. Chama atenção do respeitável público da província do Pará para os trabalhos em todos os ramos de sua arte, mencionando especialmente as suas fotografias sôbre PORCELANA que são muito convenientes neste clima e em firmeza excede a todos os sistemas até agora seguidos. Fotografias desde os cartões de visita até tamanho natural. Coleção de vistas e quadros para retratos".

Em 73, surge pela primeira vez o nome de *José Tomás Sabino,* que no ano seguinte é distinguido com o título de fotógrafo da Casa Imperial, estabelecido à rua Formosa, n.º 15. Apresenta seus tra-

balhos na exposição de Filadelfia, em 1876, na World's Columbia Exposition, em 1893, e na Exposição Universal, de Paris, em 89.

Do relatório de Inácio Moura, sôbre a *Exposição artística e industrial... do Pará em 1895,* extraímos estas linhas (pág. 141).

"Vimos as duas coleções de trabalhos fotográficos apresentados pelo artista paraense *Antônio de Oliveira.* São dois quadros em um dos quais se acham diversos retratos de alguns homens notáveis dêste Estado e no outro diversas paisagens de belíssimos arrabaldes nesta Capital.

Temos nesta Capital 3 excelentes fotografias: *Girard* (*Girard & Freire*), *Fidanza* (*Filipe Augusto*) e *Oliveira* (*Antônio de*).

Em trabalhos fotográficos não tememos a competência dos melhores artistas da Capital Federal, e pouco podemos aprender da Europa ou dos Estados-Unidos".

Vemos por aí que em matéria de fotógrafos, no fim do século passado, o Pará estava plenamente satisfeito com a prata de casa.

VII

Em São Paulo, existia em 1852 o daguerreotipista *Manuel José Bastos,* que "tira com tôda perfeição retratos coloridos, desde tamanho de um palmo de chapa, até o tamanho de um botão de casaca" (*O Ipiranga,* S. Paulo, 6/10/1852). Em 1856, sabe-se de *Inácio Mariano da Cunha Toledo,* na rua da Freira, atual Regente Feijó. Lamentamos não conhecer trabalhos dêstes dois pioneiros.

Militão Augusto de Azevedo (*Fotografia Americana*), português, estabelecido na rua da Imperatriz n.º 58, foi quem nos deixou as mais deliciosas vistas de São Paulo, de 1860 a 1887. Contemplando-as, vemos ressurgir a pequena e pacata cidade provinciana que era então a capital paulista. A obra de Militão é sem par para os estudiosos do velho urbs. Chegou êle a organizar álbuns com

vistas fotográficas, em que comparava o São Paulo de 1862 ao de 1887. Existem ainda exemplares dêsses no Museu Paulista, na Biblioteca Pública da cidade, e em mão de particulares. Confrontando-se tais fotografias, que têm sido intensamente reproduzidas, com o atual São Paulo, tem-se uma impressão estarrecedora do progresso vertiginoso da cidade.

Os estudos de reconstituição do São Paulo antigo, efetuados por Benedito Calixto e J. Wasth Rodrigues, só se tornaram possíveis em face das fotografias de Militão. Graças a êle e outros que surgiram mais tarde, pôde o Sr. Benedito Duarte, diretor da Seção de Iconografia, da Divisão de Documentação Social Estatística de São Paulo, organizar um arquivo fotográfico, provido de fichas elucidativas e eruditas, de grande valor para os pesquisadores. Êsse trabalho deveria servir de padrão a tôdas as grandes cidades brasileiras, que não poderão prescindir, no futuro, de tão relevante serviço.

Há na Biblioteca Municipal de São Paulo um album de *Vistas da Estrada de Ferro de S. Paulo em* 1865, com peças esplêndidas, mas de cujo autor não possuimos o nome.

O litógrafo *Julio Martin,* animador do audacioso projeto do viaduto do Chá, constituiu-se depositário, em São Paulo, das fotografias tiradas por Marc Ferrez, algumas das quaes foram litografadas e impressas na *Ilustração Paulista,* de propriedade do proprio Martin, em 1881. Trabalhou êle na sua *Imperial Litografia a Vapor,* então a melhor da Província, de 1863 a 1887, quando passou o negócio para os filhos. Em 28 de setembro de 1880, organizou com aquelas fotografias aspectos de São Paulo e Santos, saltos de Piracicaba, Itu e Sorocaba, fábricas de ferro de Ipanema, serra do Cubatão, etc., uma grande exposição recomendada em sugestivo anúncio de *A Provincia de S. Paulo,* do mesmo dia.

Em 1879, *Leuthold e Dursky* fotografaram a fábrica de ferro de São João de Ipanema. Cópias dêsse trabalho figuram na Biblioteca Nacional.

Em 1873, trabalhavam em São Paulo *Carneiro & Gaspar,* na rua da Imperatriz, n.º 58, e *Francisco Teodoro Passig,* no largo de São Francisco, n.º 4.

Carlos Hoenen, alemão, fundou em 1875 a *Fotografia Alemã.* Hoenen teve a idéia de decorar salões com fotografias ampliadas e pintadas, provàvelmente a óleo, pelo artista vienense F. Piereck, a quem contratara meses antes; é o que deduzimos do seu anúncio n'*A Província de São Paulo,* de 30/IV/1878, onde se lê:

> "Chama-se a atenção dos srs. amadores das Belas-Artes para um quadro feito neste estabelecimento (*Fotografia Alemã*) o qual é destinado para embelezar o teto da sala de jantar do novo e grande hotel do sr. Glete, da rua de S. Bento. É obra própria para decorar as salas de luxo dos srs. proprietários de palacetes".

O *hotel do sr. Glete* era o *Grande Hotel.* O prédio lá está, o mesmo externamente, na esquina das ruas São Bento e Miguel Couto, mas internamente foi todo dividido em saletas, e desapareceu a foto-pintura da sala de jantar.

Durante um ano, Carlos Hoenen estudou sua profissão na Europa, e anunciava em 83, de volta dessa viagem, que adotara "principalmente o processo de *chapas secas* (*Emulsion Gelatine*) ou chapas instantâneas". "Por meio dêstes *clichés* se pode obter um retrato perfeito da mais irrequieta criança, de pessoas nervosas, etc." Ensinava amadores e fotógrafos do interior a trabalharem com chapas sêcas de qualquer tamanho, e para isto seu laboratório estava à disposição dos interessados.

Alberto Henschel &Cia., fotógratos da Casa Imperial, na rua Direita, n.º 1, formavam uma das sucursais, inaugurada em 1882, da firma do Rio de Janeiro, estabelecida desde 1870. Seus trabalhos são de primeira ordem. As pessoas que quisessem se retratar a óleo encontrariam como encarregado dêsse gênero de trabalhos o hábil pintor Ernesto Papf, que mais tarde se transferiu para Petrópolis.

Militão, Carneiro & Gaspar e Alberto Henschel foram notáveis artistas, trabalhando mais ou menos até 1890. Daí por diante, temos *Gaensly & Lindermann,* na rua Quinze de Novembro, n.º 28, também estabelecidos na Bahia. Gaensly criou fama nessa província, de onde se mudou para São Paulo, deixando o sócio Lindermann na gerência de Salvador. Seus trabalhos podem ser vistos no livro *São Paulo,* de Gustavo Koenigswald. Organizou uma coleção de vistas de fazendas de café, derrubada, plantio, trato, colheita, depuração, ensacamento, embarque final em Santos, que é completa e primorosa. Compareceu à Exposição Internacional de Saint Louis, em 1904, e aí obteve medalha de prata.

Para o fim do século, concorrendo com Gaensly, houve *José Vollsack,* sucessor da Casa Henschel, na rua Direita, n.º 2, e um *G. Renouleau,* estabelecido no n.º 9 da mesma rua.

Sôbre Vollsack, assim se exprimiu Valentim Magalhães, no *Diário Mercantil,* de São Paulo, em 22 de fevereiro de 1888:

> "Além dos sorvetes, outra cousa tem S. Paulo em que leva as lampas à capital do império: é o estabelecimento fotográfico do Sr. Vollsack, sucessor da firma Henschel & Cia. — A proposição é arrogante, tendo a Côrte como tem fotógrafos habilíssimos... São incomparáveis os trabalhos do Sr. Vollsack. Os melhores retratos de Ramalho Ortigão foram feitos por êle; são uns retratos admiráveis de verdade, em que o eminente crítico foi, por assim dizer, apanhado em flagrante, com todo o seu *ar*".

Já que estamos falando em fotógrafos de São Paulo, é preciso não olvidar o nome de notável artista de Campinas, o sueco *Henrique Rosen,* proprietário da *Fotografia Campineira,* fundada em 1862, e cujos trabalhos se espalharam por tôda a província, até o fim do século. Em 1880, de volta da Europa, onde estudara os últimos melhoramentos de sua arte e se associara com Bernardo Munchs, dono de importante estabelecimento fotográfico na Alemanha, publica longo anúncio em *A Provincia de S. Paulo,* de 3/XI/1880. É nesse texto que entre outras cousas se lê:

"Chama-se, pois, a atenção das pessoas de bom gôsto para as seguintes Especialidades:

1.º Retratos de tamanho natural já mencionados;
2.º Retratos inalteráveis sôbre porcelana (não imitação) coloridos ou em côres, transparentes e duma delicadeza excepcional, próprios para presentes em dias de anos, para o natal e ano bom, etc.;
3.º Retratos *Boudoir e Promenade* há pouco tempo introduzidos em Paris, e muito estimados, próprios para as exmas. senhoras e *toilettes* elegantes;
4.º Retratos de crianças que são tirados instantâneamente, com a maior facilidade, por uma nova combinação química;
5.º Retratos coloridos a pastel, tamanho grande, reproduzidos de qualquer retrato antigo, por mais estragado que esteja;
6.º Grupos grandes de famílias e sociedades, por mais numerosas que sejam, tendo para isso máquinas de construção especial.
7.º Heliominiaturas, por processos aperfeiçoados;
8.º Vistas fotográficas ou desenhadas ou coloridas a aquarela, de fazendas, chácaras, jardins, etc.

Os preços serão ao alcance de todos e com 20 por cento de abatimento para as exmas. famílias, que preferirem pagar à vista".

VIII

De Pôrto Alegre, já em 1868 temos notícia de três daguerreotipistas: *Justiniano José de Barros,* na rua da Ponte, n.º 163, que, além de tirar fotos, ensinava "a arte com tôda perfeição"; *Bernardo Grasselli,* na rua da Alegria, n.º 5, que "tirava retratos com vistas da cidade ou sem ela"; e *Alexandre Satamine.* Mas o profissional

que dominava a capital gaucha, de 1860 em diante, era *Luiz Terragno,* fotógrafo da Casa Imperial, e que bem o merecia. Principiou em Pelotas, passando-se depois para a capital da Província. Seus panoramas e vistas de edifícios públicos e particulares da cidade são perfeitos quanto à fatura e apresentação. Terragno compareceu à exposição de Filadélfia, em 1876.

Depois de 85, houve *Ferrari & Irmão,* que a 6/VIII/1887, em *A Patria,* de Pôrto Alegre, assim anunciava: "Continuamos a aceitar assinaturas para o álbum de vistas não só da capital, como também de diversas partes da província". Um dêsses álbuns existe no Ministério das Relações Exteriores, e dêle extraímos duas fotos aquí reproduzidas.

IX

De todos êsses artistas, — e a relação é bem incompleta, pois escolhemos apenas os mais representativos, nenhum trabalhou tanto, com tamanho amor à arte e ao seu país, que palmilhou de norte a sul, quanto Marc Ferrez (5), como nenhum o igualou em gôsto artístico e em técnica, nem deixou tamanho acervo. Nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1843, e foi batizado em 3 de fevereiro de 1845, na igreja de S. S. Sacramento.

Aos 7 anos, tevé a infelicidade de perder, no mesmo dia, 22 de julho de 1851, seus pais Zeferino Ferrez e Alexandrina Caroline Chevalier Ferrez, vítimas de doença fulminante.

Zeferino era escultor e gravador, tendo vindo com seu irmão Marc incorporar-se à Missão Artística Francesa, fundadora da Academia Imperial das Belas-Artes. Foi o iniciador e mestre da gravura de medalhas, no Brasil.

O casal Ferrez teve morte rápida e misteriosa; idêntica moléstia sacrificou também alguns escravos e animais domésticos de

---

(5) Não confundir com seu homônimo, tio e padrinho, o escultor francês Marc Ferrez, da Missão Artística Francesa, que aqui aportou com seu irmão Zeferino, em 1816.

sua propriedade, na fábrica de papel que então possuiam no Andaraí Pequeno, hoje Muda da Tijuca, freguesia do Engenho Velho.

Era Marc o caçula de quatro irmãs e um irmão.

Por deliberação de família, foi enviado à França e lá passou a meninice estudando em Paris, sob os cuidados de um escultor amigo, Alphée Dubois, e de sua senhora, que se tornaram verdadeiros pais para o pequeno Marc. A data de sua volta ao Brasil é incerta, presumindo-se que haja ocorrido por volta dos seus 16 anos de idade.

Vai trabalhar com George Leuzinger, amigo da família, e dono de afamada papelaria e litografia, famosa no meado do século, onde aprendeu o *abc* do comércio. Data mais ou menos dêsse tempo o retrato reproduzido aqui: um belo moço, com fisionomia expressiva, testa larga, olhos vivos, e barba que conservaria tôda a vida.

Trabalhava nos ramos de papelaria, douração, encadernação, litografia, etc.

A casa Leuzinger criou, entre 1861 e 63, uma seção de fotografia, onde Marc aprendeu os primeiros passos da nova arte com Franz Keller, alemão de Mannheim, engenheiro e botânico, que viera para o Brasil como fotógrafo contratado da firma.

Marc, supomos, aprendeu com Keller a fotografia, e em pouco se tornava tão hábil quanto o mestre.

Em 1867, aos 23 anos, resolve estabelecer-se por conta própria, na rua S. José, n.º 96, sob a razão Marc Ferrez & Cia., logo rivalizando com os mestres da Côrte, dos quais já falamos acima.

Em 1872, deixa os sócios e, com orgulho, anuncia no Almanaque Laemmert para êsse ano, secção de Fotógrafos:

Marcos Ferrez, r. de S. José, 96 (Especialidade de vistas do Brasil).

Como vemos, cedo trilhou caminho diverso do de seus concorrentes, especializando-se em *vistas, paisagens do Brasil,* e fotografias de navios, o que era bem difícil, pois não se conhecia o *instantâneo.*



48. Vista de São Paulo, com o obelisco do Piques. 1860. Foto Militão Augusto de Azevedo. Coleção Museu Paulista.



49. Igreja de São Pedro, no Largo da Sé, em São Paulo. *Circa* 1860. Foto Militão Augusto de Azevedo. Coleção Divisão de Documentação Social e Estatística de São Paulo.



50. Igreja de São Francisco, no Largo do Capim, atual do Ouvidor, em São Paulo. 1860. Foto Militão Augusto de Azevedo. Coleção da Divisão de Documentação Social Estatística de São Paulo.



51. Cadeia Velha de São Paulo. 1860. Foto Militão Augusto de Azevedo. Coleção Divisão de Documentação Social e Estatística de S. Paulo.



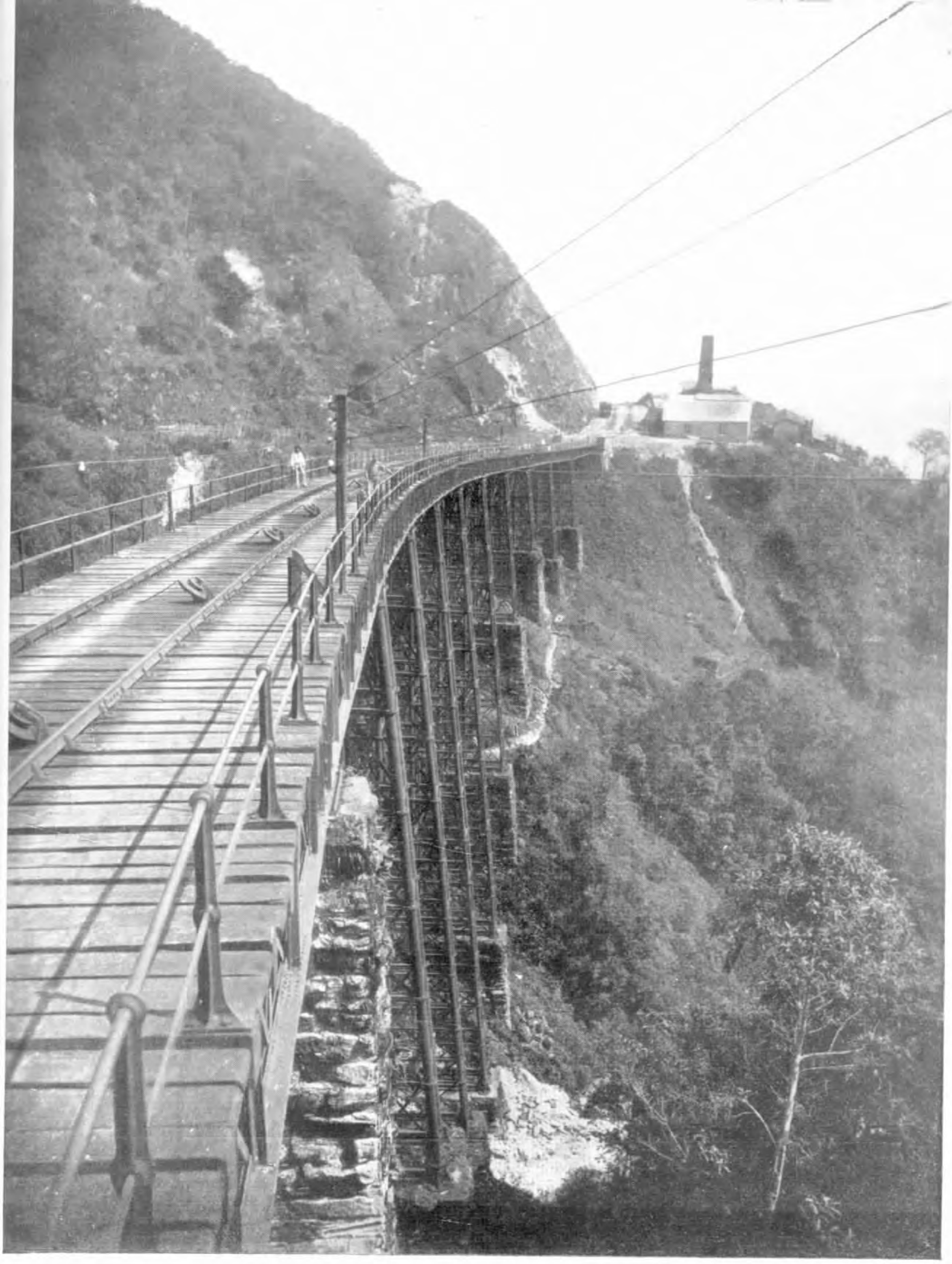
52. Edifício da Assembléia Provincial e da Câmara Municipal de São Paulo (Antiga Cadeia Velha, remodelada em 1878). Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



53. Vale do Anhangabau e Viaduto do Chá, em São Paulo, 1892. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



54. Ladeira do Açu, ou de São João, atual avenida São João, em São Paulo. *Circa* 1892. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



55. Viaduto da Grota Funda, na serra do Cubatão, São Paulo. *Circa* 1880. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



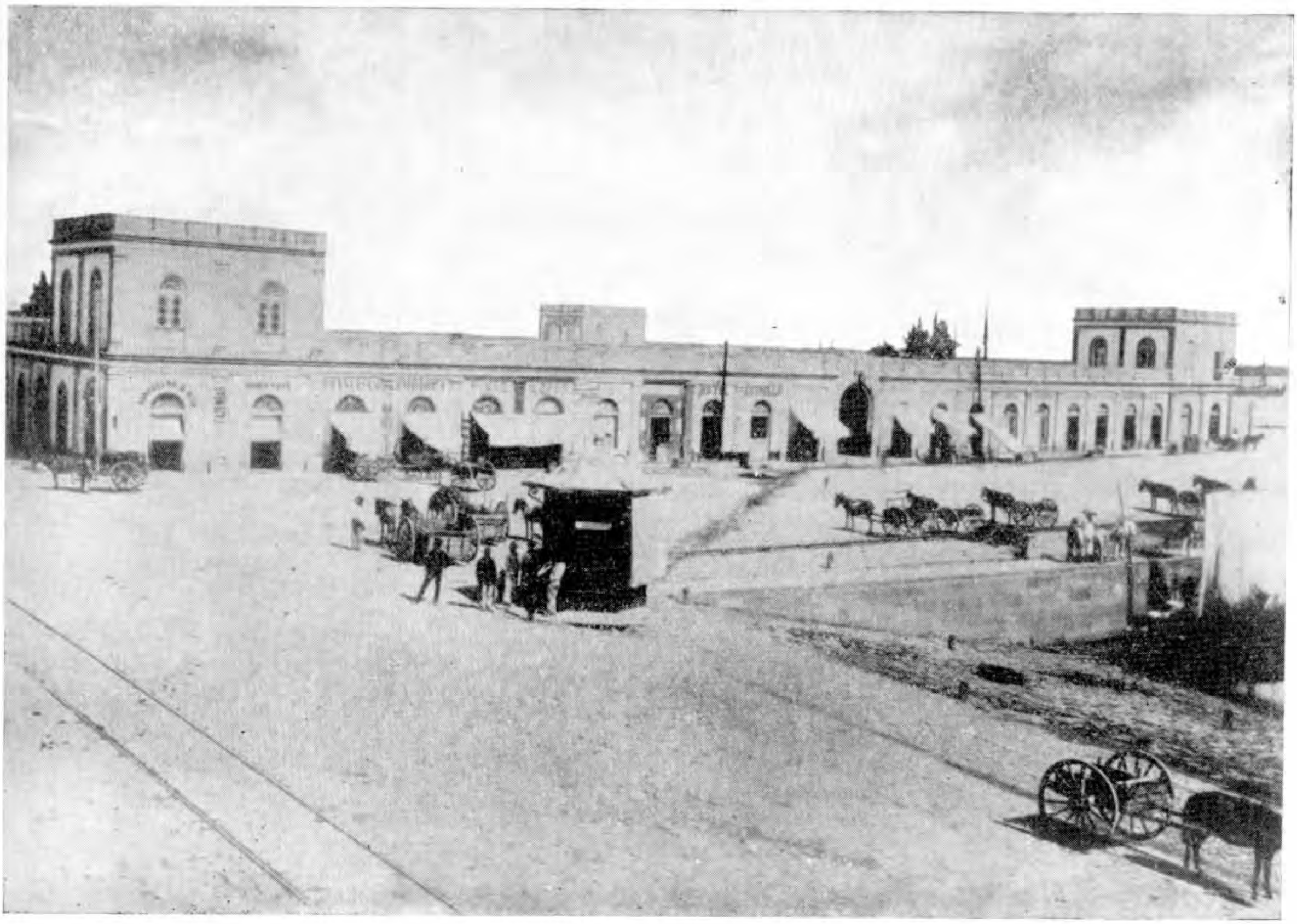
56. Pôrto de Santos. 1890. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



57. Pôrto de Santos. 1885. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



58. Estação ferroviária de Campinas, Estado de São Paulo. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



59. Mercado público de Pôrto Alegre. *Circa* 1885. Foto Ferrari & Irmão. Coleção Ministério das Relações Exteriores.



60. Rua da Praia, em Pôrto Alegre. *Circa* 1885. Foto Ferrari & Irmão. Coleção Ministério das Relações Exteriores.



61. Conde d'Eu. Foto contemporânea da guerra do Paraguai, por Augusto Amoretty, Pelotas. Coleção Príncipe D. João.

Êle, porém, aperfeiçoara um sistema pelo qual podia ir num bote e fotografar, com perfeita nitidez, os navios de nossa marinha de guerra e mercante, ancorados no *poço,* o que lhe deu enorme vantagem e prestígio sôbre os concorrentes, além do título de "Fotógrafo da Marinha Imperial".

Em 16 de agôsto de 1873, casava-se com Maria Lefebvre, natural de França. Meses depois, em 18 de novembro, às 10 horas da noite, ouvem-se os sinos dar sinal de fogo. Era nos bons tempos em que os sinos constituiam as gazetas da cidade: anunciavam o nascimento e sexo das crianças, falecimentos, incêndios, festividades, horas e uma porção de outras cousas, narradas por Luís Edmundo. O prédio onde Ferrez tinha seu *atelier* e residência ardia num dos mais espetaculares incêndios da cidade. Em alguns minutos, destruia-se o fruto de muitos anos de labor. Com os novos encargos de homem casado, Ferrez sublocara a frente da loja a um livreiro de nome Maciel, e aí se iniciou o incêndio. À vista de tanto material de fácil combustão, o sinistro tomou proporções alarmantes: em menos de uma hora devorou as casas de n.º 96 e 98, e damnificou as de n.º 94 e 100, de tal modo que só se puderam salvar os trastes, e isso mesmo, graças à ajuda de populares, pois então, como sempre, faltou água. O *Jornal do Comércio* do dia seguinte, em *Gazetilha,* assim se referiu ao incêndio:

> "Ontem, às 10 horas da noite, manifestou-se incêndio no prédio 96 da rua S. José (antiga do Parto) casa térrea, onde residem, na frente o Sr. Maciel, livreiro e nos fundos o Sr. Marc Ferrez, fotógrafo: começou o incêndio na frente da casa.
>
> O fogo comunicou-se prontamente aos prédios n.º 98, 100, 94, ficando completamente destruído os de n.º 96 e 98 muito damnificado o n.º 100, e com alguns estragos o de n.º 94.
>
> Tornou-se muito sensível a falta d'água, tendo-se demorado o fornecimento mais de uma hora.

Prestaram prontos socorros os Srs. tenente-coronel Luís Inácio, inspector Faria e várias pessoas cujos nomes não podemos saber.

Estavam presentes os Srs. ministro da guerra, chefe de policia, 1.º e 3.º delegados, comandante do corpo de bombeiros, capitão Marques Sobrinho, varios comandantes de estações e inspectores de quarteirão e grande concurso de povo.

Acudiu prontamente a bomba do arsenal de guerra que prestou muito bons serviços, e logo depois as bombas dos diversos postos" (6).

Inesperadamente, Marc Ferrez ficava na miséria. Nas horas críticas, porém, encontrava sempre quem lhe estendesse a mão generosa. Além da esposa, que o encorajava a recomeçar, correu em seu auxílio o amigo Júlio Cláudio Chaigneau, comerciante antigo, estabelecido na rua do Ouvidor, n.º 59, onde vendia artigos e material fotográfico. Seu negócio, fundado em 1830, sucedera ao da Vva. Le Bourgeois & Debaecker. E desde 1860 vendia "instrumentos e todos os artigos próprios para daguerreotipia e fotografia" (7). Dêle é que Marc Ferrez toma emprestada a quantia necessária para uma viagem à Europa, a fim de adquirir material especializado e recomeçar a vida.

Em Paris, visita o amigo Alphée Dubois, a quem apresenta a esposa. Seu ex-tutor faz, então, dois medalhões do casal.

Voltando ao Brasil, Ferrez aceita em maio de 1875 o convite para participar, como fotógrafo, da *Comissão Geológica do Império do Brasil,* chefiada por Charles Frederick Hartt, e a mais importante expedição científica organizada até então no país. Seria êle o primeiro a fotografar em plena selva os índios Botocudos, e visitaria grande parte da região norte, além de fazer amizade com os

---

(6) *Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro,* 19/XI/1873.
(7) *Guia do Santos Cardoso* 1883, pág. 224

cientistas Hartt, Orville Ad. Derby e Richard Rathburn. Lá contraiu a moléstia de fígado, de que sofreria pelo resto da vida.

No *Jornal do Commercio,* edição de 12 de agôsto de 1876, lê-se:

"De volta de uma exploração da costa da parte sul da Província da Bahia chegaram ante-ontem de Caravelas, os ajudantes desta Comissão, os Srs. Rathburn e Ferrez, trazendo coleções muito importantes e uma rica série de fotografias, entre as quais há grande número de retratos de Botocudos".

Êsse material foi exposto em 1877, num prédio à rua dos Ciganos (atual rua da Constituição), onde ficava o escritório da Expedição, e figurou parcialmente na *Exposição de Obras Publicas do Ministério da Agricultura,* de 1877.

De 1878, em diante, o nome de Marc Ferrez reaparece no Laemmert, onde deixara de anunciar em 74. Mais uma vez, triunfara. Está estabelecido na sua rua predileta — São José, n.º 88, onde permanece até a abertura da Avenida Rio Branco, ocasião em que o prédio foi demolido por se achar no eixo da nova artéria.

Sua fama crescera, tornara-se conhecido e estimado em seu justo valor, não só no comércio, como grande técnico, trabalhador e honesto, mas também nos meios artísticos e científicos da Côrte.

Como homem era de caráter firme e irrepreensível, muito sóbrio, dedicando-se exclusivamente aos seus e ao trabalho. De coração largo e bom, êle, que quando pequeno fôra espoliado por membros de sua família, viria em socorro dos mesmos, ao se mudar a sorte.

Era, antes de tudo, um artista. Basta ver suas fotografias, para reconhecê-lo como tal. Ao escolher um assunto, mesmo quando puramente documental, procurava um ângulo visual novo, original, e compunha um "quadro" com diversos planos, para dar impressão de profundidade, de atmosfera: estudava a luz necessária ao conjunto. Como as chapas sensíveis de então só tivessem um único grau de sensibilidade, tornava-se imprescindível estudar prèviamente qual a melhor luz: se a de um dia claro ou nublado, com o sol batendo oblíquo ou a pino, etc. No Rio de Janeiro, o problema de

tirar vistas ainda se complicava com a bruma, efeito do alto teor de umidade do ar, que prevalece na maior parte do ano.

A fotografia, ainda não industrializada pelos progressos alcançados no princípio do século atual, que a puseram ao alcance dos amadores, era então arte trabalhosa, requerendo paciência e habilidade.

O artista preparava suas chapas úmidas, à base de colódio, o que lhe tornava o manejo delicado; cumpria-lhe também preparar o papel de impressão. Êsse trabalho, no verão, em se tratando de chapas de 30 x 40 centímetros, como as usou em abundância Marc Ferrez, reclamava perícia e um *tour de main* que só se adquiriam com muita prática.

A chapa de colódio úmida era assim chamada porque a sensibilidade e fixação da imagem se davam enquanto estivesse úmida, o que obrigava ao seu preparo momentos antes de ser usada. Imaginem-se as dificuldades que apresentaria o trabalho efetuado longe do laboratório, com êste gênero de chapas, as únicas então conhecidas, e que reproduziam uma imagem nítida, fina e bem recortada, só obtida hoje pelas melhores chapas de grão fino.

Possuimos em nosso arquivo muitas dessas chapas, feitas no interior das províncias de Minas Gerais e da Bahia, na Serra dos Órgãos, em plena floresta ou no sertão. Lugares de acesso difícil e penoso, para onde, a fim de obter tais fotografias, tinha o artista de conduzir tenda que servisse de quarto escuro, um mínimo de 10 a 12 frascos de drogas, e banheiras de manipulação. Sem falar no tripé, na pesada máquina fotográfica, nas grandes objetivas e nas ainda mais pesadas caixas de chapas de vidro. Mesmo ao tempo da chapa sêca (a partir de 1880), trabalhar com placas de 50 x 60 e até com 1m,10 de largura, requeria técnica invulgar. Avaliando tudo isto é que pasmamos diante da obra realizada pelo incansável Marc Ferrez.

Era êle também um curioso de física e química, procurando saber o que pudesse ter ainda remota aplicação à sua arte. Acompanhava e estudava as últimas novidades: mandava vir, — e com isso dispendia o que ganhava — todos os novos inventos e melhora-

mentos que apareciam no mercado europeu. Quantas vêzes êsse suposto invento nada valia! Nunca, porém, se preocupou com a parte financeira. Constantemente realizava experiências, procurando adaptar sua arte a outras ciências, como a astronomia, a medicina, a engenharia. Fotografias de astros e eclipses, através de telescópios, ou o mundo dos invisíveis pela microscopia, ou as tentativas dos primeiros raios X, tudo era campo para a sua atividade. Luís Cruls e Henrique Morize, ambos diretores do Observatorio Nacional, passavam horas pesquisando em seu laboratório. Acompanhando o último, Ferrez empreendeu várias excursões e tirou as primeiras chapas fotográficas possíveis com os incipientes aparelhos de raios X. Para o Dr. Álvaro Ramos, emérito cirurgião, fêz a roentgen-fotografia das meninas xifópagas, Maria de Lourdes e Maria Francisca, assim como inúmeros outras chapas de casos interessantes de medicina.

Como já dissemos, sua especialidade consistia em vistas panorâmicas. Atraído pela natureza exuberante que nos rodeia, queria obter chapas diretas, sempre maiores, reproduzindo com fidelidade, sem distorções, e em seus verdadeiros planos e minúcias, extensas vistas, que nas suas excursões tinha constantemente diante dos olhos. Mandou construir em Paris o grande aparelho panorâmico de Branden, aperfeiçoado por êle depois de três anos de estudos, com objetiva inglesa Dalmeyer, muito luminosa, para panorama, sob chapas diretas de 1m,10 x 0,40, que em 1881 eram únicas no mundo. Essa máquina pesava 110 quilos e empregava chapas de cristal de 8 quilos cada uma! (8).

Avalie-se o risco de se tirarem fotografias do alto do Pão de Açúcar, quando não existia ainda o caminho aéreo, e era necessário fazer uma ascensão difícil, com apetrechos pesados, ou o esfôrço para obter um panorama de 0,50 x 0,40 ou 0,55 x 0,35 na Serra dos Órgãos, em Teresópolis, a que só se atingia em lombo de burro. E isso já era a infância da arte, em comparação com as dificuldades

---

(8) *Exposição de Paisagens, Fotografias, Produtos do Artista Brasileiro Marc Ferrez*

da expedição geológica de Hartt, de 1874 a 1876, em plena floresta virgem, no sul da Bahia, com chapas de colódio úmido.

Convém lembrar que nada então era industrializado para facilitar a tarefa, e até a cola necessária para grudar as cópias sôbre cartões ou albuns, tinha de ser feita em casa.

De 1876 em diante, Ferrez concorre a várias exposições nacionais e a tôdas as exposições internacionais a que o Brasil comparece, ajudando, assim, na sua órbita, a divulgação de costumes, paisagens, e aspectos de cidades, lavouras de café e de açúcar, obras de engenharia, indústria, etc.

Resumindo: expõe e é premiado em Filadélfia (1876), em Paris (1878) e em 1879 ganha a medalha de ouro na Exposição Geral da Academia Imperial das Belas Artes, do Rio de Janeiro, além de outra correspondente às "suas fotografias pelo processo denominado — ao carvão", e mais o Grande Prêmio na exposição do Brasil, em 1881. Logo no ano seguinte, premio ao *Mérito,* medalha de prata, na Exposição Continental de Buenos Aires. Medalha de bronze, na Exposição de Amsterdão, de 1883, e da Exposição geral da Academia Imperial das Belas Artes. Em 7 de março de 1885, com 41 anos de idade, é agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa. O diploma respectivo é assinado por Dom Pedro II e reza: "Querendo dar a Marc Ferrez um público testemunho de Minha Imperial Consideração, em atenção ao merecimento artístico de que deu provas na última Exposição geral da Academia Imperial das Belas Artes: Hei por bem Nomeá-lo Cavaleiro da Ordem da Rosa". No mesmo ano, achou tempo para apresentar trabalhos na Exposição Universal de Antuérpia, e recebeu medalha de bronze, assim como em 1889, na Exposição Internacional de Paris. Para rematar a lista, que vai longa, aparece com trabalhos na Exposição do Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, no Rio, e em Saint Louis, Estados Unidos, em 1904, onde alcançou grande êxito e medalha de ouro, juntamente com Insley Pacheco, únicos fotógrafos atingidos por essa distinção.

Em 14 de abril de 1881, nasce-lhe o primeiro filho varão (perdera a primogênita), Júlio Marc Ferrez; em 9 de fevereiro de 1884, o segundo, Luciano José André Ferrez.

Introduziu no mercado, por volta de 1881, as primeiras chapas sêcas de Lumière e os papéis à base de bromureto, além de outros processos.

Sua paixão pelas viagens, que nunca esmoreceu até o fim da vida, leva-o a percorrer grande parte do país, já em comissões oficiais, já contratado por particulares, já como caçador de vistas de nossas coisas. Daí a variedade de assuntos fixados por êle a constituir um acervo numeroso.

Em 1881, publica um folheto de propaganda, onde, entre outras cousas, lemos: "Possui êste estabelecimento (Marc Ferrez) acima de 1500 *clichés* de diferentes tamanhos, para estereoscópios, cartões-albuns, cartões touristas (sic), e panoramas pequenos, assim como de 24 x 30, 30 x 39, 25 x 51, 50 x 60 e 1,10 x 0,40. A sua carteira compõe-se de uma grande variedade de vistas do Rio de Janeiro e seus arredores, de Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis, Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Campinas e Santos. Todos os *clichés* são obtidos diretamente (*d'après nature*), e não por cópias, nem por meio de aparelhos de aumentação". Uma dúzia de vistas de 24 x 30 custava de 30 a 48$; de 30 x 39, obtinha-se por 120$; de 50 x 25, o preço era 120$. Uma vista de 50 x 60 saía por 20$, e outra de 1,02 x 0,49 cotava-se a 40$.

Pelo anúncio acima e pelas gravuras que ilustram êste trabalho, julgar-se-á do escopo de Marc Ferrez e de sua ação durante mais de meio século de labor ininterrupto.

Fotografou muitas de nossas principais cidades, retratou construções de estradas de ferro, dando-nos visões de monumentos, costumes, fazendas, minerações, interiores de palácios e de igrejas, quadros de nossos artistas, serviços de abastecimento de água, paisagens de florestas, cachoeiras, rios, portos, aparelhagem industrial, serras, índios, navios, etc., no longo período de 1870 a 1910.

Muitas chapas se estragaram com o uso; quebraram-se, perderam-se ou foram roubadas outras, mas as que a família ainda conserva chegam largamente para conhecermos o Brasil dêsse período.

Todo êsse material é o traço de união entre as antigas e preciosas gravuras de Debret, Rugendas, Chamberlain, Steinmann, Príncipe Maximiliano, Maria Graham, William Gore Ouseley, Desmons, P. Bertichem, Pustkow, Hagedorn, Adolphe d'Hastrel, Ender e muitos outros, e os modernos fotógrafos.

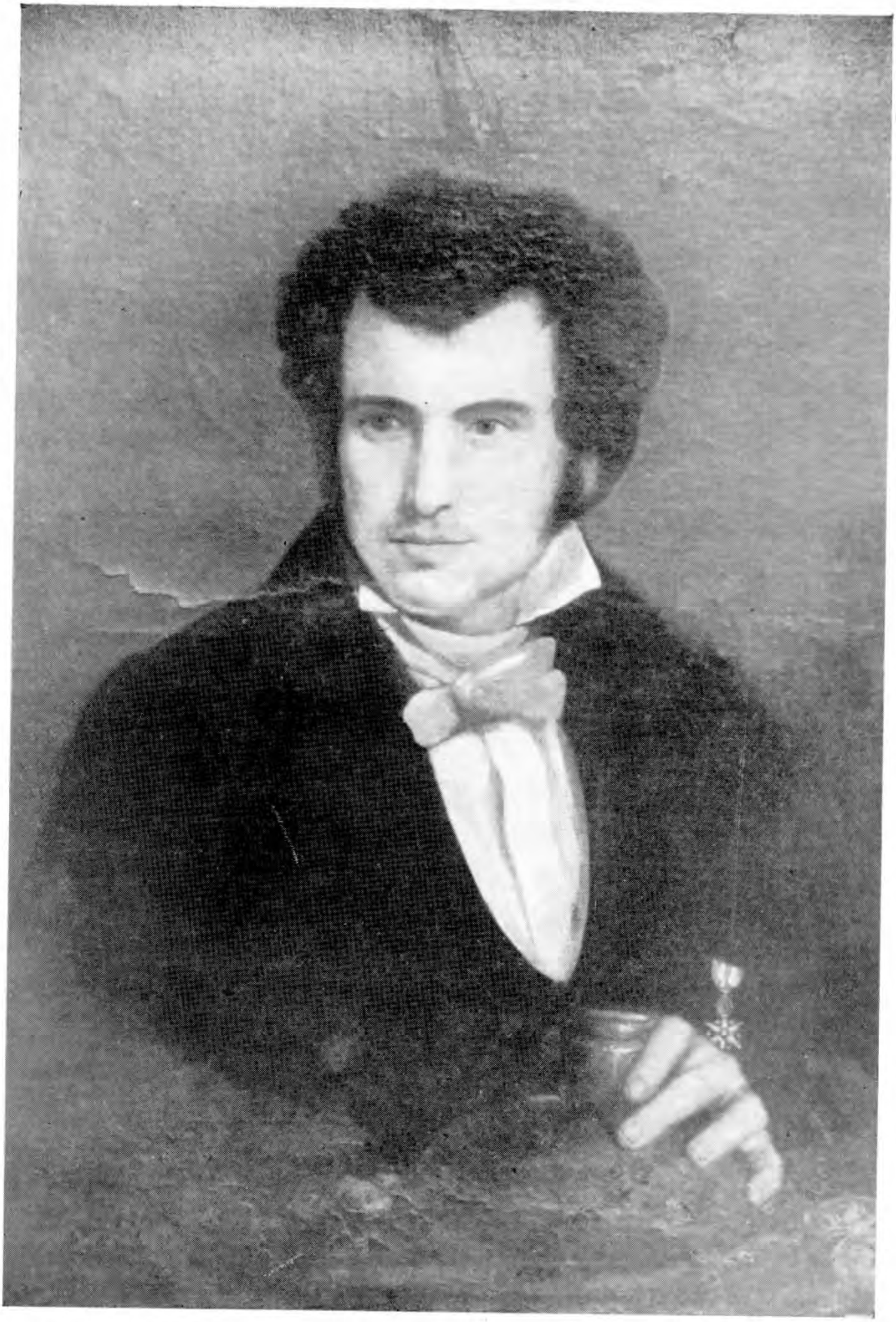
Hoje, sentimo-nos admirados pela nitidez e impecabilidade de suas chapas. São perfeitas. Estão guardadas há 50 anos, e algumas há 65 e 70 anos.

Até certo ponto a fotografia influenciou o movimento que, com o advento posterior do *bonde* (1868), iria revolucionar a fundo os hábitos pacatos e quase orientais da família brasileira. Sem dúvida, sua influência se fêz sentir de modo muito mais discreto, mas é certo que a partir de 1850 não há família, da classe média para cima, que não se fizesse retratar. Mocinhas e senhoras tinham assim mais um pretexto para sair. Daí por diante, até o fim do século, foi um constante trocar de fotografias entre parentes, que não eram poucos, padrinhos e amigos.

Já não era preciso gastar um dinheirão com artistas do pincel, o que só estava ao alcance dos mais abastados. Bastava ir a um dos vários fotógrafos da cidade para se ter, mediante alguns mil réis, um bom retrato, pelo processo mais recente e mais em voga.

Podia ser em daguerreótipo, ambrotipo, em fumo, colorido, em papel albuminado, gelatino, clorureto, e gelatino-bromureto, à platina, ao ferro prussiato e ao carvão, retratos sôbre papel, sôbre marfim, sôbre porcelana, sôbre tela, sôbre oleado, coloridos a mão, nitrificados e fixados a fogo como pintura de Sèvres e Limoges, de tamanho natural, pequenos e minúsculos.

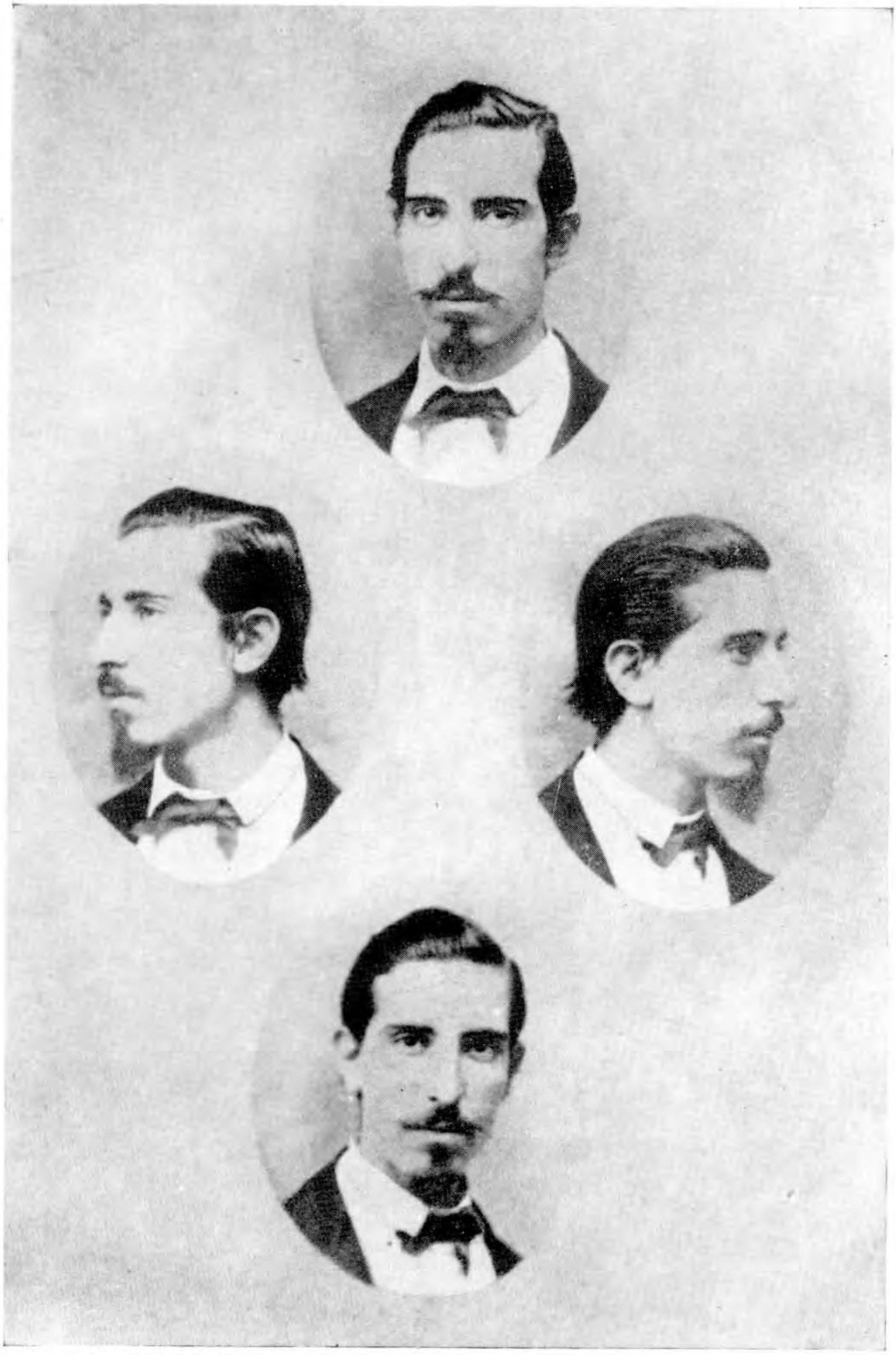
O resultado aí está nesses deliciosos retratos que encheram tantos álbuns de família e que só principiaram a desaparecer de nossas salas de visitas por volta de 1920. Havia a mamãe sentada numa cadeira de "óculos", com o chapéu que mais parecia um jardim florido: o papai de sobrecasaca, bengala de castão de ouro, corrente



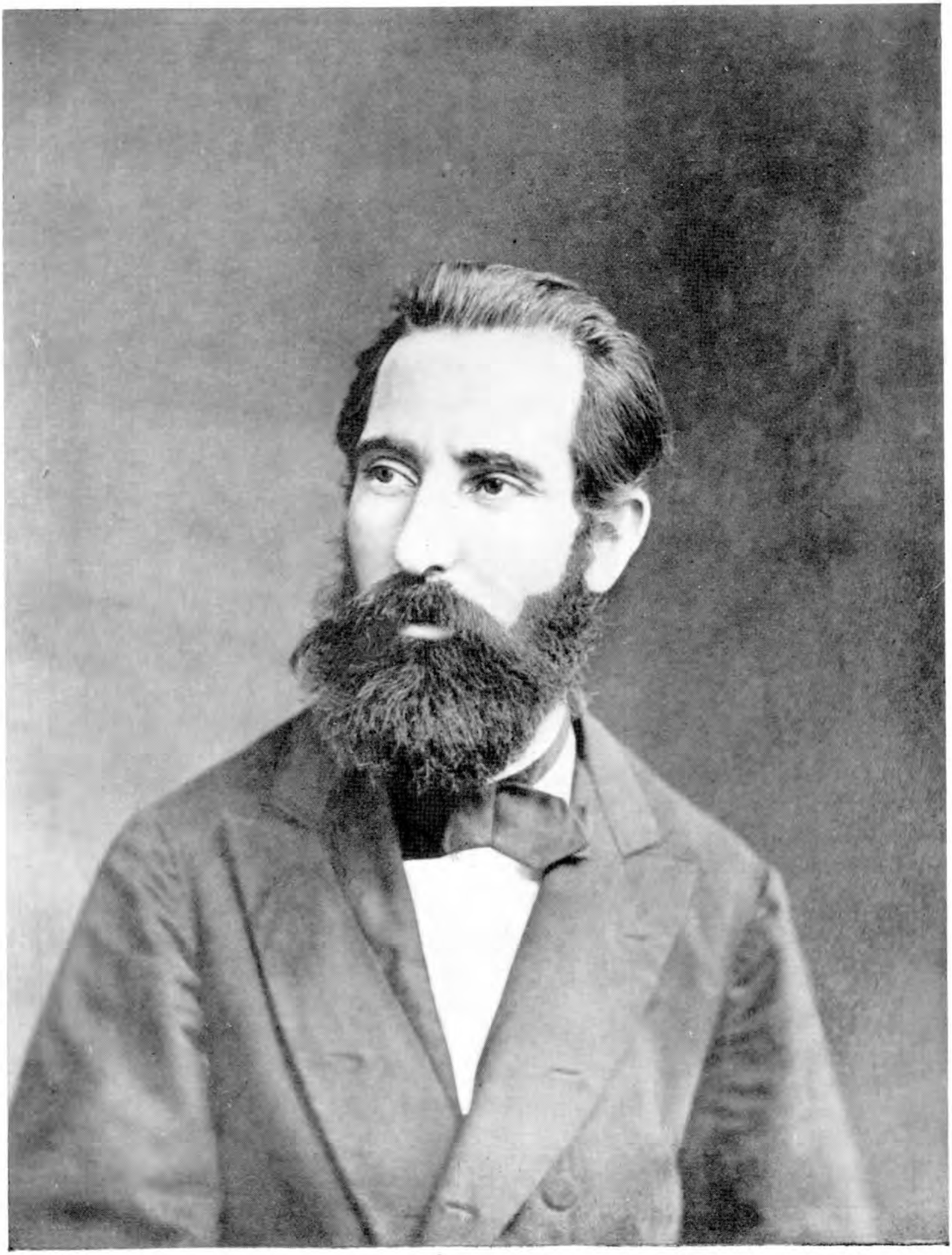
62. Retrato de Zeferino Ferrez. Tela de Augusto Muller. Coleção Viúva Júlio Ferrez.



63. Retrato de Alexandrina Caroline Chevalier Ferrez, esposa de Zeferino Ferrez. Tela de Augusto Muller. Coleção Viúva Júlio Ferrez.



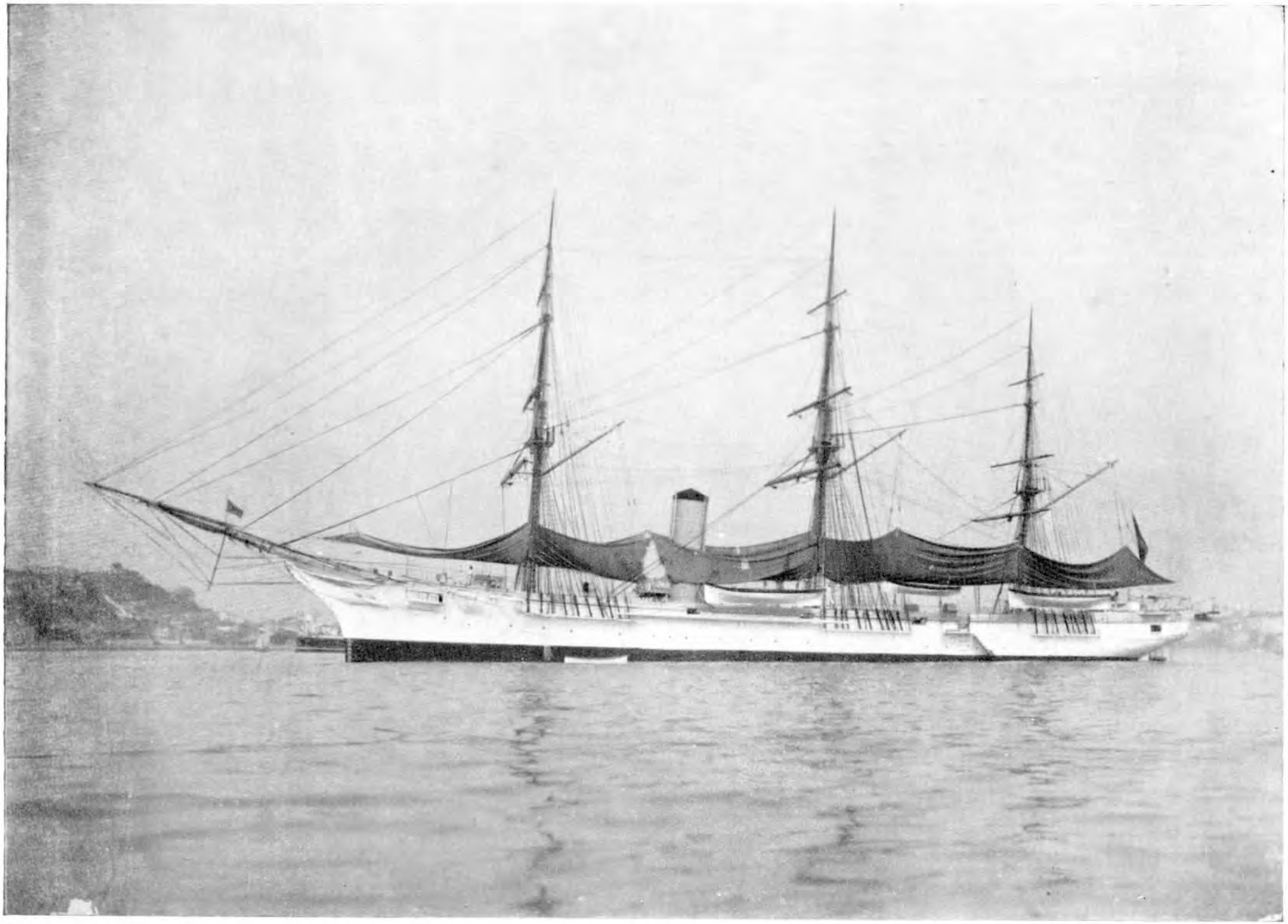
64. Marc Ferrez, moço. Foto Stahl & Wahnschaff. Coleção Gilberto Ferrez.



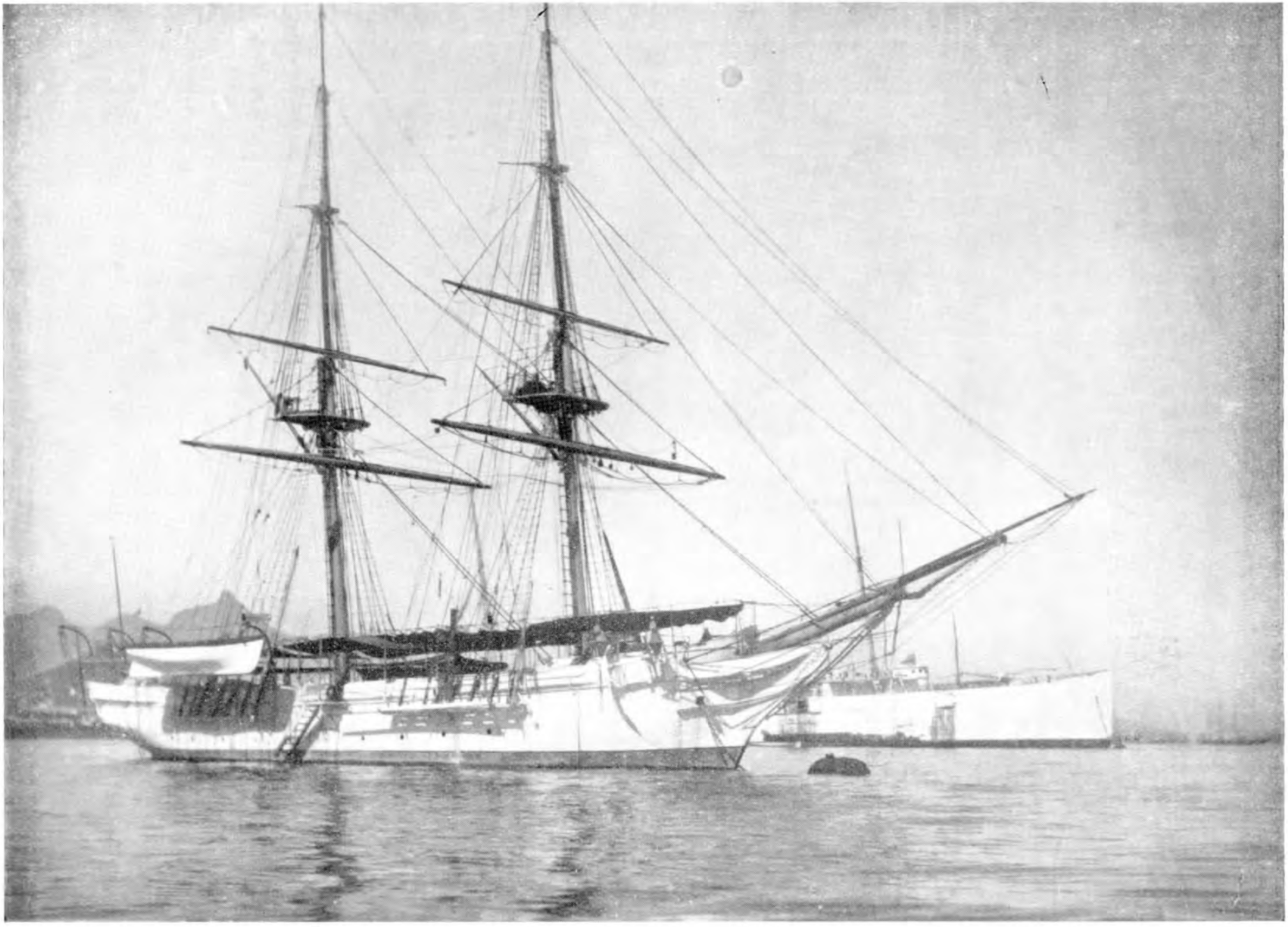
65. Marc Ferrez, aos 33-35 anos de idade. Coleção Gilberto Ferrez.



66. Marc Ferrez na velhice. 1920. Foto Georges Arloing, de Vichy. Coleção Gilberto Ferrez.

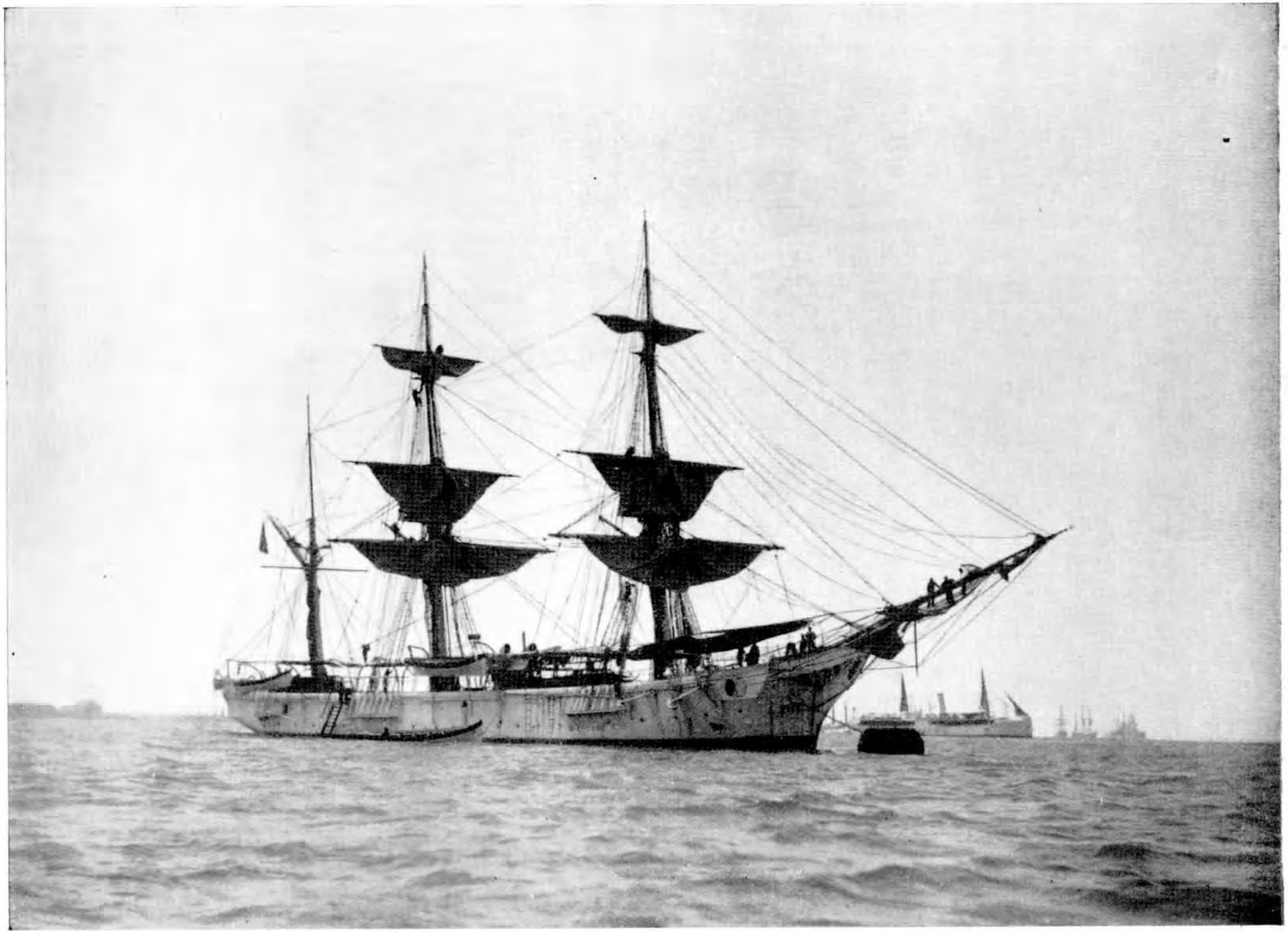


67. O *Trajano*, da marinha de guerra brasileira. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



68. O *Pirajá,* da marinha de guerra brasileira. Foto Marc Ferraz. Coleção Gilberto Ferrez.

245



69. O *Primeiro de Março*, da marinha de guerra brasileira. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.

de ouro ao peito, encostado à infalível coluna; as meninas por trás da cadeira, ao lado da não menos conspícua mesa com vaso de flores e um ou dois livros; ou a senhora de saia rodada sob o caramanchão de rosas ou tendo, como fundo de cenário romântico, uma paisagem tropical.

Artistas houve que mandavam preparar na Europa, dêstes cenários, encomendando-os a pintores conhecidos, tal como fêz J. Vollsack, húngaro, sucessor da fotografia Henschel, que anunciava a 1.º de dezembro de 1887 no *Diario Mercantil,* de São Paulo, em folha avulsa colorida, especialmente preparada:

> "Desejoso de igualar o seu estabelecimento, que está passando por uma completa reforma, às primeiras casas dêste gênero da Europa, o Sr. Vollsack, com seu instinto artístico e não poupando despesas, mandou expressamente pintar, em Monfalcone, na Itália, pelo célebre pintor M. Moro, vários fundos para seu magnífico *atelier*".

Nessas fotografias, nossos pais meninos chegam até nós montados em triciclos ou cavalinhos de páu, rodeados por um mundo de brinquedos. Tudo muito rígido e formal, pois era imprescindível que o retratado não se mexesse, ficasse atento, com os olhos fitos na objetiva, de onde sairia o passarinho verde.

O gênero fotógrafo-paisagista era muito menos lucrativo que o fotógrafo-retratista, pois servia a clientela mais restrita. Êste atraía de preferência viajantes ou estrangeiros aqui residentes, que desejavam mandar a seus parentes e compatriotas distantes, aspectos do país para onde haviam emigrado. Tanto isto é verdade que a maioria dessas vistas traz dizeres explicativos, quase sempre em francês, e algumas vêzes em inglês. Assim fizeram Leuzinger e Marc Ferrez no Rio, Gaensly e Muloch, na Bahia, Riedel, em Minas, e outros.

A reprodução intensiva de suas chapas muito preocupava a Marc Ferez, que logo no início de aplicação do processo, hoje banal, chamado *fototipia,* vislumbrava nele um futuro concorrente mecânico ao trabalho manual das cópias individuais. Não sendo perito

em tintas nem dispondo de máquinas e de espaço para a adoção de tal sistema, procurou uma firma, *Lombaerts,* que editava livros e um jornal de modas, a fim de alcançar seu intento. A sociedade não logrou êxito; eram ambos pioneiros numa especialidade que ainda hoje reclama clima especializado: a temperatura do Rio é responsável pelo malôgro dessa tentativa, audaciosa em 1890.

Um dos mais importantes ramos da oficina de Ferrez era a cópia de plantas para construtores de prédios na cidade. O sistema adotado, único e prático, era o denominado *ferro-prussiato,* em que os desenhos de fachadas, cortes, plantas, etc., feitos em tela transparente, se reproduzem em papel, de fundo azul e traços brancos (sistema heliográfico). Êsse papel era importado em grandes bobinas de várias larguras, e ia sendo sensibilizado, aquí, nas quantidades que fôssem necessárias. O trabalho se efetuava à noite, após o descanso em seguida ao jantar, e prolongava-se até 22 ou 23 horas. Desejoso de aprimorar o serviço, Ferrez muitas vêzes importou aparelhos, papéis e drogas, para obter a almejada reprodução de plantas em linhas negras sôbre papel branco, mas vale consignar que malgrado esforços gastos, os vários processos experimentados jamais corresponderam às mirabolantes promessas dos inventores ou dos vendedores de produtos, deixando sempre o resultado muito incerto.

Na loja, a vida seria dura, em comparação com a de hoje, mas era a habitual naqueles tempos. Vida quase em família, lembrando o trabalho dos artistas e seus aprendizes na época medieval; em suma, o artesanato, em que um pequeno núcleo de pessoas trabalha em ambiente de completa harmonia familiar, especializando-se. Empregados, auxiliares e patrões jantavam e almoçavam juntos. Tornava-se, de resto, compreensível êsse regime, vigorante em muitos outros ramos de atividades comercial ou da pequena indústria, pois as diversões eram poucas; não havia cinemas, nem praias, nem *foot-ball.* Uma vez ou outra, ia-se ao teatro, a reuniões familiares onde havia música, jôgo de bisca, voltarete, ou então se dançava com muito respeito. Época das festas religiosas, que não eram poucas, namoros à distância, olhadelas de esquina, quando não de bonde. E

havia o entrudo, o carnaval de hoje, com muita bisnaga, limões de cheiro e água e mais água, nem sempre limpa e perfumada.

Ferrez era incansável, a tudo queria atender. Muito severo com os auxiliares, se um cliente pedisse dez cópias de um negativo, as dez cópias tinham que ter, tôdas, exatamente a mesma intensitade; se não, repetia o serviço, até ficar ótimo.

Às vêzes, tornava-se um tanto brusco com os próprios clientes, pois nem sempre tinha paciência com amadores, que afluiam em número cada vez maior à sua loja. Eram jovens curiosos de aprender os segredos do mestre; se revelavam aptidão, êle se mostrava radiante, mas quando o discípulo incidia a miúdo nos mesmos defeitos, já muitas vêzes observados, carregava o semblante e ia logo dizendo o que pensava, sem rodeios. É Roquette Pinto, em sua interessantíssima e erudita obra *Ensaios Brasilianos,* pág. 111, quem diz: "Marc Ferrez, que era mestre na sua arte, deixou o nome aquí ligado a essa e outras iniciativas científicas. Foi no fim da vida um hábil conselheiro dos amadores de fotografia, pouco numerosos no comêço do século. Menino de calças curtas, muitas vêzes procurei a sua loja, na rua S. José, defronte da Galeria Cruzeiro, para comprar material e principalmente o *"papel sensivel"* que êle mesmo preparava em grandes fôlhas".

Marc Ferrez foi professor de fotografia da Princesa Imperial, Dona Isabel, a *Redentora.*

Amigos, artistas, cientistas, viajantes, vinham procurá-lo para conselhos e estudos. Eram Barbosa Rodrigues a quem tanto deve o Jardim Botânico; Glaziou, o arquiteto e jardineiro paisagista, autor de nossos maiores parques (Campo de Sant'Ana e Quinta da Boa-Vista); pintores como Fachinetti, Thomaz Driendl, Breno Treidler, Langerock, Antônio Parreiras, Vítor Meireles, Pedro Américo, Ângelo Agostini, criador da *Revista Ilustrada,* Bethencourt da Silva, fundador do Liceu de Artes e Ofícios; Belmiro de Almeida, os irmãos Bernardelli; o escultor Berna; Paulo Ferrand, engenheiro, escritor e professor da Escola de Minas de Ouro Prêto; Júlio Martin, litógrafo de São Paulo; L. Berini, engenheiro e financista; o general Tasso Fragoso, então tenente e colaborador da obra repu-

blicana de 89; Júlio, Meilli autor de inigualável obra numismática do Brasil; engenheiros Teixeira Soares, Paulo de Frontin, Pereira Passos, o Barão do Rio Branco, e muitas outras notabilidades.

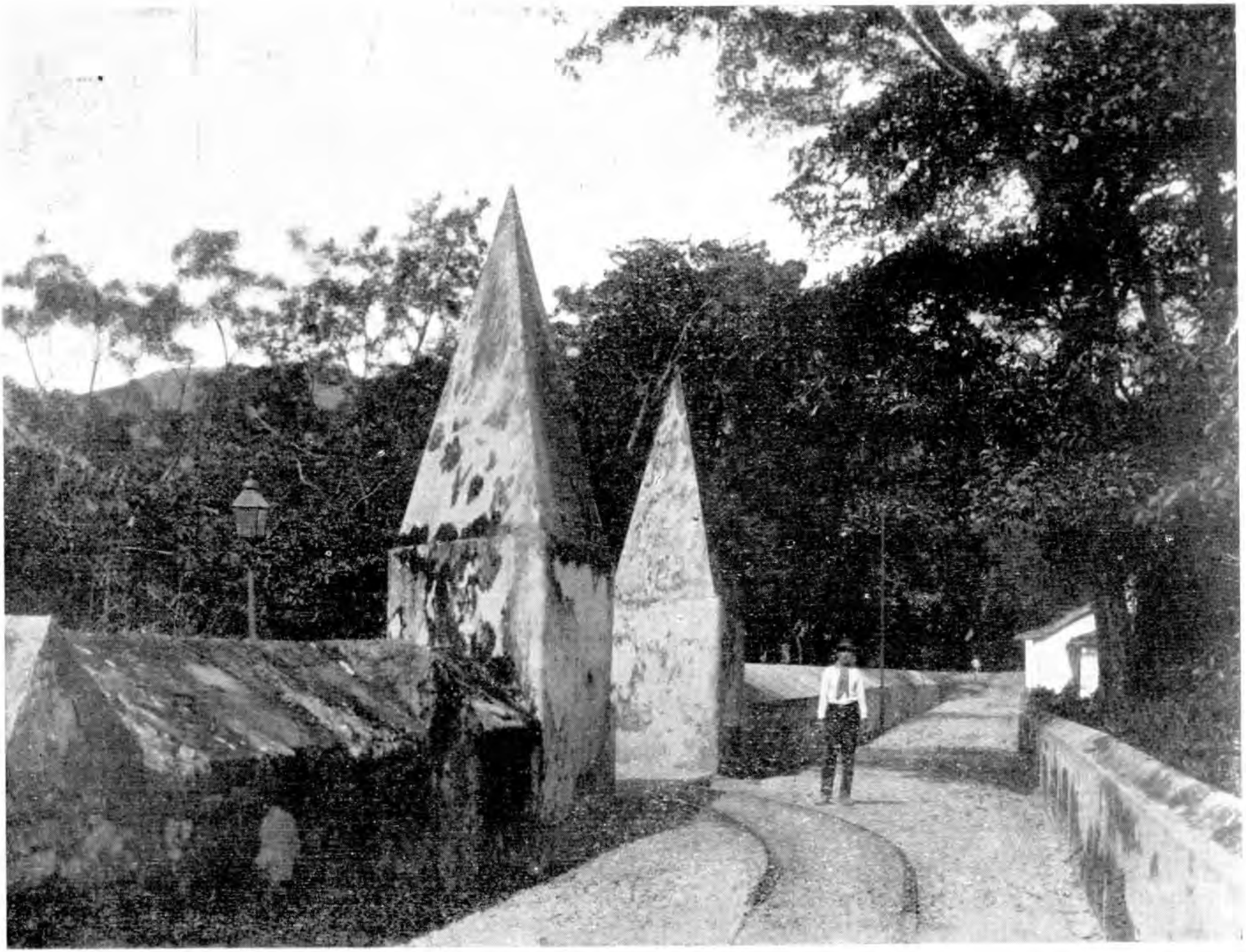
Em 1895, os Irmãos Lumière descobrem o cinema. Marc Ferrez tem logo a intuição do formidável invento, que viria *animar* a fotografia e tornar ainda mais *documentária* a vida, cujos aspectos êle fixava, infatigàvelmente. A partir de 1900, a cronofotografia exercia uma ação magnética no seu entusiasmo por fixar a vida ambiente; já não são imagens fixas, mas a própria característica da vida: o *movimento,* que se trata de registrar. Não viu no invento as possibilidades teatrais, sem limite, nem a personificação dos romances ou criações de ficção, nem a sua futura industrialização. O que se lhe afigurou imenso e sem par foi a documentação do universo, trazendo ao conhecimento dos povos, vistas, indústrias, usos e costumes, "a viagem através do mundo sem sair de casa". Era um devoto das projeções luminosas, desde os primitivos ensaios da famosa lanterna mágica adaptada à fotografia, substituindo os vidros pintados a nanquim ou a tintas translúcidas por chapas fotográficas diapositivas, representando retratos, vistas e até, o que na época era bem difícil, foto-microscopia dos seres infinitamente pequenos, vistos em lâminas de microscópio. Nas projeções luminosas, fôsse em teatros, conferências ou mesmo na via pública, usava a luz oxi-etérica.

Acompanhou com entusiasmo os primeiros passos da cinematografia nascente nas mãos dos Irmãos Lumière, de quem era amigo, e teve oportunidade, no Rio, de manejar os primeiros aparelhos que para o Brasil vieram.

Em 1905, tendo seu filho Júlio obtido, em Paris, a representação da firma Pathé Frères, a maior e melhor fábrica de aparelhos e filmes cinematográficos europeus, criou entre nós os cinematógrafos ambulantes, que se deslocavam de cidade em cidade, exibindo pequena coleção de filmes cômicos, dramáticos e de fantasia, e assim difundindo o primitivo domínio dos cinemas, já em franco progresso.

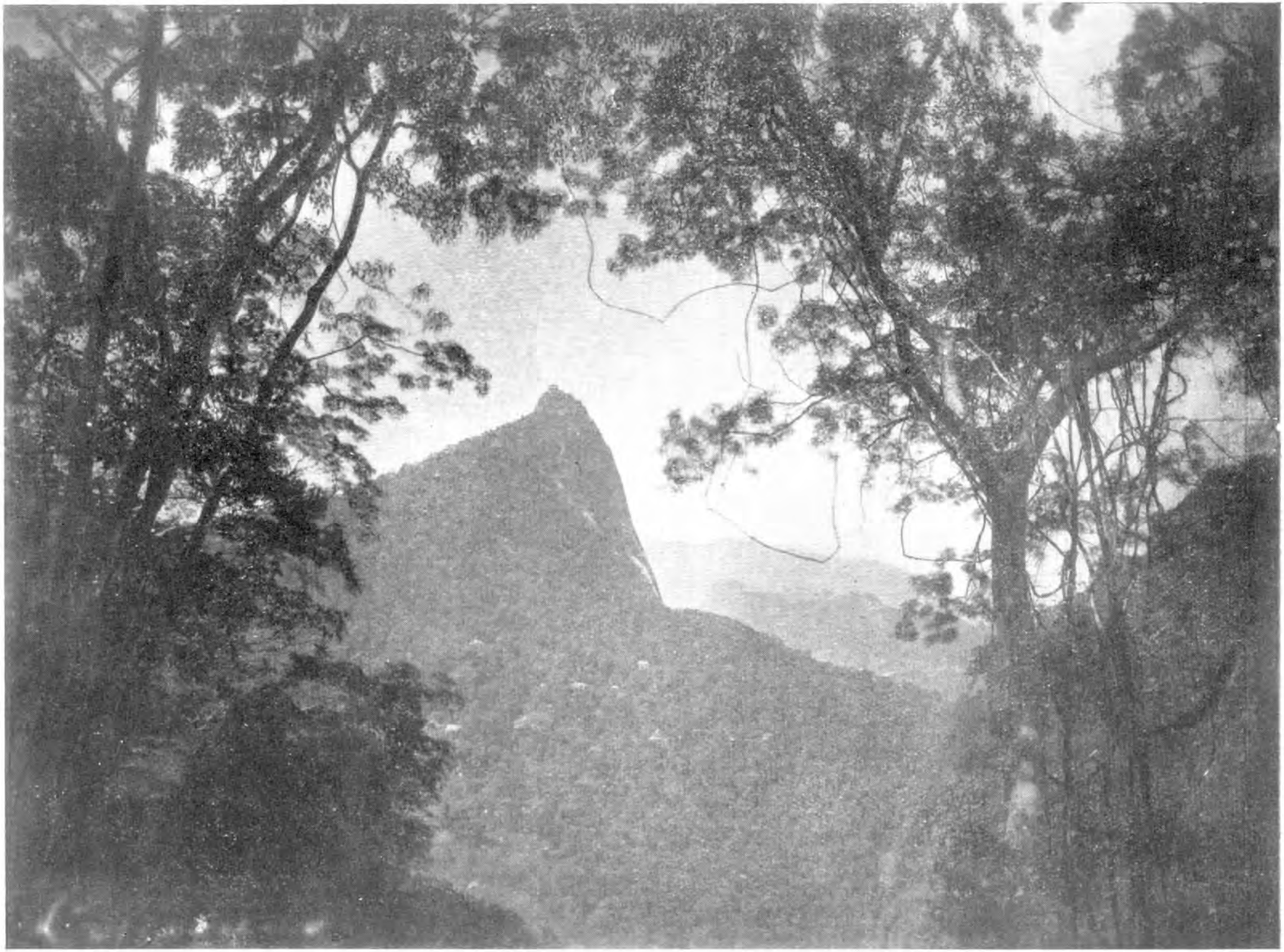


70. Frontaria da Escola Nacional de Belas Artes, na travessa das Belas Artes. *Circa* 1890. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.

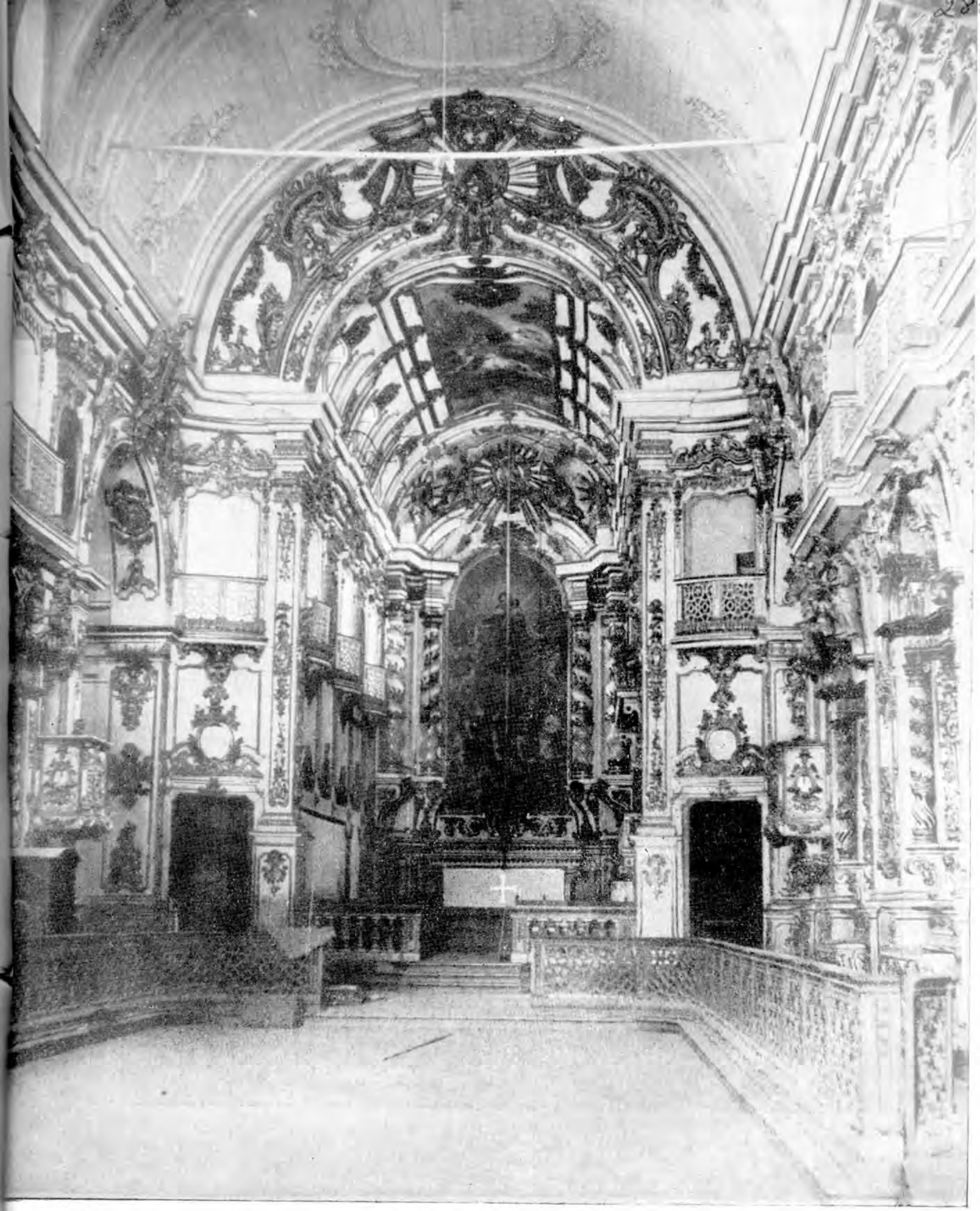


71. Os "Dois Irmãos", em Santa Teresa. Fins do séc. XIX. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.

2 SPH



73. Corcovado, Rio. Fim do séc. XIX. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



74. Interior da antiga igreja do Carmo, hoje Catedral, no Rio de Janeiro. *Circa* 1890. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez



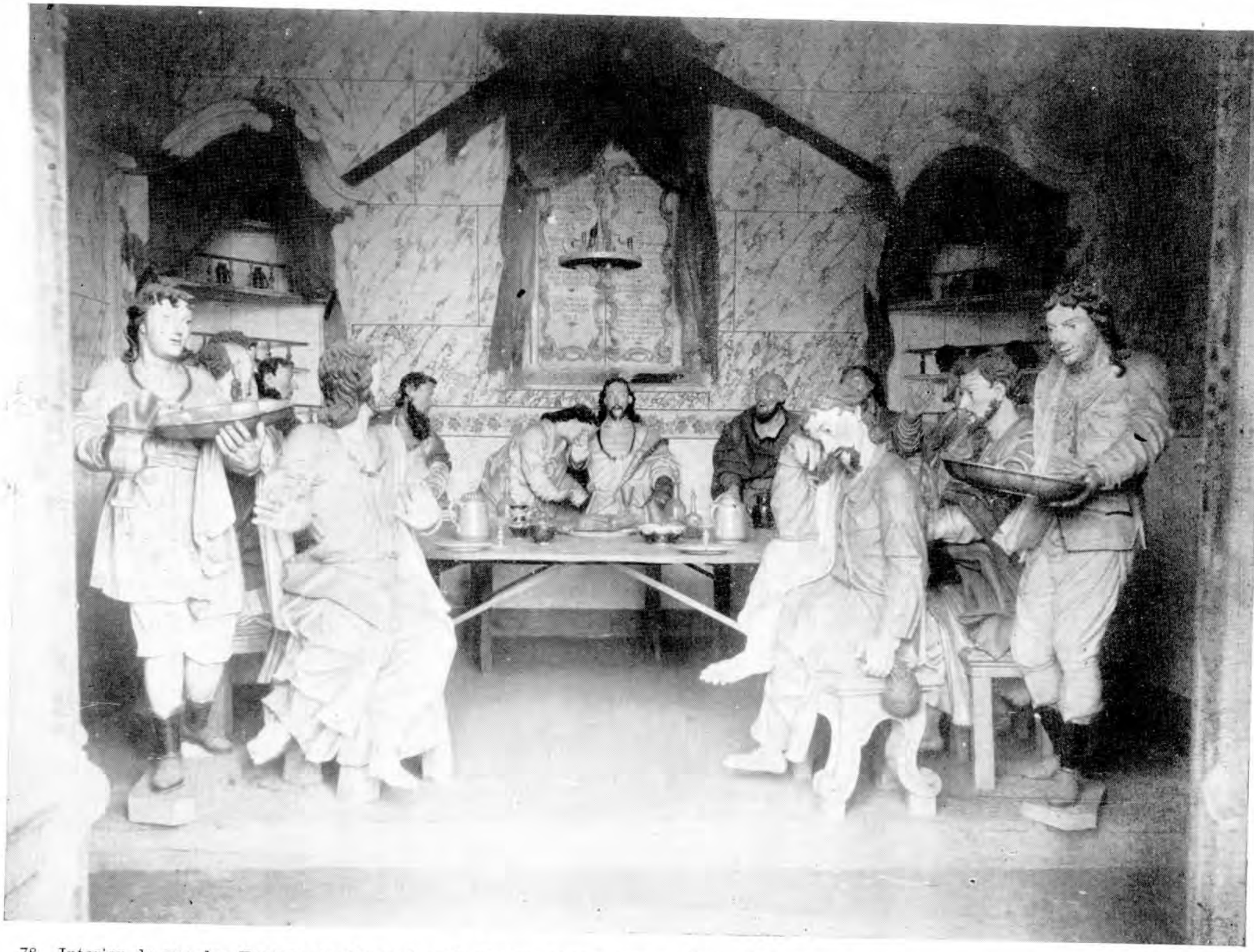
75. Mosteiro de São Bento, em Salvador, Bahia. 1874. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



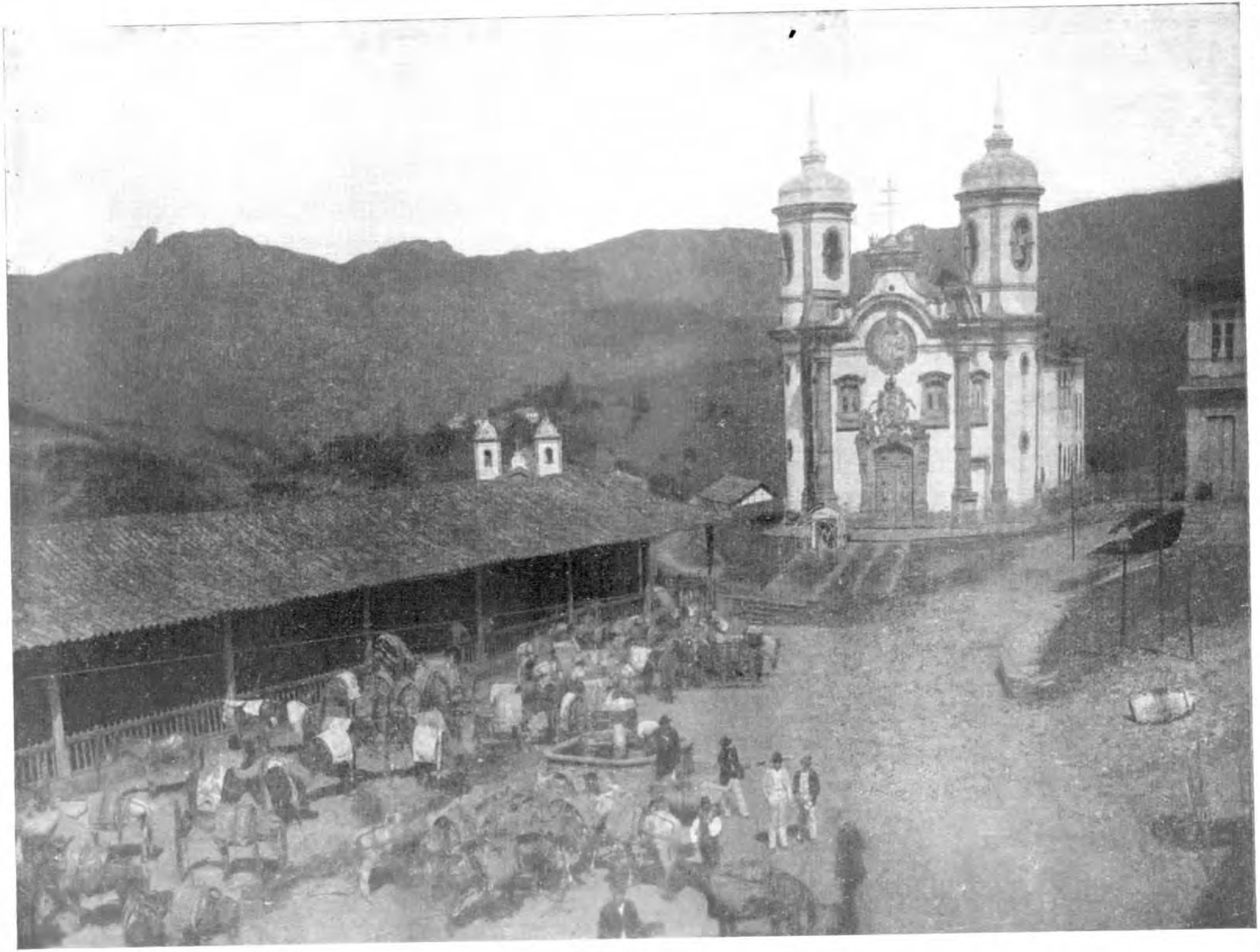
76. Pinheiral do Paraná. Fim do séc. XIX. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



77. Hospedaria do Garrafão, no caminho de Teresópolis. Foto Marc Ferrez. 1890. Coleção Gilberto Ferrez.



78. Interior de um dos Passos, em Congonhas do Campo, Minas gerais. *Circa* 1885. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.



79. Igreja de S. Francisco de Assis, em Ouro Prêto. *Circa* 1885. Foto Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez.

No Brasil, dois bons empreendimentos de exploração cinematográfica, por meio de entradas pagas em salões adaptados a êsse gênero de espetáculos, logo se registraram: um em São Paulo, dirigido por um sr. Vítor de Maio, e outro no Rio, pertencente ao empresário Paschoal Segreto. Em meses sucessivos, aparecem cinemas ambulantes, que arrendam teatros para os seus espetáculos bem apresentados, e fazem-se exibições em praça pública, intercaladas de anúncios luminosos, obtidos por meio das já mui conhecidas lanternas mágicas.

Em 1907 começa a verdadeira era dos cinemas fixos; em lojas ou armazéns adaptadas ao gênero, J. R. Staffa inaugura o *Parisiense* e logo após Marc Ferrez, associando-se a Arnaldo Gomes de Sousa, abre em 17 de setembro de 1907 o Cinema *Pathé,* nos predios 147 e 149 da Avenida Central, hoje Rio Branco, onde começam a ser exibidos de modo constante os produtos Pathé, com renovação bisemanal de programas a preços populares. Ali se manteve o cinema até 1913, ano em que foi transferido para o n.º 116 da mesma Avenida.

Contudo, não abandona a sua querida fotografia. Como amador, é ainda quem primeiro introduz no Brasil, em 1912, as chapas autocromos de Lumière, formando outra maravilhosa coleção de chapas em côres, com três dimensões, de vistas do Brasil e vários países europeus.

Em 1914, perde a querida esposa. Foi um rude golpe; acabrunhado e doente, retira-se da vida artística, comercial e industrial e volta à França, onde procura ainda ser útil à firma que fundara e cedera aos filhos. Voltando, veio a falecer em 12 de janeiro de 1923.

Os jornais foram unânimes em reconhecer-lhe o valor. Citaremos apenas a opinião de *La Pelicula,* de Buenos Aires, a quem não podemos taxar de parcialidade, em sua edição de 1 de fevereiro daquele ano:

> "... el sénor Marc Ferrez seguió las tradiciones de sua familia, dedicando-se al arte grafica em suas variadas

espressiones. Fué el primero en introduzir en el Brasil el cinematografo y el nombre de su casa está vinculada al desarrollo que ha tenido el comercio del film en el país hermano. Muere el sénor Marc Ferrez a una edade avanzada, desapareciendo con el um verdadero *pioner* de la cinematografia em Sud America".

GILBERTO FERREZ

BIBLIOGRAFIA

GERAL

ADALBERTO DA PRUSSIA: *Travels of his Royal Highness Prince... in the south of Europe and in Brazil.* London. 1849.

AGASSIZ, Mme. et M. Louis: *Voyage au Brésil.* Paris. 1869

ALBUNS DE FOTOGRAFIAS DE: Biblioteca Nacional, Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Museu Imperial, Bibliotecas Municipais de Petrópolis e S. Paulo, Museus Paulista e Mariano Procópio, Seção de Iconografia da Divisão de Documentação Social e Estatística de S. Paulo, Diretoria de Documentação e Cultura do Recife, Instituto Histórico e Geográfico, Arquivo Nacional. *Coleções particulares*: Americo Jacobina Lacombe, Francisco Marques dos Santos, Wanderley Pinho, e do autor.

"Almanaque da Gazeta de Notícias". Rio. Coleção.

"Almanaque Laemmert da Côrte e Província do Rio de Janeiro". Coleção.

"Almanaque Laemmert das Províncias". 1885.

"Arquivos da Exposição de Indústria Nacional". 1881.

"Arquivo Imperial. Museu Imperial. Petrópolis.

BEL, Alured Gray: *The Beautiful Rio de Janeiro.* London. (Magníficas reproduções de aquarelas e fotografias. Não cita o autor das fotografias.)

BOURROUL, Estêvão Leão: *Hercules Florence. S. Paulo.* 1900.

"Brazil at the Louisiana Purchase Exposition". St. Louis. 1904.

"Brésil (Le) à L'Exposition d'Amsterdam". 1883.

"Catalogue of the Brazilian Section — Philadelphia International Exhibition". 1876.

"Catalogue of the Brazilian Section — at the World's Columbian Exposition". Chicago. 1893.

"Catálogo da Cia. Fotográfica Brasileira". 1892/93. J. Gutierrez.

"Catálogo da Exposição da Academia Imperial das Belas Artes". Coleção.

"Catálogo da Exposição de História do Brasil". 1881-82. "Anais da Biblioteca Nacional".

"Catálogo da Exposição Nacional". 1861,1866,1873,1875 e 1881.

"Catálogo da Exposição de obras públicas do Ministério da Agricultura inaugurada por S. M. o Imperador". 31/XII/1875.

"Catálogo dos produtos naturais e industriais que figurarão na Exposição Nacional". 1861.

"Catálogo dos produtos naturais e industriais remetidos das províncias para a Exposição Nacional". 1861.

CRULS, Gastão: *Aparência do Rio de Janeiro.* Rio. 1949.

DAGUERRE: *Historique et description des procédés du Daguerreotype et du Diorama.* Paris. 1839.

DIAS, Arthur: *II Brasile Attuale.* Nivelle. 1907 (Contém fotografias curiosas, mal impressas. Não cita os fotógrafos. Algumas são de Marc Ferrez.)

EDMUNDO, Luís: *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Rio. 1938 (Copiosamente ilustrado com desenhos e fotografias. Infelizmente, cita o nome dos fotógrafos apenas na folha de rosto.)

"Encyclopedia (The) Americana".

"Encyclopedia (The) Britanica".

"Exposition Universelle de Paris. 1889. Empire du Brésil. Catalogue officiel".

FERREZ, Gilberto: *"Um passeio a Petrópolis em companhia do fotógrafo* Marc Ferrez — in "Anais do Museu Imperial". 1949

FERREZ, Julio: *O amador fotográfico.* Paris.

FERREZ, Marc: *Avenida Central.*

" " : *Exposição de paisagens fotográficas.* Rio.

" " : *Máquinas e acessórios para fotografia.* Rio. 1905

FRANCK, Harry A.: *Working North from Patagonia* — N. Y. 1921. (Com algumas fotografias interessantes. Não cita o nome dos fotógrafos.)

"Folhinha de Eduardo & Henrique Laemmert". Rio. Coleção.

"Guia de Santos Cardoso". 1883.

"Império (0) do Brasil na Exposição de 1867 em Paris".

"*JORNAIS*: *Coleções* — "A Reforma", "Diário do Rio de Janeiro", "Correio Mercantil", "Gazeta de Notícias", "Jornal do Comércio", "Jornal da Tarde", "O Despertador", "O Monarquista", "O País", "O Espectador Brasileiro".

LEUZINGER, G.: *Oficina Fotografica de G. Leuzinger...* — *337 fotografias diversas* Rio.

PESSOA, Paulo: *Guia da cidade do Rio de Janeiro.* 1905. (Copiosamente ilustrado com fotografias. O autor não cita nomes de fotógrafos. Várias são de Marc Ferrez.)

PINTO, Roquette: *Ensaios Brasilianos.* S. Paulo. 1940.

"Relatório da Exposição Artística, Industrial Fluminense". 1900.

"Relatório da Exposição Nacional". 1861, 1866, 1873, 1875, 1881.

"Resumé du catalogue de la section brésilienne à Vienne". 1873.

REVISTAS: *Coleções* — "Kosmos", "O Comentário, "Ostensor Brasileiro", "Renascença", "Revista Ilustrada", "Revista da Semana", "Seculo XX".

RIBEYROLLES, Charles: *O Brasil Pitoresco.* S. Paulo. 1841.

ROSA, Ferreira da — *O Rio de Janeiro de 1900* (Com algumas fotografias).
" " " — *Rio de Janeiro* — Rio. 1905 (Bôas fotografias. Não cita os nomes dos fotógrafos.)
" " " — *Rio de Janeiro.* Notícia histórica e descritiva da capital do Brasil — Rio. 1922. (Com fotografias, sem citação de nome de autor).

TAUNAY, Affonso de E.: *Hercules Florence.* "Jornal do Commercio". Rio, 20-1-1946.

WRIGHT, Marie Robinson — *The New Brazil* (Ilustrado com muitas fotografias, sem citar os autores. Alguma são de Marc Ferrez.)

BAHIA

"Almanaque administrativo, comercial e industrial da Província da Bahia para o ano de 1873", 1.º ano. Compilado por Albino Rodrigues Pimenta.

"Almanaque administrativo, mercantil, industrial da Bahía". 1857, 1860, 1863. Organizado por Camilo de Lellis Masson.

"Almanaque do "Diário de Noticias". 1882.

"Almanaque do Estado da Bahia". 1898, 1899.

"Almanaque Literário e de indicações". 1888,1889.

"Almanaque da Província da Bahia organizado por Antonio Freire". 1881.

"Catálogo" da Exposição Bahiana". 1875.
"Catálago" da Exposição Provincial da Bahia". 1872.
PEIXOTO, Afrânio — Livro de Horas — Rio, 1947.
" " — Breviário da Bahia. Rio, 1946.

MINAS GERAIS

"Almanaque administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais". 1870,1875. Organizado e redigido por A. de Assís Martins e J. Marques de Oliveira.
"Almanaque administrativo, mercantil, industrial, cientistas e literário do Município de Ouro Prêto. 1890. Organizado e dirigido por Manuel Ozzor.
JORNAIS: *Coleções* — "A Atualidade (1878), "A Província de Minas" (1880-82-84), "Constitucional" (1866 a 68), "Deseseis de Julho" (1869 a 70), "Diário de Minas" (1878), "Liberal" (1868 a 69), "Bom Senso, de Ouro Prêto" (1856), "O Povo" (1849), "Noticiador de Minas" (1868 a 73).

PARA

"A Exposição artística e industrial... do Pará". 1895.
"Almanaque, administrativo, mercantil, industrial e noticioso da Província do Pará". 1868,1869,1871,1873,1874. Carlos Seidl & Cia.
"Almanaque do Pará, comercial, industrial e administrativo". 1889. Organizado por Pinto Barbosa.
"Almanaque paraense de administração, comércio, indústria e estatística". 1833. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcelino A. Lima Barata.

PERNAMBUCO

"Almanaque administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província de Pernambuco". 1881. De F. P. de Amaral.
"Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Província de Pernambuco". 1861. Organizado por José de Vasconcelos.
"Almanaque Literário Pernambucano". 1899. Propriedade de Gaspar Regueira Costa. Ano 10º
"Alamanaque de Pernambuco". 1872.
"Almanaque de Pernambuco". 1899,1900,1901. De Julio Pires Ferreira.
"Arquivos" (Prefeitura Municipal). Coleção.

"Catálogo de Exposição Provincial de Pernambuco em 1872"; idem 1875.

"Catálogo dos objetos remetidos à Exposição Nacional pela comissão diretora da Exposição da Província de Pernambuco de 1866, por Rufino Augusto de Almeida".

COSTA, A. Pereira da: *Artes em Pernambuco.*

"Folhinha de Alamanaque ou diário eclesiástico e civil para as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas". 1861, 1863,1865.

FREYRE, Gilberto: *Um engenheiro francês no Brasil.* Rio. 1940. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife.* 1942.

"Guia da Cidade do Recife".

"*JORNAIS:*" Correio Pernambucano", "Jornal do Recife".

"Relatório apresentado ao Governo, pela comissão diretora da Exposição de Pernambuco". 1866.

"Relatório da comissão diretora da Exposição Provincial de Pernambuco". 1872.

SETTE, Mario — *Arruar* — Rio. 1948.

"Teatro Santa Isabel" (Prefeitura Municipal do Recife).

RIO DE JANEIRO (PETRÓPOLIS)

KLUMB, Rt. H.: *Doze horas em diligência.* Guia do viajante de Petrópolis a juiz de Fóra". Rio, 1872.

JORNAIS: *Coleções* — "A Gazeta de Petrópolis", "Mercantil", "O Paraíba".

TAUNAY, Carlos Augusto: "Viagem Pitoresca a Petrópolis... por XXX". Rio. 1862.

TH. C. (Thomas Cameron): *Guia de Petrópolis.* 1885, Petrópolis.

RIO GRANDE DO SUL

FERREIRA, Athos Damasceno: *Imagens sentimentais da Cidade* — Pôrto Alegre. 1940.

JORNAIS: *Coleções* — "A Patria" (Pôrto Alegre, 1887), "Correio do Sul" (Pôrto Alegre, 1858, 68, 69), "O Brado do Sul" (Pelotas, 1859, 60), "O Mercantil" (Pôrto Alegre, 1853).

SÃO PAULO

"Almanaque administrativo, comercial e industrial da província de S. Paulo". 1884,1885,1886,1888,1891. Jorge Seckler & Cia.

"Almanaque administrativo, comercial, profissional do Estado de São Paulo". 1897.

"Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo". 1857. Organizado e redigido por Marquez e Irmãos.

"Almanaque da Província de São Paulo". 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné.

"Indicador de São Paulo". 1878.

JORNAIS: *Coleções* — "A Província de S. Paulo" (1877/80,1882-85/86 e 88), "Correio Paulistano" (1886), "Diario do Comercio" Santos (1884), "Diario Mercantil" (1886,88), "Diario Popular" (1886,87), "Illustração Paulista" (1881), "O Estado de São Paulo" (1890), "O Mercantil" (1850), "O Ipiranga" (1852).

KOENIGSWALD, Gustavo: *São Paulo.*

"Memorial Paulistano". 1863.

MILANO, Miguel: *Os fantasmas de São Paulo.* S. Paulo. 1949.

MOURA, Paulo Cursino: *São Paulo de outr'óra.* S. Paulo.

"Novo almanaque de São Paulo". 1883.

SANT'ANA, Nuto: *São Paulo Histórico.*

NOTAS SÔBRE FOTOGRAFIAS REPRODUZIDAS

1. Rio. Reprodução ampliada do primeiro daguerreótipo tirado na América do Sul, em janeiro de 1840, pelo Abade Combes. Vê-se o Paço da Cidade, com a tropa formada à sua frente; no fundo, à esquerda, a tôrre da Capela Imperial e atual Catedral; ao centro, uma das tôrres (a segunda ainda não fôra construída) da igreja da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo; à direita, o Hotel de France.

2 e 3. Rio. Outros aspectos de 1840, colhidos pelo introdutor da fotografia no Brasil, o abade Combes. Os daguerreótipos foram reproduzidos no tamanho original. Infelizmente, a ancianidade das peças não permitiu cópias mais nítidas.

Na segunda gravura, nota-se o velho mercado da Candelária, projetado por Grandjean de Montigny e demolido em 1911; ao fundo, o mosteiro de São Bento. Vê-se na primeira o chafariz do Mestre Valentim, no Largo do Paço, tendo por trás o Mercado Velho; à esquerda, as tôrres da igreja da Candelária.

5. Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Para obter esta fotografia, postou-se o operador no eixo da atual rua Pedro I. Aparecem no primeiro plano as cocheiras e carruagens de serviço do Imperador. À esquerda, a Casa dos Semanários, atual Palácio do Grão Pará, em obras de ampliação; a seguir, um trecho da rua do Imperador, atual 15 de Novembro; mais ao longe, o casarão da antiga fazenda do Córrego-Sêco, transformado em hotel e demolido em 1945.

6. Juiz de Fora, Minas Gerais. Arco festivo, com as armas imperiais, erguido à entrada da quinta do comendador Mariano Procopio Ferreira Lage, quando da inauguração da estrada União e Indústria, em 23 de junho de 1861, por Suas Majestades Imperiais, que aí se hospedaram.

10. Rio. Inauguração da estátua de D. Pedro I, obra do escultor francês Louis Rochet, no largo do Rocio, atual Praça da Independência, em 30 de março de 1862. A fotografia representa um *tour de force,* pois o dia foi chuvoso e não se conhecia o instantâneo. O chão está recoberto de folhas aromáticas de mangueira, canela e pintangueira, como então se costumava fazer. Vêem-se ao centro as tôrres da igreja de S. Francisco de Paula.

13. Rio. Vê-se ao centro, o prédio da Praça do Comércio, no local onde hoje se ergue o edifício do Banco do Brasil.

16. Rio. No primeiro plano, o Largo e a igreja da Lapa, e o Passeio Público. À esquerda, o prédio do Casino Fluminense, atual Automóvel Clube, à rua do Passeio. Mais adiante, o convento da Ajuda, atual Cinelândia. No fundo, o morro do Castelo, demolido na administração do prefeito Carlos Sampaio; a igreja de Santa Luzia, ainda sem as tôrres atuais, erigidas quando da reforma de 1872; finalmente, a ponta do Calabouço.

17. Rio. Ao se colher esta fotografia, a principal artéria do Rio era a rua Direita, atual 1.º de Março. O trecho no primeiro plano era conhecido por *Boulevard Carceller,* por motivo da localização, aí, do famoso restaurante Carceller, que se vê à direita. Notem-se o *ponto* dos ônibus de burro, que se dirigiam para os bairros da zona sul da cidade; a fachada da igreja do Carmo e a da Capela Imperial, hoje Catedral, e o arco que então ligava o Paço ao antigo convento do Carmo. Ao fundo, o Morro do Castelo.

22. Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Aparece no alinhamento da rua D. Januária, atual Marechal Deodoro, em sua parte média, o casarão da primitiva fazenda do Córrego-Sêco, onde em 1861 se instalou o Hotel Mac-Dowal que chegou até nossos dias com o nome de pensão Jeoffroy. Ao fundo, a rua Teresa.

23. Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Vê-se a rua Bragança, atual 1.º de Março e, ao fundo, a rua dos Artistas, atual 7 de Abril. Na junção das duas vias, o Hotel de Said Ali, mais tarde Hotel Europa. Observe-se que o Amparo ainda não fôra construído, nem a praça D. Afonso estava ainda ajardinada.

27. Ouro Prêto, Minas Gerais. O exemplar dêste magnífico documento sôbre a arquitetura tradicional da cidade contém os seguintes dizeres: "Rua do Dr. Cláudio — Polícia — Antiga morada do poeta Gonzaga". A residência do poeta e ouvidor Tomás Antônio Gonzaga ficava na terceira casa, a partir da esquerda; à época da fotografia, funcionava nesse prédio a Chefia de Polícia da Província de Minas Gerais.

28. Ouro Prêto, Minas Gerais. Esta foto, como a anterior, figura no album "Ouro Prêto e Mariana por Guilherme Liebenau", que pertenceu à coleção D. Teresa Cristina Maria e se acha na Biblioteca Nacional. Traz a legenda: "Largo da Matriz de Antônio Dias de Sta. Efigênia e antiga morada de Maria Dirceu". Foi colhida da matriz de Antônio Dias. Logo após à encruzilhada,

no primeiro plano, vê-se a ponte de Antônio Dias, ou dos Suspiros. Do outro lado da ponte, por trás do casarão da esquina, a casa baixa e comprida servira de moradia a Marília de Dirceu; infelizmente, foi demolida. A ladeira à esquerda é a do Vira-saia, e conduz à igreja de Santa Efigênia, que se vê ao alto.

29. Ouro Prêto, Minas Gerais. Legenda no album de Liebenau: "Largo da Praça — Assembléia — Camara — Cadeia". No centro da praça, a coluna erigida por subscrição pública, e primeiro monumento erguido em memória de Tiradentes, hoje substituída pela estátua do proto-mártir. Ao fundo, o belo edifício da Câmara e Cadeia, sede atual do Museu da Inconfidência. No canto à esquerda, a Assembléia, depois transformada em Forum, e destruída recentemente por incêndio. Seguem-se a "Casa da Baronesa", sede local dos serviços da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o prédio da Prefeitura. Por trás dessas construções, apontam as tôrres de São Francisco de Assis.

30. Salvador, Bahia. O velho Teatro de S. João, no Largo do Teatro, anteriormente Portas de São Bento, e depois praça Castro Alves. Inaugurado em 13 de junho de 1812 pelo Conde dos Arcos, tomou aquêle nome em honra ao dia de aniversário de D. João VI. Destruído por incêndio, em 1923, ergue-se no local a Secretaria de Estado. Desembocando na praça, vê-se a rua Direita, depois Chile.

31. Salvador, Bahia. Êste prédio, por um verdadeiro milagre, e também graças ao bom gôsto dos baianos, ainda existe. Construído nos terrenos do antigo forte de São Fernando, foi inaugurado em 28 de janeiro de 1817 pelo Conde dos Arcos, na presença da sociedade baiana, com esplendida festa, descrita por Tollenare em suas "Notas Dominicais". Peça integrante do album "Fotografias da Bahia e trabalhos da Ferrovia Bahia and S. Francisco Railway — 1861", traz a legenda: "The Consulado" (sic), porque provàvelmente o consulado do cidadão inglês, Mulock ali funcionava.

32. Salvador, Bahia. Vêem-se o pôrto, a igreja de N. S. da Conceição da Praia e a ladeira da Conceição. Diz a legenda da foto original: "Ladeira do (sic) Conceição — Bahia".

33. Salvador, Bahia. Como era e como deveria ter sido restaurada a Câmara Municipal. O original tem como legenda: "Court House, Palace Square — Bahia". É a praça do Palacio, o coração da Bahia. Êsse belo edifício, que substituiu a outro mais velho, de taipa, foi construído em 1660. Servia de Câmara Municipal e Cadeia. O sino dava o sinal do perigo. Infelizmente, no fim do século passado a edificação sofreu uma reforma deplorável

e as colunas de cantaria, que ainda se vêem na gravura, foram tapadas por tijolos, para formar as arcadas atuais. No canto direito, divisa-se parte do antigo Palácio dos Governadores.

34. Salvador, Bahia. Esplêndido conjunto de prédios de quatro andares e onde, já em 1860, como ainda hoje, se localizava o alto comércio baiano. Dir-se-ia uma visão de Lisboa. O conjunto fêz Maximiliano, imperador do México escrever, quando de sua passagem pela Bahia, nesse mesmo ano: "A cidade é extensa e tem aspecto imponente; nota-se sua longa existência, sua solidez, sua prosperidade; o casário é de côres vivas e alegres, e o todo tem aparência risonha e festiva; existem também alguns edifícios de considerável importância, faltando-lhes porém beleza arquitetônica". (*Recollections of my life*, by Maximilian I — London 1868. Vol. III, pag. 100). Legenda da fotografia original: "The New Quays — Bahia".

35. Salvador, Bahia. Vêem-se na foto o pôrto da Barra, o forte de Santa Maria, e a fortaleza e farol de Santo Antônio da Barra, no Salvador. Nessa praia desembarcou Tomé de Sousa, aí também aportaram os holandeses, em 1624.

36. Salvador, Bahia. Vêem-se trechos da cidade baixa e da cidade alta, bem como o elevador Lacerda assim chamado em memória do seu empreendedor, o comendador Antônio de Lacerda, construído em 1872, era também conhecido como o "Parafuso". Mais à direita, notam-se o Teatro São João e as tôrres da igreja da Conceição da Praia.

37. Recife, Pernambuco. Vista colhida do cais do Ramos. O casarão de quarto torreões, ao fundo, é a Alfândega; seguem-se a sacristia da igreja da Madre de Deus e o arco da Conceição, onde desemboca a Ponte Velha do Recife, ainda de madeira; esta substituida em 1865 por outra de ferro, denominada "Sete de Setembro", e atualmente "Maurício de Nassau".

38. Recife, Pernambuco. Uma das ruas mais típicas do velho Recife, a da Cruz, que em 1870 mudaria sua designação para Bom Jesus. Ao fundo, o chafariz de *agua da encanação*. Notar a altura das casas, as grades de ferro dos balcões, os *cachorros,* as cortinas em lâminas de madeira, e os mirantes. Fotografia que provàvelmente serviu para feitura de litografia representando o mesmo local.

39. Recife, Pernambuco. A foto foi batida dez minutos após o desembarque de Suas Majestades Imperiais, em 22 de novembro de 1859. No ângulo esquerdo, o casarão do velho colégio dos Jesuitas, então ocupado pela Academia

de Direito, e a igreja do Espírito Santo, construida em 1689. No local do colégio ergue-se hoje o Grande Hotel. Ao longe, as tôrres do Carmo e do Rosário.

40. Recife, Pernambuco. Nesta vista magnífica do casario de meados do século XIX, distinguem-se o "Hotel d'Europe" e o "Grande Hotel de l'Univers" situados junto ao cais do Arsenal de Marinha.

41. Recife, Pernambuco. Valioso aspecto da cidade oitocentista. Vê-se a rua do Crespo, que a partir de 1870 se denominara de 1.º de Março, e sua série de prédios coloniais. Ao centro, a praça da Independência, onde se divisa o comêço da rua Cabugá. No canto direito, em baixo, telhado de casa de esquina — Crespo com Imperador.

42. Recife, Pernambuco. No primeiro plano, a "Ponte Provisória", de madeira, abandonada a partir de 1865, no mesmo lugar da atual, a "Buarque de Macedo", que se inaugurou em 1890. No segundo plano, o Palácio da Presidência, construído em 1841, pelo barão da Boa Vista, que aproveitou o velho prédio do Erário Público. Em frente ao palácio, o Campo das Princesas, atual Praça da República, antes de seu ajardinamento.

43. Recife, Pernambuco. Em primeiro plano, a ponte Sete de Setembro, atual Maurício Nassau, vendo-se o Arco de Santo Antônio, demolido em 1917 e, por trás, a rua 1.º de Março, antiga do Crespo. À esquerda, o cais 22 de Novembro e a antiga igreja do Colégio dos Jesuítas, atual do Espírito Santo. dando para a praça Pedro II.

48. S. Paulo. Divisa-se em primeiro plano a rua Quirino de Andrade. tendo à esquerda o obelisco do Piques e a ladeira da Memória, que desemboca no Largo do mesmo nome. Para além da ponte sôbre o Tamanduateí, as ladeiras do Ouvidor e São Francisco, esta última levando à igreja do mesma invocação. A ladeira que se avista na parte superior, à esquerda, é a do Falcão.

49. S. Paulo. Fotografia colhida nas imediações da esquina da rua Direita, em direção à rua Floriano Peixoto. A igreja de S. Pedro começou a ser demolida em 1914. Observe-se, no canto direito, o beiral da velha igreja da Sé; à esquerda, ao fundo, o início da rua da Fundição, hoje rua Floriano Peixoto, antes do seu alargamento.

53. S. Paulo. O viaduto do Chá, tal como aqui aparece, fotografado pouco depois de sua inauguração, foi construído graças aos esforços do francês Jules Martin, conhecido litógrafo, que o concebeu. Media 240 metros de comprimento

e 14 de largura. Nos primeiros tempos, o transeunte que o utilizasse pagava três vintens de pedágio.

54. S. Paulo. Fotografia tirada na esquina da rua São Bento, em direção ao largo do Paissandu. A esquerda, o casarão do antigo Hotel Italia e Brasil, construído em 1814 e demolido em 1915; ergue-se hoje no local o edifício Martinelli. Vê-se ao centro o bondinho de burro desembocando da rua São José, atual Libero Badaró; mais adiante, o Mercadinho de S. João, atual praça dos Correios.

55. Serra do Cubatão, S. Paulo. Todas as peças do viaduto vieram da Inglaterra, desmontadas, fazendo-se o seu transporte em carros de boi, de Santos até o local.

56. Santos, S. Paulo. Foto colhida ao se iniciarem as obras das docas, com uma floresta de mastros a evidenciar a demora da descarga, que no caso de alguns navios se prolongava de oito a doze meses.

62. Zeferino Ferrez, escultor e gravador francês, nascido em Saint Laurent, no Jura, em 31 de julho de 1797, veio para o Brasil em 1817, a fim de incorporar-se à Missão Artística Francesa, fundadora da Academia Imperial das Belas Artes. Foi iniciador e mestre da gravura de medalhas no Brasil, e pioneiro das indústrias de fundição e de fabricação de papel no país. Faleceu no Rio em 22 de julho de 1851.

70. Rio. Antiga Imperial Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Êsse prédio, que Araujo Pôrto-Alegre considerava "a mais bela joia do Rio de Janeiro" de então, foi projetado por Grandjean de Montigny e decorado pelos irmãos Marcos e Zeferino Ferrez, membros da Missão Artística Francesa, a quem tanto devem as artes nacionais. Inaugurou-se em 5 de novembro de 1826. Esta relíquia do nosso passado, erigida à travessa das Belas Artes, em frente à rua Bárbara de Alvarenga, foi arrasada em 1937 quando se demoliu o antigo Tesouro Nacional, dentro do qual se achava encravada. Graças aos esforços do SPHAN, conservou-se a fachada, que foi reconstruída na parte final da magestosa alameda das Palmeiras Reais, no Jardim Botânico. Em frente ao edifício, vê-se a estátua de João Caetano, hoje removida para a Praça da Independência.

74. Rio. Nesta foto da antiga igreja do Carmo, hoje Catedral, vê-se ao fundo do altar-mór a célebre tela, medindo 32 palmos de altura por 16 de largura, executada por José Leandro de Carvalho. Representava N. S.ª do Monte do Carmelo protegendo com seu manto a El-Rei D. João VI e a sua família. Êste precioso trabalho está hoje desaparecido.

75. Salvador, Bahia. O Mosteiro de S. Bento apresenta-se com as tôrres incompletas; só viriam a ser concluídas em 1880; o seu zimbório fôra construído em 1850.

78. Congonhas do Campo, Minas Gerais. Por esta fotografia, podemos verificar a antiga disposição das figuras da Última Ceia, que então se achavam em perfeito estado de conservação; na mesa os objetos ainda não haviam desaparecido.

79. Ouro Prêto, Minas Gerais. Nota-se à esquerda o rancho de tropas, hoje desaparecido. No local do chafariz, junto ao adro de S. Francisco, ficava outrora o pelourinho. Divisam-se ainda as tôrres da igreja de Mercês de Baixo e, ao longe, o Itacolomi.

G. F.

O PALÁCIO VELHO DE BELÉM

Sob a denominação genérica de *Palácio velho,* a tradição da cidade, em Belém, pretende que o edifício situado na chamada "cidade velha", com frente na travessa D. Bosco e lado direito na rua Doutor Assis, números, respectivamente, 58 e 62 e 154 e 172, tenha servido para residência governamental e sede dos serviços do executivo paraense em certa fase do período colonial. Essa fase teria sido anterior à construção do atual palácio do govêrno, cujo início data de 1767.

A documentação existente na seção de manuscritos da Biblioteca paraense, anteriormente a êsse período, não é abundante, antes escassíssima. A correspondência dos governadores com a metrópole, ou de diversos com os governadores, ou, ainda, dêsses com diversos, isto é, autoridades do interior, da capital e particulares, não abrange ciclo anterior à gestão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que começou a dirigir o Pará em 1751. A correspondência da metrópole com os governadores, assim como os alvarás, cartas régias e decisões do Conselho Ultramarino, ao contrário, vêm de 1668, o que assegura certo aumento de possibilidades para o conhecimento das origens regionais. Embora, pouco valem nesse particular do estudo da sede do govêrno paraense, pelo que tivemos de ater-nos mais às informações que fomos colher em Berredo (*Anais Históricos*), Baena (*Compêndio das Eras e Ensaio Corográfico*), Manuel Barata (*Apontamentos para as Efemérides Paraenses* e *Ruas antigas de Belém*).

Da documentação e das informações sôbre que trabalhamos, por fim temos de confessar, não colhemos dados que nos garantam a palavra definitiva sôbre o assunto, apenas honestamente aflorado ou levemente disposto em suas linhas centrais.

Para começar, recordemos que a Capitania do Pará, até o ano de 1751, foi dependência administrativa do Estado do Maranhão, pelo que os governadores tinham residência fixa em São Luís. Em Belém residia apenas um capitão-mor, o primeiro dos quaes foi Francisco Caldeira de Castelo Branco, fundador do Presepe, raiz mais distante de Belém. Tôda vez, porém, que os interêsses da região exigiam a presença do Governador do Estado em Belém, êle se deslocava de S. Luís, por vêzes se demorando na capital paraense durante meses seguidos. Então, ocupava casas alugadas a moradores, sendo essas casas, segundo Berredo e Baena, conhecidas por "casas do governador".

"Para obviar êsse ônus vexatório, resolveu-se edificar um palácio para os chefes do Estado e o palácio foi começado em 1676 (lição de Manoel Barata, *Ruas*) e concluído em 1680, pelo custo de sete mil cruzados. Era de taipa de pilão, com dois pavimentos, 14 janelas de sacada, com balaústres de madeira no pavimento superior da fachada principal e três janelas idênticas em cada uma das fachadas laterais. Era chamada *casa da residência,* em observância de um decreto régio que determinava assim se chamasse às habitações dos governadores, e não palácios.

Estando êsse palácio já muito danificado e ameaçado de desabar foi demolido em 1759. No mesmo lugar, aumentado para os fundos, mandou o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive edificar novo palácio, pela planta traçada por Landi, no estilo clássico italiano".

Manuel Barata, nas *Efemerides,* pág. 112 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 90, vol. 144, elucida que a 7 de julho de 1716 houve ordem régia a Cristóvão da Costa Freire a propósito de uma carta do mesmo, essa datada de 11 de maio do ano anterior, sôbre a construção de uma nova residência governamental e de um hospital para soldados. Sua Majestade aprovou as comunicações de Cristóvão, que decidira, apoiado no parecer do capitão-mor, do provedor da fazenda e do tenente-general de engenheiros José Velho de Azevedo, fazer a residência na praça principal de Belém, deixando a antiga residência para hospital.



Palácio Velho, na Travessa D. Bosco, em Belém. Estado do Pará.



Outro aspecto do Palácio Velho.

Na efeméride de 23 de março de 1724, a pág. 55 da mesma *Revista,* ensina Manuel Barata que êsse próprio fôra começado em princípios de 1715, mas o substituto de Cristóvão, o analista Berredo, sustara as obras apesar da aprovação anterior da metrópole. Ficava êsse próprio iniciado "no largo da Sé, fazendo canto e frente para a rua do Espírito Santo". Essa rua do Espírito Santo é a atual rua Doutor Assis.

A 23 de março, ainda escreve Barata, Sua Majestade mandou prosseguir as obras, não mais para residência governamental, mas para palácio do Bispo.

Depreende-se das referências documentadas de Barata que, em 1676, foi começada construção de uma residência governamental, concluída em 1680. Foi, assim, a residência oficial n.º 1. Demolida em 1759, no mesmo local foi levantada segunda, que é o atual palácio do govêrno, restaurado e reformado no regime republicano depois de várias reformas no período monárquico. Entre a existência da primeira residência (começada em 1676 e concluída em 1680) e a construção do palácio atual (começada em 1769), Cristóvão da Costa Freire decidira transformar a residência primitiva em hospital, iniciando nova no largo da Sé, no canto da rua do Espírito Santo. Aprovada a obra, Berredo, seu sucessor, suspendeu-a. Foi mandada prosseguir, já, todavia, para sede do Bispado. Os governadores, pelo que acabamos de ler, não residiam, assim no edifício que a tradição indica como sendo o "palácio velho". Até aqui, temos a lição de Manoel Barata.

Passemos agora a Berredo e Baena. Nenhum dêles elucida uma só linha a respeito. Ouçamos então o padre José de Morais. Diz êle na *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará,* pág. 192, descrevendo Belém: "Anda-se agora renovando o Palácio dos Governadores do Estado, por mandado do Excellentíssimo Bispo Governador interino, a que deu princípio no ano de 1676 o Governador Pedro César de Menezes, depois acabou seu successor Inácio Coelho da Silva, em boa paragem, na melhor praça desta cidade em proporção e grandeza adequada ao distinto caráter de govêrno.

Pretendeu depois o Governador Cristóvão da Costa Freire, Senhor das Pancas, fazer novo palácio na praça da Matriz, com intento de ficar o antigo para hospital dos soldados; mas depois de estarem já as paredes pelas vigas, julgou seu sucessor Bernardo Pereira de Berredo (e com acêrto) se não devia largar o antigo pela melhor comodidade do sítio em que se achava fundado.

Do que estava principiado, fêz Sua Majestade mercê ao primeiro Bispo D. Frei Bartolomeu do Pilar para Palácio Episcopal que se havia de acabar à custa de sua real fazenda, mas até o presente ainda se vê no mesmo estado em que o deixou a sua primeira fundação com algum prejuizo a que o reduziu a voracidade do tempo."

José de Morais, pelas linhas que transcrevemos, confirma as informações de Manuel Barata, sendo autor fidedigno, tanto mais quanto descrevia o que seus olhos estavam a ver e a documentação de fácil consulta àqueles dias lhe permitia afirmar e concluir.

Passemos agora à documentação existente no Arquivo Estadual. Encontramos no código 862, a petição do morador Antônio Machado Novais, divulgada nos *Anais* da mesma biblioteca e arquivo estadual, tomo 2, petição em que o mesmo morador reclama uma providência real contra a violência que sofrera. Possuidor de casas com largos quintais no trecho da cidade onde Cristóvão da Costa Freire desejava erigir o palácio governamental, ("na praça da dita cidade da rua chamada do Norte"), foram suas casas e quintais ocupados por dita autoridade que, em troca, lhe deu "quinze braças de chão na rua que vai para a Misericórdia, defronte da casa das canoas e vinte braças mais na rua do Hospital". Mais tarde, desejando construir nas terras que agora lhe pertenciam, o novo Governador discordara, sob a alegação de que a construção ou construções iam tirar a vista do Palácio dos Governadores.

Nessa petição, diz Antônio Machado que o Governador Cristóvão da Costa Freire mandara dar princípio ao Palácio, "o qual ao depois foi Sua Majestade servido de tomar para residência dos Bispos". Ora, tanto essa petição como o despacho real, divulgado êsse nos citados *Anais,* tomo 4, pág. 165, confirmam a informação de Manuel Barata quanto ao comêço da construção de um palácio na

praça da Sé, posteriormente entregue ao Bispado para residência do Prelado e funcionamento dos serviços da direção da Igreja paraense.

Examinando, na memória do mesmo Manuel Barata, a denominação das ruas antigas de Belém, encontramos a lição de que a primeira rua aberta na cidade velha, origem da atual Belém, foi a rua do Norte, que vai acabar na porta principal da Igreja do Carmo. Abriram-se posteriormente a do Espírito Santo e a dos Cavaleiros, paralelas e hoje, respectivamente, ruas Doutor Assis e Doutor Machado.

O palácio que Cristóvão da Costa Freire começou a erigir, e posteriormente foi mandado servir de residência do Bispo, seria à praça da Sé, canto da rua do Espírito Santo, ou do Norte, como relata Antonio Machado. Ora, o edifício que a tradição da cidade chama de "palácio velho" está construído à esquina da antiga rua do Espírito Santo, hoje Doutor Assis, canto com a atual travessa D. Bosco, distante da praça da Sé, de que fica separado por duas travessas. Não é, portanto, o edifício sonhado por Cristóvão da Costa Freire e cedido posteriormente ao Bispado.

Resta a dúvida: entre a demolição do palácio construído por volta de 1676 a 1680 (primeira residência dos governadores) e a construção do palácio atual, onde teria funcionado a administração paraense, e residido o Capitão-General Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão? O chamado "palácio velho", por acaso, nessa fase, existiria e teria sido o próprio ocupado para tal?

Procuramos na seção de manuscritos da Biblioteca Estadual a documentação relativa à demolição do primeiro edifício e à construção do atual, na qual pudéssemos encontrar qualquer luz. Apenas se nos depararam dois documentos: um, de 18 de outubro de 1767, ofício do Governador Ataíde Teive à metrópole, comunicando que, dada a ruína do palácio governamental, de "taipa e pilão", fazia iniciar a construção de um novo edifício no sítio do anterior; outro, de 16 de outubro de 1768, remetendo a planta da construção e avisando que o primeiro andar estava com as paredes levantadas. Em nenhum encontramos

possibilidades para esclarecer o assunto. Daí a nossa assertiva de início: apenas afloramos o tema, sem poder dizer a palavra definitiva. A tradição, em conseqüência, estará com a verdade: Em que reposou ela para afirmar o que afirma?

No tocante ao valor artístico do chamado "palácio velho", a documentação fotográfica que ilustra o presente relato, melhor dirá.

Resta assinalar que o edifício, em ato de 31 de agosto de 1944, foi considerado de utilidade pública, por seu significado histórico e artístico e adquirido pela Prefeitura Municipal de Belém, conforme se pode verificar do decreto-lei nº 119, daquela data. E em 26 de janeiro de 1943, lavrou-se contrato entre a Prefeitura de Belém e o Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo. Por êsse documento obrigou-se o colégio a *conservar a arquitetura interior* do imóvel, sem isentar-se da obrigação de restaurá-lo convenientemente, fazer à sua custa a adaptação interna do edifício para fins pedagógicos, sem direito a indenizações, e pô-lo sob seguro.

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS

ACABOU DE SE IMPRIMIR NAS OFICINAS
DOS ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS IGUASSÚ LTD.
PARA A DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL
EM NOVEMBRO DE 1953.